

**De Tinhorão a Caetano:
Processos de contextualização no programa Roda Viva**

Victor Eduardo Bijos Jardim Gomes Braga

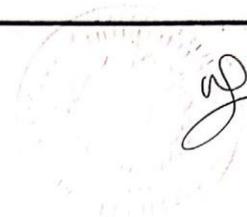
Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação

Janeiro de 2019

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação, na especialidade de Comunicação e Linguagem, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Adriano Duarte Rodrigues e do Professor Doutor Michel Gustave Joseph Binet



Apoio financeiro da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Brasil – Bolsa 99999.002300/2015-00



Provas de Doutoramento

Ata

Ramo: CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO.....
Especialidade: Comunicação e Linguagem.....

.....Aos dezassete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove reuniu, na Faculdade requeridas pelo Licenciado **Victor Eduardo Bijos Jardim Gomes Braga** ao abrigo do disposto do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março, com a nova redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 65/2018 de 16 de agosto.....

.....O júri foi nomeado por Despacho do Pró-Reitor da UNL aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezanove, sendo assim constituído:

Presidente: Doutora **Maria Lucília Marcos Moreira da Silva**, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;.....

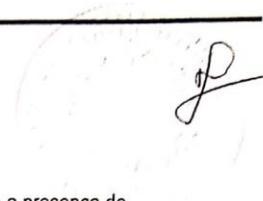
Vogais:

Doutor **Adriano Duarte Rodrigues**, Professor Catedrático, Aposentado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;.....

Doutora **Ana Cristina Ostermann**, Professora Titular da Unisinos/Brasil;.....

Doutora **Maria Lucília Marcos Moreira da Silva**, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;.....

Doutora **Adriana Andrade Braga**, Professora Associada Pontifícia da Universidade Católica/Rio de Janeiro/Brasil;.....



As provas tiveram início às 15 horas e 30 minutos, registando-se a presença de todos os elementos nomeados para integrar o júri, à exceção da Profª. Doutora **Adriana Andrade Braga** que esteve por videoconferência.....

A Senhora Presidente agradeceu a disponibilidade dos presentes, em especial dos Senhores Professores que se deslocaram de outras Universidades.

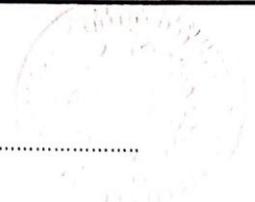
Foram definidas, em reunião prévia, a ordem e a duração das intervenções dos membros do júri, de acordo com o que estabelecem os artsº 11º e 13º do Regulamento dos Doutoramentos da UNL.....

A Senhora Presidente deu a palavra à arguente, Profª. Doutora **Ana Cristina Ostermann** que teceu comentários gerais e específicos sobre a dissertação intitulada "**De Tinhorão a Caetano: processos de contextualização no programa Roda Viva**", relativamente à qual apontou algumas críticas e solicitou esclarecimentos pertinentes.....

O candidato, no uso do direito que a lei lhe confere, prestou os esclarecimentos solicitados.....

De acordo com o novo Regulamento, intervieram ainda os Profs. Doutores

todos a membros do júri



O candidato, na sua defesa, respondeu às questões formuladas.....

As provas tiveram a duração prevista no Regulamento – um mínimo de duas e um máximo de três horas – tendo sido cumpridas todas as formalidades legais.....

A Senhora Presidente deu a parte pública das provas por terminada, tendo solicitado aos presentes que aguardassem no átrio do auditório para que o júri pudesse proceder à apreciação das mesmas e respetiva votação, nos termos da lei.

Os membros do júri pronunciaram-se individualmente sobre o desempenho do candidato e o modo como decorreram as provas.....

Desta apreciação concluiu-se pela aprovação, por unanimidade/~~maioria~~, do candidato e consequente atribuição do grau de Doutor no ramo de **CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, especialidade em **Comunicação e Linguagem**, com a qualificação de Muito Bom por unanimidade/~~maioria~~, com base na justificação que se anexa.....

Para constar, foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Vogais e por mim, Rita Gomes, Assistente Técnico que secretariei.


A Presidente

R. E. Gomes

Provas de Doutoramento em CIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO
Especialidade: Comunicação e Linguagem
Candidato: Victor Eduardo Bijos Jardim Gomes Braga

Data: 17/05/2019

VOTO

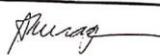
Aprovado
Recusado

Qualificação:

a) Bom
b) Bom com distinção
c) Muito Bom.....

Justificação:

Trata-se de pesquisa inovadora para o campo da comunicação, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. O texto é bem redigido e evidencia um trabalho sério de investigação.

Assinatura: 



Provas de Doutoramento em CIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO
Especialidade: Comunicação e Linguagem
Candidato: Victor Eduardo Bijos Jardim Gomes Braga

Data: 17/07/2019

VOTO

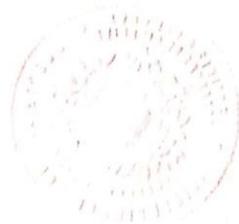
Aprovado
Recusado

Qualificação:

- a) Bom
- b) Bom com distinção
- c) Muito Bom.....

Justificação: Trabalho sem fundamentado
com muitos defeitos e de nível
insuficiente

Assinatura:



Provas de Doutoramento em CIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO
Especialidade: Comunicação e Linguagem
Candidato: Victor Eduardo Bijos Jardim Gomes Braga

Data: 27/10/2019

VOTO

Aprovado
Recusado

Qualificação:

a) Bom
b) Bom com distinção
c) Muito Bom.....

Justificação:

Trabalho bem fundamentado, inovador
e bem formulado.

Assinatura: Albuquerque

Provas de Doutoramento em CIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO
Especialidade: Comunicação e Linguagem
Candidato: Victor Eduardo Bijos Jardim Gomes Braga

É fotocópia, nos termos do Decreto nº
418/73, de 21 de Agosto
Emolumentos: 7,30€
F.C.S.H. em: 22/05/2019
O Funcionário da Divisão Académica
R. C. J.

Data: 17/05/2019

VOTO

Aprovado
Recusado

Qualificação:

- a) Bom
b) Bom com distinção
c) Muito Bom

Justificação: A aprovação como "Muito Bom" se justifica
pelo empenhamento do trabalho, sua robustez teórica e
metodológica e pela qualidade argumentativa.

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é um ato solitário que se faz com a ajuda de muita gente. Essa atividade paradoxal me proporcionou muitas coisas, mas a melhor delas foi ter me sentido muito acolhido pelas pessoas que me acompanharam nessa jornada. Algumas, tamanha a importância para a efetiva concretização desta pesquisa, eu não poderia deixar de agradecer:

Em primeiro lugar, os familiares. À Vera, Zé Luiz, Eurico, Livia e Ana, cada um a seu modo e com ajudas tão essenciais que, sem eles, eu não poderia nem sonhar em escrever esta tese. Ao Theo, que apareceu já no fim do processo me rejuvenescendo e trazendo tanta poesia para minha vida! Ao André, a minha grande referência, sempre. Apoio humanístico e humorístico! Ao Marcão e à Suzana, sempre na retaguarda, apoiando e, principalmente, conversando gostosamente! Ao Henrique, meu filósofo vivo favorito. À Karla, pelo exemplo de firmeza com leveza. À Flora, Luiza e Ray, meus irmãos, apesar de serem sobrinhos.

Não poderia deixar de agradecer, também, aos professores que contribuíram diretamente nesse processo: à Vera França, pelos ensinamentos na UFMG e constante torcida; à Ana Cristina Ostermann, por todo o incentivo, carinho e pelas excelentes indicações bibliográficas; à Adriana Braga, pelas dicas valiosas na banca de qualificação do projeto; ao professor António Marques, pelas aulas maravilhosas sobre Wittgenstein que motivaram ainda mais o meu mergulho posterior na etnometodologia; ao professor João Mario Grilo, pelas observações muito pertinentes acerca do meu projeto de pesquisa; à professora Maria Augusta Babo, pela generosidade no processo de tutoria no seminário de Comunicação e Linguagem.

Gostaria também de agradecer aos colegas do *Grupo de Etnometodologia e Análise Conversacional da Clusividade Social* (GEACC), ambiente de grande

aprendizado e fundamental para esta pesquisa: Isabel de Sousa, Cristina Coelho, David Monteiro e Carla Mirelle. Muito obrigado por tudo que me ensinaram!

Agradeço aos colegas do curso de doutoramento, Jair, Tarci, Celiana, Vanessa, Silvia, Manuel, Cristina, Juliana, Jorge, Ariane – com vocês foi bem mais legal!

Contei também com a ajuda de muitos dos colegas de departamento da UFPB, que sempre estenderam suas mãos amigas para que meu afastamento pudesse transcorrer da melhor forma possível: David Fernandes, Marcos Nicolau, Josilene Ribeiro, Claudio Paiva, Sheila Accioly, Emília Barreto, João de Lima, meu muito obrigado!

Agradeço muito aos amigos que fiz em Portugal e que fizeram eu me sentir em casa. Katie Gray Craven, Cristina Tess, Ana Kathleen, José Coimbra, José Graça, Manuel Esteves e D. Leonor, Carlos Urbano, Dorival Junior, Paulo Miranda, Zé Nuno e Agnes Lopes, Mario Vieira de Carvalho: grande parte do meu amor por Portugal é por sua causa.

Um agradecimento muito importante devo fazer à Capes. A bolsa de doutorado pleno no exterior foi fundamental para a realização da pesquisa. Espero retribuir à altura, em minha atividade docente no Brasil, todo o investimento que foi feito.

Por fim, um agradecimento especial aos professores Adriano Duarte Rodrigues e Michel Binet, respectivamente o orientador e o co-orientador desta tese. O encontro com essas duas pessoas foi um marco na minha vida profissional e pessoal. Agradeço entusiasmadamente ao professor Michel Binet por tudo o que me ensinou nos âmbitos do CIV (*Curso Livre de Análise das Interações Verbais*) e do GEACC (*Grupo de Etnometodologia e Análise Conversacional da Clusividade Social*). Lembro-me de cada reunião e de quanto aprendi observando fazer análises – tanto as análises formais, nas *data-sessions*, como as informais sobre os materiais que apareciam à nossa frente nos bate-papos, nos cafés, nas “boléias” depois das reuniões. Agradeço a enorme disponibilidade em todos esses anos. Além das reuniões, foram inúmeras conversas por meio dos mais variados dispositivos técnicos, em que o professor Michel, sem economizar tempo, sempre me socorria tirando dúvidas e apontando caminhos. Muitos dos questionamentos que tinha

desde a época da graduação em relação a vários autores e teorias das ciências sociais e humanas, ele me ajudou a dissolvê-las. Não posso deixar de citar, também, o grande aprendizado que tive vendo o modo como ele se relaciona com seus alunos e orientandos. Foi extremamente comovente vê-lo estabelecer relações horizontais com seus alunos (com todos que lhe cruzam o caminho, na verdade). Emociona saber que sua dedicação intelectual, no mundo acadêmico, a uma ética da inclusão é motivada por uma real disponibilidade para o acolhimento do outro. Que poesia!

Agradeço, também entusiasmadamente, ao querido professor Adriano Duarte Rodrigues. É difícil expressar toda a gratidão e a satisfação de ter sido seu orientando. Adriano Duarte Rodrigues é uma referência desde os tempos do mestrado, quando meus professores indicavam seus textos. Já em Portugal, pude constatar pessoalmente toda a sua vivacidade intelectual. Fui extremamente bem acolhido como seu orientando e em nossas longas reuniões e conversas sempre tive a certeza do privilégio que era estar frente a frente com o autor daqueles textos que tanto me abriram horizontes. Poder conviver com o professor Adriano, perguntando coisas, ouvindo suas explicações, observando a construção de seu raciocínio no momento mesmo da interação presencial é algo que me enriqueceu profundamente. Também agradeço às inúmeras críticas e objeções que o professor fez ao longo da escrita da tese. Embora eu estivesse sempre em busca de um elogio vindo de meu orientador, hoje percebo claramente que foram aqueles “puxões de orelha” que me fizeram crescer intelectualmente. Agradeço a paciência e dedicação com que respondeu aos meus muitos chamados, sempre disposto a diminuir a escuridão nos momentos delicados por que passa um doutorando. Devo agradecer, também, pelos momentos de maior descontração junto ao professor, seja em nossos almoços no Colombo ou em algum passeio por Lisboa: mesmo nesses momentos em que pudemos divagar sem as exigências do rigor acadêmico, o pensamento do professor Adriano nunca se deixou dominar pela falta de clareza ou pela facilidade de uma metáfora pouco precisa. Aos poucos, fui percebendo que essa característica, ao invés de aprisionar a criatividade da mente, é um passaporte para a sua liberdade.

DE TINHORÃO A CAETANO: PROCESSOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO NO PROGRAMA RODA VIVA

TESE DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

VICTOR EDUARDO BIJOS JARDIM GOMES BRAGA

RESUMO

Esta tese busca compreender como é organizada a interação conversacional entre os participantes das emissões do *Roda Viva* – um dos mais longevos programas de televisão no Brasil. O objetivo desta investigação é perceber os processos de contextualização realizados por meio da fala-em-interação nesse programa. Esta empreitada é justificada pela necessidade de uma maior exploração da noção de contexto em sua relação específica com o campo de estudos da comunicação social. Recorrendo à *etnometodologia* como principal quadro teórico para essa exploração, a pesquisa advoga o ponto de vista êmico como fundamental para se perceber o contexto de um episódio comunicativo – distanciando-se, portanto, da ideia de que o contexto seja anterior às interações concretas.

Adotando a postura investigativa da *Análise da Conversa* e da *Análise de Categorização de Pertencimento* – campos de estudo etnometodológico desenvolvidos por Harvey Sacks – construiu-se uma maneira de observar categorial-sequencialmente as interações conversacionais realizadas pelos participantes das emissões desse programa de televisão.

Na primeira parte da análise, buscou-se perceber as regularidades de organização categorial-sequencial da fala-em-interação no *Roda Viva* observando sua *organização estrutural global*; seu *sistema de troca de turnos* e sua *organização de sequências* de fala. Na segunda parte da análise, buscou-se compreender a organização categorial-sequencial na tematização das identidades de classe, de gênero e de nacionalidade efetuada por participantes de três diferentes emissões em momentos particulares da interação. A divisão da análise em duas partes é uma tentativa de exploração esquemática do contexto, levando em conta tanto os aspectos micro como os macro contextuais.

Como parte das considerações finais, esboçamos uma proposta de uma *estilística da comunicação* – procedimento de análise etnometodológica para observação dos processos comunicativos em seus variados dispositivos interacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Etnometodologia, Análise da Conversa, Análise de Categorização de Pertencimento, Contexto, Roda Viva.

ABSTRACT

This thesis seeks to understand how the conversational interaction among the participants of *Roda Viva* (one of the most long-living television program in Brazil) is organized. The purpose of this research is to apprehend the contextualization processes performed through speech-in-interaction in this program. This quest is justified by the need of further exploring the notion of context in its specific relation to the social communication field. Invoking ethnomethodology as the main theoretical framework for this exploration, the research advocates that the emic point of view is vital to perceive the context of a communicative episode – thus distancing itself from the idea that context precedes concrete interactions. By adopting the investigative stance of *Conversation Analysis* and *Membership categorization analysis* (ethnomethodological study fields developed by Harvey Sacks) it was possible to construct a way to observe the participants' conversational interactions during the program's emissions from a categorial-sequential standpoint. In the first part of the analysis, we sought to understand the categorial-sequential organization regularities of speech-in-interaction in *Roda Viva*, observing its *overall structural organization*; its *turn-taking system* and its *sequence organization*. In the second part of the analysis, we sought to understand the categorial-sequential organization used by the participants to theme class, gender and nationality identities at particular moments of interaction. This two-part analysis is an attempt to schematically explore the context, taking into account both its micro and macro aspects. As part of the final considerations, we outline a proposal for a *communication stylistics* - an ethnomethodological analysis procedure for the observation of communicative processes in their various interactional devices.

KEYWORDS: Ethnomethodology, Conversation Analysis, Membership Categorization Analysis, Context, Roda Viva.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I. Comunicação: entendimento, mutualidade e contexto	7
I.1. Concepções <i>epistemológica</i> e <i>praxiológica</i> da comunicação.....	7
I.2. A ideia de entendimento de um enunciado	12
I.3. A mutualidade em um processo comunicacional.....	16
I.4. A noção de contexto	25
Capítulo II. Etnometodologia como estudo dos métodos de contextualização e co-pilotagem da interação: a construção de ordens sociais situadas	39
II.1. Origens e princípios do pensamento etnometodológico	39
II.2. O olhar etnometodológico: a explicitação de uma <i>ordem social-em-ação</i>	46
II.2.1. <i>accountability</i> e reflexividade	51
II.2.2. As regras e normas de senso comum	54
II.3. A prática da pesquisa etnometodológica: observando a observação sociológica.....	62
Capítulo III. Análise da Conversa: maquinarias da fala-em-interação como recursos para co-pilotagem conversacional e construção de contextos locais.	69
III.1. Origens e princípios da <i>Análise da Conversa</i>	69
III.2. O olhar conversacionalista: a atenção à produção sequencial de ações concertadas.....	71
III.2.1. Maquinarias conversacionais para a produção de contextos locais	78
III.2.2. A maquinaria da conversa informal.....	85
III.2.2.1. A organização da tomada de turno	89
III.2.2.2. A organização do reparo.....	91
III.2.2.3. A organização da preferência	93
III.3. A prática da pesquisa em AC.....	97
III.3.1. as gravações.....	99
III.3.2. As transcrições	102
III.3.3. As data-sessions.....	105
IV.1. Origens e olhar analítico da Análise de Categorização de Pertencimento ...	107
IV.2. A maquinaria da categorização	111
Capítulo V. Contextualizando o programa <i>Roda Viva</i>	119
Capítulo VI. Percorso Metodológico	123
VI.1. Problema e objetivo geral da pesquisa: a pertinência desta tese para o campo de estudos da comunicação	123
VI.2. Os objetivos específicos da pesquisa e o inquérito a ser feito ao objeto para alcançá-los.....	126
VI.2.1. Justificativas para as análises do Mundo DO <i>Roda Viva</i>	137
VI.2.1.1. Justificativa para a análise da <i>Organização Estrutural Global</i> do RV.....	137
VI.2.1.2. Justificativa para a análise do <i>Sistema de Tomada de Turnos</i> do RV.....	140
VI.2.1.3. Justificativa para a análise da <i>organização das sequências</i> no RV.....	146
VI.2.2. Justificativa para a análise do Mundo NO <i>Roda Viva</i>	152
VI.2.2.1. Justificativa para a análise da construção situada das identidades de <i>classe</i> , de <i>gênero</i> e de <i>nacionalidade</i> em sequências específicas de três emissões do RV.....	152
VI.3. A definição do <i>corpus</i> da pesquisa	154

Capítulo VII. A organização categorial-sequencial da fala-em-interação no <i>Roda Viva</i> na constituição de um processo de microcontextualização: o mundo <i>DO Roda Viva</i>	161
VII.1. <i>A Organização Estrutural Global</i> da interação conversacional no <i>Roda Viva</i>	161
VII.1.1. As fases da interação conversacional numa emissão do <i>Roda Viva</i>	161
VII.1.1.1. Sequência de abertura.....	162
VII.1.1.2. Corpo principal da interação e suas subfases	163
VII.1.1.2.1. entrevista e debate.....	163
VII.1.1.2.2. chamada para intervalo.....	163
VII.1.1.2.3. volta do intervalo.....	164
VII.1.1.2.4. vocalização da fala dos telespectadores	165
VII.1.1.3. Sequência de encerramento	166
VII.1.2. O processo de contextualização global explicitado pela <i>Organização Estrutural Global</i> (OEG) da fala-em-interação no <i>Roda Viva</i>	167
VII.2. As sequências de abertura das emissões do <i>Roda Viva</i> : projetando a organização da interação.....	169
VII.2.1. <i>A organização das sequências</i> na fase de abertura do <i>Roda Viva</i> : uma sequência tipo ‘convocação-resposta’ (<i>summons-answer</i>).....	169
VII.2.2. As sequências de abertura do <i>Roda Viva</i> como uma projeção da organização categorial-sequencial do corpo principal da interação.....	174
VII.2.3. Categorias omnirelevantes no <i>Roda Viva</i>	182
VII.2.4. Outras camadas categoriais na sequência de abertura	191
VII.2.5. O par-relacional ‘entrevistado-entrevistador’ no <i>Roda Viva</i>	196
VII.3. O corpo principal da interação: a organização categorial-sequencial da fala durante a atividade-fim do RV.....	201
VII.3.1. <i>A organização das sequências</i> no corpo principal da interação	201
VII.3.2. O sistema de tomada de turnos no corpo principal da fala-em-interação no RV: derivações do sistema de tomada de turnos das conversas informais	227
VII.3.2.1. Componentes e regras do sistema de tomada de turnos da fala-em-interação no RV.....	227
VII.3.2.2. Características Gerais da troca de turno na fala-em-interação no RV...233	
VII.3.2.2.1. Da recorrência da troca de falante e das unidades de construção de turnos.....	233
VII.3.2.2.2. Da sincronicidade da fala.....	235
VII.3.2.2.3. Da ordem e distribuição dos turnos	239
VII.3.2.2.4. Do tamanho dos turnos.....	240
VII.3.2.2.5. Da extensão da interação	243
VII.3.2.2.6. Da especificidade da fala	245
VII.3.2.2.7. Do número de participantes.....	249
VII.3.2.2.8. Da continuidade da fala.....	251
VII.3.2.2.9. Das alocações de turno	252
Capítulo VIII. A organização categorial-sequencial da fala-em-interação no RV na constituição de um processo de macrocontextualização: o mundo <i>NO Roda Viva</i>	259
VIII.1. Laerte e a identidade de gênero: a conexão entre o universo feminino e a estética.....	259

VIII.2. Mano Brown e a identidade de classe: <i>solidariedade como dilema histórico</i>	266
VIII.2.1. Trabalho de categorização de Mano Brown a partir da fala de Paulo Lins	276
VIII.2.2. Trabalho de categorização de Nêumanne Pinto a partir da fala de Mano Brown	279
VIII.2.3. Os dilemas na construção da realidade	283
VIII.3. Caetano Veloso e a identidade nacional: <i>uma trilha para alegrar a civilização</i>	286
CONSIDERAÇÕES FINAIS	299
Rumo a uma estilística da comunicação	300
A estilística produzida pelos participantes da interação dialogal no Roda Viva	310
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	313
ANEXO	323

INTRODUÇÃO

Da motivação inicial à construção do problema de pesquisa

A presente investigação foi motivada por uma necessidade de compreender a noção de contexto a partir de um ponto de vista comunicacional. Embora o campo científico da comunicação não negligencie a importância dessa noção para a análise e o entendimento de seus objetos, pouco foi feito em termos de construção teórica e observação formal do contexto nos domínios específicos desse campo de saber.

Mesmo a forte aproximação dos estudos de comunicação com a *análise do discurso* – área de conhecimento que devota muita atenção ao contexto – não parece ter resolvido todas as questões referentes a essa noção. É reveladora, por exemplo, a auto crítica feita, há poucos anos, por Teun Van Dijk, um dos mais proeminentes analistas do discurso:

Trinta anos atrás, escrevi um livro chamado *Text and Context*. Esse livro trata de maneira ampla e bastante formal de texto, mas trata muito menos de contexto – uma noção que é de importância crucial para explicar como o discurso se insere na sociedade. Nos meus trabalhos mais recentes de Estudos do Discurso Críticos, versando por exemplo sobre racismo, ideologia e discurso, o contexto é muito frequentemente tratado como algo que serve de pano de fundo social ao discurso, mas que é muito pouco ou nada analisado em termos teóricos. (2011, pág. 7)

Em nossa inserção no doutoramento em Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, e com essa preocupação acerca da noção de contexto em mente, nos deparamos com a *etnometodologia* – campo de estudo originário da sociologia mas que, lenta e consistentemente, tem se espalhado por diferentes áreas de conhecimento. Num *curso livre* oferecido pelos professores Adriano Duarte Rodrigues e Michel Binet – que viriam a se tornar, respectivamente, orientador e co-orientador desta tese – muitas das perguntas sobre a noção de contexto, que ficaram sem respostas desde nossa pesquisa de mestrado, foram respondidas a partir de um ponto de vista etnometodológico – o que nos abriu um horizonte mais alargado para a observação dos processos comunicacionais.

A perspectiva etnometodológica sobre a noção de contexto não só apresenta o rigor de construção teórica que buscávamos como também retira do caminho do pesquisador algumas das armadilhas recorrentes quando se faz análise contextual: notadamente, a projeção do(s) contexto(s) do analista na descrição das situações observadas, assim como interpretações “literais” dos episódios interacionais, o que poderia levar o pesquisador a dar relevância contextual a algo que era, na verdade, irrelevante, e vice versa.

De acordo com Emanuel Schegloff (1987), um dos mais importantes autores da *Análise da Conversa* – perspectiva etnometodológica de observação da fala-em-interação –, o contexto de um episódio comunicacional pode ser pensado como sendo a própria *organização da interação*. Por essa perspectiva, são as próprias pessoas que organizam sequencialmente suas interações, mostrando umas às outras o contexto que, passo a passo, mobilizam para produzir e interpretar suas falas. Contexto, portanto, não é algo que existe antes do encontro entre os interagentes. Desse modo, os métodos pelos quais as pessoas podem organizar suas interações cotidianas – os etnométodos – são de importância fundamental para qualquer pesquisador que queira discutir contexto.

Assim, de posse dos princípios básicos da etnometodologia e da análise conversacional adquiridos naquele *curso livre*, começamos a (re)organizar a investigação do doutoramento. Como nossa atividade docente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) se dá, dentro do departamento de comunicação social, na área do audiovisual, optamos por não desconsiderar os processos comunicacionais audiovisuais na delimitação do objeto de estudo da tese – mesmo sabendo que, majoritariamente, os estudos de análise conversacional de perspectiva etnometodológica são focados em interações face-a-face. Por isso, nos perguntávamos: como se organizariam as interações conversacionais – e, conseqüentemente, como se construiriam contextos – em dispositivos audiovisuais?

Nossa primeira preocupação, de modo a atender os rigores da análise de tipo sequencial proposta pela *Análise da Conversa*, seria encontrar materiais audiovisuais que não apresentassem cortes nas falas dos interagentes, de maneira que não perdêssemos a sequência interacional em que essas falas foram construídas. Chegamos, então, ao programa *Roda Viva* (RV). Nesse programa, além de não

cortarem a fala de seus participantes – mesmo quando suas emissões não são realizadas *ao vivo* – há ainda um outro atrativo: ele é um dos mais longevos programas televisivos no Brasil, com mais de trinta anos de existência, e por onde já passaram algumas das mais importantes personagens da vida pública desse país. Estudar a organização da interação conversacional que se dá ali também nos ajudaria a jogar luz sobre as possibilidades de ação nesse programa, que se constitui num espaço privilegiado no ambiente televisivo brasileiro em relação à formação de uma opinião pública midiaticizada.

O problema de pesquisa que construímos a partir desse ponto estava, assim, completamente orientado para os objetivos da etnometodologia e da análise conversacional: *como a interação conversacional nas emissões do programa Roda Viva é organizada?*

Tomando como premissa a afirmação de Schegloff colocada acima – o contexto como sendo a própria organização da interação –, o objetivo geral da pesquisa, ao se solucionar esse problema, seria, evidentemente, *perceber os processos de contextualização da fala-em-interação no Roda Viva*.

A estrutura da tese

No *primeiro capítulo da tese*, fazemos uma discussão teórica sobre a ideia de *entendimento mútuo* entre as pessoas, mostrando que ela pode ser compreendida de diferentes maneiras a depender do paradigma com que se observa o processo comunicacional. De modo a detalhar essa questão, discutimos a ideia de *entendimento de um enunciado* e tentamos compreender como se configura a *mutualidade de saberes* entre os participantes de um episódio comunicacional. Por fim, relacionamos essa discussão com a noção de *contexto* e procuramos mostrar como a perspectiva êmica adotada pela etnometodologia é precisa e rigorosa para se observar os processos de contextualização.

A etnometodologia é o tema do *segundo capítulo*. Nele, mostramos um breve histórico dessa área de saber e buscamos explicar quais são as premissas básicas da atitude etnometodológica de observação da vida social. Apresentamos alguns dos conceitos principais da etnometodologia, tais como *accountability*,

indicialidade e reflexividade, e buscamos explicar como a etnometodologia compreende as regras e normas do senso comum e sua relação com o contexto. Ao final do capítulo, fazemos uma síntese da *prática* da pesquisa etnometodológica, de modo a que o leitor possa compreender como esse tipo de pesquisa pode revelar ordens sociais situadas, ou seja, um contexto situado comum entre os participantes de uma interação concreta.

No *terceiro capítulo* apresentamos a Análise da Conversa – a mais proeminente área de estudos da etnometodologia. Após um panorama histórico, buscamos mostrar como a Análise da Conversa compreende a linguagem e como essa compreensão evidencia que é por meio da produção sequencial de ações concertadas que os participantes de uma interação conversacional podem construir um contexto local. Ali, explicamos a noção de maquinaria interacional, desenvolvido por Harvey Sacks, explicitando a organização básica da maquinaria da conversa informal – notadamente, a *organização da tomada de turnos*, a *organização do reparo* e a *organização da preferência*. Finalizando esse capítulo, lançamos um olhar geral sobre a prática de pesquisa da análise conversacional de viés etnometodológico, mostrando tanto a importância das *gravações* de interações naturalísticas como o processo de *transcrição* e análise dessas gravações.

O *quarto capítulo* mostra um outro campo de conhecimento também desenvolvido por Harvey Sacks – a *Análise de Categorização de Pertencimento* (ACP) – e que, embora tenha se autonomizado em relação à Análise da Conversa, não deve, necessariamente, ser compreendido como dissociado dos preceitos da análise sequencial que ali é efetuada. Neste capítulo, mostramos como Sacks revelou a existência de uma maquinaria para produção e interpretação dos signos categoremáticos (aqueles que designam entidades singulares, coisas, pessoas ou estado de coisas e de pessoas). Mostramos, também, como os processos de categorização, evidenciados pela ACP, são capazes de revelar, emicamente, um importante processo de contextualização local de uma interação.

O *quinto capítulo* contém um breve histórico do programa televisivo *Roda Viva* – um dos mais longevos programas da televisão brasileira – mostrando como ele surgiu e quais seus propósitos.

Compondo a parte metodológica da investigação, o *sexto capítulo* mostra, de modo mais detalhado, tanto o problema de pesquisa como seu objetivo geral. Também mostramos, nesse capítulo, não apenas os objetivos específicos que, no seu conjunto, nos possibilitaram chegar ao objetivo geral da pesquisa, como a construção do inquérito a ser feito ao nosso objeto para alcançar esses objetivos. Explicitamos, além disso, como procedemos ao recorte – entre mais de mil emissões nos mais de trinta anos de existência do RV – que possibilitou escolher nosso *corpus* de emissões a serem analisadas. Ainda nesse capítulo, deixamos clara nossa preferência por não dissociar os aspectos sequenciais da fala-em-interação no RV de seus aspectos categoriais, de modo a efetuar uma análise decididamente *categorial-sequencial*.

Os dois capítulos seguintes contêm as duas partes em que dividimos nossa análise, de modo a compreendermos tanto os processos de micro-contextualização (capítulo sete) como os processos de macro-contextualização (capítulo oito). No *capítulo sete* buscamos compreender como é organizada categorial-sequencialmente, pelos participantes, a interação conversacional nas emissões do RV em alguns de seus principais sistemas interacionais. Assim, observamos como ali é construída a Organização Estrutural Global (OEG); a organização da alternância de turnos (Sistema de Tomada de Turnos); a organização das sequências. No *oitavo capítulo*, buscamos compreender a organização categorial-sequencial de sequências específicas de três emissões do programa quando os participantes construíram discursivamente as identidades de classe, de gênero e nacional.

Nas considerações finais, além de sintetizarmos o que foi descoberto nos capítulos de análise, esboçamos uma proposta de análise que explicita os processos de contextualização também em interações que, diferentemente dos materiais analisados na presente investigação, não são formadas por turnos dialogais. Essa discussão – uma *proposta para uma estilística da comunicação* – é não apenas uma tentativa de extrair do processo de investigação desta tese os fundamentos da análise categorial-sequencial para o escrutínio de interações que ultrapassem o caráter imediato das interações face a face mas também uma tentativa de sistematizar a importância da etnometodologia para os estudos de comunicação.

Como últimas observações, gostaríamos de chamar a atenção para duas opções relacionadas à escrita desta tese: a primeira diz respeito ao fato de toda categoria mobilizada pelos participantes do programa *Roda Viva* vir escrita entre aspas simples. Tal opção se justifica como uma maneira de ressaltar os aspectos categoriais da fala-em-interação no RV, convocando o leitor a sempre relacioná-los com os aspectos sequenciais (geralmente mais evidentes nesse tipo de análise).

A segunda opção diz respeito ao fato de que decidimos escrever a partir das convenções do português brasileiro. Esta é uma opção que nos possibilitou uma maior espontaneidade, já que retirou a preocupação de mimetizar o vocabulário e a sintaxe do português de Portugal – além do fato de acharmos desnecessário um processo de “tradução” entre essas duas modalidades da língua portuguesa para o efetivo entendimento entre seus falantes.

Capítulo I. Comunicação: entendimento, mutualidade e contexto

A afirmação de que a comunicação é um processo que as pessoas realizam para que consigam se compreender mutuamente (GRICE, 1975; LINNELL, 1995) não é equivocada. Contudo, dependendo da maneira como entendemos a ideia de *compreensão mútua*, poderemos estar concebendo noções bastante distintas sobre comunicação.

Se pensarmos a *compreensão mútua* como a possibilidade de *intercâmbio* dos universos cognitivos das pessoas – como se o conjunto dos saberes de uma pessoa pudesse ser transposto para outra, tal e qual se apresenta para a primeira, e vice versa – estaremos concebendo a comunicação humana como um processo de transmissão de informações.

Por outro lado, se pensarmos a *compreensão mútua* como uma tentativa de sintonização entre universos cognitivos interiores **não intercambiáveis** – em que as pessoas, ao invés de terem acesso inequívoco às mentes umas das outras, pudessem construir pontos de contato entre seus saberes individualizados, se sintonizando de algum modo – estaremos concebendo a comunicação como um processo intersubjetivo de produção de sentidos.

Para melhor problematizarmos a ideia de *compreensão mútua*, observaremos, abaixo, as características constitutivas das duas diferentes concepções de comunicação acima citadas.

I.1. Concepções *epistemológica* e *praxiológica* da comunicação¹

As diversas ciências humanas e sociais apresentam, segundo Louis Quéré, paradigmas divergentes em relação à abordagem que fazem dos fenômenos comunicacionais. Mas, apesar da variedade de campos de saber que dedicam parte

¹ Os termos aqui utilizados para a caracterização de duas concepções distintas de comunicação – concepções *epistemológica* e *praxiológica* – são utilizados pelo sociólogo Louis Quéré, como indicado a seguir. Corroboramos os termos, embora saibamos que, eventualmente, alguém possa compreender que a concepção *praxiológica* não seja fundamentada em conhecimento racional (já que, aparecendo aqui como contraposta à concepção *epistemológica*, poderia ser lida como algo oriundo apenas da *doxa*). Não é essa, contudo, a leitura proposta por Quéré, como ficará claro adiante. O autor usa o termo *praxiológico* não como indicativo de algo sem fundamentação racional mas como indicativo de algo cujo a racionalidade não pode ser dissociada da lógica das situações sociais concretas em que os processos comunicacionais ocorrem.

de suas preocupações a observar os processos comunicacionais, o autor consegue enxergar duas grandes concepções de comunicação que animam as pesquisas ali produzidas:

Parece-me, de fato, que é possível opor, esquematicamente, duas grandes concepções da comunicação. Uma é “epistemológica”, no sentido em que ela opera em termos de produção e transferência de conhecimento sobre o mundo e as pessoas; ela diz respeito, de modo geral, ao esquema de representação. A outra é ‘praxiológica’ e refere-se ao esquema da constituição de um mundo comum pela ação ou, como se diz às vezes em Ciências Sociais, do esquema da “construção social da realidade”. (2018, pág. 18)

Essas duas concepções de comunicação têm como núcleo de suas diferenças a maneira como concebem a realidade. Por um lado (concepção epistemológica), a realidade é encarada como uma entidade objetiva e, por outro (concepção praxiológica), como intersubjetivamente construída pela ação comunicativa.

Louis Quéré entende que é comum encarmos espontaneamente a comunicação, seguindo nossas intuições de senso comum, como um processo de transmissão de informações – uma concepção epistemológica, portanto. Por essa concepção, segundo o autor,

- a) a comunicação é, quanto ao seu conteúdo, uma questão de aquisição, transmissão e tratamento da informação, isto é, de elaboração, difusão e recepção de representações do mundo real que estão na mente e tomam a forma de pensamentos, hipóteses ou fatos (realmente, conhecer é representar de maneira adequada para si mesmo o que está fora da mente);
- b) quanto a sua modalidade ou seu processo, a comunicação consiste em suscitar, em um destinatário representações ou ideias semelhantes àquelas que estão na mente daquele que remete a mensagem;
- c) é essencial, para que haja comunicação, e não somente revelação involuntária de informações, que a transmissão de informação seja intencional, isto é, que o comunicador tenha, ao mesmo tempo, uma intenção de informar certo conteúdo e outra de evidenciar a intenção de informar. Aqui a intenção é, portanto, um estado psicológico, uma representação mental [...];
- d) a comunicação é bem sucedida quando representações similares são produzidas junto ao comunicador e a seu destinatário. Para os semiólogos, que raciocinam em termos de codificações e decodificações de mensagens, o que garante o sucesso da comunicação é uma boa aplicação do código [...] (2018, pág.18 e 19)

Como se pode perceber a partir dessas características, é dado como certo, na concepção epistemológica da comunicação, que o intercâmbio entre os universos cognitivos das mentes individuais é algo não apenas possível mas, fundamentalmente, desejável. Seria o objetivo último do processo comunicacional, sem o qual a comunicação seria considerada sem sucesso.

Para Quéré, essa concepção de comunicação apresenta quatro premissas. A primeira delas é que a comunicação se constitui num desafio essencialmente cognitivo. Ela leva a entender que a realidade é predefinida e independente da percepção dos sujeitos “que se contentam em recuperar ou reconstituir uma realidade extrínseca” (2018, pág.20). Concebe-se, ainda, por essa premissa, que há uma separação entre as representações e o mundo real que elas descrevem. Dessa maneira,

a atividade cognitiva é uma questão de construção e validação de representações adequadas das propriedades desse mundo real predeterminado, independentemente de ser com a ajuda da linguagem, de imagens ou de artefatos. Fazem parte desse mundo real predefinido tanto os estados internos dos sujeitos que podem comunicar suas intenções, desejos, crenças, pensamentos, sentimentos, emoções etc. (enquanto estados intencionais, reais, discretos, individualizados e diretamente acessíveis àqueles que os possuem), quanto o estado das coisas (sua existência no mundo) enquanto acontecimentos, objetos, pessoas. (QUÉRÉ, 2018, pág.20)

Outra premissa da concepção epistemológica é que o participante do processo comunicacional é um sujeito “epistemológico”, já que, sendo o mundo, externo ou interno, predefinido – independente das atividades em que esses sujeitos se envolvem e da relação que estabelecem com os parceiros de comunicação – restaria a eles apenas “conhecê-lo”. São observadores descomprometidos, capazes de se desvencilhar de pontos de vista particulares no intuito de alcançarem a “essência” das coisas.

A terceira premissa – a ideia de que a subjetividade é factual – revela uma compreensão desses sujeitos como possuidores de estados internos – “desejos, crenças, intenções, pensamentos, opiniões” (2018, pág. 20) – que se constituem como realidades em si próprias, também independentes das atividades em que

esses sujeitos estão inseridos e da relação que estabelecem com seus parceiros de comunicação, conformando-os, assim, em sujeitos monológicos.

A quarta e última premissa diz respeito à relação entre linguagem e o mundo. Sendo esse predefinido e autônomo em relação à linguagem, essa serve tão somente para representá-lo adequadamente através de sinalizações a serem, também adequadamente, decodificadas.

A outra concepção de comunicação apontada por Quéré – a concepção praxiológica – diverge substancialmente do que vimos acima. Ao contrário de um processo de transmissão de informações, a concepção praxiológica

não trata a objetividade do mundo e a subjetividade dos agentes [...] como dados; ela as relaciona a uma “atividade organizante”, mediada de modo simbólico, efetuada conjuntamente pelos membros de uma comunidade de linguagem e de ação no quadro da coordenação de suas ações práticas. (QUÉRÉ, 2018, pág. 23)

Por essa concepção, comunicar seria muito mais um processo de construção situada da realidade – seja ela interior ou exterior a um indivíduo – em que o mundo e as pessoas, ao invés de mônadas, seriam expressões encarnadas nas diversas atividades práticas em que estão inseridos². Assim, a realidade não pode mais ser concebida como possuidora de uma verdade intrínseca, una, intransitória e imutável, mas apenas como aparição momentânea da configuração de uma situação – intersubjetivamente construída – que a ensejou. Ainda segundo Quéré,

As intenções e os referentes (aquilo a que se faz referência) são emergências: eles derivam de uma cumplicidade coordenada que é mediada por sua vez pelo tempo e pelas práticas, operações, símbolos, conceitos e **significações públicas**. Em síntese, não há mais neste modelo o mundo predefinido, seja ele externo ou interno, que demandaria ser representado adequadamente. É na ação comunicativa, entendida enquanto um processo de “publicização”, que as coisas e os seres adquirem sua definição – para todos os fins práticos – por meio da construção de relações com um “nós”. (2018, pág. 26)

² Essa concepção, embora esteja nas antípodas de uma concepção epistemológica da comunicação, não descarta que o processo de transmissão de informações possa existir numa interação comunicacional. Mas o faz sempre ressaltando que a transmissão de informações não é definidora da comunicação, como sua única possibilidade, e que não é um processo que possa ser definido de maneira não situada.

Não mais existindo um mundo predefinido, modifica-se a relação entre realidade e linguagem. Não se trata mais de pensarmos a linguagem a partir de uma dimensão representativa mas, sim, a partir de uma dimensão expressiva e constitutiva da realidade. Constitutiva, pois é uma mediação necessária para que o mundo se realize – é só através da linguagem e de suas possibilidades inerentes que o mundo social se constitui como tal. Expressiva, pois, ao invés de extrair e revelar uma suposta “verdade” intrínseca à realidade, é através da linguagem que poderemos construir, socialmente, sentidos para ela. As dimensões expressiva e constitutiva da linguagem nos impedem de a concebermos como código, sendo mais apropriado a ela nos referirmos como um *medium* que possibilita o estabelecimento de configurações momentâneas e específicas entre as pessoas e dessas com o mundo.

Assim, a *compreensão mútua* não pode mais ser concebida como intercâmbio dos universos interiores das mentes individuais mas apenas como a construção conjunta de pontos de contato que possam gerar alguma sintonização – uma perspectiva comum, nas palavras de Quéré – entre universos interiores não-intercambiáveis:

O cerne da comunicação consiste, então, para os agentes, em modelar em conjunto essa perspectiva comum que lhes permite configurar, de maneira conjunta e “encarnada”, suas respectivas intenções informativas e comunicativas e, ao mesmo tempo, tornar mutuamente manifesto o que se configura como problema entre eles. **Quando falo de uma perspectiva comum, não me refiro a uma concordância de pensamentos ou opiniões nem a uma convergência de pontos de vistas pessoais. Refiro-me ao fato de os parceiros construírem juntos o lugar comum a partir do qual eles vão momentaneamente se relacionar uns com os outros e com o mundo e organizar suas ações recíprocas.** Então, para o modelo praxiológico, a comunicação é essencialmente **um processo de organização de perspectivas compartilhadas**, sem o qual nenhuma ação e interação se tornam possíveis. **Esse processo pode ser explicitado em termos de construção conjunta de um espaço público**, segundo as modalidades a serem definidas pelo processo analítico. (QUÉRÉ, 2018, pág. 25, grifo nosso)

Como dito no começo do texto, o que nos parece ser o ponto fulcral da discrepância entre as duas concepções de comunicação acima observadas é o entendimento, mais ou menos estrito, que se tem sobre a ideia de *compreensão*

mútua. Para aprofundarmos e problematizarmos um pouco mais essa discrepância, iremos agora perceber as diferentes perspectivas em torno das noções de *entendimento de um enunciado*, *mutualidade* e *contexto*. Tentaremos mostrar que essas concepções de comunicação tão distintas, derivadas do entendimento que temos sobre a ideia de compreensão mútua, parecem ser geradas pelas diferentes formas como enxergamos essas três noções.

I.2. A ideia de entendimento de um enunciado

Sendo a comunicação uma atividade mediada pela linguagem, a *compreensão mútua* é, necessariamente, um processo realizado através do entendimento de enunciados. Contudo – da mesma maneira que construímos concepções diversas sobre a comunicação, a depender da maneira como percebemos a ideia de *compreensão mútua* – daremos à linguagem predicados distintos a depender da maneira como percebemos a ideia de *entendimento de um enunciado*.

O *entendimento de um enunciado* pode ser considerado sob, pelo menos, dois aspectos (LINELL, 1995, pág.177; FOPPA, 1995, pág.154; RODRIGUES, 2005, pág.74): por um lado, a compreensão do conteúdo proposicional e do valor referencial do enunciado, ou seja, a compreensão da referência que um enunciado faz ao mundo exterior a ele próprio e, por outro lado, a compreensão da referência que um enunciado faz às suas condições de enunciação.

Aqueles que consideram a comunicação como um processo de transmissão de informações – através do qual se possibilitaria um intercâmbio inequívoco entre os universos cognitivos interiores das pessoas – parecem só perceber a ideia de *entendimento de um enunciado* sob o primeiro dos dois aspectos citados. Já os que consideram a comunicação como um processo intersubjetivo de produção de sentidos, parecem levar em conta os dois aspectos em conjunto. As concepções de linguagem que subjazem a essas visadas distintas repousam naquilo que, como apontado acima por Quéré, podemos chamar de, por um lado, visão *representacionista* da linguagem – quando um enunciado é encarado apenas por seu

valor referencial – e, por outro lado, de visão *constitutiva* e *expressiva* da linguagem – quando se considera um enunciado não apenas pela referência que esse faz ao que lhe é exterior mas, também, pelo que ele tem de referência às suas próprias condições de enunciação.

Adriano Duarte Rodrigues, criticando uma concepção puramente representacionista da linguagem, afirma que a enunciação, embora não se confunda com o enunciado, nele se reflete:

A enunciação é um acontecimento ou um dispositivo que faz existir ou realiza o(s) enunciado(s). Estabelece com os enunciados que produz uma relação de causa e efeito. Como tal, não é verdadeira nem falsa, mas realizada ou não; não está sujeita às condições de veridicção, mas a regras de natureza causal. É por isso que, embora seja sempre intrínseca ao enunciado, a enunciação não se confunde com ele, como a causa não se confunde com seu efeito.

Tal como a causa se reflecte no efeito que produz, também a enunciação se reflecte ou representa no enunciado. (2005, pág. 75)

A natureza paradoxal da linguagem, ou seja, o fato de os enunciados referirem coisas exteriores a eles, mas também – e ao mesmo tempo – ao ato de enunciação que os produz, mostra que além de um valor de representação, a linguagem tem também um valor indicial (RODRIGUES, 2005, pág. 74): os enunciados são índices do contexto em que foram produzidos e com ele estabelece uma relação inapagável – mesmo que não se confundam. Seu sentido dependerá não apenas da significação semântica dos signos ali empregados mas, sobretudo, das condições contextuais em que foram produzidos – como, por exemplo, quem os expressou, para quem, na realização de quais atividades etc...

É comum os manuais de gramática reservarem apenas aos dêiticos a dependência ao contexto enunciativo para a definição daquilo que os signos linguísticos referenciam. Mas, tendo a linguagem a natureza paradoxal acima apontada, nenhum enunciado possui valor referencial invariante. A definição de seu valor referencial – e, conseqüentemente, de seu sentido – irá, sempre, depender da situação de enunciação em que foi produzido.

Embora a significação de um termo linguístico possa ser invariante – por exemplo, o pronome pessoal *eu* significando sempre aquele que fala – sua referência

pode variar (RODRIGUES, 2005, pág. 82) – o termo *eu* terá como referência pessoas distintas a depender da situação em que foi expresso. Nos dêiticos – como é o caso desse exemplo – são bastante evidentes as marcas subjetivas e intersubjetivas da enunciação. Mas, como mostra Adriano Duarte Rodrigues, não é só nos dêiticos que as marcas da enunciação aparecem:

Essas marcas também estão presentes nos enunciados com referência absoluta. A subjectivação do discurso não se manifesta através dos mecanismos da significação, não se expressa nas unidades constituintes das frases; mostra-se na totalidade do discurso, como sintomas ou indícios que o acto de enunciação deixa inevitavelmente no enunciado. Podemos dar-nos conta destas marcas indiciais da enunciação, procurando responder às perguntas: porque é que o locutor disse a este alocutário, e não a outro, aquilo que disse, no momento em que falou? (2005, pág. 102)

Para exemplificarmos, pensemos na seguinte frase: *Sem desânimo! Vamos com fé!*. Não será a partir de um processo de significação literal dos termos desta frase que ela terá sentido nas diferentes situações em que, eventualmente, possa ser produzida. Se esse enunciado foi realizado por um sujeito declaradamente cético, momentos depois de não conseguir realizar alguma tarefa que efetuava conjuntamente com um colega – também declaradamente cético – e se esse mesmo tipo de tarefa já tinha sido por eles realizada com sucesso anteriormente, o termo *fé*, muito possivelmente, não terá como referência a *capacidade de crença absoluta e sem provas* de que aquela tarefa será realizada. Se não há ironia na produção desse enunciado, certamente a referência ao termo *fé* será outra (possivelmente *empenho, vontade, força de vontade, expertise*). E, mesmo no caso de ser um enunciado irônico – e a referência que faz o termo *fé* ser mesmo a *capacidade de crença absoluta e sem provas* – também aí será necessário que os interlocutores recorram a alguns dados contextuais (como, por exemplo, os co-textos ali produzidos) ou pistas de contextualização (neste caso, muito possivelmente, a prosódia, as expressões faciais e corporais) para perceberem que a referência à qual o termo *fé* se conecta é mesmo essa. Não será apenas recorrendo à significação desta unidade linguística, de modo desconectado de sua situação de enunciação,

que os participantes do processo comunicacional em que esse enunciado foi produzido poderão lhe dar sentido. Segundo Adriano Duarte Rodrigues:

É porque não está associada às significações das unidades linguísticas que a subjectivação do discurso pertence ao domínio dos pressupostos implícitos, e que os interlocutores não podem deixar de ter em conta estes pressupostos para darem sentido às significações que trocam entre si.

Desta natureza pressuposta da subjectividade depende a constituição do sentido do discurso. O processo de referência desempenha, por isso também, uma outra importante função, a de definir as fronteiras que delimitam o mundo próprio do discurso ou aquilo a que alguns autores chamam os quadros do sentido. (2005, pág. 102)

Diante disso, podemos perceber mais facilmente que a concepção representacionista da linguagem – cujo motor é a ideia de que o *entendimento dos enunciados* seria possível recorrendo apenas a uma competência de decodificação de sinais – não pode dar conta da complexidade observada num processo comunicacional. Cada situação comunicativa particular apresenta-se como uma configuração *sui-gêneris* de elementos extra-linguísticos diversos que contribuirão, em conjunto com os sinais linguísticos, para a produção dos sentidos que estão sendo construídos localmente pelos enunciados. Essa configuração, local e momentânea, é o que estamos chamando, aqui, de contexto enunciativo, e que Adriano Duarte Rodrigues referiu como *quadros de sentido*.

É por isso que Per Linnel assegura que

*Understanding an utterance is not a matter of decoding signs (find out their allegedly inherent linguistic meanings) but implies connecting something (the utterance that has to be understood) with a context, i.e. an outside, which by definition, goes beyond the utterance itself. Utterance understanding is intrinsically related to understanding the context(s) in which the utterance is embedded [...] and these contexts include aspects of concrete settings, as well as co-text, knowledge structures, frames and premises for communication [...]. **Understanding involves active inferencing, using utterances-in-contexts as cues or evidence in the search for a relevant interpretation.*** (1995, pág. 178, grifo nosso)

Per Linnel ressalta diversos elementos que podem fazer parte do *contexto de enunciação* (ou quadro de sentido): os aspectos concretos do cenário da interação (tais como, os interagentes, o ambiente, as materialidades diversas etc...); os co-

textos (que, ao precederem um enunciado delimitado, projetam para ele uma série de expectativas e relevâncias); as estruturas de saber (fornecidas pelos aspectos culturais e pelas estruturas sociais compartilhadas por uma determinada sociedade); as diversas atividades práticas em que nos inserimos na vida social.

Todos esses elementos que compõem a situação de enunciação estão, a cada interação particular e concreta – e até mesmo a cada momento de uma interação particular e concreta –, configurados de uma certa maneira. É essa configuração entre os elementos da situação de enunciação, que aqui chamamos de contexto da enunciação – ou o quadro de sentido – que dará sentido aos enunciados.

Como ressaltou Linnel, para se entender um enunciado, o participante de um processo comunicacional deve realizar inferências ativas a partir de enunciados-em-contexto que servem como pistas para uma interpretação relevante. A relevância da interpretação será dada não por uma adequação ao código ou apenas por uma inferência sobre intenções “escondidas” dos interlocutores. A relevância da interpretação se dará, sobretudo, pela *mutualidade* que um quadro de sentido deve ter para seus participantes.

Mas, a partir daqui, é preciso problematizar, ainda, essa outra noção – a noção de *mutualidade* – de modo a que a tentação da concepção informacional da comunicação e de uma ideia representacionista da linguagem não retorne sorrateiramente à nossa compreensão sobre a comunicação.

I.3. A mutualidade em um processo comunicacional

Segundo Linnel (1995, pág.179), quando se fala em *mutualidade* em um processo comunicacional, geralmente o que se referencia são as *suposições relevantes* e os *saberes de fundo* sobre a realidade e as *premissas* para comunicação que são tidas como mutuamente conhecidas pelos interlocutores.

Como vimos, na perspectiva epistemológica, todos esses saberes mútuos dos participantes de um processo comunicacional serão definidos apenas e tão somente por uma suposta objetividade da realidade e de uma língua comum. A mutualidade numa interação seria, desse modo, advinda dos saberes comuns sobre o mundo

objetivo e sobre um código, também objetivo, que, por definição, seriam independentes das situações enunciativas.

Já numa concepção praxiológica da comunicação, a mutualidade se daria não pelos saberes comuns sobre um mundo objetivo mas por saberes sobre um mundo intersubjetivo, criado a partir de situações enunciativas concretas. Admitindo a validade dessa concepção, a questão que se coloca é saber como os participantes de um processo comunicacional alcançariam esses saberes mútuos sobre um mundo intersubjetivo construído, localmente, numa situação enunciativa. Se, a partir de um ponto de vista epistemológico, a mutualidade seria oriunda dos saberes de senso comum sobre uma suposta objetividade da realidade, como alcançar a mutualidade quando se concebe a realidade como situada e intersubjetivamente construída e não aprioristicamente mútua?

Pelo ponto de vista praxiológico, mesmo que os participantes do processo comunicacional possam apresentar saberes de senso comum sobre a dimensão objetiva da realidade (que, nesta concepção, não é sua única dimensão), e uma mesma língua, eles dependerão ainda de uma outra esfera de mutualização de saberes, que é negligenciada pela concepção epistemológica: os **saberes relevantes sobre as situações enunciativas** que instauram. A realidade intersubjetiva, advinda de uma interação concreta, só será evidenciada através das condições de enunciação mutuamente compartilhadas pelos sujeitos participantes da interação. Alcançar a mutualidade comunicacional, a partir de um ponto de vista praxiológico, é tornar mútua a própria situação enunciativa que, como vimos, para essa concepção não é objetiva. Mas como se dá esse processo?

As situações enunciativas – ou condições de enunciação ou, simplesmente, contexto da enunciação – são realizadas nas situações sociais. Uma situação social, de acordo com Goffman, “é um ambiente que proporciona **possibilidades mútuas de monitoramento**” (2013a, pág.17, grifo nosso). Numa perspectiva epistemológica, considerando o caráter de objetividade que ali se dá para a realidade, as possibilidades mútuas de monitoramento previstas por uma situação social seriam também objetivas e nunca de ordem intersubjetiva. Se tomariam os atributos objetivos desta situação social e, ali, nessa realidade aprioristicamente mútua, os participantes operariam o monitoramento que fazem uns dos outros e do mundo

circundante. Em outras palavras, na concepção epistemológica da comunicação, as próprias situações sociais seriam emergências da objetividade da realidade. Conseqüentemente, as condições de enunciação que se estabeleceriam a partir de uma situação social, também o seriam – ou seja, os contextos enunciativos seriam encarados como sendo objetivos.

Na concepção praxiológica, contudo, uma situação social não é algo dado *a priori*. Será apenas a partir da definição de **focos de atenção mútuos** entre participantes de uma interação, com sua autonomia e seus propósitos locais, que a situação social irá emergir e evidenciar suas condições de enunciação – se não independentemente dos atributos objetivos dos participantes, do mundo e do ambiente mutuamente perceptível no início desse encontro, pelo menos na dependência dessas informações objetivas em conjunto com as seleções locais, subjetivas e intersubjetivas, que os participantes operarão sobre elas.

Não bastaria, portanto, que se analisasse apenas a dimensão objetiva das situações sociais para que pudéssemos definir as condições de enunciação ali presentes – e, conseqüentemente, os saberes ali relevantes – tal como parece ser uma recorrência nas pesquisas que encaram a comunicação a partir de um ponto de vista epistemológico. Como critica Goffman,

Atualmente lida-se com a ideia de situação social da maneira mais inconsequente que há. Por exemplo, se alguém está estudando a linguagem da deferência, então as situações sociais aparecem como ocasiões em que estão na presença umas das outras certas pessoas cujas relações são influenciadas pelo *status* de cada uma delas. Portanto, extrai-se uma tipologia de situações sociais direta e simplesmente a partir de deduções estatísticas: superior-inferior, inferior-superior e iguais. E o mesmo pode ser dito a respeito de outros atributos da estrutura social. **Subentende-se, então, que as situações sociais não possuem propriedades e estruturas próprias, mas meramente marcam, por assim dizer, a intersecção geométrica de atores que produzem fala e atores que carregam certos atributos sociais.** Não acredito que esse tratamento oportunista do que sejam situações sociais seja sempre válido. A situação social [...] não é algo distante e negligenciável como um primo do interior (2013a, pág. 16, grifo nosso)

O monitoramento mútuo, a partir do momento em que os participantes de uma situação social se reconhecem como parceiros de enunciação, não se dá apenas

na dimensão objetiva da realidade – ou seja, nos atributos objetivos dos participantes e nos atributos objetivos do mundo tais como as estruturas socioculturais socialmente compartilhadas. O monitoramento mútuo, quando os participantes de uma situação social resolvem efetivamente interagir – fazendo emergir uma situação enunciativa concreta – incide também, e sobretudo, nas **seleções e modulações** que os próprios participantes realizam, seguindo seus propósitos locais, na dimensão objetiva das situações sociais em que participam. Em outras palavras, o que deve ser mútuo aos participantes de uma interação, se observarmos a concepção praxiológica da comunicação, não são apenas os saberes comuns sobre a dimensão objetiva da realidade mas, sobretudo, os **saberes tornados relevantes** pelas escolhas e modulações que nela fazem os participantes da interação.

O que essas duas diferentes concepções de comunicação constroem para a ideia de mutualidade pode ser entendido da seguinte maneira: por um lado, na concepção epistemológica, a mutualidade seria “silenciosa” já que, sendo a realidade algo objetivo – e, portanto, uno e independente das situações sociais – não haveria a necessidade de manifestar as condições de enunciação a cada nova situação social; e, por outro lado, na concepção praxiológica, embora tenha uma face “silenciosa” dada pela dimensão objetiva da realidade (que, por essa concepção, não é a única dimensão, como já ressaltamos), a mutualidade deverá ter, também, uma face manifesta em que as **condições de enunciação intersubjetivamente construídas** são, passo a passo, explicitadas. A mutualidade dos saberes relevantes para determinada situação social só pode ser completamente estabelecida através da explicitação – da *relatabilidade (accountability)* nas palavras de Garfinkel (2015) – que os participantes de um processo comunicacional dão para o contexto enunciativo.

Para melhor compreendermos a diferença entre *mutualidade “silenciosa”* e *mutualidade manifesta* – assim como as relações entre essas duas dimensões da mutualidade – será proveitoso recorrermos à distinção que Deborah Tannen e Cynthia Wallat fazem entre as noções de “enquadre” e a de “esquema de conhecimento”. Advogamos que a noção de “enquadre” – de matriz goffmaniana e batesoniana – apresenta relações com o que aqui chamamos de *mutualidade*

manifesta, enquanto a noção de “esquema de conhecimento” apresenta relações com o que estamos chamando de *mutualidade “silenciosa”*.

Segundo Tannen e Wallat,

A noção interativa de enquadre se refere à definição do que está acontecendo em uma interação, sem a qual nenhuma elocução (ou movimento ou gesto) poderia ser interpretada. Para usarmos o exemplo clássico de Bateson, um macaco precisa saber se uma mordida de um outro macaco deve ser entendida dentro do enquadre de brincadeira ou do enquadre de luta. As pessoas constantemente se deparam com essa mesma tarefa interpretativa. Para compreender qualquer elocução, um ouvinte (e um falante) deve saber dentro de qual enquadre ela foi composta: por exemplo, será que é uma piada? Será que é uma discussão? Algo produzido para ser uma piada mas interpretado como um insulto (certamente podendo significar ambos) pode originar uma briga. (2013, págs. 188 e 189)

Como vemos, a noção de enquadre se refere ao que chamamos – de maneira sinônima – de contexto da enunciação, condições de enunciação ou quadro de sentido. Como argumentaremos a partir daqui, os *enquadres* só serão realizados através da realização recíproca de comportamentos sequencializados na interação que, por sua vez, propiciarão uma manifestação dos saberes tornados *mutuamente* relevantes para a situação. É dessa mutualidade manifesta que dependerá o sentido dos enunciados ali produzidos bem como o da própria interação. Como afirmam as autoras, “dado que esse sentido é percebido a partir da maneira como os participantes se comportam na interação, os quadros emergem de interações verbais e não verbais e são por elas constituídos” (2013, pág. 189).

O processo de enquadramento da interação, que evidenciará as condições de enunciação, tem como horizonte – tal como apontado por Goffman (1974) na obra *Os Quadros da Experiência Social* – a seguinte auto-indagação feita pelos participantes do processo comunicacional: *o que está acontecendo aqui agora?* Como afirma Michel Binet, “a fala não se efetua num vazio social, mas sim num quadro social resultante da resposta negociada às seguintes perguntas: ‘quem sou eu para ti?’; ‘quem és tu para mim?’; e ‘o que estamos neste momento a fazer aqui?’” (2012, pág. 220). Todas essas questões, se adotarmos o ponto de vista praxiológico, só começarão a ser esclarecidas a partir do início efetivo da interação –

na operação de sondagem que os participantes fazem dos comportamentos uns dos outros – mesmo que, antes disso, algumas expectativas já existissem.

Quanto à noção de *esquema de conhecimento* – e que, aqui, relacionamos com a ideia de *mutualidade “silenciosa”* – afirmam as autoras: “usaremos o termo “esquema de conhecimento” para nos referir às expectativas dos participantes acerca de pessoas, objetos, eventos e cenários no mundo, fazendo distinção, portanto, entre o sentido desse termo e os alinhamentos que são negociados em uma interação específica” (2013, pág. 189).

Os *esquemas de conhecimento* guardam relações com a ideia, por nós aqui levantada, de *mutualidade “silenciosa”* pois são formados, entre outros saberes idiossincráticos, pelos saberes de senso comum dos participantes acerca da dimensão objetiva da realidade, notadamente as estruturas socioculturais compartilhadas, e que geram expectativas comuns sobre a realidade numa determinada cultura e sociedade. Numa perspectiva epistemológica da comunicação, esses saberes – os “esquemas de conhecimento” – pelo menos em sua dimensão social compartilhada, seriam estáticos, pois dados por uma dimensão objetiva única, e portanto reificada, da realidade. Além, disso, seriam o único tipo de saber a ser levado em conta, tanto pelos participantes da interação quanto pelo analista da interação – negligenciando a necessidade de saberes situacionais emergentes, decorrentes dos enquadres – para a interpretação dos enunciados ali produzidos e na identificação do que estaria ocorrendo naquela interação.

Numa perspectiva praxiológica, embora existentes, esses “esquemas de conhecimento” não seriam, como vimos, o único tipo de saber a ser levado em conta na definição do sentido dos enunciados e da interação de maneira geral. A eles seriam articulados os saberes relevantes para a interação concreta, que surgiriam a partir da manifestação dos comportamentos dos interagentes e, conseqüentemente, da conformação de um contexto enunciativo. Nesse processo, os próprios “esquemas de conhecimento” sofreriam, potencialmente, uma modulação situada. É como se os participantes utilizassem como pressupostos os seus saberes de senso comum sobre uma estrutura sociocultural para, a cada passo da interação, reorganizar esses saberes ao sabor do que efetivamente acontece ali – derivando, daqueles pressupostos apriorísticos, pressupostos situados. Mesmo utilizando os

saberes de senso comum – em grande parte estabelecidos por seus “esquemas de conhecimento” – os participantes, a todo momento da interação, os modulam (até mesmo os revogando) de acordo com o(s) enquadramento(s) da interação.

Para melhor compreendermos o que acabamos de dizer, recorramos a um exemplo concreto. Imaginemos a seguinte situação hipotética: dois amigos de infância, sendo um deles médico, que se encontram no mesmo local – um consultório médico dentro de um hospital. Qual seria o contexto enunciativo – ou, dito de outro modo, a situação enunciativa, quadro de sentido ou, simplesmente, enquadre – construído nessa situação social?

A resposta, indubitavelmente, dependeria das seleções e modulações – feitas através dos comportamentos verbais e não verbais – que essas pessoas, enquanto participantes de uma mesma situação social, operariam nos seus “esquemas de conhecimento” sobre os dados objetivos fornecidos por essa situação, fazendo emergir um saber intersubjetivo situado sobre as condições de enunciação. Que identidades eles ressaltariam? A de amigos de infância? A de médico e paciente? A de médico-amigo e paciente-amigo? Um pouco de cada uma dessas três opções? Ou, pensando mais além, poderiam construir para si mesmos, naquele momento, a identidade de recém-inimigos? E o ambiente físico – o hospital – que compartilham? Seria ressaltado como relevante ou seria completamente irrelevante para a atividade que ali decidiram desenvolver? E, caso seja ressaltada a relação médico-paciente, ao invés da relação amigo-amigo, que aspectos dessa relação, na sociedade e cultura específicas em que esse encontro particular ocorre, seriam ressaltados? E se um deles for católico praticante, isso será por eles ressaltado como relevante ou irrelevante naquela situação?

Como se pode perceber, há uma imprevisibilidade colocada pelas situações sociais e que só mesmo em seu desenrolar concreto, orientado pelas escolhas intersubjetivas realizadas pelos seus participantes, é que poderemos perceber as reais condições de enunciação que a fazem emergir e que dão sentido aos enunciados ali produzidos. Não bastam as informações fornecidas pela dimensão objetiva da situação e que são de conhecimento mútuo – o fato de serem amigos de infância; de um deles ser médico; de estarem num consultório dentro de um hospital; de um deles ser católico; e de toda expectativa social acerca destas

informações. É necessário, ainda, que esses dados sejam cotejados com os comportamentos concretos desses participantes naquela situação. Serão esses comportamentos que estabelecerão uma relação interacional particular.

É a configuração concreta e *sui-generis* que os participantes de uma situação social estabelecem entre os diversos elementos que a constituem – as pessoas, as estruturas sociais, a cultura, os acontecimentos, os dados objetivos de toda ordem – que define as condições de enunciação para que eles possam entender não apenas os enunciados ali produzidos mas o próprio mundo intersubjetivo que está sendo construído naquele momento. Há, portanto, uma precedência da interação em relação aos seus elementos isolados.

Numa concepção praxiológica, para que uma situação enunciativa se realize, não basta apenas uma dimensão objetiva mutualizada silenciosamente mas, sobretudo, as configurações específicas que os participantes da interação imprimem a esta dimensão objetiva, de modo situadamente manifesto. Para que isso ocorra, os participantes devem manifestar, uns aos outros, a dimensão intersubjetiva da situação social.

A maneira concreta, inclusive nos detalhes pormenorizados, com que os participantes de uma interação agem – encarando aqui a ideia de ação tanto pela sua dimensão verbal (como explicitado pela *teoria dos atos de fala*, AUSTIN, 1962) como não verbal – irá demonstrar a eles mesmos, durante a interação, qual é a orientação local que estão dando à dimensão objetiva da realidade. Seus comportamentos locais explicitam, passo a passo e cooperativamente, os processos de seleção e modulação situados dos dados objetivos da realidade, instaurando uma realidade intersubjetiva e situada. São os próprios participantes da interação – e não um observador externo – que relatam, através de suas micro ações locais, a que dimensão contextual seus enunciados se referem (processo que observaremos mais detalhadamente nos próximos capítulos desta tese).

Como as pessoas avaliam em que contexto se encontram? A quais características do contexto prestam atenção? Um contexto pode ser conceptualizado não simplesmente como decorrência do ambiente físico (cozinha, sala de estar, calçada em frente à farmácia), ou de combinação de pessoas (dois irmãos, marido e mulher, bombeiros). Muito mais do que isso, um contexto se

constitui pelo que as pessoas estão fazendo a cada instante e por onde e quando elas fazem o que fazem. [...] os indivíduos em interação se tornam ambientes uns para os outros. Em última instância, **um contexto social consiste, a princípio, na definição, mutuamente compartilhada e ratificada, que os participantes constroem quanto à natureza da situação em que se encontram** e, a seguir, nas ações sociais que as pessoas executam baseadas em tais definições. (ERICKSON e SCHULTZ, 2013, pág. 217)

A compreensão de que os processos comunicacionais permitem, não a transferência de conhecimentos sobre um mundo objetivo, mas a construção de um mundo intersubjetivo, nos autoriza a esboçar uma resposta à seguinte questão, colocada por C. Graumann, I. Marková e K. Foppa no prefácio da obra *“Mutualities in Dialogue”* (1995): “What exactly is it that we share in the course of a dialogue?” (1995, prefácio, xi)

Para a concepção praxiológica, o que é compartilhado pelos participantes de uma interação não são seus universos cognitivos interiores mas seus comportamentos manifestos. Se, numa concepção epistemológica, o que seria compartilhado seriam conteúdos provenientes de uma objetividade *a priori* mútua, numa concepção praxiológica é pelo compartilhamento de comportamentos manifestos que os participantes mutualizam, passo a passo e intersubjetivamente, um mundo situado – ou, dito de outra forma, é através do compartilhamento de comportamentos manifestos que os participantes mutualizam um mesmo contexto. Só assim podem, finalmente, se compreender mutuamente, o que, numa concepção praxiológica, significa construir uma perspectiva comum (um dispositivo de mutualização de saberes situados) para a sintonização – sempre arriscada (RODRIGUES, 2016) e tentativa (BRAGA, 2010) – de seus universos cognitivos interiores.

É exatamente esse processo intersubjetivo de construção de relações e atualizações *sui-gêneris* entre os diversos elementos de um processo comunicacional, permitindo um dispositivo de mutualização de saberes situados – ou seja, um contexto de ação – o que um campo de pesquisa comunicacional de viés praxiológico elege como objeto de pesquisa:

Estamos assim em condições de precisar em que consiste o paradigma comunicacional, enquanto perspectiva de abordagem

da especificidade das ciências do homem, procurando nos fenômenos sociais o quadro enunciativo no seio do qual os discursos e os comportamentos adquirem sentido. [...] Deste modo, em vez de considerar seu objeto como um conjunto de elementos reificados e estáticos, o paradigma comunicacional procura dar conta dos processos em que os interactantes se envolvem e dos dispositivos de constituição do seu mundo que mobilizam. (RODRIGUES, 2011, pág. 257 e 258)

Encarada dessa maneira, uma pesquisa que adote um ponto de vista praxiológico da comunicação social precisa investigar o processo de construção dos contextos enunciativos que dão sentido aos discursos e comportamentos humanos nas mais variadas situações sociais. Ao invés de buscar o contexto enunciativo procedendo a uma mera operação combinatória de elementos reificados e estáticos, uma pesquisa decididamente comunicacional deverá buscá-lo no processo de seleção e modulação, intersubjetivos e situados, desses elementos que, a partir de agora, só têm existência dinâmica, e portanto efemerizada pelas situações em que aparecem. Nesse sentido, estudar a comunicação humana, ao invés de estudar isoladamente os elementos que a constituem – os sujeitos, a materialidade simbólica, a cultura, as estruturas sociais, a fisicalidade do mundo – é buscar compreender as configurações e relações situadas que os participantes de uma interação específica constroem para esses elementos. O estudo da comunicação humana não pode, portanto, negligenciar o **contexto** em que esses elementos ganham sentido.

Para a finalização deste capítulo, abordaremos a noção de contexto tentando compreendê-la a partir das duas concepções de comunicação até aqui exploradas. Ao final, argumentaremos que apenas um ponto de vista *ênico* sobre a noção de contexto garantirá que as pesquisas sobre os fenômenos sociais abordem os processos comunicacionais de modo efetivamente praxiológico.

I.4. A noção de contexto

Um dos problemas de trabalhar com a noção de contexto é a dificuldade de defini-la. Contudo, Charles Goodwin e Alessandro Duranti, na introdução da obra

Rethinking Context: Language as an Interactive Phenomenon, dizem que, apesar da dificuldade de definição, isso não deve ser motivo para se desestimular a exploração dos fenômenos de contextualização:

[...] it does not seem possible at the present time to give a single, precise, technical definition of context, and eventually we might have to accept that such a definition may not be possible. [...] From our perspective, lack of a single formal definition, or even general agreement about what is meant by context, is not a situation that necessarily requires a remedy. Instead the fact that so many investigators recognize the importance of context and are actively involved in trying to unravel how it works is precisely why this concept provides such a productive focus for study at present time. (1997, pág.2)

Até aqui, trabalhamos com a ideia de *contexto da enunciação* – e, em determinados momentos, a ele nos referimos igualmente como *quadros de sentido*, *enquadre*, *condições de enunciação*.

Tais designações sobre a noção de contexto poderá suscitar uma interpretação precipitada pelo fato de se considerar que estaríamos negligenciando as características macroestruturais duradouras da sociedade – o contexto sociocultural, ou macro contexto – em favor de apenas uma de suas parcelas efêmeras – o contexto interacional ou micro contexto. Tentaremos mostrar, entretanto, que essa interpretação não se mostra pertinente e que ela é motivada por uma concepção de contexto como se esse fosse formado, exclusivamente, por coisas, dados ou fatos objetivos. Tal compreensão, como se pode perceber, é oriunda de uma concepção epistemológica da comunicação.

Já a noção de contexto pressuposta por uma visão praxiológica da comunicação se insere numa perspectiva intersubjetiva que o encara não como coisas e dados objetivos mas como um processo realizado pelos participantes da interação. Esse ponto de vista, compartilhado pela presente pesquisa, advoga que, mesmo que os participantes estejam situados e momentaneamente mobilizados por suas atividades interacionais práticas – ou seja, atuando em nível micro da sociedade – eles convocam uma dimensão sociocultural – uma dimensão macro, portanto – para a realização dessas práticas situadas. Por isso, como tentaremos mostrar, pensar a noção de contexto como *contexto da enunciação* não é, de forma alguma, uma visão parcial, rudimentar ou incompleta da noção de contexto.

De modo geral, quer se adote uma perspectiva de escala micro ou macro sobre a noção de contexto, podemos dizer que ele é um quadro interpretativo – *frame*, nas palavras de Goffman – que se relaciona (dando sentido) a algum *foco de atenção* dos participantes de uma interação.

When the issue of context is raised it is typically argued that the focal event cannot be properly understood, interpreted appropriately, or described in a relevant fashion, unless one looks beyond the event itself to other phenomena (for example cultural setting, speech situation, shared background assumptions) within which the event is embedded, or alternatively that features of the talk itself invoke particular background assumptions relevant to the organization of subsequent interaction. The context is thus a frame (Goffman 1974) that surrounds the event being examined and provides resources for its appropriate interpretation. (GOODWIN e DURANTI, 1997, pág. 3)

Na perspectiva que aqui assumimos – a concepção praxiológica da comunicação – esse background interpretativo – o *frame* que dá sentido aos eventos focais dos participantes – é construído de dentro da interação e não de fora dela. E, como argumentaremos, essa perspectiva é válida tanto para o *frame* proximal da interação – o que, comumente, é tratado como micro contexto (papéis conversacionais dos participantes; ambiente físico em que se encontram; atividade que realizam; ou seja, tudo o que diz respeito à dimensão interacional imediata) – como para o *frame* distal da interação – o que, habitualmente, é chamado de macro contexto (as regras, valores e institucionalidades dadas pela dimensão sociocultural da vida social).

Com essa posição teórica bastante delineada, temos por intuito advertir que aquilo que Durkheim chama de *fatoss sociais*, embora atuem como linhas de força que rodeiam nossas ações, de modo algum as determinam. Como assegura Giddens:

As instituições sociais precedem de facto a existência de qualquer indivíduo. Também é evidente que nos colocam limitações. Assim, por exemplo, eu não inventei o sistema monetário que existe na Grã-Bretanha. Nem posso escolher se desejo ou não usá-lo, ou se pretendo obter os bens ou serviços que o dinheiro pode comprar. O sistema monetário, como todas as instituições estabelecidas, existe independentemente dos membros individuais das sociedades e restringe suas atividades. Por outro lado, é obviamente errado supor que a sociedade nos é ‘exterior’, da mesma forma que o mundo físico que nos rodeia.

Este mundo continuaria a existir quer houvesse ou não seres humanos, mas seria perfeitamente disparatado dizer-se o mesmo de uma sociedade. Apesar de a sociedade ser exterior a cada indivíduo, por si só, ela não pode por definição ser exterior a todos os indivíduos tomados em conjunto. [...]

Como seres humanos, fazemos escolhas e não reagimos passivamente aos acontecimentos que nos rodeiam. A forma de ultrapassar a diferença entre a abordagem assente na ‘estrutura’ e a centrada na ‘acção’ é reconhecer que *construímos* e *reconstruímos* activamente a estrutura social no decurso de nossas atividades diárias. (2013, págs. 91 e 92)

Numa perspectiva semelhante a de Giddens, Adriano Duarte Rodrigues afirma que, ao invés de se deixarem inundar passivamente por regras e normas de comportamento advindas das estruturas socioculturais, os indivíduos possuem autonomia para explorar essas regras – o que é feito comunicacionalmente:

O paradigma da comunicação tem em conta que cada um dos seres humanos encontra o mundo já estruturado e organizado em categorias que lhe fornecem os quadros que constituem, situam e dão sentido à experiência e que, da interiorização desses quadros, depende a aquisição da competência comunicacional que os habilita a adoptar os comportamentos adequados, tanto do mundo natural, quanto do mundo intersubjectivo e do mundo subjectivo. Mas esta interiorização não é uma aprendizagem mecânica de regras e de normas de comportamento; é uma atividade que conta precisamente com a constituição de sujeitos autónomos para jogar com essas regras e explorá-las apropriadamente. É por isso que [...] o timbre da experiência é a competência para violar apropriadamente as regras, contando com a decisão autónoma do sujeito tendo em vista a sua adequação à natureza imprevisível dos fenómenos. Esta competência para a violação apropriada das regras, a que Paul Grice (1975) deu o nome de exploração das regras, é um dos aspectos que o paradigma comunicacional permite tematizar e pôr em relevo, uma vez que é nesta relação dialéctica que se constitui a aplicação da regra como, ao mesmo tempo, o seu cumprimento e a sua violação, que se ultrapassa a clássica oposição entre o paradigma fundado na supremacia do sujeito e o paradigma fundado na supremacia do sistema. É, de facto, na aplicação da regra que os seres humanos fundam a sua experiência, mas é através da sua violação apropriada que se constituem como sujeitos autónomos. (2011, pág. 255 e 256)

As duas citações acima compartilham de uma mesma perspectiva: embora o mundo se encontre social e culturalmente organizado, os comportamentos das pessoas não é algo que se realize cega e automaticamente, como que guiados por

uma força factual delas independente. Já numa perspectiva epistemológica da comunicação, ao contrário, ao se reificar a realidade – seja ela a realidade interna dos sujeitos ou externa a eles – a consequência imediata é a pressuposição de que o comportamento é fruto de uma causalidade determinista. Nessa concepção, vemos emergir, alternativamente, um dos dois paradigmas criticados acima por Adriano Duarte Rodrigues: o paradigma fundado na supremacia do sujeito ou o paradigma fundado na supremacia do sistema. Ambos se revelam deterministas, já que concebem as ações dos indivíduos como sendo um epifenômeno de forças objetivas que são ou exteriores a eles – paradigma fundado na supremacia do sistema – ou interiores a eles – paradigma fundado na supremacia dos sujeitos (cuja subjetividade, nesta perspectiva, é factual).

Quando aqui utilizamos a expressão *contexto da enunciação* para nos referirmos à noção de contexto, não estamos, de forma alguma, adotando um paradigma fundado na supremacia do sujeito. E muito menos queremos negligenciar a dimensão macro da sociedade – dimensão essa que o paradigma fundado na supremacia do sistema tem como única dimensão contextual possível.

Ao ressaltar o termo *contexto da enunciação*, o que queremos marcar é o fato de que a dimensão macro da sociedade – o contexto sociocultural – é tanto realizada por sua dimensão micro, através do incessante processo de construção e reconstrução social da realidade, quanto é através dessa dimensão micro que a dimensão macro se dá a ver – não como epifenômeno mas como indício oriundo do trabalho autônomo dos sujeitos na exploração das regras e normas socioculturais.

Essa inversão anti-determinista procura mostrar a relação de dependência entre essas duas dimensões e busca ressaltar que é na dimensão micro que essa dependência se concretiza – já que é na interação que as regras e normas de comportamento expressas pela dimensão sociocultural são acessadas e, ao mesmo tempo, exploradas e até mesmo violadas. Dizendo de outra forma: é na interação – na dimensão micro da sociedade, portanto – que as regras e normas de comportamento dadas pela dimensão sociocultural – a dimensão macro da sociedade – são **atualizadas**. E essa atualização é feita não de modo automático mas através da autonomia de ação de sujeitos que, como disse Garfinkel (2015), não são idiotas culturais.

Emanuel Schegloff, em artigo no qual analisa as relações entre micro e macro contexto – “Between Micro and Macro: Context and Other Connections” – argumenta que separar o contexto em diferentes dimensões – micro, macro e, até mesmo, meso (1987, pág.218) – traz sempre o problema da imprecisão da descrição do contexto a ser analisado, pois qualquer interação poderá ser descrita contextualmente de forma virtualmente infinita se não levarmos em conta a **relevância** concreta que um contexto tem para uma interação específica:

The set of ways of describing any setting is indefinitely expandable. Consequently, the correctness of any particular characterization is by itself not adequate warrant for its use; some kind of “relevance rule” or “relevance procedure” must be given to warrant a particular characterization. (1987, pág. 218)

A questão da **relevância** do contexto se mostra, por isso, de grande importância. Isso significa que os interlocutores, no processo de produção e interpretação dos enunciados que compartilham entre si, não levarão em conta qualquer dado que possa parecer contextual mas apenas os **dados contextuais relevantes** para a situação social que instauram.

Numa concepção epistemológica da comunicação, o **contexto relevante** será fornecido – caso se adote o paradigma fundado na supremacia do sistema – pela objetividade do mundo exterior aos sujeitos ou – caso se adote o paradigma fundado na supremacia dos sujeitos – pela subjetividade que, por essa concepção, é sempre factual, como vimos. Já numa concepção praxiológica da comunicação, devido ao fato dessa encarar a realidade como intersubjetivamente construída, o contexto relevante não será fornecido pelas dimensões objetivas de um mundo exterior aos sujeitos e nem por suas subjetividades encaradas como factuais. Por essa concepção, o contexto será **realizado**, ou seja, será **tornado relevante** através da organização local que os participantes darão, de maneira dialógica, tanto para as subjetividades quanto para os dados objetivos do mundo. O contexto relevante será tudo aquilo que, sendo exterior aos enunciados, está manifesto na interação de maneira intersubjetivamente construída. A relevância para a determinação de um contexto se encontra, portanto, na interação – a dimensão

micro da sociedade. Por isso, na prática – e atendendo a uma perspectiva praxiológica da comunicação – o contexto é sempre o *contexto enunciativo*.

Por esse ponto de vista, os sujeitos “falam” o contexto relevante ao invés de – como seria de se esperar numa perspectiva epistemológica – “serem falados” por um contexto exterior às suas consciências. São os sujeitos da comunicação quem constrói a relevância do seu próprio contexto. Por isso, como aponta Schegloff, é necessária

some evidence of its relevance to the participants in the setting characterized; that is, reference is made to the intrinsic or internal ordering and relevance assertedly involved with sentient, intentional actors. [...] it is therefore required that we be able to warrant any characterization of the parties or setting by showing that it is relevant to the parties, and relevant to them at the time of the occurrence of what we are claiming is related to them or contingent to them. (SCHEGLOFF, 1987, pág. 218 e 219)

Pelo que se lê na citação acima, a tarefa do pesquisador que quer encontrar o contexto de uma interação – e, como vimos, isso é de essencial importância para o campo de pesquisas da comunicação – é busca-lo não a partir de seus próprios pressupostos sobre o contexto mas nos indícios e pistas dos pressupostos contextuais dos participantes de uma interação. Esses indícios e pistas são fornecidos pela organização local que os participantes constroem, passo a passo e dialogicamente na interação, tanto para a sua realidade proximal quanto distal. É a ordem da interação que revelará, tanto para os participantes quanto para o investigador, o contexto relevante ao qual se deve recorrer para interpretar a própria interação, seus enunciados e, enfim, descobrir o mundo intersubjetivo que ali é criado. Mas como exatamente os participantes constroem esse **contexto mútuo relevantes** às quais devem recorrer para produzirem e interpretarem seus enunciados?

De acordo com Sperber e Wilson o contexto é a expressão da **seleção e processamento** concretos, realizados localmente pelos interactantes, no conjunto amplo de visões, sons, enunciados e memórias (Sperber e Wilson, 2005) – os *inputs* – disponibilizados numa interação comunicacional, indicando quais os saberes sensíveis para essa interação (tanto em relação ao micro quanto ao macro contexto).

Desse modo, não são todos os *inputs* com suas conseqüentes possibilidades contextuais e nem todas as possibilidades contextuais derivadas de um único *input* que irão formar o contexto da enunciação, mas apenas aqueles *inputs*, e seus processamentos específicos, que se tornam localmente relevantes para a situação que é construída. Esse processo é realizado por meio da inferência que os participantes da interação realizam ao cotejar o conjunto de *inputs* com a seqüência de seus comportamentos.

Voltemos ao exemplo, dado anteriormente, dos amigos de infância, em que um deles é médico, e que se encontram dentro de um consultório em um hospital. Será que esses dois *inputs* aqui mencionados – o fato de um deles ser médico e de compartilharem como ambiente físico um hospital – poderão ser considerados dados contextuais relevantes? Tudo irá depender da maneira concreta como esses interagentes agem. Se, por exemplo, o interagente que é médico, começar a falar de modo formal e a utilizar-se de expressões técnicas da área médica, é possível que ele esteja a dar relevância aos dados contextuais citados. Se – um outro exemplo hipotético – o interagente médico contar que está cuidando de um paciente terminal cujo sofrimento ele acha completamente desnecessário, já que o referido paciente já não apresenta nenhuma possibilidade de sobrevivência, e seu amigo se mostrar contrariado devido à hipótese, levantada pelo médico, de realização de eutanásia, existe a possibilidade que o amigo do médico esteja tornando relevante, nesta situação, sua condição de católico praticante (um dos *inputs* que havíamos citado anteriormente).

Os comportamentos dos interagentes são, dessa maneira, analisados passo-a-passo por eles mesmos, sempre em relação à constelação de *inputs* que eles têm disponíveis. Obviamente, nesse processo de inferência conversacional, em que os participantes da interação analisam os comportamentos verbais e não verbais no cotejo com os *inputs* que eles, individualmente, possuem – *inputs* esses que não são todos mútuos – eles podem se equivocar na interpretação que fazem desses comportamentos. Mas esses equívocos podem ser sempre corrigidos na seqüência da interação, de modo a que os *inputs* **relevantes** sejam manifestados e, assim, mutualizados. É um processo negocial de inferências que faz emergir a mutualidade de uma relevância local, já que através de **investigações situadas sobre os**

comportamentos uns dos outros, os interactantes vão “afinando” o seu contexto comum: de acordo com Garfinkel, “de formas infinitamente variáveis, as investigações dos membros são características constituintes das situações que analisam” (2009, pág. 117).

Sobre essa capacidade de investigação situada dos membros, em que estão constantemente analisando enunciados-em-contexto e ações-em-contexto – e tornando relatável tal análise, através da produção de novos enunciados-em-contexto e ações-em-contexto – Michel Binet compara a atividade dos participantes de uma interação à de um arqueólogo:

Procedendo à maneira de arqueólogos que reconstituem estruturas sociais inteiras juntando vestígios materiais incompletos progressivamente identificados, fontes documentais escritas parcelares e saberes mais ou menos explicitados convocados por analogia com estruturas conhecidas, os membros apoiam-se em dados parcelares evidenciados no curso das interações, completados por um “conhecimento de senso comum das estruturas sociais” (GARFINKEL, 2007: 150), para elaborar definições e tipificações plenas mas revogáveis, retrospectivas e prospectivas, que formam o pano de fundo das situações e dos acontecimentos. Esta atividade teórica, que consiste em operações cognitivas efetuadas pelos sujeitos para inferir definições e significados funcionando na prática como quadros interpretativos das elocuições parcelares e dos dados incompletos que compõem as situações, é guiada por uma presunção de relevância e racionalidade das falas e ações dos outros. (2012, pág. 70)

Os comportamentos dos interactantes são sempre analisados por eles mesmos, de modo local e situado. E essa análise, como colocado acima por Binet, parte sempre do princípio de que as falas e ações dos outros apresentam uma racionalidade – que deve ser encontrada, por quem interpreta, no cotejo dos comportamentos observados com os *inputs* disponíveis. Assim, por exemplo, *falar formalmente utilizando-se de termos técnicos da área médica*, pode tanto ser compreendido como uma maneira de *tornar relevante a relação médico-paciente em detrimento da relação amigo-amigo* – como na situação hipotética acima mostrada – como, diferentemente, *humilhar alguém publicamente baseado numa hierarquia social garantida por titulação*, caso a situação em que esse comportamento for adotado contenha *inputs* que possibilitem a seus participantes realizarem tal

inferência. Mas, com o desenrolar da interação, essas inferências sempre estão sujeitas a reavaliação, tanto por quem as realizou como pelo interlocutor que produziu determinado comportamento – e nesse processo de avaliação e reavaliação é que se afina a mutualização dos *inputs* relevantes, pois o próprio processo manifesto de avaliação e reavaliação sobre os comportamentos recíprocos se torna um novo *input* para a interação. Como se pode ver, os comportamentos dos participantes são produzidos e lidos por eles próprios como relevantes em relação aos *inputs* que compartilham localmente.

Assinalamos isso apenas para que fique claro que a analisabilidade das situações não se dá apenas na averiguação da existência ou não de *inputs* ou na observação isolada de comportamentos – como poderia conceber uma perspectiva epistemológica da comunicação – mas sim na averiguação dos comportamentos em relação aos *inputs* – o que torna complexa a tarefa de se comunicar pois os interagentes estão sempre realizando inferências ativas *online* sobre esses comportamentos-em-contexto, de modo a que possam produzir outros comportamentos que, ao mesmo tempo que produzem novas pistas para contextualização, estão também a relatar um entendimento sobre as inferências conversacionais que fizeram até ali. Comunicar é um processo de construir contextos mútuos a partir de comportamentos sequenciais – verbais e não verbais – de modo a que as ações se tornem reconhecíveis.

Sendo assim, o contexto não é uma força maior estranha aos sujeitos da interação, mas sim o cerne de suas preocupações comunicacionais. A intersubjetividade só será realizada quando os sujeitos, tentativamente, conseguirem estabelecer interacionalmente um contexto comum. A diferença fulcral que se estabelece entre uma perspectiva epistemológica da comunicação e uma perspectiva praxiológica, no que diz respeito à noção de contexto, é que enquanto essa o encara de modo êmico – ou seja, a partir do ponto de vista dos interactantes – aquela o vê como algo a ser “descoberto” fora da interação ou anteriormente a ela e que atua “moldando” os comportamentos dos sujeitos.

É a etnometodologia – tema de nosso próximo capítulo – que maior atenção e rigor dá à observação situada dos comportamentos dos sujeitos, tentando os perceber a partir dos pontos de vista dos próprios sujeitos em interação e, com isso,

buscando compreender como eles conseguem estabelecer um contexto comum para a realização da intersubjetividade. Como salientam Goodwin e Duranti, “what ethnomethodology (from Husserl and via Schutz) defined as the problem of intersubjectivity can be seen as an attempt at answering the question about how members negotiate or achieve a common context” (1997, pág.27).

Michel Binet, salientando a dimensão êmica da pesquisa etnometodológica, ressalta o deslocamento que ela opera no foco da análise contextual:

Garfinkel desloca o foco da análise, convertendo um problema de método do observador (como reconhecer o valor accional dos comportamentos observados?) num problema de método (ou *etnométodo*) de co-produção da interação, problema atendido pelos seus participantes (como tornar reconhecível o valor accional do meu comportamento?), por meio de competências interacionais e comunicativas a investigar” (BINET, 2012, págs. 66 e 67)

Podemos, agora, ver mais claramente que, ao falarmos em *contexto da enunciação*, não estamos amputando o contexto de modo a olharmos para apenas uma de suas dimensões. Ao contrário, estamos advertindo que todas as dimensões contextuais possíveis estão presentes na interação e não fora dela e que serão os participantes que darão forma e organização a todas essas dimensões – a questão da intersubjetividade não se refere apenas à relação entre os indivíduos no que tange aos seus papéis interacionais imediatos, mas também no que tange à construção que fazem conjuntamente da realidade de modo geral. Assim, não há uma desconsideração das estruturas sociais e dos valores culturais quando optamos por uma perspectiva êmica de análise, mas sim o rigor de compreendermos como, exatamente, uma intersubjetividade situada enxerga e atualiza, não só as condições proximais de enunciação, como também as condições distais de enunciação – notadamente as estruturas sociais e os valores culturais que representam a dimensão macro social.

Por esse viés, tanto a cultura quanto as estruturas sociais são encaradas não como entidades reificadas mas sim como uma *cultura-em-ação* e uma *estrutura-em-ação*. Da mesma forma que o contexto imediato da enunciação é dinâmico e construído momento a momento pelos interlocutores – a situação de enunciação é

sempre uma situação-em-ação – o contexto sociocultural mais alargado também o é, o que nos permite dizer que o macrocontexto – longe de ser algo puramente objetivo – é também sempre um macrocontexto-em-ação.

O qualificativo *em-ação* é entendido aqui em dois sentidos: por um lado, mostra que a cultura, as estruturas sociais, a situação social – enfim, as diferentes dimensões do contexto – são processadas e configuradas de modo *sui-generis* pelos participantes em uma interação concreta – o que dá à cultura e às estruturas sociais um caráter situado. Visto por esse ponto de vista, o termo “em-ação” revela o caráter momentaneamente estabilizado de um *enquadre*. Por outro lado, mostra que esse processamento é fruto de uma negociação realizada passo a passo na interação, com dilemas próprios e, inclusive, desentendimentos (que, aqui, podem ser encarados tanto como desacordo quanto incompreensão). Aqui, o termo “em-ação” adquire o caráter dinâmico dos enquadres numa interação e que podemos caracterizar como sendo os alinhamentos – *footing*, no termo cunhado por Goffman (2013b) – gerenciados pelos participantes em relação tanto à situacionalidade imediata quanto às normas e valores de uma esfera distal da interação.

É sempre um risco falarmos em ‘contexto’, ‘situação’, ‘estruturas sociais’ e ‘cultura’, sem o qualificativo *em-ação*, já que alguém pode inferir que essas expressões são concebidas como algo reificado. Na verdade, tanto a ‘situação’ como a ‘cultura’ e as ‘estruturas sociais’ apresentam um potencial infinito de configurações que só podem tomar existência concreta a partir do momento em que os interlocutores tornam relevantes para si algumas dessas configurações e obscurecem outras possíveis, através de um processo realizado sequencialmente, passo-a-passo, em uma interação concreta.

Sendo o mundo construído simbolicamente, como propõe a perspectiva fenomenológica, podemos perceber mais claramente que a construção social da realidade é feita através de processos de contextualização que colocam a funcionar certas configurações situacionais e socioculturais, em detrimento de outras possíveis, através da realização simbólica pelos indivíduos em interação social. Há, portanto, uma plasticidade inevitável – e intersubjetivada – da realidade, dada pelo processo de contextualização enunciativa realizado de modo concertado pelas pessoas, ao invés de uma realidade objetiva e fixa, tal como o uso do substantivo

‘contexto’ pelas ciências sociais e pelo senso comum nos pode levar a pensar. Aliás, como adverte Norbert Elias, “muitos dos substantivos usados nas ciências sociais – e no discurso cotidiano – são formados e usados como se referissem a coisas materiais, a objetos visíveis e tangíveis no tempo e no espaço, existindo independentemente das pessoas” (2015, pág .21). Como adverte Adriano Duarte Rodrigues,

é preferível falar mais em processo de contextualização do que em contexto. [...] Ao contrário de uma concepção que considera o contexto como uma realidade que condiciona ou intervém na determinação do sentido, entendemos o sentido como uma operação ou um processo de colocação da linguagem em contexto realizado em comum e mutuamente pelos interlocutores. (2005, pág.223)

Um efeito colateral bastante danoso, ao não se levar em conta a perspectiva êmica de análise contextual, é o fato de que o analista não apenas atribui o contexto errado ao analisar uma interação – as suas perspectivas contextuais e não as da interação concreta – mas o faz considerando que suas perspectivas contextuais seriam estruturas universais, deixando entrever uma postura estruturalista metafísica.

Como critica Crespi, acerca dessa atitude arrogante:

Neste caso, aquele que interpreta não faria mais do que encontrar, nos fenómenos estudados, as categorias lógicas e as estruturas de inteligibilidade que ele próprio imprimiu na realidade. Atribuindo a tais estruturas um estatuto quase ontológico [...] acaba por cair numa forma de metafísica, que tende a encontrar no espírito humano características universais de tipo absoluto. (CRESPI, 1997, pág.111)

Ao negligenciar a perspectiva êmica, o analista admite, ainda que inconscientemente, que sua análise é comandada por uma Verdade subjacente a todas interações e que seu papel seria, então, desvelá-la – obscurecendo, com isso, qualquer possibilidade de se pensar a realidade social como algo mais fluído, plural e, até mesmo, talvez, sem um sentido ordenador original.

Se há algum sentido ordenador para a realidade – ou, pelo menos, se há algum sentido ordenador da realidade cuja existência podemos afirmar com

segurança – este é aquele que os participantes de uma interação constroem, localmente, para ela, através da organização sequencial e recíproca de seus comportamentos interacionais. É através dessa micro organização, autônoma, detalhada, local e contingente que a sociedade se deixará ver, não apenas em sua microdimensão, mas também na sua macrodimensão. Como afirma Schegloff: “rather than treating the detailed course of conversation and interaction as micro-level phenomena, which invite connection to macro levels of analysis through intervening contexts vernacularly characterized as earlier described, **modes of interactional organization might themselves be treated as contexts**”. (1987, pág. 221, grifo nosso).

Diante do que foi exposto, nos sentimos confortáveis para afirmar que apenas uma perspectiva êmica acerca da noção de contexto garantirá uma concepção efetivamente praxiológica da comunicação. A *compreensão mútua*, de que falamos no começo do nosso texto, se revelará como a emergência – ainda que tentativa – de uma intersubjetividade que será mediada pela construção situada de um contexto comum aos participantes do processo comunicacional.

Assim sendo – não apenas especificamente para o campo de pesquisas em comunicação, mas para todas as ciências humanas e sociais que tem nos processos comunicacionais, se não seu objeto privilegiado, ao menos, uma mediação de incontornável importância para a emergência de seus objetos de pesquisa próprios – adotar a perspectiva êmica de análise se mostra uma exigência irrevogável caso estejamos realmente decididos a abandonar uma noção de sociedade como algo formado por simples relações de causalidade entre objetos essencializados.

Capítulo II. Etnometodologia como estudo dos métodos de contextualização e co-pilotagem da interação: a construção de ordens sociais situadas

II.1. Origens e princípios do pensamento etnometodológico

A etnometodologia é um campo de pesquisa que causou algum impacto no mundo da sociologia entre a segunda metade dos anos 1960 e o princípio dos anos 1970, mas que logo foi relegado a uma posição relativamente marginal. Tanto o sucesso inicial como o posterior obscurecimento podem ser explicados pela posição radical com que a etnometodologia enxergava a sociologia que era produzida até o momento. Se, por um lado, esse radicalismo combinava com o ambiente de “arejamento” por qual passavam as ciências sociais dos anos 1960, por outro, ele parecia ir longe demais...

Ethnomethodology came to the attention of the sociological public in the 1960s, and it seemed to provide the most drastic critique of established sociological view. It seemed to be undermining the epistemological conceptions underlying positivist sociology and replacing them with a completely different set. At a time when people were competing as to who held the most radical positions, ethnomethodology seemed to go further than anyone else in rejecting all the assumptions that had been made about what sociology could and should be. It appeared to be so radical in its willingness to abandon the idea of sociology as rigorous and objective science, and in its rejection of the methods and theories then available that it seemed, even then, to many people to have gone too far. (SHARROCK e ANDERSON, 2011, pág.1 e 2)

A etnometodologia se originou a partir dos estudos de Harold Garfinkel, quando esse ainda era estudante no *Department of Social Relations for Interdisciplinary Social Science Studies* em Harvard nos anos 1940 e 1950. Contudo, seu maior desenvolvimento ocorreu durante o período em que Garfinkel foi professor na *University of California*, quando publicou o seu *Studies in Ethnomethodology*, em 1967, considerado o livro fundador desse novo tipo de

investigação sociológica. Também na Califórnia, Garfinkel pode encontrar alguns de seus principais colaboradores, tais como Aaron Cicourel, Harvey Sacks e David Sudnow, que contribuíram para a exploração da etnometodologia em diferentes vertentes de pesquisa.

O trabalho de Garfinkel está apoiado em alguns pilares que, embora tenham ajudado a construir seu pensamento, não satisfizeram por completo suas indagações sobre como a sociedade é realizada. Entre esses pilares está o trabalho de seu orientador, Talcott Parsons, o proeminente sociólogo funcionalista americano. Na obra *A estrutura da Ação Social*, Parsons se debruçou sobre a questão da *ordem social* tentando perceber por que é que há mais ordem do que caos na sociedade. Segundo Molénat, a resposta que Parsons dá a essa pergunta é que os “indivíduos agem seguindo modelos normativos que regem os comportamentos e as avaliações recíprocas. Estas normas são incorporadas pelos indivíduos no decurso da socialização e aplicadas sem necessidade de reflexão” (2009, pág. 93). Para Garfinkel, embora compartilhe da mesma preocupação que Parsons em relação à compreensão da ordem social, essa não existe como uma força externa a qual os indivíduos estariam forçosamente submetidos e que faria com que eles aplicassem as regras e normas do mundo social de modo mecânico e sem reflexão. Diferentemente, Garfinkel propõe que os indivíduos não são “idiotas culturais” que aplicam cegamente as regras colocadas pelas estruturas socioculturais de uma sociedade, mas sim usuários astutos dessas regras (GASTALDO e WATSON, 2015) num constante processo de produção local e situada da ordem social.

O ponto de vista etnometodológico encara a sociedade como uma realização prática e constante das pessoas. Por esse ponto de vista, a ordem social não é imposta mas criada pelos membros de uma sociedade. Garfinkel (2002, pág. 118) é categórico em concordar com Durkheim quando esse diz que *a realidade objetiva dos fatos sociais é o princípio fundamental da sociologia*, mas faz questão de ressaltar que essa realidade objetiva é uma realização constante de cada sociedade, produzida endogenamente pelos seus membros, de modo contínuo, incessante e naturalmente organizado. O conceito de *fatos sociais*, desenvolvido por Durkheim, é lido de uma maneira particular pela perspectiva etnometodológica. Ao invés de algo *externo* aos indivíduos e *coercitivo* em relação aos seus comportamentos, é pensado

– justamente ao contrário – como algo produzido pelos indivíduos e seus comportamentos. Como clarifica Ten Have:

For the Durkheimian strand in classical sociology, and social research more generally, the ultimate goal is to investigate ‘social facts’ and their determinants, where social facts have the twin characteristic of being both ‘external’ and ‘constraining’ to the actions of individual. In ethnomethodology, on the other hand [...] facts are treated as accomplishments, that is, they are seen as being produced in and through members practical activities. (2004, pág. 14)

A ordem social é, para a perspectiva etnometodológica, uma construção que emerge das diversas situações práticas da vida cotidiana dos membros de uma sociedade. Ela é criada, pelos membros, por meio de seus comportamentos interacionais e não uma força externa às interações sociais. Podemos perceber a diferença de enfoque entre a etnometodologia e a sociologia tradicional: “while classical sociology is in the business of *explaining* social facts, the effort of ethnomethodology is directed towards an explication of their constitution”. (TEN HAVE, 2004, pág. 14)

Um outro pilar do pensamento de Garfinkel – esse mais forte e presente no DNA da etnometodologia – foi o trabalho do filósofo e sociólogo austríaco Alfred Schutz. Schutz teve um papel importante nas ciências sociais por desenvolver a fenomenologia de Edmund Husserl neste campo de conhecimento. A perspectiva fenomenológica “assume que a concepção daquilo a que usualmente chamamos ‘o mundo’ é simbólica” (GASTALDO E WATSON, 2015, pág.14), ou seja, um objeto dado ao conhecimento não se faz apenas por suas propriedades objetivas mas sim pela maneira como cada indivíduo interpreta e elabora simbolicamente esse objeto. Assim, os objetos do mundo “são constituídos pelos modos como as pessoas atuam intencionalmente com relação a eles, em vez de simplesmente existirem materialmente e exibirem suas propriedades” (GASTALDO e WATSON, 2015, pág. 18). De acordo com Heritage, “Schutz insisted that the social world is, in the first instance, experientially interpreted by its members as meaningful and intelligible in terms of social categories and constructs” (HERITAGE, 2007, pág. 44).

Quando Schutz se mudou em 1939 para os Estados Unidos, fugindo do nazismo, encontrou um ambiente de discussão e problematização sobre os procedimentos metodológicos das ciências sociais. Nessas discussões havia uma concepção neo-positivista que era totalmente contrária à perspectiva fenomenológica. Esse neo-positivismo assumia que: 1-) os procedimentos metodológicos das ciências sociais devem ser unitários, independentemente das circunstâncias que se prestam a analisar; 2-) o objetivo das ciências sociais é a explicação dos fenômenos individuais sempre em referência às leis gerais descobertas pela ciência; e 3-) essas leis devem ser testadas em eventos observáveis (HERITAGE, 2007, pág.45). Todas essas três premissas neo-positivistas se mostram completamente divergentes em relação à concepção simbólica que a fenomenologia dá para o mundo:

The neo-positivists argued that societies can be regarded as a sets of 'brute facts' or regularities. The later exist quite independently of how they are interpreted and oriented to by social participants and should properly be explained by reference to general laws. This approach embodies a simple refusal to acknowledge the significance *verstehende* interpretation, both in social life and in social science, in favour of a purely external treatment of social facts. In neither social life, nor its sociological analysis, are the processes of subjective interpretation of any importance. This position, in turn, is justified by claims that, in any case, we can never know what others are thinking or experiencing in any testable sense and that the process of *Verstehen* is unobservable in ordinary actors and 'private' and uncontrollable among social scientific observers (HERITAGE, 2007, pág. 45).

A reação de Schutz à argumentação neo-positivista é dizer que, ao contrário das ciências naturais, as ciências sociais lidam com eventos que são interpretados, no momento em que ocorrem, pelos atores ali envolvidos e, por isso mesmo, significativos para eles de acordo com suas próprias interpretações (HERITAGE, 2007, pág. 45). Isso nos leva a perceber que as intepretações dos atores envolvidos em determinado evento são constitutivas do próprio evento – não apenas devido às categorias interpretativas com que os atores o significarão mas, também, pelo fato de que essas categorias irão contribuir para o próprio desenrolar do evento em questão. Como coloca Psathas, “men are not only objects existing in the natural world to be observed by the scientist, but they are creators of a world, a cultural

world, of their own. In creating this world, they interpret their own activities". (2015, pág. 510)

Assim, a partir de uma concepção fenomenológica, não é propriamente um mundo objetivo e externo aos indivíduos que deve ser objeto das ciências sociais mas sim, justamente, o processo de interpretação que dá origem a um mundo social. Esse processo de interpretação é produzido "com base em regras, classificações e princípios que usamos tacitamente, sem perceber, tomando-os como óbvios e, desta maneira, conseguimos ver "o mundo" (assim como "a sociedade", "a cidade", "a escola", etc.) como uma realidade objetiva, como algo que "realmente existe"" (GASTALDO e WATSON, 2015, pág. 14).

Xavier Molénat diz que "a produção de um mundo cotidiano, ordenado, não problemático e rotineiro fascina [...] Garfinkel" (2009, pág. 93) mas que, da mesma forma que a etnometodologia descarta a ideia de que os fatos sociais agem por sua própria força, ela também descarta a possibilidade de que as rotinas e categorizações intersubjetivas sobre os domínios da realidade sejam realizadas de modo passivo pelos indivíduos.

Embora a fenomenologia de Husserl não encare as estruturas subjetivas que dão sentido ao mundo como algo que seja mobilizado de forma passiva mas, sim, ativamente agenciada pelos sujeitos³, a ela faltava, ainda, fornecer uma maneira concreta de olhar os fenômenos sociais para que o processo contínuo e ativo de produção e interpretação de significados sobre o mundo fosse explicitado e tornado descritível para fins de análise – de modo a anular tanto a crítica neo-positivista de que esses processos são impossíveis de serem vistos, como o risco de se encarar o processo de interpretação do mundo como uma aplicação mecânica de categorizações apriorísticas.

³ Segundo Heritage, o caráter ativo da constituição dos objetos da experiência pode ser confirmado pelo experimento, feito pelo psicólogo Edgar Rubin, com as formas 'figura-fundo': "Husserl was insistent that this subjective structures are not passively called into play by sensory experience but are active in the constitution of the objects of experience. The role of consciousness in actively constituting its intended objects is easily demonstrated by Gestalt figures such as Rubin's [...] which can be seen, alternatively, as a pair of faces or as a vase. What differs between these alternative 'seeings' is not the sensory information presented by the figure. This remains constant. Rather the difference lies in the way in which the figure is attended to and what is constituted of its sensory presentation". (2007, pág. 39)

Nesse sentido, a etnometodologia deu uma grande contribuição para a perspectiva fenomenológica que vê a realidade como um processo de construção intersubjetiva, pois ela possibilitou, segundo Michel Binet, a observação desse processo:

A fenomenologia trata da constituição dos “fenômenos” pela consciência, reificados por ela como “reais” no próprio acto visando e operando a sua apreensão situada e intersubjectiva. Mas, como censurou Bourdieu [...], o corpo de ideias desta teoria da produção conjunta da consciência do mundo e do mundo por ela consciencializado e coisificado carece ainda de um corpo de observações empíricas que lhe confira um estatuto científico. Harold Garfinkel “empiriciza” a fenomenologia, retraduzindo-a em instruções de pesquisa permitindo a localização de situações e de comportamentos que possibilitem a observação dos processos de microconstrução da ordem social. (2012, pág. 66)

Para dar conta da perspectiva fenomenológica de que não há uma “verdade” intrínseca ao mundo que nos faça ter uma experiência “correta” sobre ele – mas apenas experiências subjetivas e intersubjetivas – Garfinkel propõe que os analistas não devem julgar as experiências das pessoas sobre o mundo – seus modos de interpretá-lo e vivenciá-lo – como verdadeiros ou falsos, mas sim identificar as estruturas de um mundo tal como experienciado concretamente pelas pessoas: “ethnomethodology [...] gives its attention to the study of the social world as encountered in everyday experience, the world as it appears to our common sense and, likewise, attempts to bracket further questions about whether the social world really is as it appears”. (SHARROCK e ANDERSON, 2011, pág. 10)

Com essa atitude, muitas críticas foram direcionadas à etnometodologia, sendo uma delas a de que estaria preocupada apenas com fenômenos subjetivos, relegando qualquer objetividade para “debaixo do tapete”. Mas, como advertem Sharrock e Anderson, o objetivo da etnometodologia “is not to displace objectivity with subjective experience but to discover how objectivity can originate in experience” (2011, pág. 10). Dessa maneira, Garfinkel pretende perceber a objetividade da vida social a partir da percepção que as pessoas têm do mundo social em seus afazeres cotidianos. Será pelo **senso comum**, encontrado nas percepções intersubjetivas que as pessoas têm sobre a realidade, em seus diversos

afazeres cotidianos, que uma objetividade da vida social poderá ser observada – e não numa “finalidade inconsciente do espírito”, como pretendia Lévi-Strauss, ou em qualquer outro tipo de dimensão metafísica.

Um dos objetivos da etnometodologia é, justamente, perceber **como** as pessoas dão visibilidade a esse senso comum, a esses princípios e regras que, nas diversas situações em que atuam socialmente, tomam como dados objetivos e que as auxiliam a dar sentido para o mundo. Contudo, é preciso ressaltar mais uma vez que ao invés de serem governadas por essas regras e princípios, as pessoas as utilizam como recursos, no momento da interação, para a realização de um processo **situado** de produção de sentido sobre o mundo, e co-pilotagem, para fins práticos, de uma atividade concertada: “para a etnometodologia, as pessoas não são governadas ou dominadas por regras. Ao contrário, elas são vistas como usuárias astutas das regras e, assim, agindo colaborativamente e de modo competente e prático, elaboram as situações que compõem o mundo de todos, a vida cotidiana” (GASTALDO e WATSON, 2015, pág. 15).

Assim, resumidamente, podemos dizer que, para a etnometodologia: 1-) a objetividade da vida social – os fatos sociais – são criados coletivamente pelos membros da sociedade, no conjunto de suas diversas interações cotidianas, e não algo que existe metafisicamente fora e anterior às interações; e, 2-) essa ordem social objetiva não age determinando os comportamentos dos indivíduos nas interações particulares em que se envolvem, mas funcionam como **recursos** que os indivíduos tem para, ali, agir de acordo com seus propósitos locais. E é através da construção de um contexto enunciativo comum, que dá uma configuração específica para a ordem social em cada situação particular, que podemos perceber os propósitos, princípios e interpretações locais dos interagentes em relação à realidade.

O objetivo da etnometodologia é, justamente, perceber os métodos pelos quais os membros de uma sociedade dão a ver essa **ordem social-em-ação** (ZIMMERMAN e BODEN, 1991) que mobiliza saberes relevantes para cada situação concreta em que os membros se envolvem. Ou seja, a etnometdologia busca a percepção dos métodos pelos quais os interagentes constroem um contexto situacional comum que dá inteligibilidade às situações e permite a seus participantes

a emergência de uma intersubjetividade. Como explica Ten Have, “ethnomethodology is a special kind of inquiry, dedicated to explicating the ways in which collectivity members create and maintain a sense of order and intelligibility in social life” (2004, pág. 14).

Isso explica a importância do olhar etnometodológico para o campo de pesquisas em comunicação: já que a intersubjetividade é alcançada através da construção de um contexto enunciativo comum que dá visibilidade para uma organização local da interação – uma **ordem social-em-ação** – o contexto, como vimos, não está pronto antes da interação mas é nela construído **comunicacionalmente** pelos interagentes. Podemos dizer, portanto, que é comunicacionalmente que os participantes de uma interação dão o sentido local e concreto para uma ordem social geral e abstrata. Se, como afirma José Luiz Braga (2008, pág.75), o campo de estudos da comunicação deve ser capaz de perceber distinções, apresentadas por cada episódio interacional, em relação aos pressupostos de uma ordem social geral – ao invés de, simplesmente, aceitar afirmações gerais em forma de “leis” sobre a organização da sociedade – então a etnometodologia se mostra como uma referência profícua para qualquer pesquisador deste campo de conhecimento.

II.2. O olhar etnometodológico: a explicitação de uma *ordem social-em-ação*

No capítulo anterior, mostramos que só é possível dar sentido a uma ação – seja essa realizada através de enunciados verbais, seja realizada através de enunciados não verbais – quando sabemos quais são as condições de enunciação em que essa ação foi produzida. Mostramos, também, que a maneira que os participantes de uma interação têm para se compreenderem mutuamente é tornando manifestas as condições de enunciação relevantes que dão sentido às suas ações.

Como vimos, essas condições de enunciação não são formadas apenas pelos pressupostos oriundos da dimensão objetiva de uma determinada sociedade mas,

principalmente, pelos saberes que os participantes de uma interação tornam relevantes na construção de uma situação concreta – saberes situacionais esses que irão tanto se basear quanto modular os pressupostos de senso comum oriundos da dimensão objetiva da sociedade. Afirmamos também, no capítulo anterior, que a etnometodologia seria capaz de dar visibilidade a esse processo de manifestação das condições de enunciação mútuas em uma situação particular – o contexto enunciativo mútuo que permite aos participantes enxergar uma ordem-social-em-ação. Mas como é exatamente que a etnometodologia consegue dar visibilidade a esse processo?

Para a etnometodologia, todas as ações e enunciados são indiciais, ou seja, dependentes do contexto em que foram produzidos para que adquiram sentido. O que o olhar etnometodológico coloca em evidência é, justamente, a maneira como os participantes de uma situação constroem e dão visibilidade ao contexto situacional compartilhado (uma organização local da ordem social) para que, assim, possam dar sentido às ações e expressões por eles produzidos. Ou, dito de outra forma, a questão que a etnometodologia permite responder é: como os participantes de uma interação dão sentido para as situações em que se envolvem, para que possam dar sentido também às ações e enunciados produzidos na interação?

O processo de produção de sentido, a partir da perspectiva etnometodológica, é representado por dois lados de uma mesma moeda: de um lado, as pessoas observam a situação em que estão envolvidas e, a partir da interpretação advinda de sua observação, produzem enunciados e ações que consideram localmente adequados para seus propósitos práticos; por outro lado, esses enunciados e ações permitem que se entenda o sentido que elas estão dando para essa situação. Segundo Hester e Francis, esses dois lados da produção de sentido são, na verdade, uma coisa só:

These two aspects are really one: sense-making is not something detached from action, rather sense is made in action, in the very situations that members of society find themselves in and with which they have to deal by acting in this or that way. What we are suggesting by the notion of 'production' is that social activities have intelligibility by virtue of the ways they are done by

whomsoever is doing them. In this regard, our attention is focused on how the sense of social activities is produced from within. (HESTER e FRANCIS, 2004, posição 400)

A maneira como as pessoas observam uma situação e, posteriormente, dão sentido ao observado através da produção de ações e enunciados, é parte constituinte da situação. Essa descritibilidade das situações, feita através dos próprios enunciados e ações ali produzidos, tornam visíveis as condições de enunciação concretas pois ela ressalta, dentre a enormidade de dados objetivos dessas situações, não só aqueles que os participantes consideram, naquele momento, relevantes, como, também, a maneira concreta com que os participantes interpretam esses dados relevantes.

Isso se explica pois, como vimos no primeiro capítulo, as condições de enunciação/ação mantêm com seus enunciados/ações uma relação inapagável. Devido à natureza paradoxal da linguagem (RODRIGUES, 2005), os enunciados (e ações) não referem apenas um mundo exterior a eles próprios mas também as suas condições de enunciação (e ação). Portanto, a descritibilidade das condições de enunciação/ação – realizada pelos próprios enunciados e ações – é um elemento constitutivo dessas condições de enunciação. É uma dinâmica reflexiva em que esses dois elementos – os *enunciados/ações* e as *condições de enunciação/ação* – têm seu sentido constituído mutuamente. Dito de outra forma, os enunciados/ações constituem o contexto enunciativo que, por sua vez, constitui o sentido dos enunciados/ações.

Para melhor compreendermos esse processo – pedindo perdão pela longa citação – vejamos um exemplo elucidativo dado por John Heritage:

Consider, to begin with, a situation in which a social actor is walking down the corridor of an office building, interactively disengaged from any others on the scene. From the moment this actor is greeted by another, his or her circumstances are radically reconstituted from a situation of mutual disengagement between the parties to one in which some, at least minimal, engagement is proposed by other. At this initial and elementary level, the first greeter's action has reflexively reconstituted the scene. Moreover, this first greeting transforms the scene for both parties – for the greeter (who moves from a circumstance of disengagement to one of engagement which he or she proposes, via the norm, will

be reciprocated) and for the recipient of the greeting (who must now deal with this reconstituted circumstance).

In this context, and with the use of the norm for greetings, our recipient is now faced with a situation of 'choice'. If the recipient returns the greeting, he or she thereby reciprocates the proposal of interactional engagement made by the first greeter and, in so doing, ratifies it. In this case, the sense of the scene has undergone a further transformation from one in which interactional engagement was merely proposed unilaterally to one in which it is a bilaterally acknowledged fact. It is essential here to keep in mind that the scene does not remain unaltered by the second greeting. Rather it is developed and elaborated in a particular direction – the direction of mutual interactional engagement which was proposed by the first speaker.

Alternatively, of course, the recipient may not return the greeting. In this case, such a recipient will 'observably-reportably' develop the substance of the scene in a different direction – counteracting what was proposed by the greeter. Once again, it is essential to note that, although a circumstance of mutual disengagement may well ensue from such action, it will not be the 'same' circumstance of mutual disengagement as existed prior to the first greeting. Rather [...] the reconstituted scene may well be accountably attended to by the participants (and reported to others) as an 'intended', 'produced' or 'motivated' outcome and, probably, as a product of good or bad reasons. (2007, págs. 106 e 107)

Podemos perceber, agora claramente, que o que dá visibilidade a um contexto enunciativo (as condições de enunciação/ação) é a maneira como os próprios interagentes organizam, passo-a-passo e conjuntamente, a interação. São as ações dos participantes que criam um contexto e não o contrário. O contexto não está pronto antes da interação – como um entidade objetiva composta pelos saberes, regras e normas oriundas dos fatos sociais – mas é algo construído, momento a momento, na interação. A organização da interação é realizada localmente, ao invés de “atendida” cegamente por seus participantes. São as próprias ações dos interagentes que, reflexivamente, constroem um contexto relevante que é revelador de uma organização (ordem) situacional que, reciprocamente, dá sentido para as ações ali produzidas:

Micro-estruturas e macro-estruturas determinam-se reciprocamente por tipificação social e indexicalização situacional, num duplo movimento localmente observável [...] mediante o qual (1) o “texto conversacional e comportamental” está situado dentro de um “contexto”, que, por sua vez, (2) é tornado relevante e rearticulado *in situ* na e pela “entextualização” [...], duplo processo que proponho designar como “processos de

double enveloppement”, seguindo uma terminologia adotada por Frédéric François. (BINET, 2012, pág. 75)

É preciso ressaltar que essa dinâmica reflexiva é processada momento-a-momento na interação. É por isso que Michel Binet atribui “o mérito à abordagem etnometodológica de Garfinkel de ter descoberto a ‘temporalidade interna’ dos cursos de acção como dimensão chave da ordem interacional” (2012, pág.85). Para ressaltar a importância da **sequencialidade** das ações no processo de atribuição de sentido, Gastaldo e Watson dão um exemplo de como, na temporalidade interna de uma situação, os *particulares indiciais* – algo que pode ser encarado como indício do contexto, tal como uma ação, um enunciado, uma aparência – mantém uma relação de constituição recíproca com o contexto:

Consideremos o seguinte conjunto de particulares indiciais: i) uma pessoa; ii) do sexo masculino; iii) convencionalmente vestida de terno e gravata; iv) carregando uma pasta de couro; v) caminhando numa rua do centro da cidade. Esse conjunto de cinco particulares indiciais [...] pode ser visto pelos(as) passantes como apontando para o padrão subjacente (ou tipificação) de “respeitável homem de negócios”. Entretanto, se esta pessoa parar para conversar com um *hippie* ou um jovem de aparência pobre e trocar disfarçadamente alguma coisa com ele, os novos particulares que emergiram ao longo do tempo podem ocasionar uma retipificação, da ideia de “respeitável homem de negócios” para a de “traficante de drogas”, ou “criminoso”. Os “mesmos” particulares inicialmente aceitos foram reendereçoados com o passar do tempo, à medida que o fluxo dos momentos que experimentamos se desenvolve. (2015, pág. 49 e 50)

É por isso que as ações e enunciados – esses importantíssimos particulares indiciais – podem ter seu sentido modificado não apenas quando produzidos em interações distintas mas, também, dentro de uma mesma interação, devido a esse processo sequencial de constituição do sentido situacional no decorrer de sua temporalidade. Fica bastante claro que é a maneira como as situações vão sendo construídas – passo-a-passo pelos seus participantes – que revelam a eles mesmos o contexto situacional ali subjacente que vai dar sentido para a situação.

Uma das frases mais citadas de Garfinkel fala, justamente, sobre isso. Ele afirma – ao explicar o que é a etnometodologia – que

A recomendação central desses estudos é a de que as atividades pelas quais os membros produzem e gerenciam situações de afazeres cotidianos organizados são idênticas aos procedimentos empregados pelos membros para tornar essas situações relatáveis. O caráter “reflexivo” ou “encarnado” de práticas de relato e dos próprios relatos forma o cerne da recomendação. (2009, pág. 113)

A frase de Garfinkel mobiliza dois conceitos centrais para a compreensão da etnometodologia: **relatabilidade** – *accountability*, em inglês, que pode também ser traduzido como *inteligibilidade*, *explicabilidade* ou *descritibilidade* – e **reflexividade** – o conceito que introduzimos há pouco e ao qual retornaremos logo adiante.

II.2.1. *accountability* e reflexividade

A **relatabilidade** (*accountability*) de uma situação diz respeito à característica que as ações e expressões, produzidas numa interação, têm de tornar visíveis as condições de enunciação/ação em que elas mesmas estão sendo produzidas. Ou seja, dizer que as ações e enunciados dos participantes tornam as situações *relatáveis* é o mesmo que dizer que elas tornam *inteligível* o contexto enunciativo da interação.

Segundo Louis Quéré, a relatabilidade apresenta duas características importantes:

elle est réflexive et elle est rationnelle. Dire qu'elle est réflexive, c'est souligner que l'*accountability* d'une activité et de ses circonstances est... un élément constitutif de ces activités. Dire qu'elle est rationnelle, c'est souligner qu'elle est produit méthodiquement en situation, et que les activités sont intelligibles, peuvent être décrites, et évaluées sous l'aspect de leur rationalité. (QUÉRÉ *apud* COULON, 2014, pág. 11).

Como há uma presunção de **racionalidade** em relação aos enunciados e ações dos outros (BINET, 2012, pág. 70), um participante irá dar sentido a esses enunciados e ações da mesma maneira como, por exemplo, damos sentido a um

mapa feito à mão por alguém que quer nos auxiliar a encontrar algum local. Esse mapa só adquire sentido racional quando contraposto ao território com que ele se relaciona – e vice-versa. Da mesma maneira que as marcas de um mapa não representam nada de modo absoluto, dependendo sempre de um território para adquirir sentido racional, também os enunciados e ações não representam quase nada se desconectados de suas condições de enunciação/ação. Ao observar enunciados e ações, os participantes de uma interação os dotam de sentido tentando perceber a racionalidade que eles adquirem *em relação* aos diversos *inputs* contextuais disponíveis numa situação. Nesse processo, enquanto alguns *inputs* contextuais ganham relevância, vários outros perdem pois não mantêm nenhuma relação racional – e, portanto, inteligível – com as ações e enunciados ali produzidos. A relevância é encontrada quando a expectativa de racionalidade que deve haver entre enunciados/ações e *inputs* contextuais é atendida. O processo de observação de um mapa para nos auxiliar a encontrar um lugar se dá do mesmo modo: a racionalidade das marcas do mapa só aparece quando encontramos, na diversidade do território, os elementos concretos que dão relevância e sentido àquelas marcas.

Vejamos um exemplo: se uma pessoa que viaja sozinha dentro de um ônibus, de repente, enunciar em voz alta “Está difícil!!”, os outros passageiros buscarão a racionalidade de seu comportamento tentando relacioná-lo a algum *input* contextual – uma circunstância de enunciação concreta, portanto – que dote esse comportamento de sentido. Se, por exemplo, existir um segundo passageiro que, momentos antes, ligou um rádio de pilha em volume consideravelmente alto, há uma possibilidade de que os outros passageiros relacionem a fala do primeiro ao fato de o segundo ter ligado o rádio. Se isso ocorrer, os passageiros terão eleito como *circunstância de enunciação relevante* o fato de um passageiro ter ligado o rádio. Ou seja, a fala do primeiro passageiro funcionará como uma verdadeira descrição das suas próprias condições de enunciação. A ação do primeiro passageiro – uma *reclamação*, nesse caso – mostra, reflexivamente suas condições de enunciação – *uma atitude inadequada* do segundo passageiro.

Se, diferentemente, ninguém tiver ligado o rádio ou coisa parecida, a racionalidade daquela ação realizada pelo primeiro passageiro será procurada entre outras circunstâncias de enunciação candidatas a ganhar relevância. Por exemplo, se

estiver calor dentro do ônibus, essa pode ser uma circunstância de enunciação candidata a ganhar relevância. Ou, se o motorista estiver em alta velocidade e procedendo de modo irresponsável, essa pode ser outra circunstância de enunciação candidata a ganhar relevância. Assim, devido a uma expectativa de racionalidade, as ações e enunciados descrevem suas próprias **circunstâncias relevantes** de realização. Um *input* contextual objetivo só adquire relevância quando mobilizado concretamente por uma ação ou enunciado que lhe dê sentido, caso contrário se torna algo irrelevante para todos os fins práticos da situação.

E, ao mesmo tempo em que a ação do primeiro passageiro refere um dado objetivo da situação – permitindo aos outros passageiros perceber as circunstâncias enunciativas concretas com que aquela ação se relaciona – **descrevendo** a situação, essa ação é também **reflexiva** pois a descritibilidade que ela enseja dá sentido tanto ao dado objetivo da realidade com que ela se relaciona (uma *atitude inadequada* do segundo passageiro) quanto à própria ação (uma *reclamação*). Caso o comportamento do primeiro passageiro fosse outro – por exemplo, enunciar a expressão *Adoro essa canção!* – tanto a ação expressa por esse enunciado quanto o sentido que essa ação daria para o fato de o primeiro passageiro ter ligado o rádio, seriam outros.

Da mesma maneira que uma marca em um mapa só apresentará sentido se relacionada com algo concreto no território – tal como, por exemplo, uma forma mais ou menos circular na metade de uma linha reta (a marca) quando relacionada a um grande edifício redondo construído na metade de uma rua (algo concreto no território) – um enunciado e uma ação só apresentarão sentido (e, portanto, racionalidade) em relação às circunstâncias de enunciação em que foram produzidas. E o contrário também se aplica: o tal edifício redondo só ganhará relevância – e sentido particular, pois disso dependerá o papel que ele assume em relação aos outros elementos do mapa – quando relacionado com aquela marca no mapa que o refere. A reflexividade – a segunda característica que Quéré enxerga na relatibilidade das situações – faz com que tanto as ações/enunciados quanto as circunstâncias de enunciação que eles referem tenham seu sentido constituído reciprocamente. Sobre a reflexividade, Garfinkel e Sacks afirmaram: “uma descrição [...] na medida em que pode ser parte constitutiva das circunstâncias que descreve,

inevitavelmente “elabora” essas circunstâncias de inúmeras formas e é por elas “elaborada”. Essa reflexividade assegura à linguagem natural propriedades indexicais características” (2012, pág. 224).

Portanto, o que dá sentido (inteligibilidade) a uma situação é a maneira como as pessoas interpretam e utilizam, elas mesmas – através dos enunciados e ações que produzem – os dados objetivos da situação.

II.2.2. As regras e normas de senso comum

Os dados objetivos de uma situação – tal como vimos agora e no capítulo anterior – serão mobilizados e modulados de maneira *sui-generis* pelos seus participantes. Os saberes de senso comum que temos em relação aos dados objetivos das situações servirão não como determinantes dessas situações mas como recursos para que nós, participantes, possamos construir saberes locais relevantes, de acordo com nossos propósitos.

Se observarmos, por exemplo, as **regras e normas** que nosso conhecimento de senso comum pode formular em relação à vida social, veremos que elas não são seguidas cegamente, mas utilizadas como recursos para a construção do contexto de uma situação. As regras e normas sociais, embora pareçam ser os saberes de senso comum menos propensos à maleabilidade, são, também elas, assim como qualquer outro dado objetivo da realidade, um recurso que os participantes de uma interação têm à mão para construir a situação e não algo a ser atendido a todo custo.

Analisemos o exemplo de John Heritage, dado anteriormente, sobre os cumprimentos numa situação social: sabemos que uma das normas de polidez do senso comum é que, ao sermos cumprimentados, devemos retornar o cumprimento. Contudo, como o próprio exemplo de Heritage mostra, não seguimos essa norma irrefletida e automaticamente. Como pudemos ver, será a maneira concreta com que a “utilizamos” que dará os contornos contextuais para uma situação.

Kenneth Liberman explorou de maneira interessante a questão dos usos concretos que fazemos das regras dadas pela dimensão objetiva da sociedade. Ele

utilizou-se de um experimento, junto a seus alunos, de modo a que a questão do uso concreto das regras se tornasse visível: filmou os alunos a jogarem um jogo de tabuleiro, justamente para poder ver como as pessoas reagem numa situação em que regras devem ser, pelo menos teoricamente, seguidas.

Uma das primeiras coisas que Liberman notou foi que os diversos grupos de alunos que iniciavam um jogo pela primeira vez, tentavam primeiro ler as regras para depois começar o jogo propriamente dito. Ele notou, também, que essa tarefa – a leitura das regras – era sempre infrutífera e que, a uma certa altura, algum dos participantes sugeria que parassem de lê-las e partissem logo para o jogo concreto. O motivo da desistência da leitura das regras foi logo percebido por Liberman: “players do not read all of the rules for a very good reason – **rules are not intelligible. In themselves, divorced from the context of play that affords them their sense and reference, rules cannot be comprehended.** They are nonsense syllables” (2013, pág. 84, grifo nosso). As regras do jogo só irão adquirir inteligibilidade a partir do momento em que, num jogo concreto, forem **reflexivamente** mobilizadas pelas ações dos jogadores.

Além do fato de as regras só terem seu sentido percebido nas situações reais, a impossibilidade de que elas determinem o comportamento das pessoas também se explica pelo fato de que a **imprevisibilidade** inerente às situações impossibilita a existência de regras gerais que sejam aplicáveis a qualquer situação. O experimento de Liberman mostrou que – tal como na vida cotidiana – as regras de um jogo são incapazes de oferecer ordenamento prévio para todo e qualquer tipo de situação:

One of the reasons for the impossibility of the folkloric notion that rules provide for an order in advance is that rules cannot ever be complete. They cannot account for every unforeseen game contingency. They cannot come even close. Every game the students played bore contingencies that fell outside of what the rules provided. (2013, pág. 86)

Como exemplo da incompletude das regras, podemos citar um outro estudo de Kenneth Liberman: *Turn taking in the surfers' lineup* (2015). Nesse estudo, Liberman – que também é surfista – observou as maneiras pelas quais os surfistas organizavam, onda após onda, a alternância com que poderiam adquirir o direito a

surfear uma onda. A escolha do *surf* como objeto empírico para o estudo dos usos concretos das regras foi justificado por Liberman pelo fato de – tal como em grande parte de nossa vida cotidiana – não existir nesse esporte, salvo no caso das competições, um representante oficial que esteja observando o comportamento de seus praticantes e lhes impondo sanções – o que torna necessário, portanto, que os próprios surfistas organizem localmente a situação de “pegar onda”. Como salienta Liberman, “the problem of turn allocation in surfing can provide us with a naturally occurring opportunity to study what rules really are” (LIBERMAN, 2015).

Apesar do aparente caos que um leigo pode enxergar em um mar repleto de surfistas, “wave after wave, set after set, somehow someone obtains a ride, collisions are avoided, and the chaos is only apparent” (LIBERMAN, 2015). Mas, embora existam regras – inclusive escritas – que, supostamente, ordenam a alternância com que os surfistas devem pegar ondas, elas não conseguem atender a todas as situações concretas com as quais os surfistas se deparam. A imprevisibilidade das situações faz com que, por exemplo, algumas regras se tornem incompatíveis entre si, sendo necessário com que sua prioridade e relevância sejam decididas localmente. É a lógica da situação se impondo sobre uma suposta ordenação apriorística dada pelas regras.

No *surf*, segundo Liberman, existem algumas regras que, dependendo da situação, podem apresentar algum conflito entre si. Podemos, aqui, citar algumas delas: a) o surfista que se levanta primeiro, adquire o direito de surfar a onda; b) o surfista mais bem posicionado adquire o direito de surfar a onda; c) o surfista mais experiente ganha o direito de surfar a onda. Como afirma Liberman, devido às contingências locais colocadas pelo mar, sempre dinâmicas e inesperadas, em algumas ocasiões não será uma decisão fácil qual dessas regras seguir no momento de se pegar uma onda – e, além de tudo, os surfistas estão ali não para seguir regras, mas para surfar ondas, de modo a que seguir as regras pode ser, inclusive, um impeditivo para esse seu objetivo primeiro.

A maneira concreta como os surfistas irão mobilizar as regras é que determinará sua relevância local: “surfers will raise a rule only when there is an action that can be clearly attached to the specific rule since it is pointless to assert a rule when the relationship between rule and action cannot be made publicly visible.”

(LIBERMAN, 2015). Serão as ações dos surfistas que mobilizarão determinada regra, e não o contrário. Assim, se um surfista que está nitidamente mais bem posicionado avistar outro surfista (em pior posicionamento) se levantar primeiro e ficar de pé na prancha, ele pode tanto ficar também de pé – **criando uma situação de competição** pela onda e, assim, tornar relevante a regra do “melhor posicionado ganha a onda” – ou, diferentemente, permanecer deitado sobre a prancha – cedendo a vez, **tornando a situação amistosa** e, para todos os efeitos práticos, tornar relevante apenas a regra “quem levanta primeiro ganha a onda”.

Uma outra situação, observada por Liberman, acontece quando uma onda tem o formato de letra A, em que, ao invés de “quebrar” para apenas um lado – como acontece com a maioria das ondas – ela “quebra”, simultaneamente, para os dois lados (por isso, o formato de letra A). Esse imprevisto torna obsoleta uma das regras do *surf*⁴ que diz que, a cada onda, apenas um surfista deve surfá-la (de modo a evitar colisões). Como a onda “quebra” para os dois lados, é possível que dois surfistas surfem essa mesma onda, sem prejuízo para sua própria segurança – e, o mais importante, sem que a referida regra tenha sido mobilizada.

O que esses exemplos nos mostram é que

rules are occasioned events, inextricably entangled in local circumstances, and so there is no simple rule-governance; rather, rules are resources that can be used for coordinating and concerting some of the activity [...] To a large extent, "rules" are the analyst's abstraction, and are something that people mostly think about afterwards. Normally the situation occurs first, and the rules afterward, as a kind of gloss that might be able to describe what has just happened. This is contrary to the classical accounts that sociologists give about rules [...] (LIBERMAN, 2015)

Como as diversas situações da vida social apresentarão sempre contingências particulares e, muitas vezes, inéditas – já que há inquestionáveis mudanças na vida social através dos tempos – as regras emergirão a partir das maneiras que as pessoas encontrarão para lidar com essas contingências e não o contrário. São, portanto, os

⁴ Liberman mostra que as regras do *surf* – tais como as regras sociais de um modo geral – são diferentes em cada cultura. A regra de “apenas um surfista por onda” existe nos EUA, mas não no Brasil, onde, segundo Liberman, há uma tolerância maior e até mesmo uma valorização em relação ao compartilhamento de uma onda por mais de um surfista ao mesmo tempo.

etnométodos que revelarão as regras, as normas e todo o conjunto de saberes construídos pelas pessoas nas situações em que se envolvem. Segundo Coulon,

em vez de fazer a hipótese que os atores seguem regras, o interesse da etnometodologia é por em evidência os métodos pelos quais os atores atualizam essas regras. É o que as faz observáveis e descritíveis. As atividades práticas dos membros, em suas atividades concretas, revelam as regras e os modos de proceder. Noutras palavras, a observação atenciosa e a análise dos processos aplicados nas ações permitiriam por em evidência os modos de proceder pelos quais os atores interpretam constantemente a realidade social, inventam a vida numa permanente bricolagem. (1995, pág. 31 e 32)

A etnometodologia busca perceber como os membros de uma sociedade atualizam, concretamente numa interação, não só os saberes sobre as regras de comportamento mas qualquer saber de senso comum. O objetivo da etnometodologia é pôr em evidência os métodos pelos quais as pessoas atualizam, situadamente, o conhecimento de senso comum – processo que permite que as situações sociais se tornem descritíveis e inteligíveis para os próprios membros. Como já dito anteriormente, o objetivo da etnometodologia é pôr em evidência os etnométodos, cuja função é possibilitar uma ordem local compartilhada entre os membros – um contexto comum – que permite, enfim, a emergência da intersubjetividade.

O termo etnometodologia, diferentemente do que parece sugerir numa primeira aproximação, não designa uma metodologia de pesquisa, mas sim o estudo dos etnométodos. O termo *etno* refere-se a grupos de pessoas que compartilham mesmos saberes socioculturais e o termo *método* refere-se às maneiras de construir a organização e a co-pilotagem das várias atividades cotidianas. Como se pode perceber, a etnometodologia busca compreender *como* comunidades que compartilham uma mesma cultura produzem e mantêm uma ordem local da vida cotidiana: “the ethnomethodologist seeks to discover the “methods” that persons use in their everyday life in society in constructing social reality and also to discover the nature of the realities they have constructed.” (PSATHAS, 2015, pág. 509)

Os etnométodos podem ser caracterizados como sendo os comportamentos interacionais pelos quais os membros de uma sociedade organizam as diversas

atividades cotidianas em que se envolvem. Tais comportamentos, é sempre bom ressaltar, não devem ser entendidos como formas universais ou fórmulas prontas que, em qualquer interação, produziram o mesmo tipo de organização interacional. Os etnométodos são comportamentos situados, ou seja, funcionam de maneira específica de acordo com a situação em que são produzidos.

Pensemos, para exemplificar, na seguinte situação: um pedestre, próximo à faixa de pedestres, e um motorista, se aproximando com seu veículo, trocam olhares que explicitam a percepção mútua. Caso esse pedestre esteja ali apenas admirando a paisagem, sem intenção de atravessar a rua, ele pode, por exemplo, orientar seu corpo para o lado oposto à rua e ficar a olhar os prédios (um etnométodo), numa tentativa de ter esse seu comportamento compreendido pelo motorista como um sinal de que, apesar de estar próximo da faixa, não quer atravessar a rua. Mas, numa situação semelhante – com a diferença que, agora, o motorista viu que o pedestre não se apercebeu da aproximação do veículo – o comportamento do pedestre de ter o corpo orientado para o lado oposto da rua e estar a olhar os prédios não permite, nesta situação específica, que o motorista interprete que o pedestre não queira atravessar a rua, já que este comportamento, conectado ao fato objetivo dele não ter percebido a chegada do carro, permite a inferência de que, a qualquer momento, o pedestre possa se virar e iniciar a cruzamento da via. O mesmo comportamento, devido às contingências locais em cada caso, produziu uma organização distinta da interação.

Apesar deste ser um exemplo banal, nos deparamos o tempo todo com situações semelhantes, em que são os comportamentos metódicos dos membros, **sempre em conjunto com os dados objetivos da situação**, que nos indicarão a organização concreta da interação em que nos inserimos. Como nos relembra Adriano Duarte Rodrigues, “não é a materialidade dos comportamentos que lhes dá sentido, uma vez que a manifestação material de um comportamento pode ter sentidos muito diferentes e até opostos, consoante o comportamento que o desencadeou e o comportamento que ele desencadeia” (2015, pág. 408). Os etnométodos são comportamentos situados e, portanto, mobilizarão, sempre reflexivamente, a relevância concreta de uma organização interacional.

Claro que, nas **situações típicas** do dia-a-dia de uma sociedade, os métodos usados para criá-las serão incorporados à cultura local, tornando-se modos recorrentes de construção dessas situações típicas e seus princípios organizacionais. Como membros de uma mesma cultura, passamos a tomar como dados tais métodos que, apesar de banais, nos permitem enxergar uma ordem local familiar nas diversas situações típicas do nosso cotidiano, tornando “visto mas não destacado” - *seen but unnoticed* - (GARFINKEL, 2015) o *background* comum de saberes situacionais que permitem nossa compreensão mútua nessas interações.

Para provar a existência do aspecto “visto mas não destacado” de uma ordem social situada – e a conseqüente organização de saberes que ela torna relevante – Garfinkel pediu que seus alunos fizessem algumas experiências de violação (*breach experiments*) das ordens situacionais em que se envolvem no dia a dia. Para mostrar que as situações comuns do cotidiano dos membros de uma cultura eram criadas por métodos comuns que os membros tomam como dados nessas situações – ou seja, métodos que consideram “óbvios e não problemáticos, e assumidos tacitamente pelas pessoas” (GASTALDO e WATSON, 2015, pág. 24) – Garfinkel propôs aos seus alunos que adotassem comportamentos que perturbassem as rotinas, estabelecidas por esses métodos comuns, nas situações típicas de seu cotidiano. O objetivo de Garfinkel era, justamente, destacar os saberes de senso comum que, nas interações do dia-a-dia, são vistos – através dos métodos ali rotineiramente utilizados – mas não destacados pelos membros em atividade:

The studies reported in this paper attempt to detect some expectancies that lend commonplace scenes their familiar, life-as-usual character, and to relate these to the stable social structures of everyday activities. Procedurally it is my preference to start with familiar scenes and ask what can be done to make trouble. The operations that one would have to perform in order to multiply the senseless features of perceived environments, to produce and sustain bewilderment, consternation, and confusion; to produce the socially structured affects of anxiety, shame, guilt, and indignation; and to produce disorganized interaction should tell us something about how the structures of everyday activities are ordinarily and routinely produced and maintained. (2015, pág. 37 e 38)

Garfinkel, além de evidenciar o fato de que as estruturas sociais são situadas e não uma entidade monolítica que agiria coercitivamente para toda e qualquer situação, mostra também que essas estruturas situadas são produzidas e mantidas rotineiramente através dos etnométodos – também situados – empregados pelos membros da sociedade. Estrutura, portanto, num viés etnometodológico não é um sistema de valores, normas, regras e posicionamento social abstrato e geral para toda a sociedade mas sim “um padrão auto-organizado de atividades, por exemplo, o modo como as pessoas organizam suas falas em sequências durante uma conversa e como elas fazem isto *enquanto* conversam” (GASTALDO e WATSON, 2015, pág. 43). Portanto, a proposta dos *breach experiments* de desestabilizar as rotinas interacionais comuns do dia-a-dia passa, sobretudo, pela desestabilização dos métodos rotineiros com que criamos essas situações cotidianas familiares. Como diz Garfinkel: “obversely, a knowledge of how the structures of everyday activities are routinely produced should permit us to tell how we might proceed for the effective production of desired disturbances” (2015, pág. 38).

Vários foram os tipos de experimentos de violação propostos por Garfinkel a seus alunos. Um dos mais famosos foi o experimento que propunha que os alunos permanecessem um tempo – algo em torno de quinze minutos a uma hora – como se fossem convidados em seus próprios lares, adotando comportamentos formais e polidos ao invés do modo habitualmente informal com que agiam naturalmente no dia-a-dia com seus familiares.

[...] family members were stupefied. They vigorously sought to make the strange actions intelligible and to restore the situation to normal appearances. Reports were filled with accounts of astonishments, bewilderment, shock, anxiety, embarrassment, and anger, and with charges by various family members that the student was mean, inconsiderate, selfish, nasty, or impolite. Family members demanded explanations: What’s the matter? What’s gotten into you? Did you get fired? Are you sick? What are you being so superior about? Why are you mad? Are you out of your mind or are you just stupid? One student acutely embarrassed his mother in front of her friends by asking if she minded if he had a snack from the refrigerator. “Mind if you have a little snack? You’ve been eating little snacks around here for years without asking me. What’s gotten into you?” One mother infuriated when her daughter spoke to her only when she was spoken to, began to shriek in angry denunciation of the daughter for her disrespect and insubordination and refused to be calmed

by the student's sister. A father berated his daughter for being insufficiently concerned for the welfare of others and of acting like a spoiled child. (GARFINKEL, 2015, pág. 47 e 48)

Ocasionalmente, segundo o relato de Garfinkel, os familiares dos estudantes, ao buscar uma racionalidade para aqueles comportamentos estranhos, os encaravam como uma “deixa” para que se engajassem numa teatralização bem humorada, numa brincadeira em família, mas logo se irritavam quando percebiam que o estudante parecia não saber quando era a hora de parar com aquilo que alguns familiares tinham interpretado como um jogo.

Esses experimentos tornavam explícitos, portanto, toda uma ordem situada que, embora vista, não é destacada nas interações cotidianas (a relação entre atores envolvidos; os papéis sociais desempenhados numa situação; os predicados situados das ações e pessoas, os valores e regras mobilizadas etc...). O que torna visível essa ordem para os membros de uma interação é justamente a maneira com que eles, conjunta e sincronizadamente, constroem as situações do dia-a-dia. Os métodos usados pelos membros mostram uma ordem situada – um contexto local – que lhes serve de apoio no processo de produção e interpretação de suas ações e enunciados.

II.3. A prática da pesquisa etnometodológica: observando a observação sociológica dos membros

Uma das primeiras coisas a ressaltar quando falamos sobre o modo etnometodológico de fazer pesquisa é a *indiferença etnometodológica*. Sobre isso, Garfinkel e Sacks escreveram:

Os estudos etnometodológicos de estruturas formais estão voltados para o estudo de tais fenômenos, buscando descrever os relatos dos membros a respeito das estruturas formais onde quer e por quem quer que sejam feitos, ao mesmo tempo em que se abstêm de qualquer julgamento quanto à sua adequação, valor, importância, necessidade, praticidade, sucesso ou consequencialidade. Chamamos a essa política de procedimento de “indiferença etnometodológica” (2012, pág. 229)

A indiferença etnometodológica é o cerne de uma postura de análise que busca não impor as expectativas do analista sobre a realidade que ele observa. Essa atitude, fundamental para a etnometodologia, é a tradução prática do paradigma etnometodológico fundado na concepção de que as estruturas socioculturais são criadas pelos comportamentos situados dos membros e não o contrário, como se o comportamento dos membros fossem derivados de estruturas sociais pré-existentes. Ao perceber o sociólogo tradicional como alguém que busca explicar a realidade a partir de teorias previamente construídas, ao invés de compreendê-la a partir dos comportamentos concretos dos membros em interação, Garfinkel enxerga uma prepotência da sociologia profissional em desvalorizar um *raciocínio sociológico prático* exercido pelos membros de uma sociedade:

I have been arguing that a concern for the nature, production, and recognition of reasonable, realistic, and analyzable actions is not monopoly of philosophers and professional sociologists. Members of a society are concerned as a matter of course and necessarily with these matters both as features and for the socially managed production of their everyday affairs. The study of common sense knowledge and common sense activities consists of treating as problematic phenomena the actual methods whereby members of a society, doing sociology, lay or professional, make the social structures of everyday activities observable. (2015, pág. 75)

Como se vê pela citação acima, o analista deve observar a realidade tal como é constituída pela interpretação dos membros, ao invés de, antes mesmo da observação, se armar com teorias explicativas sobre a ordem social para dar sentido à realidade que observam. A pesquisa etnometodológica buscará nos comportamentos situados dos membros, como eles mesmos tornam visíveis, uns para os outros, uma ordem social local. De que adiantaria uma teoria explicativa sobre determinados fenômenos se, no gerenciamento concreto que os membros fazem de suas interações, tais fenômenos não tivessem sequer sido por eles tornados relevantes? Tal como afirmam Hester e Francis, “ethnomethodology consists in observational studies of what is observably the case. It takes ordinary observations of social activities and asks how is what is observably the case in respect of them produced?” (2004, posição 394).

A observação dos métodos pelos quais os membros de uma sociedade tornam a organização de suas atividades cotidianas observáveis é o caminho que nós, cientistas sociais, temos para a compreensão dos fenômenos sociais. Ao negligenciar os métodos situados pelos quais os membros constroem suas situações cotidianas, estaremos impondo, enquanto analistas, nossas próprias grades analíticas sobre o que está acontecendo. O risco de imprecisão, incompreensão e mesmo deturpação sobre o objeto analisado será muito grande. Se o sentido das ações e enunciados só se revela em relação ao contexto concreto em que foram produzidos, será um desastre tentar atribuir um sentido às ações e enunciados a partir de um contexto elaborado pelo analista, seja esse contexto elaborado através de suas próprias expectativas e pré concepções sobre o que está sendo analisado, seja através de teorias previamente mobilizadas. O grande risco das investigações que não levam em conta o ponto de vista êmico é, enfim, o de descreverem fenômenos diferentes daqueles que estão realmente ocorrendo: “these studies, at the very least, are often describing things other than they propose to be describing” (SHARROCK e ANDERSON, 2011, pág.40).

A pesquisa etnometodológica centra-se na análise de *situações naturais*, isto é, naquelas em que não há a interferência do pesquisador. Com isso, os etnometodólogos excluem de seus procedimentos investigativos, por exemplo, entrevistas com os participantes das interações que analisam ou pesquisas quantitativas sobre os fenômenos estudados. Em ambos os casos – entrevistas ou pesquisas quantitativas – a interferência do pesquisador direciona a análise para um outro contexto que não aquele em que os fenômenos estudados realmente ocorreram. A inclusão de categorias e saberes do pesquisador fará com que os dados ali produzidos tenham pouco a dizer sobre a situação concreta que se pretendia analisar: se, como vimos, os enunciados e ações são indiciais, aqueles produzidos a partir de uma entrevista ou pesquisa quantitativa serão, inevitavelmente, índices dessas situações e não da situação que, realmente, se desejava investigar.

Como se pode inferir a partir do que foi dito, a observação detalhada das situações naturais será a chave que permite acesso a uma pesquisa etnometodológica. Contudo, a etnometodologia permite um passo além em relação aos procedimentos etnográficos utilizados pela pesquisa antropológica e pelas

pesquisas sociológicas de orientação interacionista, também largamente baseadas na observação das situações naturais e, em muitos casos, também atentas ao *ponto de vista do ator*. Na observação etnográfica, embora essa seja condizente com a pesquisa etnometodológica, não se desenvolveu um aparato observacional dos procedimentos rotineiros dos participantes que fosse capaz de tornar visível o sentido dos fenômenos por eles vividos:

Ethnomethodology [...] is an approach that takes seriously the implications of the routine observability of social activities. It starts from the fact that sociologists are, first and foremost, members of society like anyone else, equipped with the same kinds of social competencies that any member of society can be presumed to possess. **However, where conventional ethnography draws upon such competencies as unexamined resource for doing sociological description, ethnomethodology turns its attention to such competencies as topics of inquiry in their own right.** Its focus is upon the methods by which members of society are able to observe and recognize what is happening around them, and thereby know what they should do to fit their actions together with the actions of other. **Another way of putting this is to say that the difference here between conventional ethnography and ethnomethodology concerns the latter's focus upon the 'possibility' of observation.** (HESTER e FRANCIS, 2004, posição 384 e 389, grifos nossos)

As premissas da análise etnometodológica – que permitem a observação dos fenômenos tal como vividos pelos participantes de uma situação analisada – podem ser agrupadas, segundo Hester e Francis (2004), em alguns princípios relacionados entre si: a demonstração da relevância de suas descrições; que, por sua vez, exige a percepção da orientação dos membros sobre a situação estudada; que, por sua vez, exige que se encare a fala e as ações, produzidas pelos membros, de modo situado (produzindo as situações e sendo produzidos por ela, de modo reflexivo); e que isso possa ser demonstrado e inspecionado nos dados produzidos pelos próprios membros nas situações em análise. Em suma, a etnometodologia busca, na observação das estruturas interacionais de uma situação – realizadas através de etnométodos compartilhados pelos membros – a relevância dos fenômenos para seus participantes, possibilitando ao analista perceber, desse modo, uma ordem social local. Como sintetiza Adriano Duarte Rodrigues,

Os interactantes mostram [...] comportar-se de acordo com o entendimento que, em cada um dos momentos da interação em que estão envolvidos, têm daquilo que está em jogo ou que se está a desenrolar. Como estão a ver, o que é importante é dar conta do entendimento que as pessoas possuem nos diferentes quadros interacionais em que se envolvem, entendimento que é processado por uma operação cognitiva determinante, indispensável para decidirem quando devem intervir e que comportamentos devem adotar apropriadamente de cada vez que intervêm. É por isso que vou tentar compreender a natureza dos diferentes princípios que regulam estas operações que as pessoas são levadas a fazer no decurso das interações que estabelecem umas com as outras e a procurar compreender a natureza da relação entre esses princípios. (2015, pág. 408)

Entre as diversas vertentes de pesquisa oriundas da etnometodologia, a Análise da Conversa (*Conversation Analysis*) e a Análise de Categorização de Pertencimento (*Membership Categorization Analysis*) – temas de nossos próximos capítulos – explicitaram os métodos interacionais com os quais as pessoas constroem uma ordem social local através da fala. Harvey Sacks, considerado o ‘pai fundador’ dessas duas vertentes de pesquisa etnometodológica, procurou examinar, em detalhe, as características constituintes da interação conversacional, identificando as estruturas conversacionais que os participantes mobilizam quando conversam (HESTER e FRANCIS, 2004, posição 341) e que lhes permite, por sua vez, construir uma organização social local. Embora o foco dessas vertentes seja a análise da fala-em-interação, suas preocupações não são com a linguagem *per se* mas sim com a interação. Como adverte Sidnell, o objetivo principal dos estudos iniciados por Harvey Sacks é o de descobrir e descrever as *estruturas interacionais* da fala e não suas estruturas linguísticas (2010b, pág. 167).

Como a fala-em-interação é um dos modos mais estáveis de interação social da humanidade – “the interactional maneuvers in the plays of Shakespeare, sophisticated though some of them are, are perfectly intelligible to us four centuries later” (HERITAGE; 1998, pág. 3) – o objetivo dos estudos de Sacks é perceber os métodos que as pessoas usam para interagir conversacionalmente, ou seja, os *etnométodos para conversar* (GASTALDO e WATSON, 2015, pág. 87).

Por um lado (*Conversation Analysis*) Sacks estava preocupado em compreender os métodos pelos quais as pessoas organizam sequencialmente a fala,

de modo a que fosse possível compreender como uma elocução se relaciona com uma estrutura sequencial em que está embutida e da qual faz parte:

Conversation analysis (CA), like other forms of discourse analysis focuses extensively on issues of meaning and context in interaction. However, CA is distinctive in developing this focus by linking both meaning and context to the idea of sequence. In fact, CA embodies a theory which argues that sequences of actions are central aspect of the social context of an action, that the meaning of an action is heavily shaped by the sequence of previous actions from which it emerges, and that social context itself is dynamically created thing that is expressed in and through the sequential organization of interaction (HERITAGE, 1998, pág. 3)

Por outro lado (*Membership Categorization Analysis*), Sacks se preocupou com o modo como as pessoas organizam, interacionalmente, o conhecimento de senso comum através da utilização de **categorias de pertencimento** na construção de suas atividades cotidianas (HESTER e FRANCIS, 2004, posição 346).

Nosso intuito nesta pesquisa, como detalharemos na metodologia, será a realização de uma análise integrada que procure abranger tanto os aspectos sequenciais observados na fala-em-interação do programa *Roda Viva* quanto os seus aspectos categoriais. Como advertem Gastaldo e Watson (2015, pág. 151 e 152), embora não exista uma fórmula geral que faça cruzar essas duas vertentes, uma separação analítica entre sequencias e categorizações se mostraria como uma violência em relação à integração que sequências e categorizações apresentam na organização das conversas.

Capítulo III. *Análise da Conversa*: maquinarias da fala-em-interação como recursos para co-pilotagem conversacional e construção de contextos locais.

III.1. Origens e princípios da *Análise da Conversa*

A *Análise da Conversa* (AC), podemos dizer com segurança, é a herdeira mais proeminente da mentalidade etnometodológica de observação da vida social. O sociólogo americano Harvey Sacks é considerado o “pai fundador” desse campo de investigação, tendo recebido a colaboração próxima de dois de seus colegas, os também sociólogos Emanuel Schegloff e Gail Jefferson⁵.

As principais bases teóricas da AC podem ser encontradas, por um lado, no trabalho de Erving Goffman – Sacks e Schegloff foram seus alunos – e, por outro, como já dito, na etnometodologia de Harold Garfinkel. Da sociologia goffmaniana, a AC adotou a perspectiva de não negligenciar a situação social – com seus direitos e obrigações interacionais – como um fenômeno, por si só, digno de análise – ou seja, sem reduzi-la à psicologia individual ou às estruturas socioculturais gerais de uma sociedade (RAYMOND e SIDNELL, 2014, pág. 249). Mas a atenção ao caráter situado dos fenômenos sociais sempre foi feita pela AC levando em conta aquilo que a perspectiva etnometodológica insiste em ressaltar: o fato de que a **construção da intersubjetividade** é uma questão incessantemente colocada para os participantes de uma interação. Desse modo, às obrigações morais situadas percebidas por

⁵ Como adverte Douglas Maynard, ainda está para ser devidamente valorizada a enorme influência e contribuição dos trabalhos de Emanuel Schegloff e Gail Jefferson no desenvolvimento da AC. Segundo Maynard, “a full scholarly treatment of the influences on Schegloff and the ways in which his work has shaped the field over the 35 years since Sacks’ untimely death has yet to be written. Certainly one of Schegloff’s [...] crowning contributions, as Sacks himself wrote in a 1974 letter to Schegloff, was to instantiate and pave the way for working “quantitatively” – namely on masses of data or what have come to be called collections, rather than just single instances where Sacks’ intention was “to isolate structure in particulars”. That structure is to be found in the details of a single instance, even while the investigator works with collections of a phenomenon, is a hallmark of CA not usually found in endeavors concerned with talk and interaction. Similarly, a complete assessment of Gail Jefferson’s contributions to early CA has as yet to be written, but it can be said that her invention of a system for detailed transcription is the very substrate upon which scholars in the CA field historically and to the present day have based and can generate observations and findings about what Sacks [...] himself famously termed *order at all points*. The manifold CA reports and studies documenting robust conversational patterns and structures extant in the micro moments of talk and embodied social interaction would simply not be possible without the Jeffersonian system [...]” (2013, pág.12).

Goffman nas diferentes interações do cotidiano de uma sociedade, a AC adicionou a preocupação etnometodológica acerca da construção, feita pelos próprios participantes de uma interação, de uma base comum que pudesse dar a eles mesmos o entendimento compartilhado sobre essas obrigações morais situadas:

With Garfinkel [...] conversation analysts recognize that analyzing the conversation in terms of rules and practices that impose moral obligations, in the way that Goffman stressed, needs to be supplemented by recognizing the importance of intersubjectivity. In particular, this approach means focusing on how interactional rules and practices are ceaselessly drawn upon by the participants in constructing shared and specific understandings of 'where they are' within a social interaction. Central to this process is a 'reflexive' dimension in social action: by their actions participants exhibit an analysis or an understanding of the event in which they are engaged, but by acting they also make an interactional contribution that moves the event itself forward on the basis of that analysis. In this sense, to adapt Otto Neurath's famous metaphor, they are building the ship while already being out on the ocean. (HERITAGE, 2005, pág. 103 e 104, grifo nosso)

O importante a ressaltar é que o trabalho de Sacks, Schegloff e Jefferson permite demonstrar rigorosamente – através da compreensão dos etnométodos que as pessoas utilizam para interagir conversacionalmente – que uma interação conversacional não é um epifenômeno que poderia ser explicado, de maneira simplista, como consequência direta da linguagem, da mente, da sociedade, da cultura ou de alguma combinação entre esses elementos (STIVERS e SIDNELL, 2013, pág. 7), mas sim como um verdadeiro fenômeno (como aponta a sociologia de Goffman) realizado através de um agenciamento local, situado, conjunto e incessante dos membros da sociedade (como aponta a sociologia de Garfinkel).

O objetivo da AC, ao encarar as interações conversacionais – a fala-em-interação – como um fenômeno por si, é o de perceber os fenômenos conversacionais para os quais as pessoas se orientam quando interagem através da fala: os modos como alternam a vez de tomar a palavra, as formas situadas de realizar ações e sequências de ações através da fala, os modos de corrigir a própria fala e a fala dos outros etc. (SCHEGLOFF, 1992, pág. 104). A AC está preocupada, portanto, em compreender os métodos pelos quais as pessoas organizam as interações conversacionais do seu cotidiano. É importante ressaltar, contudo, que a AC “não tem e nunca teve um interesse central pela linguagem em si, nem por sua descrição, mas enfoca, isto sim,

a articulação dos métodos de ação social humana” (GARCEZ, 2008, pág. 21). Ou seja, a AC se preocupa em compreender os métodos pelos quais as pessoas **organizam ações sociais** quando interagem conversacionalmente.

O interesse da AC por essa articulação conversacional dos métodos de ação social se justifica pelo fato de que é essa articulação que permite aos falantes sincronizarem suas intervenções de modo a construir intersubjetividade – ou seja, um mundo prático para o aqui e agora de uma situação. A sincronização de ações concertadas é o que permite, enfim, a construção de contextos comuns e, por isso, a emergência da intersubjetividade. Segundo Adriano Duarte Rodrigues,

a atividade conversacional bem sucedida, em que os processos de intersincronização entre os participantes funcionam de maneira bem regulada, desempenha [...] esta função ritual de constituição de uma comunidade, em torno do reconhecimento do mesmo mundo vivido e da identidade de membro de uma mesma comunidade de vida. (2007, pág. 11)

III.2. O olhar conversacionista: a atenção à produção sequencial de ações concertadas

O ponto de vista adotado pela AC em relação à linguagem é que essa é, basicamente, um meio para a realização de ações. Sacks assume radicalmente a reformulação que John Austin (1979) fez em sua própria proposta inicial de distinção dos enunciados em *constatativos* (utilizados para referir, descrever, ou constatar fatos) e *performativos* (utilizados para realizar ações). Por essa reformulação, Austin afirma que todos os enunciados – mesmos aqueles que descrevem algum referente – são performativos, ou seja, realizam ações tais como informar, prometer, ordenar, perguntar, responder, etc. Essa reformulação, feita por Austin, teve origem na percepção de que mesmo um enunciado utilizado para constatar ou descrever um fato pode ser visto como a realização, **ainda que não explícita**, de uma ação:

[...] it would be a very typical performative utterance to say ‘I order you to shut the door’ [...] It is performing the act of ordering you to shut the door, and it is not true or false. But in the appropriate circumstances surely we

could perform exactly the same act by simply saying 'Shut the door', in the imperative. Or again, suppose that somebody sticks up a notice 'This bull is dangerous', or simply 'Dangerous bull', or simply 'Bull'. Does this necessarily differ from sticking up a notice, appropriately signed, saying 'You are hereby warned that this bull is dangerous'? It seems that the simple notice 'Bull' can do just the same job as the more elaborate formula. Of course the difference is that if we just stick up 'Bull' it would not be quite clear that it is a warning; it might be there just for interest or information, like 'Wallaby' on the cage at the zoo, or 'Ancient Monument'. No doubt we should know from the nature of the case that it was a warning, but it would not be explicit. (Austin, 1979, pág. 243)

Como vimos nos capítulos anteriores, todo enunciado é indicial, ou seja, reflete suas próprias condições de enunciação. Por isso, seu sentido dependerá sempre das circunstâncias concretas em que é produzido. Essas circunstâncias, como vimos, se relacionarão com os enunciados de modo reflexivo, ou seja, enunciados e circunstâncias terão seus sentidos constituídos de modo mutuamente dependente. Assim, os enunciados – já que são, ao mesmo tempo, 'produzidos em' e 'produtores de' situações práticas de atividade humana – estarão sempre *fazendo* alguma coisa, a depender das circunstâncias relevantes que com eles se relacionam, mesmo que esse *fazer* seja, apenas, a realização da ação de *informar* – tal como ressaltou Austin no exemplo que deu sobre o enunciado "Wallaby" (um tipo de canguru) colocado ao lado de uma jaula no zoológico.

Vejamos um outro exemplo: o enunciado "seu cabelo está sujo", além de descrever o fato de que o cabelo de alguém está sujo, realiza também alguma ação, que será reflexivamente constituída com relação aos *inputs* contextuais concretos em que esse enunciado for produzido. Admitamos que a pessoa que realizou tal enunciado seja a mãe de uma criança que não quer tomar banho. Nessa situação, tal enunciado pode estar, talvez, realizando a ação de *convencer* a criança da necessidade do banho. Em outra situação hipotética – por exemplo, um casal de namorados se encontrando à porta do cinema – esse enunciado pode significar que a pessoa que o proferiu esteja, na verdade, realizando a ação de *reprimenda* ao namorado/a que não lavou os cabelos antes do encontro romântico ou, talvez ainda, a ação de *perguntar* o motivo daquele cabelo estar sujo, mesmo sem utilizar-se da forma interrogativa (ou, mais ainda, as duas coisas ao mesmo tempo).

O que é importante ressaltar é que são os próprios participantes de uma interação que mostrarão, na sequencialidade da interação, os sentidos das ações que seus enunciados constroem – e não uma decisão apriorística do analista da interação em questão. Por isso, a organização sequencial das ações é, para a perspectiva analítica da AC, algo fundamental:

Um tal interesse pela organização sequencial se destaca [...] por serem eminentemente sequenciais os padrões observados para compreender as ações e os métodos de ação segundo as perspectivas dos participantes. Essa premissa é empiricamente sustentada, porque os participantes efetivamente se organizam para agir mediante o uso da linguagem nas contingências do espaço e do tempo físico real, já que não é possível falar ao mesmo tempo por muito tempo[...]

Também [...] parece sustentado empiricamente o fato de que os participantes precisam demonstrar entendimento do que foi dito e feito antes ao agirem aqui e agora, e podem contar com a expectativa de que os interlocutores terão que demonstrar seus entendimentos de modo análogo, *subsequentemente* – a tal ponto que se pode afirmar, em caráter didático, que uma ação só está completa, para todos os efeitos práticos, no turno em terceira posição subsequente, conforme ilustra o quadro a seguir:

1ª posiçãoA: elocução/ação individual proposta por A

2ª posiçãoB: elocução/ação individual proposta por B que revela entendimento da elocução e da ação individual de A em primeira posição

3ª posiçãoA: elocução/ação individual proposta por A que revela o entendimento da elocução e da ação individual de B em segunda posição, e aceita o entendimento por parte de B do que A disse/fez em primeira posição. (GARCEZ, 2008, pág. 28 e 29)

O que Pedro Garcez mostra é que a organização local das sequências de ações é o que vai revelar, tanto ao analista como aos participantes de uma interação, qual o sentido das ações individuais e que tipo de atividade prática está sendo realizada. Além disso, também fica claro que a AC rejeita qualquer concepção de linguagem que veja correlação direta entre *forma linguística* e *função pragmática*. A função pragmática de determinada forma linguística de uma elocução dependerá da **posição** dessa elocução no fluxo sequencial de uma interação conversacional (TEN HAVE, 2007, pág. 6).

Tais afirmações podem ser feitas pois cada elocução individual numa fala-em-interação se apresenta como um *input* contextual que tanto irá gerar expectativas sobre a elocução individual subsequente, como será, por ela, retrospectivamente elaborado. As duas elocuições terão seus sentidos constituídos reflexivamente – e

esses sentidos, claro, estarão sempre sujeitos a reparações na sequencialidade da interação.

Para essa expectativa que uma elocução individual projeta para a elocução subsequente, a AC dá o nome de *relevância condicional*:

By conditional relevance of one item on another we mean: given the first, the second is expectable; upon its occurrence it can be seen to be a second item to the first; upon its nonoccurrence it can be seen to be officially absent – all this provided by the occurrence of the first item. (SCHEGLOFF, 1968, pág. 1083)

A ideia de *relevância condicional* permite entender que os participantes de uma interação conversacional, ao produzirem suas falas, não o fazem de modo desordenado mas, sim, levando em consideração o que seu interlocutor disse antes (LODER, SALIMEN, MULLER, 2008, pág. 40). Mais do que apenas uma justaposição serializada de elocuições individuais sem relação entre si, as sequências de turnos de fala são caracterizadas, justamente, pelo **encaixe** que os turnos apresentam uns com os outros. Como coloca Ten Have, “[t]he idea of ‘sequence’ refers to the common experience that ‘one thing can lead to another’”. This may be one reason why people sometimes refuse a simple act, such as returning a greeting, because they do not want to be involved in what might follow from that” (2007, pág. 130, grifo nosso).

Já que a ação de um falante será sempre constrangida pelas ações expressas pelos seus interlocutores nos turnos anteriores – caso contrário, a própria proposta de *inter-ação* não é atendida – qualquer tentativa de interpretação desta ação deverá ter em conta a racionalidade que ela terá em relação às ações produzidas anteriormente a ela. Como os turnos anteriores – esses co-textos que funcionam como verdadeiros *inputs* contextuais – projetam expectativas para os turnos subsequentes, uma ação produzida num turno será sempre uma ação em relação aos turnos anteriores (mesmo nos casos em que a relevância condicional não seja atendida⁶), assim como também projetará expectativas para as ações que serão

⁶ De acordo com Binet, “um dado falante que diz algo pouco relevante à luz da escala de relevância projectada por um turno anterior se dará frequentemente ao trabalho de justificar prévia ou posteriormente, gerando assim uma expansão da sequência conversacional de base, a qual constitui ao olhar do analista um documento que valida empiricamente a teoria microconstrutivista da

produzidas nos turnos subsequentes: “any utterance in interaction is considered to have been produced for the place in the progression of the talk where it occurs (i.e. the ‘slot’ it ‘fills’), especially just after the preceding one, while at the same time it creates a context for its own ‘next utterance’” (TEN HAVE, 2007, pág. 130).

O paradigma analítico da AC repousa na ideia de sequencialidade, pois “[...]os turnos de fala só podem ser efetivamente analisados como elementos integrantes de uma configuração sequencial, e não como elementos estanques, que têm o mesmo valor e que realizam as mesmas ações onde quer que sejam produzidos” (LODER, SALIMEN, MULLER, 2008, pág.42). O sentido de uma ação, como já vimos, será sempre mobilizado pela reflexividade particular dessa ação em relação às circunstâncias de enunciação em que foi produzida. Como os turnos anteriores são um dado objetivo da situação – verdadeiros *inputs* contextuais e, portanto, candidatos a ser parte das circunstâncias de enunciação – toda ação produzida estará inevitavelmente sujeita a ser lida em relação a esses dados concretos das situações de enunciação que são os turnos anteriores.

Para melhor compreendermos esse fato, podemos recorrer ao que acontece, de modo análogo, numa sequência cinematográfica: o sentido de um plano cinematográfico (o momento entre dois cortes) dependerá dos planos anteriores. Isso foi explicitado pelo cineasta russo Lev Kuleshov, no começo do séc. XX, quando realizou um experimento em que ao plano do rosto de um ator com expressão aparentemente “neutra”, o cineasta o antecedia ora com o plano de um prato de sopa, ora com um plano de uma criança num caixão, ora com um plano de uma mulher atraente. A depender de qual dos três diferentes planos antecedesse o plano do rosto do ator – o do prato de sopa, o da criança no caixão ou o da mulher atraente – as pessoas tendiam a enxergar naquele rosto diferentes expressões (ora *fome*, ora *comiseração*, ora *atração sensual*). Só a sequência dos planos poderá dizer o que aquele rosto “significa”. Analogamente, só a sequência de ações numa interação poderá dizer o que uma ação particular significa⁷.

abordagem etnometodológica: o “contexto” é produzido localmente (passo a passo) pelos falantes.” (2012, pág. 85)

⁷ Gabriel Calegari, no texto “O efeito Kuleshov e a consciência intencional” (2016), relaciona o efeito Kuleshov ao conceito husserliano de *intencionalidade da consciência* – o que corrobora ainda mais a relação, por nós aqui levantada, entre o efeito kuleshov e o padrão gestaltico preconizado pela

Uma das inúmeras descobertas da AC é que, na grande maioria das vezes, as ações dos falantes aparecem aos pares, já que, quando um dos falantes produz um turno de fala, há essa orientação para o turno de fala imediatamente anterior:

Um dos ensinamentos caros à AC, deixado por Sacks, e posteriormente desenvolvido por Jefferson e Schegloff, diz respeito ao fato de que as falas dos participantes são “pareadas” [...] Dessa sorte, quando um dos participantes faz um convite a outro, por exemplo, abrem-se (e limitam-se) como ações relevantes para o próximo turno o aceite ou a recusa ao convite” (SILVA, ANDRADE e OSTERMANN, 2009, pág.8)

Assim, a identificação de *pares adjacentes* – ou seja, ações adjacentes que aparecem aos pares – é um dos primeiros movimentos a ser realizado por um analista da conversa na tentativa de percepção do sentido situado das ações, já que a primeira ação condiciona a produção da segunda e, conseqüentemente, ambas constituem reflexivamente seus sentidos específicos. É por isso que habitualmente se dá o nome de *primeira parte do par adjacente* (PPP) à primeira ação produzida e de *segunda parte do par adjacente* (SPP) à ação produzida na seqüência da primeira.

A organização em *pares adjacentes* é um recurso básico de que os falantes dispõem para a formação de seqüências de ação. As seqüências de ação, em sua forma mínima, são constituídas, segundo Schegloff (2007, pág.13), por apenas dois turnos de fala, sendo que no primeiro está representada a PPP e, no segundo a SPP – como podemos ver no exemplo abaixo:

001	M. S.	boa noite caetano
002	C. V.	boa noite

Apenas dois turnos são necessários para a formação de uma seqüência de ação. O turno do apresentador do programa *Roda Viva*, Matinas Suzuki, e o turno do

etnometodologia na definição dos sentidos dos *particulares indiciais*: “Pouco antes de Kuleshov (que descobriu este princípio especificamente para o cinema e pelo cinema), Edmund Husserl [...], na tentativa de superar de vez a oposição entre empiricismo e idealismo, formulou o conceito de intencionalidade da consciência. Neste conceito, a consciência, assim como o objeto, não existe a priori, mas apenas na relação entre si. Toda consciência é consciência de algo. A consciência intencional não é passiva no sentido de ser um recipiente que é preenchido com as percepções do mundo, mas ela só existe em seus atos. Desse modo, ela percebe os fenômenos de modo geral, situando-os, significando-os” (2016).

entrevistado dessa emissão do programa, Caetano Veloso, reflexivamente se constituem como uma sequência formada pelas ações de *cumprimentar* (a PPP localizada na linha 001) e *retornar o cumprimento* (a SPP localizada na linha 002). Contudo, as sequências formadas por apenas dois turnos de fala constituem-se como a forma mínima de uma sequência. Existem outras formas de sequências de ações que são constituídas através de *expansões* da forma mínima. De acordo com Schegloff,

These expansions occur in the three possible places which a two-turn unit permits: before the first pair part, in what we will call pre-expansions; between the first and the projected second pair part, in what we will call insert expansions; and after the second pair part, in what we will call post-expansions.

← Pre-expansion

A First pair part

← Insert expansion

B Second pair part

← Post-expansion. (2007, pág.26)

É importante dizer que, contendo ou não expansões, as sequências de ações são parametrizadas pelos pares adjacentes. E – o que é fundamental, como já aqui ressaltado – importa saber como os próprios participantes demonstram uns aos outros, passo-a-passo na interação, o entendimento que eles mesmos têm sobre as ações e expressões que estão sendo localmente produzidas, turno após turno:

Ao mesmo tempo que a compreensão da fala de outros turnos são demonstrados aos co-participantes, elas estão também disponíveis para os analistas profissionais, a quem, desse modo, é oferecido um critério de prova (e um procedimento de busca) para a análise de o que ocupa uma fala de turno. Uma vez que as compreensões da fala de turnos anteriores pelas partes é que são relevantes para sua construção de turno seguintes, são justamente ESSAS compreensões que se quer para a análise. A demonstração de tais compreensões na fala dos turnos subsequentes proporciona tanto um recurso para a análise de turnos anteriores, quanto um procedimento de prova para a análise profissional de turnos anteriores – recursos intrínsecos aos próprios dados. (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003, pág.53)

Sintetizando o que foi dito até agora, John Heritage descreve os princípios que norteiam o paradigma sequencial que podemos observar na AC, e que nos permite

entender que o contexto é algo fundamentalmente conectado à sequência das ações realizadas pelos participantes de uma interação conversacional:

CA is a field that focuses heavily on issues of meaning and context in interaction. It does so by linking both meaning and context to the idea of sequence. In fact, CA embodies a theory which argues that sequences of actions are a major part of what we mean by context, that the meaning of an action is heavily shaped by the sequence of previous actions from which it emerges, and that social context is a dynamically created thing that is expressed in and through the sequential organization of interaction.

Underlying this approach is a fundamental theory about how participants orient to interaction. This theory involves three interrelated claims:

1 In constructing their talk, participants normally address themselves to a preceding talk and, most commonly, the immediately preceding talk [...] In this simple and direct sense, their talk is *context-shaped*.

2 In doing some current action, participants normally project (empirically) and require (normatively) that some “next action” (or one of a range of possible “next actions”) should be done by a subsequent participant [...] They thus *create* (or *maintain* or *renew*) a context for the next person’s talk.

3 By producing their next actions, participants show an understanding of a prior action and do so at a multiplicity of levels – for example, by an “acceptance” someone can show an understanding that the prior turn was complete, that it was addressed to them, that it was an action of a particular type (e.g., an invitation), and so on. These understandings are (tacitly) confirmed or can become the objects of repair at any third turn in an ongoing sequence [...] Through this process they become “mutual understandings” created through a sequential “*architecture of intersubjectivity*”. (HERITAGE, 2011, pág. 223 e 224)

A ideia de *entendimento mútuo*, que problematizamos no primeiro capítulo, fica agora ainda mais evidente e empiricamente observável: é um processo gerado não pela maestria com que os interlocutores dominam um código linguístico mas pela sequencialidade comportamental que vai, pouco a pouco, construindo uma arquitetura local singular que possibilita a emergência da intersubjetividade.

III.2.1. Maquinarias conversacionais para a produção de contextos locais

Como colocado nos capítulos anteriores, será o contexto enunciativo relevante que permitirá aos participantes de uma situação fazer inferências – e mostrar, através de suas ações, as inferências que fizeram – sobre o que está sendo feito e dito numa interação. Ao mesmo tempo, são essas mesmas ações que

constroem o contexto enunciativo relevante a que os participantes recorrem para fazer as inferências. Assim, de elocução em elocução – ou seja, de turno de fala em turno de fala – os participantes de um interação conversacional vão construindo e reconstruindo o contexto que lhes permite entender suas próprias elocuições: “an utterance context is the organized sequence of turns in which it appears” (MAYNARD, 2006, pág. 58).

O que a AC propõe, em termos de postura analítica, é perceber esse processo de organização das sequências de ações sendo realizado momento a momento, passo a passo, nos seus detalhes. A AC dá visibilidade ao incessante processo de contextualização realizado pelas pessoas em suas interações conversacionais cotidianas:

For the target of its inquiries stands where talk amounts to action, where action projects consequences in a structure and texture of interaction which the talk is itself progressively embodying and realizing, and where the particulars of the talk inform what actions are being done and what sort of social scene is being constituted. (SCHEGLOFF, 1992, pág. 104)

Na realização desse processo de contextualização através da fala, as pessoas mostram competências conversacionais tanto para produzir ações como para fazer inferências sobre as ações produzidas por seus interlocutores. Essas competências se traduzem pelo conhecimento e pelo uso de práticas metódicas, verdadeiros padrões interacionais da fala, que auxiliam os falantes a realizarem e interpretarem ações quando conversam. Em vez de se preocupar com os “conteúdos” das conversas, a AC se debruça sobre os padrões conversacionais com que as pessoas constroem, sequencialmente, qualquer tipo de “conteúdo” pela fala. Esses padrões conversacionais auxiliam as pessoas no processo de produção e interpretação de suas elocuições pois a elas revelam qual o quadro inferencial geral em que estão envolvidas.

As práticas metódicas que resultam em um padrão conversacional – que, por sua vez, revela uma ordem interacional – não são meros veículos neutros ou repositórios para “conteúdos” propositivos da fala. Ao contrário, além de auxiliarem na realização (e interpretação) de ações variadas, elas servirão como recursos para

que as pessoas o façam de um modo específico, de acordo com os propósitos locais da interação: por exemplo, o padrão conversacional verificado nas entrevistas televisivas do *Roda Viva* servirá como um recurso para que os participantes copilotem a interação e, através de variações nesse padrão, possam dar um tom específico, em cada emissão particular, ao quadro inferencial geral proposto pelo padrão.

Para ilustrar o que estamos dizendo, podemos citar um dos procedimentos que fazem parte do padrão conversacional do *Roda Viva* – assim como de vários outros tipos de entrevistas televisivas: os entrevistados esperam para tomar a palavra apenas ao final da produção de uma forma gramatical interrogativa feita pelo entrevistador. Apesar de ser um procedimento padronizado – um etnométodo verificado em vários programas de entrevista – isso não é uma regra a ser seguida mecanicamente, mas algo que os participantes têm em conta quando participam do *Roda Viva*. Quando um entrevistado toma a palavra antes que o entrevistador produza a forma gramatical interrogativa, isso terá consequências interacionais, ou seja, consequências para o quadro inferencial que está sendo criado localmente a partir do quadro inferencial geral proposto pelo padrão. Isso, ao invés de revelar uma desimportância do padrão conversacional do *Roda Viva*, revela sua importância já que é a partir desse padrão que as ações serão levadas em conta, mesmo quando uma intervenção de um falante estiver em desacordo com os procedimentos metódicos padronizados.

A gestão local das práticas conversacionais têm consequências para o sentido das ações realizadas em um turno de fala:

A 'practice' is any feature of the design of a turn in a sequence that (i) has a distinctive character, (ii) has specific locations within a turn or sequence, and (iii) **is distinctive in its consequences for the nature or the meaning of the action that the turn implements.** (HERITAGE, 2011, pág.212, grifo nosso)

A AC preconiza que, nos seus mais variados domínios, a fala-em-interação apresenta práticas metódicas situadas para a realização das ações que estão sendo localmente realizadas. O conjunto de práticas metódicas – o conjunto dos etnométodos da fala-em-interação – revela a maquinaria conversacional utilizada

pelas pessoas para co-pilotarem as interações conversacionais de que participam num determinado tipo de situação. A partir desse recurso para a co-pilotagem da interação, os interagentes podem construir, de acordo com os seus propósitos, a organização local das sequencias de suas falas. A AC se preocupa, portanto, em compreender as maquinarias que possibilitam aos falantes co-pilotarem suas interações e, assim, construírem os contextos enunciativos locais nos mais variados campos de atividade cotidiana – como podemos ver evidenciado abaixo por Sacks:

[t]he work I am doing is about talk. It is about the details of talk. In some sense it is about how conversation works. The specific aim is, in the first instance, to see whether actual single events are studiable and how they might be studiable, and then what an explanation of them would look like.

Thus is it not any particular conversation, as an object, that we are primarily interested in. Our aim is to get into a position to transform, in almost literal, physical sense, our view of “what happened”, from a matter of a particular interaction done by particular people, to a matter of interactions as products of a machinery. We are trying to find the machinery. (SACKS, 2003, pág. 26 e 27)

Compreender as maquinarias utilizadas pelas pessoas para interagir conversacionalmente permite aos investigadores descobrir os *fatos sociais* dos diversos tipos de interação conversacional (SIDNELL, 2013, PAG.78), ou seja, as práticas, normas e ações que os membros de uma sociedade reconhecem como dados nos seus diferentes campos de atuação conversacional. Como tal – de acordo com o que vimos no capítulo anterior – não se trata de descobrir regras gerais no sentido que uma sociologia tradicional daria para isso (algo que as pessoas seguiriam de maneira automática, independentemente das circunstâncias), mas sim os fatos conversacionais situados para os quais as pessoas se orientam quando falam, mesmo que não sigam cegamente as normas e práticas implicadas nesses fatos.

Na obra *Structures of Social Action* (1984) – uma obra de referência no campo da AC – John Heritage e Maxwell Atkinson, através da clara alusão que o título de sua obra faz ao trabalho de Talcott Parsons, *The structure of Social Action* , ressaltam que não existe **uma** estrutura geral para a realização de ações sociais, como preconizava Parsons, mas sim uma multiplicidade de estruturas para as quais as pessoas se orientam e através das quais agem: “the detailed study of actual,

particular social actions and interactions has revealed the immense variety of the phenomena of action, and it is this variety which has informed our pluralization of Talcott Parson's famous title" (HERITAGE e ATKINSON, 1984, pág 13).

Essas diversas estruturas são expressas pelos diversos tipos de atividades interacionais que são realizadas pelas pessoas numa sociedade – nos termos de Goffman, diversas *ordens interacionais*. Por isso, podemos dizer que as pessoas possuem competências **situadas** para agir conversacionalmente, pois cada família de situações semelhantes revela uma ordem interacional própria que nos é dada a ver pela maquinaria conversacional específica com que é produzida: as pessoas se orientam para os fatos conversacionais específicos de uma entrevista médica, de uma aula de língua estrangeira, de uma entrevista de emprego, da marcação de uma reserva num restaurante, de uma conversa informal – podendo, assim, sincronizar suas ações individuais nos mais variados tipos de situação.

Contudo, como salientam Sacks, Schegloff e Jefferson, a conversa informal – aquela que não ocorre baseada em objetivos institucionais – parece ser “a forma básica de sistema de troca de fala, com outros sistemas na disposição representando uma gama de transformações do sistema de tomada de turnos da conversa, para se alcançar outros tipos de sistemas de tomada de turno” (2003, pág.55).

O sistema de tomada de turno – como veremos mais à frente – é o mais importante sistema da maquinaria conversacional, pois dele dependem todos os outros sistemas da fala-em-interação – tal como o sistema de realização de *reparo* ou o sistema de organização de *preferência*, por exemplo. Se os diversos tipos de fala-em-interação institucional são derivações do sistema de tomada de turno da conversa informal, como propõem Sacks, Schegloff e Jefferson, não parece despropositado dizer que a maquinaria que revela a ordem interacional da conversa informal é a matriz geradora das diversas maquinarias que revelam as diversas ordens interacionais das falas-em-interação que podem ser percebidas nos diferentes tipos de situação da vida cotidiana: “[a] conversa ocupa obviamente uma posição central entre os sistemas de troca de fala; talvez o seu sistema de tomada de turnos explique mais ou menos essa centralidade” (2003, pág. 15).

A diferença entre a conversa informal e a fala-em-interação institucionalizada é que, nessa última, os falantes deverão sempre realizar as atividades e os papéis

sociais determinados pelo caráter institucional da interação. Isso faz com que, nessas interações, haja uma menor abertura – em relação ao que se percebe nas conversas informais – para a escolha local dos participantes na realização de suas ações. Isso ocorre, justamente, pela necessidade de desempenhar os papéis sociais preestabelecidos (por exemplo, *médico e paciente, professor e aluno* etc.) e as atividades predeterminadas pelos objetivos institucionalizados da situação (*fazer diagnósticos, relatar sintomas, explicar tópicos de estudo* etc.). Assim, cada família de situações sociais institucionais semelhantes apresentará uma maquinaria conversacional própria que dá visibilidade (o caráter *visto mas não destacado*) a uma estrutura – um contexto institucional – particular: “we see a pervasive orientation on the part of the participants to the institutional context in which they are operating. This orientation shapes the ways in which the participants speak and thus they can be seen to talk the context into being” (SIDNELL, 2010, pág. 10\26).

Uma das tarefas do analista da conversa é observar, em um conjunto amplo de episódios conversacionais de mesmo tipo, as regularidades conversacionais para as quais os participantes se orientam – mesmo que, vez por outra, essa orientação seja no sentido de violar (*breach*) as regras implícitas aos fatos sociais conversacionais observados. Aliás, a própria maneira como a violação é realizada ajudará a revelar a ordem implícita:

CA investigation always begins with single cases, trying to account for their dynamics one by one. Analysis may as well stop here, with a detailed explanation of what is happening in the single example. If one wants to further generalize to other cases, this will always be done very cautiously, showing how the ‘device’ or ‘practice’ is at work in several examples. Claims are not formulated as general laws such as whenever X takes place, then Y follows’. Rather, in order to account for a particular practice, special attention is paid to deviant cases in which a ‘breach’ occurs. It is cases like these, and participant’s reactions to them, that shed light on otherwise implicit mechanism. (PALLOTTI, 2007, pág. 7)

As diversas estruturas conversacionais de uma sociedade – essas maquinarias que revelam os fatos sociais situados das interações conversacionais – não são encaradas, pela AC, como algo a ser atendido cegamente pelos falantes, mas sim como recursos para os quais os falantes se orientam enquanto interagem

conversacionalmente de modo a que, em cada episódio interacional de que participam, possam construir – a partir dessas estruturas gerais – uma estrutura-em-ação, ou dito de outra forma, uma ordem-social-em-ação ou, simplesmente, um contexto-em-ação.

Assim, mesmo que numa família de situações semelhantes – por exemplo, *consultas médicas com grávidas de gêmeos no terceiro trimestre de gestação em Portugal* – exista uma ordem interacional própria, será no uso concreto de sua maquinaria – ou seja, no conjunto dos etnométodos utilizados para interagir nesse tipo de situação – que os participantes construirão localmente o contexto relevante de um episódio interacional específico. Fica clara, então, a importância de se descobrir essas diversas maquinarias das atividades conversacionais práticas: elas serão o veículo pelo qual as pessoas construirão os contextos enunciativos locais e, como tal, apresentarão para isso uma série de constrangimentos e possibilidades particulares. Numa conversa informal, devido ao caráter do menor constrangimento colocado pela maquinaria interacional que ali se observa, a decisão local, turno a turno, do caráter da interação (que papéis sociais e que atividades serão ali exercidas) é algo bastante aberto. Mas nas interações conversacionais institucionais, devido ao maior constrangimento colocado previamente por suas maquinarias específicas, as decisões locais estarão sempre sujeitas a esses constrangimentos e obrigações morais situadas (mesmo que para violá-los).

Compreender os constrangimentos, direitos e obrigações morais – tanto nas conversas informais como nas institucionais – faz parte das competências interacionais dos falantes que, para conseguirem dar o tom pretendido às suas ações e perceberem acuradamente as ações dos outros, levam em conta os procedimentos específicos (a maquinaria que dá visibilidade aos constrangimentos e obrigações morais) para interagirem nesses determinados tipos de interação. Para o analista, compreender essas maquinarias específicas auxiliará a compreender com maior precisão e refinamento o que está efetivamente acontecendo em um episódio singular de interação conversacional. Acreditamos que não seja equivocado dizer que os diversos tipos de maquinaria da fala-em-interação funcionam – além de um recurso para a co-pilotagem interacional – como um verdadeiro contexto geral para a produção de contextos locais:

The term 'talk-in-interaction' reminds us that talking with one another is social interaction, and that talk is ubiquitous in social life. Furthermore, it has become increasingly clear over two decades of research in conversation analysis that talk is very orderly indeed. **It is, moreover, organized by use of machinery deployed in and adapted to local contingencies of interaction across an immense variety of social settings and participants [...].** For example, whenever, wherever, and by whomever, turn have to be taken, encounters have to be opened and closed, questions asked and answered, requests made and granted or denied, assessment offered and seconded, and so forth. **The organization of talk provides the formal resources to accomplish these interactional tasks, and deploys these resources in a manner that is sensitive to just what circumstances and participants happen to be at hand – which is to say locally. The shape of talk found in a specific site thus reflects the context-sensitive (and thus particularized) application of a more general, context-free (and thus anonymous) interactional mechanism.** (ZIMMERMAN e BODEN, 1991, pag. 8, grifo nosso)

III.2.2. A maquinaria da conversa informal

Num dos artigos seminais da AC, publicado em 1974, Sacks, Schegloff e Jefferson, a partir da compreensão dos diversos métodos pelos quais as pessoas co-pilotam a troca de turnos em suas interações conversacionais informais – ou seja, a partir da compreensão de uma maquinaria da alternância da vez de falar numa conversa – destacaram alguns fatos gerais da fala-em-interação informal:

Em qualquer conversa observamos o seguinte:

- (1) A troca de falante se repete, ou pelo menos ocorre [...]
- (2) Na grande maioria dos casos, fala um de cada vez [...]
- (3) Ocorrências de mais um falante por vez são comuns, mas breves [...]
- (4) Transições (de um turno para o próximo) sem intervalos e sem sobreposições são comuns. Junto com as transições caracterizadas por breves intervalos ou ligeiras sobreposições, elas perfazem a grande maioria das transições [...]
- (5) A ordem dos turnos não é fixa, mas variável [...]
- (6) O tamanho dos turnos não é fixo, mas variável [...]
- (7) A extensão da conversa não é previamente especificada [...]
- (8) O que cada um diz não é previamente especificado [...]
- (9) A distribuição relativa dos turnos não é previamente especificada [...]
- (10) O número de participantes pode variar [...]
- (11) A fala pode ser contínua ou descontínua [...]

(12) Técnicas de alocação de turno são obviamente usadas. Um falante corrente pode selecionar um falante seguinte (como quando ele dirige uma pergunta à outra parte) ou as partes podem se auto-selecionar para começarem a falar [...]

(13) Várias ‘unidades de construção de turno’ são empregadas; por exemplo, os turnos podem ser projetadamente a ‘extensão de uma palavra’ ou podem ter a extensão de uma sentença [...]

(14) Mecanismos de reparo existem para lidar com erros e violações da tomada de turno; por exemplo, se duas partes encontram-se falando ao mesmo tempo, uma delas irá parar prematuramente, reparando, assim, o problema [...] (2003, pág. 14 e 15)

O que dá visibilidade a esses fatos gerais da conversa informal – ou seja, a essa ordem ‘vista mas não destacada’ – é justamente a maquinaria utilizada pelos falantes nessas situações de conversa informal. Foi a observação dos procedimentos metódicos que as pessoas realizam quando conversam que permitiu aos autores chegar a essa objetividade da conversa informal.

Mas, aqui, há algumas considerações a fazer. A primeira, já ressaltada, é que essa ordem não é algo a que os falantes obedecerão cegamente como autômatos, mas sim um recurso de senso comum para co-pilotarem suas interações. A segunda consideração está expressa numa nota de rodapé que os autores incluíram no texto diante das objeções que receberam em relação ao caráter de universalidade imprimido pela primeira frase da citação acima – “em qualquer conversa”. O que os autores ressaltam é que tal expressão foi dita em relação aos materiais que observaram – e que foi, posteriormente, corroborada por alguns outros estudos com base em materiais de interações conversacionais informais de outras culturas – e que a questão da generalidade da organização da conversa só pode ser respondida, a rigor, através de análises empíricas. Além disso, ressaltaram que essa organização se refere apenas à conversa informal e não a outros tipos de interação conversacional (ainda que, para os autores, como já vimos, esses outros tipos de interação parecem ser derivações da organização vista acima):

O título ‘em qualquer conversa’ suscitou, para diversos leitores deste trabalho em sua versão manuscrita, a questão da validade intercultural. Tal questão pode, é claro, ser esclarecida apenas empiricamente, através do exame de variedades de materiais conversacionais. Podemos relatar a validade de nossas afirmações apenas para os materiais que examinamos e, aparentemente, para os materiais tailandeses examinados por Moerman 1972, materiais de crioulo da Nova Guiné examinados por G. Sankoff

(comunicação pessoal) e para um número indeterminado de línguas que estão sob a competência de um número substancial de linguistas (no Instituto de Linguística em Ann Arbor, Summer 1973 e em outros lugares), que descobriram que o que se segue é consistente com o que eles sabem de suas línguas ou ilumina os problemas recalcitrantes em sua compreensão. Além disso, o exame da conversa intercultural, na qual as partes não compartilham uma mesma língua de competência, mas uma *língua franca*, na qual todos possuem pouca competência, é consistente com o que se segue [...]. Finalmente, a questão intercultural, como a compreendemos, indaga como as estruturas sobre as quais fazemos nosso relato variam entre as línguas (concebidas lexicalmente ou sintaticamente), ou comunidades linguísticas, ou entre as organizações sociais, etc. – estruturas que são, portanto, tidas como mais básicas. Essa ordenação não está nem um pouco clara para nós. Realmente achamos que certos aspectos da organização da tomada de turnos podem variar em termos de outros aspectos da organização sequencial da conversa. E, como sugerimos na seção final deste trabalho, há vários sistemas de tomada de turnos para vários sistemas de troca de fala, por exemplo, conversa, debate, etc. (2003, pág. 65)

Uma outra questão importante a ser ressaltada é que a organização vista acima é, ao mesmo tempo, livre de contexto (*context free*) e sensível ao contexto (*context sensitive*). Sacks, Schegloff e Jefferson apontaram que esses fatos gerais da conversa formam um padrão de saberes sobre as situações de conversa informal – independente do contexto em que elas são produzidas – que permite aos falantes, a cada episódio conversacional singular, co-pilotar a interação e construir um contexto enunciativo local. Não é à toa, acreditamos, que os fatos gerais da conversa, apresentados acima, têm embutidos, explicitamente, uma referência à *variação*. Em outra nota de rodapé, os autores insistem:

o exame de qualquer material específico mostrará os recursos livres de contexto do sistema de tomada de turnos sendo usados, dispostos de maneira adequada às particularidades do contexto. É a estrutura livre de contexto que define como e onde a sensibilidade ao contexto pode ser verificada; as particularidades do contexto são exibidas em formas e locais sistematicamente organizados, e são moldadas pela organização livre de contexto (2003, pág. 64)

Por isso, não é equivocado o que vínhamos afirmando durante boa parte deste capítulo: as diversas maquinarias dos diferentes tipos de fala-em-interação têm a dupla função de ser um recurso para a co-pilotagem de um episódio

interacional e, por isso mesmo, ser também um recurso para a construção de um contexto local de acordo com os propósitos dos falantes. A característica das maquinarias de ser, ao mesmo tempo, livre de contexto e sensível ao contexto é o que permite aos falantes o ajuste da intersubjetividade: parte-se dos pressupostos gerais do senso comum até chegar à relatabilidade explícita de uma interação concreta.

Acreditamos que esse processo constitui uma espécie de *estilística comunicacional*, em que o ‘estilo’ de uma interação concreta será realizado dialogicamente pelos falantes como uma *variação* local dos fatos gerais (uma variação local de um estilo comunicacional geral) que são dados a ver pela maquinaria que rege as interações de mesmo tipo. Estilo aqui, portanto, aparece não no sentido usualmente utilizado por determinadas teorias literárias – como algo proveniente de uma autoria – mas sim no sentido bakhtiniano de estilo, ou seja, algo construído dialogicamente – o estilo são dois homens, disse Bakhtin (1992) promovendo uma subversão no aforismo do Conde de Buffon (‘o estilo é o homem’). Desse modo, nos arriscamos a dizer, o estilo de uma interação concreta é aquilo que torna ‘visto mas não destacado’ o contexto local de uma interação – ou seja, a ordem-interacional-em-ação. O estilo, nesse sentido comunicacional, só é possível pois existe uma maquinaria que permite a co-pilotagem interacional. O estilo de um episódio interacional é uma maquinaria-em-ação.

Assim, a maquinaria de interações de mesmo tipo – seja de que natureza for – é aquilo que permite aos interagentes tanto seguir um *script* gestáltico para a co-pilotagem interacional como dar um “colorido” específico a esse *script*. Isso ocorre pois os fatos gerais de determinado tipo de interação, como já dissemos, não são regras a serem seguidas mas, justamente, um padrão de saberes situados para os quais os interagentes se orientam. A orientação dos falantes para esses saberes situados não implica que sejam seguidos à risca, mas que sejam levados em conta, mesmo para subvertê-los. Esse fato é preciso ser constantemente reafirmado pois, tal como adverte Ten Have, há um risco, colocado aos analistas da conversa, de encarar os achados sobre as maquinarias conversacionais como “leis” que seriam seguidas pelos falantes, ao invés de recursos para os quais eles se orientam. Isso

pode trazer como consequência a desatenção ao caráter indutivo preconizado pelo ponto de vista êmico:

I have earlier suggested that in its first phase CA's conceptual apparatus was developed in its originator's struggle with the data, while in its second phase this apparatus is generally available as an established repertoire. This means that in a general sense 'induction' has, to a certain extent, given way to 'deduction'. The danger in this situation is that less talented, insightful, or sensitive practitioners may be tempted to 'apply' the established concepts in a mechanistic fashion, as 'coding instruments'. [...] In other words, the temptation is to use CA's previously established concepts and findings as law-like or even 'casual' rules, whereas one should, I would maintain, see them as descriptions of possible normative orientations of participants, available for various usages as they see fit. Any instance of talk-in-interaction is built on routines of various sorts, but it is, at the same time, a unique achievement here and now. What is needed, then, is a continuous mutual confrontation of concepts and data, of 'ideas' and 'evidence' [...] (2007, pág. 38)

Achamos, por isso, que uma análise que leve sempre em conta a estilística comunicacional construída pelos participantes concretos de uma interação diminuiria o risco de negligência ao ponto de vista êmico pois ressaltaria a busca do caráter local da interação – tal como preconizado desde o princípio pela AC – mesmo que esse caráter local sempre esteja relacionado, de algum modo, com as estruturas conversacionais de senso comum da sociedade.

Ressalvados os riscos, partamos agora para a observação do conjunto dos etnométodos da conversa informal – a maquinaria da conversa informal – expressos por Sacks, Schegloff e Jefferson em três grande sistemas: a *organização da tomada de turno*, a *organização da preferência* e a *organização do reparo*.

III.2.2.1. A organização da tomada de turno

Uma das características mais importantes das conversas é que elas são realizadas através de turnos de fala. Mas, embora cada turno seja uma realização individual, sua produção é sempre efetuada, como vimos, levando-se em conta os turnos que o precederam, produzidos por outros interlocutores.

Nesse processo de encaixe de turnos que guardam uma relação de relevância condicionada às ações que são produzidas em cada turno, os participantes revelam

competências para perceber momentos adequados para alternar a vez de falar, de modo a que os turnos não se sobreponham excessivamente e que não haja silêncios demasiadamente prolongados. A principal característica dessa competência é que os falantes percebem, ainda que não conscientemente, que os turnos de fala possuem unidades – *unidades de construção de turno* (UCT) – que formam o todo do turno (TEN HAVE, 2007, pág.103). Essas UCTs têm um caráter de “completude” (SILVA, ANDRADE e OSTERMANN 2009, pág.11) e, devido a esse fato, os falantes podem se orientar por elas – na verdade, para cada finalização de UCT – identificando, ali, lugares relevantes para a transição de turno (LRTs).

São três características que dão às UCTs, segundo Schegloff, o seu caráter de completude: a sua organização gramatical, a sua organização fonética e – a característica principal – o fato de que ali se realiza uma ação reconhecível para o aqui e agora da interação.

The building blocks out of which turns are fashioned we call turn-constructional units, or TCUs. Grammar is one key organizational resource in building and recognizing TCUs; [...] the basic shapes that TCUs take are sentences or clauses more generally, phrases, and lexical items. A second organizational resource shaping TCUs is grounded in the phonetic realization of the talk, most familiarly, in intonational “packaging”. A third – and criterial – feature of a TCU is that it constitutes a recognizable action in context; that is, at that juncture of that episode of interaction, with those participants, in that place, etc. A speaker beginning to talk in a turn has the right and obligation to produce one TCU, which may realize one or more actions. (2007, pág. 3 e 4)

Possuindo a competência para identificar os lugares relevantes para transição de turno (LRTs), os falantes podem sincronizar suas intervenções, realizando uma co-pilotagem interacional organizada: “a primeira finalização possível de uma primeira unidade [...] constitui um primeiro lugar relevante para a transição. A transferência da vez de falar é coordenada em relação a tais lugares relevantes para a transição” (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003, pág. 16).

A transição de turno, regulada por esses objetos conversacionais – as UCTs e os LRTs – pode ocorrer de duas maneiras: a primeira quando o falante corrente seleciona o próximo falante (através de uma pergunta, por exemplo) – dando o direito e obrigando, ao mesmo tempo, a que esse tome a palavra. A segunda por

auto-seleção. Se não houve o uso da técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo falante’, então é aberta a possibilidade para auto-seleção, no primeiro LRT. Essa opção – a ‘auto-seleção’ – não é obrigatória, mas quem primeiro inicia o uso da auto-seleção adquire o direito a tomar o turno. Se não ocorrer nenhuma das duas técnicas de transferência de turno (‘auto-seleção’ ou ‘falante corrente seleciona o próximo’) o falante corrente adquire o direito de continuar com a palavra até o fim de uma próxima UCT, e assim sucessivamente.

Essa ordenação, como já dissemos, maximiza a possibilidade de interssincronização dos falantes: “o conjunto de regras de tomada de turnos fornece, assim, a localização das possibilidades de intervalo e sobreposição nos lugares relevantes para a transição e seu ambiente imediato, de forma que o restante do ‘espaço’ de um turno está livre das bases sistemáticas para a sua possibilidade de ocorrência” (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003, pág. 18)

Esse sistema para co-pilotagem da alternância de turnos é um dos mecanismos fundamentais para que os falantes possam, enfim, erigir uma arquitetura local para sua intersubjetividade.

III.2.2.2. A organização do reparo

O sistema de tomada de turnos dos diversos tipos de fala-em-interação – sejam elas informais ou institucionais – fornece para os falantes, como dito acima, uma importante base comum para a emergência da intersubjetividade (SCHEGLOFF, 1992, pág. 1295). Schegloff (1992, pág. 1295) afirma, ainda, que essa mesma organização também serve como recurso para que os falantes reconheçam, e possam promover reparações, quando há um colapso da relação intersubjetiva. Quando há algum tipo de problema no entendimento mútuo, os participantes se valem dos recursos colocados pelo sistema de tomada de turnos para que esses problemas sejam reparados. Essas reparações, entretanto, apresentam uma metodicidade que, ainda que obedeça ao sistema de tomada de turnos visto acima,

apresenta-se como “um segundo sistema de regras que potencia a sinalização e [...] correção de problemas” (BINET, 2012, pág. 88).

Os problemas dados à reparação se referem tanto a “erros” produzidos pela fala e problemas na audição do que foi dito, como a questões envolvendo propriamente um não-entendimento do que foi dito mesmo quando a vocalização e a audição não tenham sofrido prejuízos. Como sintetizam Silva, Andrade e Ostermann:

Quando um problema acontece na interação e há a necessidade de se esclarecer o que foi dito para que a conversa siga o seu fluxo, dá-se uma iniciação de reparo. Essa iniciação de reparo pode ser feita: a) pelo falante corrente (auto-reparo) ou b) pelo ouvinte (reparo iniciado por outro). Ao ser iniciado pelo falante corrente, o reparo pode ser levado a cabo: (i) pelo próprio falante ou (ii) pelo ouvinte. Quando iniciado pelo ouvinte (reparo iniciado por outro), o reparo pode ser levado a cabo: (i) pelo falante ou (ii) pelo próprio ouvinte (o chamado “reparo iniciado e levado a cabo pelo ouvinte”). (2009, pág. 12)

Quando o reparo é iniciado e levado a cabo pelo falante corrente, algumas de suas formas mais comuns são, segundo Ten Have (2007, pág. 133 e 134), i) quando esse falante corrente utiliza o LRT após sua elocução para iniciar o reparo; ii) ou quando um falante, mostrando em seu turno de fala um entendimento equivocado do turno anterior produzido por seu interlocutor, faz com que este interlocutor – o primeiro falante – produza um turno em terceira posição iniciando e concluindo um reparo sobre o turno que havia produzido em primeira posição.

Quando o reparo é do tipo “reparo iniciado por outro”, isso é mais frequentemente feito no próximo turno. Segundo Ten Have, “this is quite often done with a short item like ‘huh’, ‘what?’, etc.” (2007, pág.134). Esse procedimento abre a possibilidade para o primeiro falante levar a cabo o reparo.

Quando não se inicia um reparo no próximo turno de fala – seja pelo falante que produziu o primeiro turno, seja pelo seu interlocutor – considera-se, para todos os fins práticos da conversa que não houve nenhum tipo de problema de compreensão ou produção da fala. Mas, como adverte Ten Have, “this would not

absolutely exclude a repair initiation on the previous turn-taking place later, but such an initiative would require more work” (2007, pág.134).

O fato de o mecanismo de reparo possibilitar que as reparações sejam feitas, de modo eficiente e com pouco trabalho interacional, logo que o problema ocorra, mostra uma característica muito interessante da conversa: ela é dotada da capacidade de “auto-limpeza”. Isso foi evidenciado por Sacks em sua conferência intitulada *The relating power of adjacency; next position* (lecture 4):

[...] conversation operates with a *local cleansing* of itself, and the non-occurrence of one of those remedial questions (what, why, etc.) serves as evidence for the non-need to cleanse our current state. That is to say, unless you indicate that what I said was, e.g., unclear, or that you didn't hear it – which is to be done with some set of terms and right after I said it – then it's to be treated as though what I said was heard, and was clear. It would be altogether strange for conversation – as compared to, say, a lecture – to have the talk proceed until, say, ten minutes before closing, at which point the parties pause and now engage in telling each other what they didn't understand of what the others said. That's to be done right then. And in that it's to be done then, talk about the system as locally self-cleansing is formally based. Obviously there are alternative options. Obviously the system we're talking about doesn't use them. Obviously, given a one-utterance-at-a-time system in which each current utterance is setting out options for the next, the use of the local self-cleansing mechanism is terribly neat. (1992, pág. 560)

III.2.2.3. A organização da preferência

A ideia de *relevância condicional*, como já foi dito, indica que há uma expectativa gerada por uma ação, produzida numa PPP (*primeira parte do par adjacente*), que condicionará a ação a ser produzida na SPP (*segunda parte do par adjacente*). Muitas vezes, a ação expressa por uma PPP abre um leque de possibilidades para a SPP. Isso, a princípio, parece diminuir a importância da ideia de pares adjacentes – pois, na medida em que há várias opções possíveis de SPP⁸, a

⁸ Em relação ao leque de possibilidades que uma PPP abre, diz Levinson: “[...] in fact there are, for example, a great many responses to questions other than answers which nevertheless count as acceptable seconds-(rather than, say, beginnings of insertion sequences prior to answers) – including protestations of ignorance, ‘re-routes’ (like *Better ask John*), refusals to provide an answer, and challenges to the presuppositions or sincerity of the question” (2013, pág. 307).

própria ideia de adjacência poderia estar comprometida devido ao caráter relativamente vago de sua *relevância condicional*. Mas, como lembra Levinson,

[...] the importance of the notion is revived by the concept of **preference organization**. The central insight here is that not all the potential second parts to a first part of an adjacency pair are of equal standing: there is a ranking operating over the alternatives such that there is at least one **preferred** and one **dispreferred** category of response. (2013, pág. 307)

A ideia de preferência se refere ao fato de que, para o aqui e agora de uma interação, quando uma PPP abre possibilidades múltiplas para uma SPP, existem entre elas uma espécie de hierarquia em que algumas possibilidades são preferidas em relação às outras.

Como antecipa Levinson (2013), a ideia de *preferência* não deve ser encarada como a preferência individual de um falante. Portanto, não há nenhuma pretensão de que a análise busque alguma sondagem psicológica quando se utiliza dessa ideia. O que se quer referir aqui é que há maneiras metódicas de se marcar a preferência ou despreferência de uma SPP numa situação específica. Resumidamente, podemos dizer que as SPPs preferidas não são **marcadas** – no sentido linguístico do termo – enquanto as SPP despreferidas são marcadas (LEVINSON, 2013, pág. 307). Nas palavras de Anita Pomerantz, que escreveu um dos estudos clássicos sobre as formas metódicas de preferência/despreferência:

Two types of shapes are of interest [...]: One type is a design that maximizes the occurrences of the actions being performed with them, utilizes minimization of gap between its initiation and prior turn's completion, and contains components that are explicitly stated instances of the action being performed. The other type minimizes the occurrences of the actions performed with them, in part utilizing the organization of delays and nonexplicitly stated action components, such as action other than a conditionally relevant next. The respective turn shapes will be called *preferred-action turn shape* and *dispreferred-action turn shape*. (2003, pág. 64)

Há portanto, um maior esforço interacional, observado numa SPP, aquando da produção de uma ação despreferida. Assim, o analista de uma interação conversacional que tenta perceber a preferência/despreferência de uma ação para o

aqui e agora da interação, ao invés de tentar “adivinhar” quais as preferências pessoais dos falantes, irá buscar perceber para que tipo de trabalho interacional os falantes se orientam. Mostrar hesitações e justificativas são alguns dos métodos comuns para a realização de ações despreferidas. Além desses, podemos perceber também outra maneira bastante comum de os falantes produzirem ações despreferidas: a produção de *sequências inseridas* em que o que se objetiva, na verdade, é evitar a produção imediata da despreferência. Esses métodos – e muitos outros que, por falta de espaço, não é possível mostrar aqui – revelam a orientação dos falantes para um maior trabalho interacional na realização da sequência em curso quando a ação realizada é despreferida.

O que é válido ressaltar, como fazem Loder, Salimen e Muller, é que uma ação ser despreferida não implica que ela não possa ser realizada, ou mesmo que não possa ser realizada sem que haja todo o trabalho interacional que ressaltamos acima:

É possível encontrar rejeições a ofertas prefaciadas com atrasos e acompanhadas de justificativas [...] mas também é possível encontrá-las *sem* atrasos, justificativas ou hesitações. Nesse último caso, a produção da ação despreferida de maneira direta tem grandes chances de ser entendida pelo interlocutor como uma elocução agressiva, gerando consequências (tais como reclamações, solicitações de justificativa por parte do interlocutor), com as quais o participante que rejeitou a oferta terá que lidar antes que a interação possa prosseguir; é esse o tipo de trabalho extra em que deverá se engajar ao produzir, de modo direto, uma ação despreferida. (2008, pág. 55)

A organização da preferência é – em conjunto com a *organização da tomada de turnos* e a *organização de reparo* – outro importante meio pelo qual os falantes criam uma arquitetura local para a emergência de sua intersubjetividade.

Como nossas preocupações nessa pesquisa se inserem dentro do quadro normativo das ciências da comunicação, é fundamental ressaltarmos, em relação aos sistemas organizacionais vistos acima, que o problema do *entendimento mútuo*,

quando encarado sem que se leve em conta os procedimentos metódicos pelos quais ele é possibilitado, torna arriscada qualquer tentativa de análise sobre a intersubjetividade perseguida pelos interagentes numa interação comunicacional:

The achievement and maintenance of [...] intersubjectivity is not treated in a theoretically satisfactory manner by invoking socialization as a mechanism, for intersubjectivity is achieved for a virtually inexhaustible range of types of events always contextually specified, for which no “distal” or “remote” socialization could provide. The solution surely is provided for by a resource that is itself built into the fabric of social conduct, into procedural infrastructure of interaction. (SCHEGLOFF, 1992, 1299)

Se o entendimento mútuo, tal como o encaramos, se dá através da emergência local e situada da intersubjetividade – e não através de mera transmissão de informações – é fundamental para a pesquisa comunicacional ter em conta os recursos – as diversas maquinarias interacionais – que possibilitam aos falantes a construção de um contexto local e, conseqüentemente, a emergência da intersubjetividade. A explicação de um episódio interacional, quando se leva em conta apenas uma ideia abstrata do que o pesquisador considera ser o contexto sociocultural em que esse episódio ocorre, é uma atitude, por um lado, preconceituosa – pois baseada em ideias apriorísticas lastreadas unicamente nos saberes socioculturais do pesquisador – e por outro, preguiçosa – pois relega toda compreensão do que ocorre para uma suposta ordenação geral (um contexto geral) que a tudo comandaria.

O trabalho de compreensão dos procedimentos interacionais pelos quais uma determinada ordem interacional se faz visível, além de exaustivo, *desglamouriza* a prática da pesquisa social. A prática da pesquisa em AC, ao invés de dar relevância à genialidade individual e ao “lampejo de iluminação”, ressalta o incontornável trabalho de paciência, metodicamente produzido e, muitas vezes, coletivamente elaborado.

III.3. A prática da pesquisa em AC

A prática da pesquisa em AC pode ser sintetizada por três etapas fundamentais: a *gravação*, a *transcrição* e as *data-sessions*. Mas, antes de falarmos sobre essas etapas, é necessário perceber com um pouco mais de atenção a postura êmica que deve adotar o analista da fala-em-interação.

O ponto de vista êmico é algo incontornável para quem procura fazer análises de interações conversacionais a partir da mentalidade analítica da AC, já que essa é oriunda da etnometodologia. De um modo geral, o analista deve procurar, nas interações conversacionais que investiga, a *organização* da interação tal como é elaborada e explicitada pelos seus participantes. Essa organização é vista pela AC como um desdobramento sistemático de métodos interacionais – dispositivos, sistemas, enfim, da maquinaria – realizado pelos membros para lidar com as situações interacionais práticas de seu cotidiano (TEN HAVE, 1990). Como também já foi visto, esses métodos têm a dupla característica de serem gerais e de, ao mesmo tempo, permitirem um ajuste local de acordo com as circunstâncias específicas de um episódio interacional: “these methods have a double-faced characteristic: on the one hand they are quite general, while on the other they allow for a fine-tuned adaptation to local circumstances; in the terminology used by Sacks et al (1978), they are both ‘context-free’ and ‘context-sensitive’” (TEN HAVE, 1990).

É precisamente essa característica – de os métodos serem, ao mesmo tempo, livres de contexto e sensíveis ao contexto – que faz com que a prática em pesquisa em AC não repouse numa espécie de grade analítica pronta nem em motivações apriorísticas, já que um único episódio singular de interação conversacional irá revelar ao pesquisador toda a riqueza – a emergência de saberes relevantes únicos e customizados – que pode ser percebida na organização local construída pelos participantes a partir de uma ordem geral da fala-em-interação. É por isso que, de acordo com Binet e Monteiro, “as direcções de pesquisa não precedem mas sim emergem no decurso de uma análise não motivada por pré-considerações.” (2012, pág. 11).

Contudo, como já advertido por Ten Have, o fato de o campo de estudos em AC já ter observado uma série de aparatos conversacionais sobre os quais os falantes

se apoiam ao interagir conversacionalmente faz com que corramos o risco, enquanto analistas, de nos esquecermos, pouco a pouco, da mentalidade radicalmente indutivista com que a AC erigiu sua prática de pesquisa. Por isso, ressaltamos novamente a seguinte citação: “any instance of talk-in-interaction is built on routines of various sorts, but it is, at the same time, a unique achievement here and now. What is needed, then, is a continuous mutual confrontation of concepts and data, of ‘ideas’ and ‘evidence’ [...]” (2007, pág. 38).

Este confronto mútuo entre, por um lado, os conceitos e as ideias sobre as rotinas interacionais já observadas pela AC e, por outro lado, os dados e as evidências empíricas com que o analista irá se deparar em suas pesquisas, torna-se o objetivo desse campo de pesquisa, agora que ele já apresenta um grau bastante elevado de desenvolvimento. Por isso, Michel Binet e David Monteiro nos chamam a atenção para o duplo olhar ao qual deve estar sujeito o analista da fala-em-interação:

Este elogio da indução, hostil a qualquer pré-construção teórica da análise a desenvolver [...] vai a par com uma forte ambição nomotética: a descrição densa e a análise detalhada de um acontecimento interaccional singular visam alcançar e evidenciar a co-produção metódica e procedimental da ordem, localmente observável. (2012, pág. 11)

O ponto de vista qualitativo que rege a pesquisa em AC, situa este campo de saber numa encruzilhada a qual ele soube “dar a volta” de modo extremamente hábil e inteligente: embora a metodologia qualitativa não aceite “subordinar por completo o valor documental de um dado à sua integração num conjunto mais vasto de dados recolhidos com recurso a técnicas de amostragem” (BINET e MONTEIRO, 2012, pág. 9), a descrição detalhada de um episódio interacional singular permite revelar a *co-ordenação*, pelos falantes, de um contexto preciso. Esse contexto preciso – o contexto enunciativo local – toma como base um contexto interacional geral para o qual os falantes – membros de uma mesma comunidade cultural – se orientam e levam em conta. As diversas maquinarias da fala-em-interação, como dissemos, são verdadeiros contextos interacionais gerais usados pelos falantes para construir o contexto enunciativo local. O olhar analítico da AC permite – já que as

maquinarias por ela observadas são livres de contexto e sensíveis ao contexto – “habilitar o investigador a dominar e reproduzir em contexto real o “saber fazer” dos interactantes” (BINET e MONTEIRO, 2012, pág. 9) observando portanto, ao mesmo tempo, a ordem geral que os orienta, como também toda a riqueza da ordem local que emerge dessa ordem geral.

III.3.1. as gravações

O advento, a partir dos anos 1960, de novas tecnologias de gravação de som e imagem permitiu que se recolhesse, “com riqueza de detalhes sem precedente o desenrolar sequencial de comportamentos interaccionais” (BINET e MONTEIRO, 2012, pág. 10). Como vimos no capítulo anterior, o investigador etnometodólogo se mobilizará para realizar gravações de *situações naturais*. No caso específico da AC, situações naturais de fala-em-interação. Essa nem sempre é uma tarefa fácil, e por vários motivos. Talvez o principal deles seja o fato de, ao solicitar a permissão para a realização de uma gravação, o investigador já estar, de alguma maneira, desestabilizando a ‘naturalidade’ do quadro interacional que se propôs investigar. Este problema, contudo, não é exclusivamente percebido na AC, mas em diversos campos da pesquisa social. William Labov, ao se deparar com esta questão em seu campo de conhecimento – a sociolinguística – denominou-a *paradoxo do observador*: “o objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas – no entanto, só podemos obter tais dados por meio da observação sistemática” (2008, pág. 245).

Para lidar com o *paradoxo do observador*, várias estratégias podem ser adotadas. Segundo Caroline Silva, Daniela Andrade e Ana Ostermann,

Uma das formas que os pesquisadores encontram para lidar com essa questão é descartar as primeiras gravações feitas (quando isso é possível). Acredita-se que essa atitude seja uma possível amenização para o impasse do paradoxo, com base na crença de que as pessoas não são capazes de se automonitorar (gestos e linguagem) por longos períodos de tempo. Entende-se que os participantes acabam por se acostumar com a presença de

microfones, câmeras ou gravadores e passam a agir naturalmente depois de certo tempo na presença dos equipamentos de gravação. (2009, pág.4)

Outras formas de minimização do *paradoxo do observador* podem ser adotadas, a depender do tipo de interação conversacional que se pretende observar. Por exemplo, Binet e Rodrigues indicam uma das formas de minimização do paradoxo do observador em interações entre técnicos de serviço social e seus atendidos:

uma das estratégias metodológicas consiste em negociar um primeiro acordo de autorização e de colaboração com os técnicos, que ficam incumbidos de gravar os seus próprios atendimentos, mediante os consentimentos prévios dos utentes dos serviços, obtidos no início de cada entrevista de ação social [...] Deste modo, a presença física do investigador no quadro da interação a registrar é eliminada. Porém, a presença do gravador e a formulação do pedido de gravação para gravar não eliminam por completo as interferências decorrentes da investigação. (2015, pág. 280)

Mas o fato de quebrar a ‘naturalidade’ de uma interação não é necessariamente ruim e nem inviabiliza, por completo, a pesquisa, já que isso pode produzir dados interessantes. Esses dados, emergidos pela a presença do pesquisador e do dispositivo de gravação da interação, podem revelar saberes de senso comum sobre uma ordem normativa de determinado tipo de situação. Isso ocorre pois a presença do gravador, de acordo com Binet, “é suscetível de reforçar pressões normalizadoras” (2013, pág. 142). Assim, ao saber que está sendo gravado, o interagente ajusta seus comportamentos para essa nova situação, em que o pesquisador – geralmente alguém de fora, estranho ao ambiente – está lá para “esquadrinhar” tudo o que ocorre. Por isso, o participante da situação talvez se sinta compelido a agir de modo mais normativamente regulado do que o faz habitualmente.

Uma das estratégias, portanto, para lidarmos com a questão do paradoxo do observador é *tornar naturais as situações artificiais*: por um lado, encarando a própria artificialidade gerada pelas presenças do gravador e do pesquisador como

uma *situação natural com gravador e pesquisador*; e por outro lado, encarando toda artificialidade introduzida na interação – tal como os pedidos para gravação, por exemplo – como algo em que se possa perceber uma ordem interacional própria (e, portanto, natural). Como nos mostram Rodrigues e Binet em estudo que realizaram sobre os pedidos para gravação de atendimentos de ação social:

Tendo em vista averiguar em que medida os pedidos de autorização para gravar são sequências artificiais dos atendimentos, uma vez que estão ausentes dos comportamentos que ocorrem fora do contexto da investigação, alguns autores (Heritage e Raymon, 2005; Mondada, 2005; Maynard, Freese e Schaeffer, 2010, pp.791-814; Shanmuganathan, 2005; Speer e Hutchby, 2003) têm tomado como objeto de estudo as sequências em que esses pedidos surgem, mostrando assim que se trata de ocorrências em si mesmas dignas de estudo, sublinhando ainda que constituem comportamentos autênticos que obedecem aos mesmos princípios e regularidades que regem quaisquer outros comportamentos interacionais. (2015, pág. 282)

Achamos pertinente ressaltar, ainda, um outro aspecto importante em relação aos dispositivos tecnológicos de inscrição de interações conversacionais: em uma sociedade cada vez mais midiaticizada, passamos a encontrar a ‘naturalidade’ das interações, justamente, *na presença* dos dispositivos tecnológicos. São interações que só ocorrem pela presença desses dispositivos. O nosso corpus, por exemplo – formado por emissões de um programa de televisão – é um desses casos. As interações conversacionais midiaticizadas, que se generalizam nos nossos dias, são situações naturais muito importantes, com uma riqueza a ser devidamente explorada pelos procedimentos analíticos da etnometodologia e da AC e que, por isso mesmo, abrem uma enorme janela de oportunidades para o analista da fala-em-interação (e sem o inconveniente do *paradoxo do observador*⁹).

⁹ É claro, outros inconvenientes surgem. Um dos mais visíveis é a necessidade de que a interação conversacional midiaticizada a ser analisada não seja editada, no sentido de subtrair trechos de fala – ou pelo menos, não seja excessivamente editada, preservando intacta, pelo menos, alguma sequencialidade natural da interação. Esse questão é importante pois com o barateamento e a agilização dos processos de edição em áudio e vídeo, é difícil encontrarmos materiais audiovisuais sem edição alguma – que seria o ‘padrão-ouro’ para uma análise de cunho etnometodológico. Aliás, esse foi um dos motivos pelos quais escolhemos como objeto empírico o programa Roda Viva, já que esse programa televisivo, mesmo quando não exibido ao vivo, mantém-se sem cortes.

III.3.2. As transcrições

No início dos estudos da AC, Harvey Sacks convocou sua colega Gail Jefferson para transcrever os materiais com que estava trabalhando e deu uma única instrução: anotar tudo o que ela, ali, ouvia (SIDNELL, 2010, PÁG 9/34). Esse foi o início da invenção de uma tecnologia fundamental para a AC, sem a qual não se conseguiria chegar aos fatos conversacionais descobertos pelos investigadores desse campo de conhecimento.

Pouco a pouco, Gail Jefferson foi construindo um sistema de transcrição dos fenômenos conversacionais que, até hoje, é utilizado pelos analistas da conversa nas suas transcrições. A partir de então, as transcrições formam uma etapa fundamental do processo de análise de uma interação conversacional pois, como avalia Rebecca Clift, “Jefferson’s transcription system is to CA what the electron microscope is to the sub-cellular structure of matter: it is simply what makes observations possible” (2016, pág. 44).

Mas o que essas transcrições tornam visível? Além de possibilitarem a transcrição de falas e o recorte de turnos, o sistema de transcrição de Jefferson permite tornar visíveis fenômenos conversacionais como: *pausas intra e interturnos; contiguidade de turnos; sobreposições de fala; fenômenos prosódicos e entoacionais (ênfases, volume, velocidade etc.); cortes abruptos; sinais de retorno do ouvinte; respirações; risos; interjeições; atividades não verbais; fenômenos rítmicos, etc.* (BINET, 2012b, pág. 3 e 4).

Se observarmos, por exemplo, as pausas – um fenômeno muito frequente em nossas falas – veremos como elas, a depender das circunstâncias concretas em que são produzidas, trazem consequências interacionais bastante importantes. No sistema de transcrição de Jefferson, esse é o tipo de fenômeno que não pode escapar à transcrição, sob o risco de perdermos dados extremamente relevantes para a descoberta da “ordem que está por todo lado”. Do mesmo modo, todos os fenômenos apontados no parágrafo acima, e ainda outros, são de importância elevada para nossas interações conversacionais. Só um sistema de transcrição que os torna visíveis permite o entendimento detalhado – e, por isso, mais acurado – do que está acontecendo no aqui e agora de uma interação conversacional.

Para atestar o alcance de seu sistema de transcrição, Gail Jefferson nos mostra, em artigo publicado em 2004, uma comparação entre duas transcrições de uma mesma gravação. A gravação é relativa a um episódio conversacional entre o presidente norte americano Richard Nixon e um de seus conselheiros, John Dean, realizado na Casa Branca durante o período em que ocorreu o escândalo *Watergate*. As gravações, das quais faz parte esse episódio, foram realizadas a mando do próprio presidente Nixon, que se recusou a entregá-las ao senado (o que se constituiu como um dos motivos para a abertura de um processo de *impeachment*). Posteriormente, o historiador Stanley Ira Kutler, ganhou na justiça o direito de acesso às gravações. A primeira transcrição abaixo foi realizada por ele. A segunda, por Gail Jefferson a partir de seu sistema de transcrição:

TRANSCRIÇÃO 1 (realizada por Stanley Ira Kutler):

DEAN: I don't know the full extent of it

PRESIDENT NIXON: I don't know about anything else

DEAN: I don't know either, and I [*laughs*] almost hate to learn some of these things

TRANSCRIÇÃO 2 (realizada por Gail Jefferson):

Dean: I ↑ don't kno:w thè (.) full extent ↓'v it. ↓

(0.7)

Dean: °↓ Uh:::eh°

(0.9)

Nixon: ° I don'noo° 'bout anything else exChh e[pt

Dean: [I don't gither in I: °w'd (h)als(h)o

Hhate tuh learn [some a'] these thi]ngs. • hh • hh • hh • hh

Nixon: [W e l l] y a : h]

(0.2)

Dean: So ↑That's, hhhh that's that situation

Com a comparação entre as duas transcrições, Jefferson quis mostrar como a não incorporação de determinados fenômenos conversacionais na transcrição feita por Kutler obscurecia o que estava se passando. Um desses fenômenos foi a *sobreposição de fala* quando Nixon inicia a vocalização da palavra “except”. Antes de completar tal palavra, Nixon é interrompido – fato que leva Kutler a não considerá-la em sua transcrição – quando John Dean inicia seu turno de fala, produzindo uma sobreposição. Segundo Gail Jefferson,

Nixon is going to mention something else he knows about, i.e., we now have the word ‘except’. And we have Dean starting up within that word, at “exce...”, where after, Nixon stops. One thing that might be happening here is that Dean hears, in “exce...”, the word ‘except’ forming up, and start to talk at that point. This ‘recognitional – response’ is a not-uncommon phenomenon. [...] Gearing that, he may hear that Nixon is starting to mention something else, knowledge of which Dean doesn’t want to be burned with. It may be that Dean moves then and there to stop any possible revelations by cutting in on the alerting word ‘except’, prior to its completion, with an agreement that specifically ignores its projection of further things (i.e., his “I don’t either” targets Nixon’s initial proposal, “I don’t know about anything else”), and then goes on to announce his unwillingness to know any more. (2004, pág. 17 e 18)

Tal como esse fenômeno da sobreposição, alguns outros foram vistos por Jefferson neste pequeno trecho de gravação e que traziam consequências concretas para a interação – entre esses fenômenos a maneira exata como foi realizado o riso – e que não constavam na transcrição original de Kutler. O que importa ressaltar é que o sistema jeffersoniano é capaz de capturar, no detalhe, imensos fenômenos conversacionais relevantes para a sequencialidade da interação e, conseqüentemente, para a conformação do quadro inferencial em que ela ocorre.

O sistema de Gail Jefferson dotou os analistas da conversa, desse modo, de uma ferramenta fundamental:

Why put all that stuff in? Well, as they say, because it’s there. Of course there’s a whole lot of stuff “there”, i.e., in the tapes, and it doesn’t all show up in my transcripts; so it’s because it’s there, plus I think it’s interesting. Things like overlap, laughter, and ‘pronunciational particulars’, (what others call ‘comic book’

and/or stereotyped renderings), for example. My transcripts pay a lot of attention to those sort of features.

What good are they? I suppose that could be argued in principle, but it seems to me that one cannot know what one will find until one finds it, so what I'll do is show some places where attention to such features turned out to be fruitful. (2004, pág. 15)

É importante deixar claro, contudo, que, embora seja uma ferramenta bastante útil, o sistema jeffersoniano de transcrição não deve ser encarado apenas por sua característica, digamos, mais instrumental. A convencionalização oriunda desse sistema de transcrição não deve ser entendida como um salvo conduto para uma análise mecanizada. Como salienta Michel Binet (2012b, pág. 4), a aplicação das convenções exige do analista um trabalho de interpretação detalhada, sempre em contexto de incerteza, e que gera uma transcrição que deve sempre se prestar à discussão e a uma constante reaproximação da gravação. Como costuma salientar o professor Adriano Duarte Rodrigues, o processo de transcrição é a própria análise.

O constante retorno à gravação, efetuado pelo(s) analista(s) na depuração e refinamento dos dados de que dispõe(m), é uma das principais características de uma outra etapa, também muito importante, do processo de análise: as *data-sessions*.

III.3.3. As data-sessions

Data-sessions são encontros informais entre analistas da conversa em que esses se dispõem a discutir dados provenientes de gravações e transcrições. Geralmente isso é realizado por investigadores de um mesmo centro de pesquisa, seja em pesquisas conjuntas ou individuais (TEN HAVE, 2007, pág. 140). O princípio que está por trás das *data-sessions* é que o entendimento dos dados de uma gravação não deve ser uma interpretação individual mas um entendimento coletivo – e compartilhável – do que está ocorrendo. Segundo Ten Have, “individual intuitions do play a part in the analytic process, but these should be disciplined in various ways, by inspecting the data for any demonstration of local, practical

analyses or formulations, but also by explication of one's finding and insights for others to inspect critically" (2007, pág. 140).

A dinâmica de *data-session* nos parece pertinente na medida em que a análise em conjunto ajuda a reprimir idiosincrasias de um investigador particular. Isso ocorre não apenas por haver mais "cabeças" pensando mas, principalmente, pelo fato de que, como os procedimentos conversacionais de senso comum para os quais os falantes se orientam (o que se busca na análise), são ativados em situação – e, portanto, numa dinâmica que é social e não individual – a análise em conjunto se torna mais "social", objetivando a intersubjetividade percebida na gravação através da intersubjetividade do grupo de analistas. É por isso, também, que as *data-sessions* são mais produtivas quando nela participam pessoas com *backgrounds* socioculturais distintos: "these sessions are especially useful when the group is mixed in terms of background and expertise" (TEN HAVE, 2007, pág. 141).

Segundo Ten Have, não é incomum o fato de analistas experientes perceberem determinados fenômenos acontecendo numa interação e, ao confrontar seus dados numa *data-session*, o grupo rejeitar essas percepções individuais: "spontaneous reactions to interaction display often have a more or less subjective, impressionistic, and individualistic character. People have a kind of 'natural trust' in their primary reactions to other people" (TEN HAVE, 2007, PÁG. 142).

Enfim, as *data-sessions* são um dos mais importantes tipos de situação em que a comunidade de analistas da conversa se realiza. Isso mostra o próprio caráter dessa comunidade que, por princípio, funda seu discurso na aversão à teorização apriorística e, por isso mesmo, num tipo de análise que desvaloriza o "gênio" individual em favor da compreensão da riqueza cotidiana do senso comum.

Capítulo IV. Análise de Categorização de Pertencimento (*Membership Categorization Analysis*): uma maquinaria para a produção e interpretação de signos categoremáticos

IV.1. Origens e olhar analítico da Análise de Categorização de Pertencimento

A *Análise de Categorização de Pertencimento* (ACP) é uma área de estudos de origem etnometodológica também iniciada por Harvey Sacks, o criador da *Análise da Conversa*. Embora Sacks não distinguisse a *Análise da Conversa* e a *Análise de Categorização de Pertencimento* como dois campos de saber independentes – já que considerava a *sequencialidade* e os *processos de categorização* como dimensões interligadas da vida social – as características particulares de cada um desses tipos de análise favoreceram o desenvolvimento de dois campos de estudos distintos:

Sacks, of course, did not distinguished as a separate field of inquiry membership categorization analysis (MCA) from conversation analysis (CA) and there remain in place strong arguments [...] for the maintenance of robust links between the categorical and sequential 'dimensions' of social life. Nevertheless, the distinctiveness of those dimensions has been sufficient to provide for their institutionalization as discrete domains of inquiry in their own right. (HESTER e HESTER, 2012, pág. 2)

O termo *Análise de Categorização de Pertencimento* (*Membership Categorization Analysis*) não foi cunhado pelo próprio Harvey Sacks, mas pelos sociólogos Stephen Hester e Peter Englin como um substituto para o termo '*MCD analysis*' (*membership categorization device analysis*) – termo utilizado nos anos 70 e 80 pelos pesquisadores que estudavam a dimensão categorial da vida social e que acabava por não representar toda a globalidade do processo da análise de categorização¹⁰.

¹⁰ De acordo com Sally e Stephen Hester, "the reasons for this proposal were not merely aesthetic, nor were they name-changing for its own sake [...], they were that '*MCD analysis*' privileged the analysis of membership categorization devices, and whilst this privileging acknowledge the originality of Sacks' notion of category *collections*, it obscured the fact that whilst membership categories always

Inicialmente, a *análise de categorização* objetivava a compreensão dos etnométodos pelos quais os participantes de uma interação produzem e interpretam categorias de pertencimento utilizadas para classificar pessoas (categorias pessoais) – tais como *desportista, amiga, ladrão, carioca, democrata* –, mas a partir dos avanços percebidos na ACP, a maquinaria da categorização passou a ser vista, também, em relação às categorias utilizadas para descrever coisas (categorias não pessoais):

Since Sacks, it has been suggested that ‘collectivities’ and non-personal objects (Englin and Hester 1992; Hester 1992; Jayyusi 1984; McHoul and Watson 1984;) can be seen in similar ways to those of (personal) membership categories, a conceptual development which was indeed anticipated by Sacks in his discussions of ‘classes’ in relation to the organization of topic in ordinary conversation (Sacks 1992^a). Collectivities or ‘collectivity [membership] categorizations’ (Coulter 1982: 37; Jayyusi 1984: 47-56, 122-150; Sharrock 1974) range from ‘concretely located’, named institutions usually linked to architectural structures (X bank), through more abstract designators such as ‘the legal system’, ‘state bureaucracy’, ‘the health-care system’, etc., to holistic constructs such as ‘the middle class’, ‘feudal society’ and ‘free enterprise system’ (Coulter 1982: 36). Examples of categories used to describe non-personal (including abstract) objects might include ‘delphinium’, ‘fencepost’, ‘traffic light’, ‘bebop’, ‘foot’, ‘beaujolais’ and ‘house’. (ENGLIN e HESTER, 1997 pág.3)

Portanto, podemos dizer que a *Análise de Categorização de Pertencimento* (ACP) é um tipo de análise que busca perceber os etnométodos utilizados pelas pessoas para produção e interpretação dos signos categoremáticos. Segundo Adriano Duarte Rodrigues, os signos categoremáticos são aqueles utilizados para “designar entidades singulares, coisas, pessoas, estados de coisas ou de pessoas” (2005, pág. 80).

Os signos categoremáticos, na perspectiva da ACP, expressam classificações de entidades singulares do mundo sempre para o aqui e agora da interação – não são, portanto, algo que tenha um sentido universal e independente das

belong to some collection and whilst their intelligibility for members depends crucially on their membership in a collection, it is also equally the case that category collections are dependent for their intelligibility for members upon which categories they collect together. If neither collections nor categories are intelligible without the other, then a term which recognized this fact seemed appropriate to say the least, hence the term ‘membership categorization analysis’ as a term which covered the full range of categorization practices without giving priority to any practice in particular” (2012, pág.2).

circunstâncias em que foram produzidos. O ponto de vista etnometodológico da ACP pode ser percebido na maneira fenomenológica com que esse campo de estudos concebe as entidades que constituem o mundo: ao invés de enxergar o mundo como formado por entidades autônomas, que existem independentemente dos sujeitos que a elas se referam e que, por isso mesmo, poderiam ser descritas por categorias estáveis – ou seja, com sentido absoluto – a ACP encara tanto as entidades que constituem o mundo como as categorias que as descrevem como sendo objetos instáveis, que só serão estabilizados nas diferentes situações concretas do cotidiano. Para a ACP, desse modo, tanto as entidades singulares do mundo social como as categorias que as descrevem só podem ser compreendidas contextualmente.

Trata-se, assim, de uma abordagem praxeológica do mundo social, dos processos comunicacionais e da linguagem: “o problema não é mais [...] de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo” (MONDADA e DUBOIS, 2015, pág. 20).

Por isso, para a ACP, a tarefa do analista das categorizações não pode se dar no sentido de criticar as descrições categoriais feitas pelas pessoas, objetivando mostrar sua suposta validade ou invalidade, mas no de descrever essas descrições (MONDADA, BONU, RELIEU, 1994, págs. 130 e 131). Criticar as descrições do mundo social feitas pelos participantes de uma interação demonstra uma atitude anti-fenomenológica e anti-praxeológica que encara o mundo social como algo formado por dados objetivos e independentes de qualquer contexto ou, na melhor das hipóteses – quando se admite uma inflexão contextual na constituição das entidades singulares do mundo – demonstra um entendimento do contexto como se esse fosse expresso por um conjunto de saberes socioculturais dados – e, portanto, reificados – que deveria comandar tanto o processo de produção como o processo inferencial de interpretação de categorias, ignorando e negligenciando o fato de que a natureza situada do mundo e das categorias que o descrevem é dinâmica, fluída e construída passo a passo no momento da interação.

Como advertem Willian Housley e Richard Fitzgerald (2002, pág. 79), o processo de produção e interpretação das categorias que descrevem o mundo social

não é feito levando-se em conta apenas um corpo estável de saberes socioculturais internalizados pelos membros através dos processos de socialização primária e secundária. Diferentemente, no processo de categorização, os saberes pressupostos de uma cultura são apenas o ponto a partir do qual as pessoas irão, situadamente, construir saberes locais relevantes para esse trabalho de produção e interpretação das categorias. Por isso, a “MCA provides an interesting way of analysing and documenting how members’ senses of wider social structure and culture impinge upon everyday social interaction” (HOUSLEY e FITZGERALD, 2002, p.79). A ACP, assim, permite observarmos – através dos trabalhos de categorização realizados pelos membros – uma cultura-em-ação e uma estrutura-em-ação nos mais variados domínios da vida cotidiana de uma sociedade. Rod Watson afirma ainda, em relação os estudos de Sacks sobre os processos de categorização: “il a cherché a montrer que la catégorisation devait être analysée comme une activité culturelle méthodique (procédurale) plutôt que comme l’application d’une grille culturelle/sémantique inerte.” (1994, pág. 152).

O trabalho do analista das categorizações apresenta uma dupla agenda interligada: por um lado, compreender os sentidos situados das entidades singulares do mundo social, ou seja, os atributos e características conectados às categorias usadas para descrever o mundo nas mais variadas situações e, por outro lado, de modo a atingir esse objetivo, perceber os etnométodos utilizados para descrever o mundo através de categorias – a atividade metódica de produção de categorias de que falou Rod Watson no parágrafo acima. São esses etnométodos que vão revelar uma maquinaria utilizada pelas pessoas para produção e interpretação dos signos categoremáticos.

A maquinaria das categorizações, tal como as maquinarias da construção sequencial da fala-em-interação, funcionará como um importante recurso para a co-pilotagem interacional e, conseqüentemente, para a produção de um contexto local. A maquinaria das categorizações é o que faz as descrições serem reconhecíveis pelos membros nas diversas atividades situadas em que se envolvem. Como mostram Lorenza Mondada, Bruno Bonu e Marc Relieu,

les descriptions produites par les membres se présentent comme des descriptions ‘possibles’, reconnaissables comme telles par d’autres. Ayant un caractère ordonné et méthodique [...], elles sont reproductibles. L’objet que doit décrire le sociologue est précisément l’activité consistant à faire des descriptions de façon reconnaissable. (1994, pág. 131)

A meta da ACP, portanto, é compreender os etnométodos que as pessoas utilizam para fazer e interpretar descrições categoriais do mundo e, assim, possibilitar a compreensão situada tanto das categorias como do mundo social que elas descrevem. É o que afirmam Fitzgerald, Housley e Butler: “MCA focuses on members methodical practices in describing the world, and displaying their understanding of the world and of the commonsense routine workings of society” (2009, p.47).

IV.2. A maquinaria da categorização

No artigo intitulado *On the analyzability of stories by children* (1974), Harvey Sacks analisa as duas primeiras frases de uma pequena história contada por uma criança de 2 anos e 9 meses: “*The baby cried. The mommy picked it up*”. A intenção de Sacks era compreender os métodos pelos quais nós somos capazes de produzir e entender as categorias de pertencimento. De acordo com Adriana Braga, Édison Gastaldo e Juliana Guimarães:

o ponto ressaltado por Sacks naquele artigo enfatizou os métodos culturais usados para categorizar as pessoas, e o modo como as categorias “bebê” e “mamãe” permitem a inferência segura de que a “mamãe” é a mãe *daquele* bebê, quando, em uma leitura gramatical estrita, isso é apenas uma possibilidade. (2016, pág. 214 e 215)

A partir desse exemplo, Sacks mostra a complexidade dos processos inferenciais que emergem de um texto simples como esse, revelando os procedimentos interacionais que permitem aos interagentes decidir qual sentido de uma categoria é o relevante no contexto em que ela foi gerada. Para o autor, entendemos que aquela ‘mamãe’ é a mãe daquele ‘bebê’ pois associamos essas

duas categorias – ‘mamãe’ e ‘bebê’ – a um mecanismo de categorização de pertencimento (*membership categorization device*) – doravante MCP – comum: o MCP ‘família’. Além disso, ao observarmos as ações que estão sendo realizadas por essas categorias – ‘chorar’ e ‘pegar no colo’ – as associamos, em grande parte das culturas, aos direitos e obrigações de um *par relacional padronizado* (par de categorias convencionais que expressam direitos e obrigações mútuas), o PRP ‘mãe-filho pequeno’. Assim, a ‘mamãe’ de um ‘bebê’ da mesma família, tem a obrigação de pegá-lo no colo quando ele chorar (e chorar é um direito do bebê).

Aqui, uma das coisas mais importantes de se notar é o conceito de mecanismo de categorização de pertencimento (MCP). Segundo Georgia Lepper (2000, pág. 16), Sacks desenvolveu esse conceito como uma maneira de definir, formalmente, o **contexto** em que a categoria é produzida e, conseqüentemente, a partir do qual deve ser lida. Como vimos nos capítulos anteriores, só entendemos o sentido de um enunciado ao recorrermos ao contexto em que ele foi produzido. O conceito de MCP permite que o analista das categorizações perceba o contexto em que as categorias foram geradas para, assim, entender seu sentido situado.

O MCP nada mais é do que a coleção de categorias das quais a categoria analisada faz parte no aqui e agora de uma interação. Segundo Sacks, “It is important to observe that a collection consists of categories that ‘go together’” (1974, pág. 219). A categoria ‘bebê’, por exemplo, pode fazer parte da coleção ‘família’ – como mostrado no exemplo acima – mas também pode fazer parte da coleção ‘estágio de vida’. O MCP ‘família’ pode apresentar uma coleção de categorias que “vão juntas” – a depender da situação em que ocorrem – tais como ‘bebê’, ‘tio’, avô’ etc. O MCP ‘estágio de vida’ pode apresentar uma coleção de categorias que “vão juntas” – a depender da situação em que ocorrem – tais como ‘bebê’, ‘velho’, ‘adolescente’, ‘jovem’ etc.

As categorias e os MCPs a que se conectam não formam uma grade pronta que seria supostamente dada pelas estruturas socioculturais da sociedade, mas trata-se sempre de uma montagem local feita pelos participantes de acordo com os propósitos locais da interação. Poderíamos ter, numa situação hipotética, o MCP ‘estágio de vida’ em que as categorias que formam essa coleção sejam, por exemplo, ‘múmia’, ‘criança’ e ‘espermatozóide’. As categorias de pertencimento e os MCPs

podem ser adotados localmente de forma bastante inesperada (daí a necessidade de se perceber o contexto exato em que elas aparecem). Como lembram, Ana Ostermann e Mariléia Sell

Sacks nos dá o exemplo de categorias inesperadas formando uma coleção. É o caso de criança e cachorro, que são categorias não permitidas em um determinado condomínio residencial. Nesta situação, elas formam uma coleção, fato que nos alerta para olharmos os eventos de forma situada, pois as categorias e as coleções (conjunto de categorias com as quais estabelecemos afinidades de pertencimento) não são fixas e disponíveis em um catálogo de etiquetas que colamos às coisas para descrevê-las. (2009, pág.14)

A coleção (o MCP) que organiza as categorias ‘criança’ e ‘cachorro’ no exemplo dado por Sacks, não é ‘estágio de vida’ ou ‘mamífero’ mas sim algo como a coleção ‘indesejados’, para os propósitos locais em que foram expressas. ‘Cachorro’ e ‘criança’ devem, ali, contextualmente portanto, ser lidas a partir do organizador “indesejados” e isso trará consequências para o sentido concreto das categorias naquela situação – possivelmente, o sentido situado de ‘criança’ e ‘cachorro’, no exemplo dado por Sacks, se relaciona com ‘seres que fazem sujeira, bagunça e barulho’ e não com, por exemplo, ‘seres amorosos e alegres’, que seriam outros possíveis atributos dessas categorias em outro contexto. Em suma, a ACP centra sua atenção nas seleções pragmáticas dos membros no processo de produção e compreensão situada das categorias: “how people describe things and how they reason about them are pragmatic selections from a range of possibilities” (BAKER, 1997, pág. 164).

A maneira para sabermos qual o sentido situado das categorias é recorrendo ao contexto em que elas foram geradas. Esse contexto é expresso pelo MCP de qual elas fazem parte no aqui e agora de uma interação. Mas como chegar a esse contexto, ou seja, como perceber qual é o MCP selecionado localmente pelos participantes? De acordo com Sacks, os interagentes se valem de procedimentos padronizados que os auxiliam na produção e interpretação de categorias, ou seja, utilizam etnométodos para construir e localizar o contexto em que as categorias são produzidas. Esses procedimentos padronizados de produção e interpretação de

signos categoremáticos são expressos por algumas *regras de aplicação* que explicam como a maquinaria de categorização funciona (CLIFTON, 2009, pág. 2).

Uma dessas regras é a *regra da economia*. Ela nos informa que basta uma única categoria para caracterizar uma pessoa ou coisa numa situação (embora isso não inviabilize que a caracterização de uma pessoa ou coisa seja feita com várias categorias) . Se um professor universitário apresenta um de seus alunos do curso de doutoramento para outros professores num congresso dentro da universidade, basta ele categorizá-lo, por exemplo, como “aluno do doutoramento”, sem a necessidade de recorrer a outras categorias válidas para aquele indivíduo como, talvez, ‘paulista’, ‘torcedor do corinthians’ ou ‘amante de MPB’. De acordo com Gastaldo e Watson, “qual categoria será selecionada é uma questão de relevância contextual. Considerando essa relevância, uma categorização é, tipicamente, referencial: ninguém precisa proliferar descrições categoriais para referir uma pessoa em uma situação natural” (2015, pág. 143). Apenas uma categoria é suficiente para evidenciar o contorno de relevância do contexto em que ela deve ser lida. Ao apresentar esse indivíduo como ‘aluno do doutoramento’ o professor está, na verdade, tornando relevante o MCP ‘membros do universo acadêmico’ e não o MCP ‘local de nascimento’, ‘torcida futebolística’ ou ‘gosto musical’. Para o aqui e agora daquela situação, aquele indivíduo é um membro do universo acadêmico e não um torcedor de futebol, por exemplo, mesmo que ele o seja em outras situações.

É claro que nem todas as categorias revelam de modo indubitável a qual MCP pertencem. Existem categorias ambíguas – tal como ‘bebê’ – como vimos anteriormente. Nesses casos, os participantes da interação recorrem a outros *inputs* contextuais que ajudarão no processo de inferência sobre a categoria produzida. No caso do exemplo acima, além de haver pouca possibilidade de ambiguidade na categoria ‘aluno do doutoramento’, fica bastante claro o sentido local desta categoria devido ao *input* contextual que é o fato de estarem no ambiente físico, por excelência, no qual o universo acadêmico se realiza: a universidade. Mas nos casos em que as ambiguidades se tornam fortes, um dos *inputs* contextuais bastante utilizados como recurso para a realização de inferências sobre uma categoria são as *atividades categorialmente conectadas* (*category-bound activities*). As *atividades*

categorialmente conectadas são as atividades ligadas localmente, pelos interagentes, às categorias com que fazem descrições – como no exemplo de Sacks: “o bebê [categoria] chorou [atividade]”. Isso leva a uma outra regra de aplicação – uma das *máximas do ouvinte* – que diz, segundo Sacks:

If a category bound activity is asserted to have been done by a member of some category where, if that category is ambiguous (i.e. is a member of at least two different devices) but where, at least for one of those devices, the asserted activity is category bound to the given category, then hear that *at least* the category from the device to which it is bound is being to hold. (1974, pág. 224)

Mobilizando esse etnométodo – *máxima do ouvinte* – é possível fazer a inferência de que a categoria ‘bebê’, embora ambígua, pertence naquele caso, pelo menos à coleção (MCP) ‘estágio de vida’ – já que ‘chorar’ é uma atividade conectada à indivíduos em estágio inicial de desenvolvimento.

Um outro etnométodo para produção e interpretação de categorias é a *regra da consistência*. Essa regra apresenta mais de uma formulação mas apresentamos aqui a formulação feita por Rod Watson e Édison Gastaldo, a partir das formulações de Sacks: “se duas categorias de pertencimento ocorrem próximas uma da outra, e elas podem ser consideradas como parte do mesmo MCP, então elas devem ser consideradas assim” (2015, pág. 143). Portanto, no caso do exemplo dado por Sacks, a mobilização desse etnométodo permite a inferência de que as categorias ‘bebê’ e ‘mamãe’ pertencem à coleção ‘família’. E, como esse MCP (‘família’) tem a característica de ser *duplicativamente organizado* – ou seja, funciona como se fosse uma equipe – mobilizamos ainda outro etnométodo - *a máxima do ouvinte para organização duplicativa*. Essa *regra de utilização* diz que “se duas ou mais categorias de pertencimento próximas são tratadas como parte do mesmo MCD, e este MCD é duplicativamente organizado, deve-se considerá-las assim” (GASTALDO e WATSON, p.143). Desse modo, não apenas entendemos ‘bebê’ e ‘mamãe’ como categorias pertencentes ao MCP ‘família’, como também entendemos que essa ‘mamãe’ e esse ‘bebê’ são da *mesma* família.

No processo de compreensão da pequena história contada pela criança, estamos ativando, ao mesmo tempo, todas essas *regras de aplicação* para realizar

inferências necessárias à leitura das categorias. Utilizando todos esses etnométodos, num processo que, embora complexo, realizamos a todo momento de modo inconsciente, podemos inferir não apenas que a ‘mamãe’ é mãe daquele ‘bebê’, como também o fato desse bebê pertencer, ao mesmo tempo, ao MCP ‘família’ e ‘estágio de vida’ – e isso é capaz de revelar um estoque de saberes e normas culturais, por exemplo o fato de acharmos normal uma mãe cuidar zelosamente de sua pequena cria¹¹. A categoria ‘bebê’ poderia ser usada sem que se ativasse o MCP ‘estágio de vida’ – “a woman may refer to someone as ‘my baby’ with no suggestion that she is using the category that occurs in the ‘stage of life’ device; her baby may be a full-fledged adult” (SACKS, 1974, pág. 220) – mas não parece ser esse o caso aqui, já que não consideraríamos normal uma mãe pegar seu filho adulto no colo assim que este chorasse. Como vemos, é a ativação de vários etnométodos que nos permite chegar à inferência específica para cada caso em questão, como esclarecem Hester e Englin:

Thus in the case of the category-bound activity ‘crying’ it is asserted that this is done by a member of the category ‘baby’. This is an ambiguous category: it may be heard, that is, as a member of the device ‘family’ and the device ‘stage of life’. However, following this maxim [máxima do ouvinte], if for one of these devices the asserted activity ‘crying’ is category-bound to the given category ‘baby’, then hear that the category is one which belongs to the device for which the category-bound activity holds. In other words, if one can hear the activity as bound to a category then hear the activity as being done by an incumbent of that category. In the case of ‘the baby cried, the mommy picked it up’, then, the category ‘baby’ is heard as one belonging to the device ‘stage of life’ since crying is bound to the category ‘baby’ which is a member of that device; crying is not bound to the category

¹¹ A análise de uma ‘cultura em ação’ orientada pela *Análise de Categorização de Pertencimento* tem o poder de mostrar uma *dinâmica cultural* inerente ao processo de construção da realidade. Uma das maneiras concretas que a APC nos apresenta para entendimento dessa dinâmica cultural é, como colocado por Lena Jayyusi, além da percepção dos saberes compartilhados pelos membros acerca de um mundo situado, a percepção das concepções morais que esses saberes indiciam: “Sacks’ notion of category bound actions, rights and obligations not only points out the moral features of our category concepts, but also provides thus for the very moral accountability of certain actions or omissions. His elucidation of the notion of certain categories as standardized relational pairs [...] not only uncovers features of the organization of members’ conventional knowledge of the social world, but clearly demonstrates via empirical analysis how that knowledge is both morally constituted and constitutive of moral praxis – it provides for a variety of ascriptions, discoveries, imputations, conclusions, judgments etc. on the part of mundane reasoners” (1984, pág. 240).

'baby' as a member of the device 'family', though incumbents of that category *may* cry. This hearer's maxim, then, provides for a minimal hearing: the 'baby cried' refers 'at least' to 'baby from the stage of life device'. This maxim is not used by itself. Hearings are the result of the use of more than one maxim. The maxim above is used *in combination* with the consistency rule [...]. The latter gives 'baby' as a member of 'family', whilst the former gives 'baby' as a member of the 'stage of life' device. Combining these hearings provides us with the result that the baby is not only the baby of the mommy but also a baby from whom crying is category-bound. (HESTER e ENGLIN, 1997, pág. 6)

Toda essa maquinaria de categorização chama a atenção para o fato de que “a produção de um enunciado é reciprocamente ativa, uma questão oral-auditiva” (GASTALDO e WATSON, 2015, pág. 144), ou seja, a produção de enunciados é um processo dialógico. Isso nos permite compreender, ainda mais acuradamente, que o entendimento mútuo de que falamos no primeiro capítulo, depende de uma arquitetura comum sob a qual os interagentes possam construir a intersubjetividade através da produção de enunciados.

A prática de pesquisa em ACP depende da disponibilidade do analista em perceber as *categorias*, os *dispositivos de categorização* e os *predicados* das categorias tal como usados pelos interagentes numa situação concreta. Assim, poderemos perceber, emicamente, não apenas a maneira como os interagentes se entendem mutuamente (através dos contextos concretos que mobilizam na produção de categorias) mas, também, os dilemas categoriais que formam visões de mundo distintas (quando há um conflito na mobilização do contexto relevante) e, até mesmo se os falantes têm insucesso na construção da intersubjetividade. Em nossa análise, principalmente em sua segunda parte, tentaremos perceber essa dinâmica.

Como última coisa a ressaltar neste capítulo, colocamos aqui a ressalva feita por Hester e Englin de que tanto os aspectos *categoriais* da fala-em-interação quanto seus aspectos *sequenciais* devem ser levados em consideração para um entendimento completo do que está ocorrendo numa interação conversacional. Embora a ACP e a AC tenham se instituído como campos independentes de pesquisa, tanto mais completa será uma análise quanto mais atenta estiver, ao mesmo tempo,

aos etnométodos de produção e interpretação sequencial da fala e aos etnométodos de produção e interpretação categorial:

we would suggest that both the sequential and categorizational aspects of social interaction inform each other. Thus, the production of particular types of sequential items is informed by an orientation to the membership categories of the speakers, just as these items contribute to the categorization of the speakers. Social identity provides for a sense of the (sequentially organized) talk, just as the talk provides for a sense of social identity. Teachers, for example, establish their credentials as incumbents of such a category through the production of particular sorts of sequentially positioned utterances, just as their utterances trade off a presumed social identity (as teachers) for their accountable production and recognition. Further, we would suggest that in practice these aspects (the sequential and the categorizational) are so closely intertwined as to be separable only for the purpose of analysis. (1997, pág. 2 e 3)

Capítulo V. Contextualizando o programa *Roda Viva*

O *Roda Viva*, produzido pela emissora pública de televisão de sinal aberto TV Cultura, é um dos programas de televisão mais longevos em atividade no Brasil. Desde seu início, em setembro de 1986, já realizou mais de mil entrevistas com personalidades de vários campos sociais do Brasil e do mundo.

O momento histórico em que foi criado era o da redemocratização do país, pós ditadura militar. O Brasil havia acabado de passar por uma de suas maiores mobilizações populares em torno da campanha pelas eleições diretas para presidente da república, denominada *Diretas-Já*. A liberdade de manifestação de pensamento e afiliação política, aberta em 1984 com a eleição de Tancredo Neves – o primeiro presidente civil desde o golpe de 1964 –, fez florescer um ambiente altamente valorizador da pluralidade de ideias. Era necessário exorcizar a ditadura e toda a censura e opressão às liberdades individuais que marcaram o período.

Diante desse clima de abertura, o *Roda Viva* surge como uma tentativa de dar impulso, na mídia, à democracia recém reconquistada. Para se ter uma ideia da postura de apoio à diversidade de pensamento exercida pelo programa, os convidados das duas primeiras emissões foram figuras diametralmente opostas. Na primeira emissão foi entrevistado o jurista Paulo Brossard – político filiado ao PMDB, o partido de oposição ao regime militar – que desempenhou papel importante na redemocratização. Na emissão seguinte, o entrevistado foi Ronaldo Caiado, presidente da UDR (União Democrática Ruralista) entidade associativa de grandes proprietários rurais que, apesar de carregar em seu nome o predicado *democrática*, sempre esteve ao lado dos governos do regime ditatorial.

O *Roda Viva* estimula o debate de ideias, sem esconder dissonâncias, por meio do livre diálogo entre os participantes de suas emissões. A cada semana, um entrevistado é colocado no centro de um cenário em forma de arena para interagir com convidados que o confrontam com outras ideias, posturas e opiniões. Importante frisar, como ficará claro nas análises, que esse confronto é balizado por aquilo que a ditadura obscureceu: o respeito pelo outro e suas diferenças. Apesar do nome do programa – *Roda Viva* – e de seu cenário em forma de arena remeterem à

ideia de conflito, combate e escaramuças, essas ideias não traduzem exatamente a dinâmica da interação que ali se desenvolve. Há um tensionamento, sem dúvidas, mas de modo a que a exposição dos diversos pontos de vista não seja prejudicada por um belicismo que os apaguem e jogue luz apenas na performatividade do conflito. Como afirma José Luiz Braga,

O conceito de “roda viva” implica que os entrevistados vão receber questionamentos tensionadores. Mas esse tensionamento não será excessivo. O excesso, além de provocar um “mal estar interacional” dos envolvidos (inclusive espectadores) – geraria dificuldades evidentes para uma continuidade prolongada do programa.

Assim, o tensionamento não decorre de um processo polêmico tipo “queda de braço”, mas preferentemente ocorre no terreno da tematização. Isto é, acorda-se que a entrevista entrará em questões eventualmente delicadas, ou na ordem da crítica, ou na referência a situações ou personagens com os quais o entrevistado mantém ou manteve relações de disputa ou desacordo. [...] A regra, portanto, é entrar nesse terreno – mas dentro dele, é dado espaço para que o convidado expresse sua posição. (2006, pág.7)

Uma das coisas que colabora para esse tensionamento específico – que, embora não frontal, ainda assim contribui para o clima de “eletricidade no ar” que podemos sentir nas emissões do *Roda Viva* – é o fato de o programa ser realizado *ao vivo* (mesmo quando, por algum motivo, a emissão da semana não se realize dessa maneira, a produção do programa mantém os cortes originais feitos pelo diretor de imagem na hora mesma de sua captação).

Um único entrevistado, convidado pelo programa, conversa com entrevistadores, também convidados, sem roteirização ou tematizações prévias. Como único representante oficial do programa, há a figura do *mediador* – que também acumula a função de entrevistador – exercida por diferentes jornalistas ao longo destes mais de trinta anos do programa. Segundo José Luiz Braga, duas parecem ser as funções básicas do incumbente dessa categoria no programa (o que, de fato, pudemos constatar nas análises desta pesquisa):

A noção de “mediador”, aí, envolve dois ângulos: é quem pode mediar a diversidade de posições entre os entrevistadores,

equilibrando e assegurando as normas do bom funcionamento entre as eventuais contraposições; e é quem articula entrevistados e entrevistadores, moderando excessos de parte a parte ou desequilíbrios “entre os dois campos”. Além disso, o mediador é o garante das “regras não escritas” do bom funcionamento do programa. Em caso de acumulação ou disputa, deve ser o distribuidor da palavra. É, também, entrevistador.

É possível afirmar que o formato do programa *Roda Viva* é algo televisivamente bem sucedido – já que permanece praticamente inalterado desde quando surgiu até os dias atuais (com exceção de um breve período, entre 2010 e 2011, em que se tentou uma mudança radical que logo foi abandonada para se retornar ao formato original). Embora os avanços tecnológicos da comunicação social tenham sido acolhidos pela produção do programa – principalmente na forma como os telespectadores interagem com os participantes presentes no estúdio (por telefone, nos primeiros anos do programa, e posteriormente por meio da internet nas plataformas *facebook* e *twitter*) – a essência do programa continua a mesma: pessoas interagindo conversacionalmente – o que confirma o fato de que a interação conversacional é algo que gera bastante interesse no telespectador. Aliás, Arlindo Machado mostra, em *A televisão levada à sério* (2001), que há uma profusão de produções televisivas que obedecem ao padrão *talking heads* – ou seja, pessoas no estúdio falando entre si ou diretamente com o telespectador.

Em termos temáticos, a interação conversacional do *Roda Viva* pode ser caracterizada como relevante para o interesse público e é tão abrangente quanto possível numa sociedade complexa como a brasileira. Política, artes, cultura, problemas sociais, esportes e questões identitárias são alguns dos temas recorrentes nesse programa. Um dos objetivos desta pesquisa – ao buscar compreender como é organizada a interação conversacional no RV – é o de, justamente, perceber um modo particular, oferecido pelo programa, de funcionamento do debate e da formação da opinião numa esfera pública midiaticizada.

De maneira geral, a dinâmica do RV já é bastante conhecida do público televisivo brasileiro. A grosso modo, essa dinâmica pode ser sintetizada como algo que

concorre, em tudo, para assegurar um programa interessante. Pequeno frisson de tensionamento; habilidade dos floreios verbais; múltiplos entrevistadores podem tentar fazer “perguntas inteligentes”, que põem a bola em jogo. Mantendo a metáfora, seja levantando a bola para que o entrevistado faça um belo corte; seja dando um lance difícil para ver como o convidado rebate ou se defende. (BRAGA, 2006, pág.7)

O que falta, contudo, é mostrar os métodos conversacionais – construídos pelos participantes do *Roda Viva* ao longo de sua existência – que dão essa dinâmica específica ao programa. Aliás, é só conhecendo os fatos conversacionais do *Roda Viva* que poderemos compreender mais acuradamente o que é essa dinâmica, em termos de possibilidades de ação, e suas características particulares de contribuir com a formação da opinião pública.

Capítulo VI. Percurso Metodológico

VI.1. Problema e objetivo geral da pesquisa: a pertinência desta tese para o campo de estudos da comunicação

A intenção desta pesquisa é descobrir *de que maneira é organizada a interação conversacional no programa televisivo Roda Viva*. Esse problema de pesquisa se revela pertinente dentro do campo científico da comunicação social quando olhamos o objetivo geral para o qual, nesta investigação, está direcionado: *perceber os processos de contextualização realizados no RV*. Mas é preciso justificar: por que a percepção de processos de contextualização é importante para a pesquisa comunicacional? E por que descobrir os modos como uma interação é organizada nos possibilita perceber os contextos construídos por seus participantes?

Começando pela segunda questão, recorreremos inicialmente a Emanuel Schegloff, em citação já anteriormente colocada: “modes of interactional organization might themselves be treated as contexts” (SCHEGLOFF, 1987, pág. 221). Como dito nos capítulos anteriores, a perspectiva êmica da etnometodologia mostra que é na organização local da interação, erigida pelos seus próprios participantes, que um contexto-em-ação pode ser percebido tanto por eles próprios como pelo pesquisador. Essa organização, construída passo-a-passo e concertadamente, é o resultado da utilização que os participantes de uma interação fazem das estruturas interacionais da linguagem e é o que lhes permite a emergência da intersubjetividade – intersubjetividade essa que se expressa na forma de um contexto situado comum.

Os contextos, por esse ponto de vista, não são a expressão de um estrutura sociocultural reificada ou de situações sociais estereotipadas, mas a expressão de uma estrutura sociocultural-em-ação e de uma situação-em-ação, construídas localmente pela intersubjetividade situada dos participantes de uma interação – ou,

em corolário, é a construção de estruturas socioculturais-em-ação e de situações-em-ação que permite a emergência de intersubjetividades situadas.

Esse fato, aliás, é o que nos permite começar a responder a primeira questão (*por que a percepção de processos de contextualização é importante para a pesquisa comunicacional?*). Retomando Louis Quéré, em sua defesa de um modelo praxiológico da comunicação:

Em síntese, não há mais nesse modelo [o modelo praxiológico da comunicação] o mundo predefinido, seja ele externo ou interno, que demandaria ser representado adequadamente. É na ação comunicativa, entendida enquanto um processo de “publicização”, que as coisas e os seres adquirem sua definição – para todos os fins práticos – por meio de construção de relações com um “nós”. (2018, pág. 26)

Vimos que o cerne da comunicação não é a troca de informações sobre um mundo supostamente objetivo, mas sim, como afirma Quéré, um processo de publicização situado que faz as coisas e os seres do mundo adquirirem sentido. Esse processo de publicização situado nada mais é que o próprio processo de contextualização. E a construção de relações do mundo com um “nós”, como colocou acima o autor, nada mais é do que a construção de uma **intersubjetividade situada** que se alcança, justamente, através de um processo de contextualização. A construção da intersubjetividade para o campo de estudos da comunicação, diferentemente do que poderia nos afirmar uma perspectiva psicológica, é pura e tão somente a construção local, pelos participantes de uma interação comunicacional, de **circunstâncias mutuamente relevantes de enunciação/ação**.

Esse espaço público da intersubjetividade, portanto, não é instaurado por contextos prontos, acabados, reificados por uma estrutura sociocultural ou pelas situações sociais estereotipadas internalizadas pelos sujeitos (ainda que essas funcionem como recursos que os participantes das interações têm à mão para iniciar a construção da intersubjetividade), mas por uma constante elaboração concertada entre interagentes concretos, a cada episódio comunicacional – um verdadeiro processo de contextualização realizado pelos próprios participantes da interação na sequencialidade de suas ações situadas. Como vimos nos capítulos teóricos, as ações

dos participantes de uma interação, a partir de um ponto de vista etnometodológico, não são apenas indiciais – ou seja, que dependem do contexto para o florescimento de seu sentido – mas são também reflexivas – ou seja, que contribuem para elaborar o próprio contexto (DE FORNEL, 1999, pág. 120).

A construção de um contexto não se dá pelo mero cumprimento mecânico das regras e normas dadas pelas estruturas socioculturais ou pelas situações típicas do cotidiano, mas por um processo local de orientação situada para essas regras e normas. Esse processo é contingenciado por um tempo e espaço particulares e por subjetividades concretas em efetiva interação. Assim, na sequencialidade de uma interação, as ações individuais são **dialogicamente** ajustadas permitindo a emergência do espaço público de uma intersubjetividade: as ações se tornam interações organizadoras do que ocorre no aqui e agora. Como coloca Pedro Garcez, especificamente em relação à interação de tipo conversacional, “a própria organização da fala-em-interação gera dados para que se possa articular a perspectiva dos participantes da ação, pois eles precisam demonstrar constantemente as suas perspectivas uns para os outros” (2008, pág. 24). Os dados gerados, aos quais se refere Garcez, evidenciam os saberes contextuais tornados relevantes pelos participantes, através de suas interações, e aos quais eles recorrerão para produzir e interpretar suas interações subsequentes.

A intersubjetividade, por esse ponto de vista, surge como a emergência de contingências e circunstâncias de enunciação/ação locais relevantes compartilhadas pelos sujeitos – um contexto situado, portanto – e não como intersecção de mundos subjetivos:

A intersubjetividade não seria, então, meramente a convergência entre múltiplos intérpretes do mundo (entendidos em termos de substância ou de procedimento), mas a convergência potencial entre os “realizadores” de uma ação ou parcela de conduta e seus recipientes, como co-produtores de um incremento de realidade interacional e social.

No contexto dessa mirada, a intersubjetividade não é uma questão de intersecção generalizada de crenças ou conhecimentos, ou de procedimentos para gerar crenças ou conhecimentos. Nem surge como “um problema de intersubjetividade”. Em vez disso, aspectos específicos de parcelas específicas de conduta que compõem o padrão e a tessitura da vida social cotidiana criam as ocasiões e os recursos

para o entendimento, que também podem entrar em questão nos entendimentos problemáticos. E é esse situar da intersubjetividade que será de interesse aqui. (SCHEGLOFF *apud* GARCEZ, 2008, pág. 31)

A intersubjetividade emerge, assim, da contextualização local construída pelas ações sequenciais dos participantes. Para a comunicação, é esse o entendimento relevante para a ideia de intersubjetividade: o espaço público criado pelos participantes da interação, ou seja, um contexto situado comum e não o compartilhamento ou transferência de estados mentais individuais, como uma perspectiva informacional da comunicação poderia nos levar a acreditar.

Os processos de contextualização realizados pelos participantes de um processo interacional são, dessa maneira, algo fundamental para se pensar e perceber a comunicação, já que é através desses processos que os interagentes podem fazer emergir um mundo intersubjetivo, ou seja, um mundo comum – mundo esse que não é a concordância, comunhão ou consenso do que seria o mundo mas, como explicita Pedro Garcez, é “um mesmo plano de entendimento quanto ao que estão fazendo em conjunto naquela juntura interacional local” (2008, pág.32).

Dessa maneira, fica fácil percebermos que pensar a comunicação como processo de entendimento entre as pessoas não pode ser simplificado em termos de troca de informações sobre um mundo social supostamente objetivo, mas sim como a criação de uma dimensão comum que possibilite entendimento entre diferentes subjetividades. Esse plano comum de entendimento – a intersubjetividade – é alcançado pela construção local e situada de um contexto comum que possibilitará, enfim, a legibilidade das expressões e ações realizadas localmente.

VI.2 Os objetivos específicos da pesquisa e o inquérito a ser feito ao objeto para alcançá-los

Como o objetivo geral da pesquisa é perceber os processos de contextualização levados a cabo pelos participantes do programa RV – objetivo que será alcançado quando conseguirmos observar como esses participantes organizam

sequencialmente a interação conversacional – é importante definirmos os objetivos específicos através dos quais esse objetivo geral se revelará em sua totalidade e de modo detalhado. Aqui, nossa opção metodológica foi por estabelecer dois objetivos específicos: 1-) perceber os processos de micro contextualização; e 2-) perceber os processos de macro contextualização.

Geralmente, nas ciências humanas e sociais, as análises sobre a noção de contexto se dividem nessas duas dimensões. São, portanto, análises micro-contextuais ou análises macro-contextuais. Por análises micro-contextuais estamos chamando aquelas em que o foco de atenção é colocado no contexto proximal de uma interação: as características micro-estruturais da sociedade, ou seja, aquelas definidoras das situações interacionais imediatas em que os participantes estão envolvidos – por exemplo, uma aula, uma briga de trânsito, uma paquera. Por análises macro-contextuais estamos nos referindo àquelas em que o foco de atenção é colocado no contexto distal, ou seja, nas características macro estruturais de uma sociedade – aquilo que aqui estamos chamando de suas estruturas socioculturais – e que tem sido um dos objetos centrais das ciências sociais por muito tempo: os arranjos institucionais, de poder e de posicionamento social em uma sociedade.

Na perspectiva aqui adotada – e já explicitada nos capítulos teóricos – tanto os micro quanto os macro contextos não se constituem como entidades dissociadas e autônomas, mas sim como diferentes dimensões de uma mesma entidade: as circunstâncias de enunciação/ação mutuamente relevantes construídas pela intersubjetividade situada dos participantes de uma interação. Assim, tanto em relação às microestruturas de uma sociedade quanto em relação às suas macroestruturas, o que é relevante não é o foco de atenção estabelecido *a priori* pelo pesquisador, mas os focos de atenção concretos dos participantes de uma interação – focos esses que revelarão tanto os micro quanto os macro contextos concretamente mobilizados.

Para fins de análise, embora micro e macro contexto sejam entidades associadas no todo de um episódio interacional, é possível falarmos nessas duas dimensões contextuais. De acordo com Schegloff, mesmo sendo dimensões associadas ao todo contextual, é possível e desejável que a análise atente para cada uma dessas dimensões de modo particular pelo fato de serem mobilizadas pelos

participantes da interação enquanto dimensões problemáticas e relevantes para eles próprios. Portanto, isso é algo pertinente de se levar em conta numa análise contextual de perspectivaêmica:

The concern with “context” in the social and human sciences, especially with respect to interaction and discourse, is commonly understood to be addressed to two **types** of context – what can be called “external” or “distal” on the one hand, and “intra-interactional” or “discourse” or “proximate” on the other. Under the former rubric may be grouped aspects of social life long central to the social sciences – the class, ethnic, and gender composition of an interaction, each of these understood either as a distinctive source of ordering of and constraint on social life, or as an embodiment of more general properties such as “power” (in various of the senses in which that term is used). Here as well are found the various institutional matrices within which may be taken as “shaping” what goes on under their auspices or in arenas of social life on which they have a bearing.

By the second type of context we can understand the sort of occasion or genre of interaction which participants, by their conduct, make some episode be an instance of, the sort of sequences of talk or courses of conduct in which particular events may occur (stories, request sequences, etc), the capacity in which participants act relative to the episode in progress (e.g. as the initiator of a conversation or a topic, or its recipient) etc.

Now clearly, these two types need not constitute disjunct, or non-overlapping, sets. “Buyer” and “seller” can refer both to the “objective statuses” of participants in an interaction in a marketplace, and to the relevant “capacities” in which they engage one another in a particular spate of talk. But as that very example may suggest, although “external” and “intra-interactional” contexts **need not** be disjunct, their relationship can be problematic, and must be **taken as problematic** for the purposes of disciplined analysis. (SCHEGLOFF, 1992, pág. 195)

É preciso deixar claro mais uma vez, contrariando algumas críticas a ela dirigidas, que a etnometodologia não negligencia os macro contextos, mesmo que a análise etnometodológica centre seu olhar na dimensão micro da sociedade que é a interação comunicacional e suas micro estruturas discursivas. Ela apenas insiste no fato de que os macro contextos não são entidades objetivas que existem fora da interação mas sim entidades construídas de dentro da interação pelos seus interagentes, de modo a revelar uma orientação particular para as estruturas socioculturais (orientação essa que só pode ser realizada, aliás, através das microestruturas discursivas da interação). Assim, na dimensão micro da sociedade –

a interação – os participantes mobilizam situadamente não apenas microestruturas (as estruturas discursivas relativas à situação interacional imediata) mas também macro estruturas (estruturas socioculturais), numa operação de construção de relevâncias.

Quando falamos em microestruturas, nos referimos, por exemplo, tanto à estrutura global de uma interação (ou seja, o tipo de situação, com seus *cursos de ação*) e os tipos de seqüências de turnos que formam seus sub-cursos de ação (por exemplo, os tipos de *pares adjacentes*, com suas possíveis inserções e expansões, numa interação de tipo conversacional) quanto aos sistemas de relação entre os papéis intrainteracionais assumidos pelos interagentes (no caso específico da interação de tipo conversacional, podemos citar: os *mecanismos de categorização de pertencimento dos falantes* como, por exemplo, ‘participantes de uma chamada telefônica’; os *sistemas de relação entre categorias de pertencimento dos falantes* como, por exemplo, o par relacional ‘quem chama - quem é chamado’ ao telefone, independente de os incumbentes das categorias ‘quem chama’ ou ‘quem é chamado’ serem um ‘professor’ ou um ‘diplomata’, categorias essas relativas às macroestruturas sociais).

Ao falarmos em macroestruturas, nos referimos tanto aos sistemas de valores e crenças de uma dada cultura¹² como aos sistemas de posicionamento e hierarquia social fornecidos por uma estrutura social. Ou seja, ao falarmos em macroestruturas, nos referimos aos sistemas de categorização de uma estrutura sociocultural – como, por exemplo, *identidades sociais* oriundas de *classe, etnia, gênero, nacionalidade* etc... relativos a diversos tipos de estruturas sociais, mas também *unidades sociais, fenômenos naturais, regras, princípios morais, modelos de ação* etc..., relativos às estruturas culturais.

O que define um contexto para a interação conversacional é o modo como seus participantes se orientam *local e situadamente*, através da organização que

¹² Segundo Franco Crespi, “os diversos elementos que surgem condensados no termo cultura fazem ressaltar, por um lado, a dimensão *descritiva e cognitiva* da cultura; as *crenças* e as *representações sociais* da realidade natural e social, ou as *imagens* do mundo e da vida, que contribuem para *explicar e definir* as identidades individuais, as unidades sociais, os fenômenos naturais; por outro, a dimensão *prescritiva* da cultura, enquanto conjunto de *valores* que indicam os objetivos ideais a prosseguir, e de *normas* (modelos de ação, definição dos papéis, regras, princípios morais, leis jurídicas, etc.) que indicam o modo segundo o qual os indivíduos e as coletividades devem comportar-se” (1997, pág. 14).

fazem de uma interação, tanto para as microestruturas sociais como para as macroestruturas sociais, produzindo, dessa forma, microestruturas-sociais-em-ação e macroestruturas-sociais-em-ação.

Mas como é feita concretamente essa organização? Como vimos, podemos dizer que a organização da interação conversacional é feita pelo modo como seus participantes realizam suas ações em *sequências de elocuições*, de modo a que a ação de um participante sempre seja produzida levando-se em conta as ações que a antecederam em elocuições prévias, pois elas projetaram as circunstâncias locais relevantes para a realização das ações subsequentes na interação. Nesse processo de projeção de circunstâncias relevantes de enunciação/ação, os interagentes mobilizam intersubjetivamente certas microestruturas sociais e certas macroestruturas sociais. Por exemplo, ao realizar a ação *sequencial* de responder ao chamado de um guarda de trânsito, o interagente interpelado pode estar se orientando para e, conseqüentemente, tornando relevante, um determinado tipo de hierarquia prevista por uma macroestrutura social (*guarda de trânsito > motorista*). Além disso, quando o interpelado espera para falar somente sequencialmente às perguntas feitas pelo guarda de trânsito, esses interagentes podem estar se orientando para, e conseqüentemente tornando relevante, uma microestrutura social relativa ao *frame* (GOFFMAN, 2012) '*blitz* de trânsito', diversamente do que fariam numa situação de 'conversa informal', por exemplo (mesmo que o interagente interpelado e o guarda de trânsito sejam, também, amigos).

Serão, ainda, os detalhes reveladores dos modos concretos com que os participantes realizam essas ações (nesse caso específico: interpelar; atender à interpelação; perguntar; responder) que mostrarão como é, de fato, que os participantes se orientam localmente para as micro e macro estruturas mobilizadas e é isso o que revelará a intersubjetividade situada que eles, ali, construíram. Por exemplo, o atendimento à interpelação do guarda de trânsito pode ser feito de vários modos: demonstrando subserviência (por exemplo, atendendo prontamente à interpelação, sem demonstrar hesitações; mostrando uma expressão facial amigável; usando um tom de voz suave); ou, demonstrando desacordo com a interpelação (por exemplo, hesitando entre parar ou não o carro; mostrando uma expressão facial de desagrado; usando volume de voz mais alto que o do

interpelante); entre várias outras formas. A construção situada da intersubjetividade se realizará, portanto, através da mobilização *sui-generis*, pelos interagentes, de micro e macro estruturas sociais.

Desse modo, percebemos que a organização da interação é feita sequencialmente pelas elocuições/ações dos participantes que, com isso, estão construindo localmente tanto microestruturas-em-ação quanto macroestruturas-em-ação – e, assim, explicitando as condições (micro e macro) relevantes de enunciação/ação. E, embora uma mesma elocução/ação possa mobilizar, ao mesmo tempo, tanto micro quanto macro estruturas, o fato é que essas diferentes dimensões existem e, como afirmou Schegloff, são tornadas problemáticas pelos participantes que estão, a todo momento, se orientando para elas de maneira situada.

Dentre as ações sequenciais importantíssimas nesse processo estão as ações de categorização. Elas, além de se prestarem à organização das micro e macro estruturas de um modo explícito – já que, segundo Sacks (1995), são ações responsáveis por se imputar direitos e obrigações normativos – mantêm com outras ações sequenciais uma relação inapagável: são tanto formadas por ações sequenciais outras como, também, responsáveis por as formar, como vimos nos capítulos teóricos. Nesse sentido, nossa análise levará em conta tanto a organização interacional realizada por ações específicas de categorização como a organização interacional realizada por ações sequenciais diversas nos turnos de fala, e sempre buscando perceber a correlação entre esses tipos diferentes de ações. Acreditamos, tal como o fazem Rod Watson e Édison Gastaldo que

pensar a ordem conversacional em termos de sequências de turnos de enunciados e categorizações de pertencimento permite [...] ampliar as possibilidades analíticas tanto de um único turno de fala quanto de sequências de turno. Se realmente quisermos ver a “ordem por toda parte” em uma conversa, precisamos levar em conta os fenômenos de categorização, senão pelo menos parte do fenômeno se perderá, como os elementos normativos da conversação. (2015, pág. 149)

Isso posto, podemos agora dizer que é a *organização categorial-sequencial da interação*, tanto aquela que constrói microestruturas-em-ação quanto aquela que

constrói macroestruturas-em-ação, o que nos interessa nessa pesquisa. Numa perspectiva etnometodológica, é a organização categorial-sequencial de uma interação que revelará os processos de contextualização, tanto micro quanto macro, ali presentes.

Diante do que foi visto, organizaremos nossa análise da seguinte maneira:

Parte I (O Mundo DO Roda Viva) - para percebermos os processos de micro contextualização (nosso primeiro objetivo específico) precisaremos questionar nosso objeto da seguinte maneira: como os participantes do RV constroem microestruturas sociais situadas (microestruturas-em-ação) através de organizações categoriais-sequenciais?

Especificamente para esta parte da análise, iremos descobrir como os participantes organizam: a-) a estrutura global da interação conversacional do RV (*organização estrutural global* – OEG); b-) as sequências de turnos de fala no RV (organização de sequências); c-) a alternância dos turnos de fala no RV (sistema de tomada de turnos)

Não basta, portanto, que encaremos, aprioristicamente, o quadro inferencial gerado pelas emissões do RV como entrevista ou debate – mesmo que os interagentes assim o afirmem. É preciso que olhemos para os detalhes da interação, dados por sua organização categorial-sequencial concreta para descobrirmos, enfim, que quadros interacionais locais surgem a partir dos *quadros primários* (GOFFMAN, 2012) ‘entrevista’ e ‘debate’ dados pela cultura. Ou seja, qual o sentido das categorias ‘entrevista’ e ‘debate’ no RV?

Parte II (O Mundo NO Roda Viva) - para percebermos os processos de macro contextualização (nosso segundo objetivo específico) precisaremos questionar nosso objeto da seguinte maneira: como os participantes do RV constroem macroestruturas sociais situadas (macroestruturas-em-ação) através de organizações categoriais-sequenciais?

Nessa parte da análise iremos descobrir como os participantes do RV constroem localmente a *identidade de gênero*, a *identidade de classe* e a *identidade nacional* em sequências específicas de três diferentes emissões do programa (a

justificativa para a escolha das identidades sociais como nossos observáveis está logo à frente)

A divisão apresentada acima para os capítulos de análise se dá apenas para fins didáticos e não deve ser encarada como duas dimensões independentes de análise já que, sendo instâncias de uma mesma entidade, tanto os micro quanto os macro contextos se encontrarão inevitavelmente imbricados. Portanto, antes de justificarmos as escolhas feitas acima (nosso próximo item deste capítulo metodológico), algumas ressalvas precisam ser feitas, principalmente em relação ao modo como pretendemos observar os processos de macro contextualização.

Como já explicado, ao tentarmos estabelecer a relação entre a fala-em-interação e as estruturas socioculturais, o que buscamos, na verdade, é a orientação concreta dos participantes para esse tipo de estrutura. Segundo Boden e Zimmerman: “orientation to social structure’ refers to the fact that members recognize, respond to, and render accountable such conventional objects as categories of institutional identity, and the activities associated with those categories” (1993, pág. 11).

A orientação concreta para macroestruturas socioculturais só pode ser feita, entretanto, através das microestruturas interacionais que os participantes têm à mão para criar o todo contextual. Quando dizemos que o micro e o macro contexto não são entidades dissociadas é porque o micro contexto de um episódio interacional (suas características microestruturais) se presta, entre outras coisas, a revelar seu macrocontexto (as características macroestruturais para as quais os participantes se orientam numa interação). Por exemplo: a fala-em-interação numa corte de justiça apresenta estruturas (as microestruturas) que revelam os papéis sociais ali presentes e toda uma hierarquia de posicionamento social e relações de poder (as macro estruturas) naquele momento, mesmo que seus participantes não estejam referindo explicitamente essa hierarquia e essas relações de poder.

Contudo, a maneira como os interagentes tornam as estruturas socioculturais relatáveis na fala-em-interação não é algo que deva ser pensado, de maneira simplista, em termos de correspondência direta entre as diferentes formas de organização da fala-em-interação (suas microestruturas-em-ação) e os diversos

quadros institucionais que dão visibilidade às estruturas socioculturais. Como adverte Thomas P. Wilson, o contexto sociocultural é conectado **de modo reflexivo** com a organização de uma interação, e esse fato não pode ser negligenciado: “socio-structural contexts are **reflexively** tied to the constitution of variant speech-exchange systems” (1991, pág.40).

Isso quer dizer que os diferentes tipos de organização sequencial das interações só mostrarão a orientação dos participantes para as estruturas socioculturais quando revelarem quais circunstâncias socioculturais colocam em relevo dentre as circunstâncias socioculturais **possíveis** de serem colocadas em relevo naquele momento. Se não observássemos a reflexividade entre as formas de organização da interação e o conjunto de macro circunstâncias possíveis em que essa organização é realizada, poderíamos correr o risco de nos equivocarmos quando tentássemos estabelecer o *link* entre fala-em-interação e estruturas socioculturais, já que um mesmo tipo de organização da fala-em-interação pode estabelecer diferentes tipos de contexto sociocultural:

To the extent that conversational organization is general, forms of talk unique to institutional settings should be rare. Instead, we should expect to find mundane forms selected and shaped to address the interactional contingencies of a given setting. It is the constellation of *in situ* contingencies and the configuration of conversational machinery assembled to deal with them that generate the structures of social action in and of a particular site. (BODEN e ZIMMERMAN, 1991, pág.12)

De acordo com Thomas P. Wilson, há dois caminhos para se perceber a orientação dos participantes para as estruturas socioculturais. O primeiro é, como colocado acima, observando a *reflexividade* entre a constelação de macro contingências possíveis e as formas concretas de organização de uma interação. O segundo se dá pela forma como os participantes de uma interação constroem os objetos do discurso:

The constitution of the objects to which the mechanisms of sequential organization are applied, be these the mechanisms of mundane conversation or of some variant speech-exchange

system, is accomplished through the participants' orientation to the social-structural context of their interaction. (1991, pág. 37)

Podemos dizer que, olhando para o primeiro dos caminhos apontados por Wilson – uma microestrutura interacional revelando uma macroestrutura relevante, de acordo com a relação reflexiva que estabelece com as macro contingências de enunciação –, a primeira parte de nossa análise também é capaz de revelar uma macroestrutura relevante para os participantes do RV. Embora, ali, estejamos preocupados em perceber o processo de microcontextualização, inevitavelmente também perceberemos um macrocontexto-em-ação. Isso ocorre pois as formas de organização da interação, de modo reflexivo com as macro contingências interacionais (fundamentalmente, aquelas relativas a um programa televisivo), dão a ver certas macro circunstâncias de enunciação. O leitor irá perceber, nessa parte da análise, as hierarquizações e valores culturais conectados localmente aos agentes de uma instituição midiática, ou seja, posições de poder e predicados conectados a entrevistados, entrevistadores, representantes da instituição midiática, convidados da instituição midiática etc... Essa característica do microcontexto (revelar um macrocontexto-em-ação na relação reflexiva com o conjunto de circunstâncias possíveis de enunciação), aliás, torna bastante clara a indissociabilidade entre micro e macro contexto, demonstrando sua miscibilidade.

Mas é em relação ao segundo caminho apontado por Wilson para se perceber a relação entre a fala-em-interação e o macrocontexto que centraremos a segunda parte de nossa análise. Justamente por se tratar de interações realizadas através de uma instituição midiática – o programa Roda Viva – de que um dos objetivos principais é que seus participantes construam temas pertinentes à esfera pública – sejam eles políticos, artísticos, educacionais, esportivos etc... –, nossa intenção será perceber como se dá a construção situada de objetos discursivos relacionados a esses temas e a relação reflexiva que mantém com suas macro circunstâncias de enunciação, ou seja, com as estruturas socioculturais.

Por objetos do discurso nos referimos a “objetos cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas” (MONDADA e DUBOIS, 2015, pág. 35) – são, portanto, objetos construídos

sequencial e colaborativamente numa interação. Desse modo, através da construção concertada de objetos de discurso relacionados à esfera pública – e, por isso, inevitavelmente conectados às estruturas socioculturais – seremos capazes de entrever a orientação dos participantes para esse tipo de estrutura social.

Como detalharemos mais a frente, escolhemos as *identidades sociais* como os mecanismos geradores desses objetos discursivos, já que é fácil nelas percebermos tanto reverberações de valores e crenças culturais quanto de posicionamento e hierarquização social. Ou seja, será fácil percebermos, na construção deste tipo de objeto discursivo, qual a orientação concreta dos participantes para as estruturas socioculturais – sempre levando em consideração, é claro, a relevância, para os participantes da interação, das estruturas socioculturais na construção destes objetos.

Nossa proposta, então, para a segunda parte da análise – permanecendo fiéis à questão da relevância para os interagentes – é tentar perceber quais *macro circunstâncias de enunciação* são concretamente mobilizadas (uma arquitetura macro da intersubjetividade, portanto) quando os participantes de uma interação tornam relevantes em sua fala, através de **tematização explícita**, as estruturas socioculturais. Nossa intenção analítica é perceber, na observação da construção de objetos discursivos relacionados às identidades sociais, qual orientação específica para as estruturas socioculturais os participantes da interação tornam relatável – por exemplo, que categorias de pertencimento eles usam para descrever esses objetos, situá-los, comentá-los, referí-los. Como afirma Randall Collins, “individuals within microsituations make macroreferences to other situations, as well as to abstract or reified social entities” (2014, pág. 989).

Abaixo, justificaremos as escolhas específicas feitas para se observar os processos de contextualização, tanto micro como macro, expressos nas duas partes da análise.

VI.2.1. Justificativas para as análises do Mundo DO Roda Viva

VI.2.1.1. Justificativa para a análise da *Organização Estrutural Global* do RV

A *Organização Estrutural Global* (doravante OGE) de uma determinada fala-em-interação diz respeito às várias fases interacionais que a compõem (CLAYMAN e HERITAGE, 2010, pág. 40). Essas fases revelam as partes da atividade geral que está sendo conduzida pelos participantes de uma situação particular, constituindo-se como os seus sub-cursos de ação.

Como salienta Jeffrey Robinson, “activities are associated with particular sets of inferential schemata that inform the nature and organization of their subparts (i.e. sub-courses of action)” (2013, pág.259). Cada fase interacional (sub-curso de ação) de uma interação se constitui, portanto, num quadro inferencial particular que ajudará a formar o quadro inferencial global de uma interação. A percepção dos sub-cursos de ação que compõem as falas-em-interação nas emissões do *Roda Viva* nos auxiliará na busca por nosso objetivo geral de pesquisa: a compreensão do processo de contextualização – o processo de criação de quadros inferenciais, portanto – conduzido pelos participantes das emissões deste programa.

É fácil percebermos que a interação conversacional nas diversas emissões do Programa *Roda Viva* apresenta algum grau de institucionalização pois, ao contrário das conversas informais, mostra uma relativa rigidez em relação às atividades que estão sendo realizadas. Isso se expressa através da recorrência de determinadas fases interacionais nas diversas emissões que analisamos. Em relação à essa recorrência, Clayman e Heritage afirmam:

conversation embodies an exceptionally open, fluid and diverse set of activities and practices which combine and recombine in many unpredictable forms in line with the objectives and inclinations of the participants. For this reason, once we move

outside openings and closings in conversations, we do not find other pre-specified phases of overall structure to identify.

Matters are rather different in institutional interactions where, as often as not, the overall task of the interaction involves recurrent phases of activity. (2010, pág.40, grifo nosso)

A apresentação de fases pré-especificadas, bastante marcadas e recorrentes – com seus respectivos cursos de ação – nos assegura que a fala-em-interação nas emissões do Roda Viva apresenta algum grau de institucionalização. É importante notar, assim, as diferenciações básicas de organização categorial-sequencial que essa institucionalização da fala-em-interação no RV imprime na organização da conversa cotidiana informal.

Perceber essas diferenças é, para nossa pesquisa, fundamental, já que nos auxilia – através do contraste em relação às conversas informais – a melhor entender o processo de contextualização realizado pelos participantes do programa: apesar de utilizarem os mesmos sistemas de organização da fala em interações não institucionalizadas (sistemas de alternância de vez, organização das sequências, organização de reparo, regras de utilização de categorias etc...), os interagentes de uma interação institucionalizada estão sujeitos a constrangimentos estabelecidos pelo caráter institucional (pré-alocação de turnos, organização pré-estabelecida de sequências, pré-definição de categorizações etc...). Para os interagentes de uma conversa informal, diferentemente, a utilização daqueles sistemas de organização da fala é sempre uma questão de escolha local, não pré-determinada e, portanto, apenas dependente da livre escolha no momento da interação (SCHEGLOFF, 1987, pág.222).

O constrangimento estabelecido pelas interações institucionalizadas é, por si só, de fundamental importância no processo de contextualização, pois já disponibiliza um quadro de sentido antes mesmo do início da interação – lembrando, é claro, que esse caráter constrangido da fala depende sempre de sua realização local pelos participantes da interação que, ao invés de atender cega e inconscientemente aos constrangimentos, os atendem (ou não) de maneira estratégica, consciente e autônoma aquando da construção da organização concreta da interação. Além disso, longe de representar uma força determinante das ações dos indivíduos, os constrangimentos estabelecidos por uma interação conversacional

institucionalizada servirão como recursos pelos quais os interagentes exercerão sua capacidade de agência. Como afirmam Boden e Zimmerman,

sequential organization of participant's talk in interaction does not, however, imply that members are judgmental dopes programmed to enact the requirements of sequential structure in lock-step fashion [...] In short, participants can (and do) evade, bend, or violate the constraints established by the current sequential environment of their talk. But such work is itself accountable and also constitutive of a sequential context for further actions. (1991, pág. 10)

Uma das coisas que nos interessa na identificação da fala-em-interação do *Roda Viva* como uma interação conversacional institucionalizada é a percepção dos constrangimentos colocados aos participantes – o que nos será inicialmente revelado pela sua OEG (e, posteriormente, pelos modos habituais com que os participantes do RV organizam outros sistemas intrainteracionais, como veremos à frente) – e que, de antemão, já se configuram como uma estrutura inferencial para a produção e interpretação de suas falas. Para nossos propósitos, a atenção ao caráter institucional serve para nos situarmos entre o espectro balizado, por um lado, por uma organização local não pré-determinada (conversas não-institucionalizadas) e, por outro, por uma organização, ao menos parcialmente, pré-estabelecida (conversas institucionalizadas).

Estar atento às fases interacionais recorrentes de uma fala-em-interação institucional – tanto de modo global quanto em suas organizações específicas – é o início de um caminho detalhado para a percepção do processo de contextualização ali realizado, ainda mais quando nossa proposta é compreender esse processo de maneira holística, não apenas através da *organização sequencial* da fala-em-interação mas, também, através de sua *organização categorial*: “within each section we can examine **how the parties progressively develop** (or not) a joint sense of the task that is to be accomplished and look at **the roles each party plays** in this process” (CLAYMAN E HERITAGE, 2010, pág. 42, grifo nosso). Como afirma Michel Binet (2012, pág. 245), essas fases são como “caixas negras a abrir para efeito de observação e análise detalhada”.

Tal como nas conversas informais, a fala-em-interação no Roda Viva apresenta uma divisão em fases interacionais composta por uma *sequência de abertura*, um *corpo principal* da interação (em que, no caso das interações institucionalizadas, como é a fala-em-interação no RV, se realiza a atividade-fim da interação) e uma *sequência de fechamento*. A diferença no Roda Viva, em relação às conversas informais, é observada em algumas subfases (previamente estabelecidas) que constituem o corpo principal da interação. Essas fases serão escrutinadas nas análises tanto quanto possível, de modo a percebermos os quadros inferenciais que delas emergem. De qualquer modo, a simples identificação dessas fases já será um importante ponto de partida para alcançarmos o objetivo geral da pesquisa pois nos revelará, justamente, do que trata a interação em termos globais.

VI.2.1.2. Justificativa para a análise do Sistema de Tomada de Turnos do RV

Neste tópico de análise, de modo a perceber mais detalhadamente a organização da fala-em-interação no RV, faremos uma observação comparada entre o sistema de tomada de turno dessas interações conversacionais com o observado nas conversas informais. Essa opção metodológica se justifica pelo fato, apontado por Sacks, Schegloff e Jefferson (2003, pág.55), de que a conversa informal apresenta um sistema de tomada de turno de fala prototípico, do qual derivam os sistemas de tomada de turno para conversas não-informais¹³. Abaixo, detalharemos os motivos pelos quais é pertinente para o objetivo geral da pesquisa que percebamos a transformação derivada no RV do sistema de tomada de turno encontrado nas conversas informais.

¹³ A prototipicidade do sistema de troca de turnos das conversas informais é o que faz com que esse tipo de interação conversacional seja prototípica - de maneira geral e não apenas nesse sistema específico - para qualquer interação conversacional. Essa afirmação é possível devido à centralidade que a troca de turnos ocupa em qualquer tipo de interação formada por turnos. Sobre o sistema de troca de turnos numa interação conversacional, Clayman e Heritage afirmam: “a system of this sort determines how opportunities to speak arise, and hence how successive turns at talk are produced and allocated to the participants. Correspondingly, it defines the boundaries of permissible conduct within turns at talk” (2010, pág. 216).

As diferenças entre as interações conversacionais informais e as institucionalizadas, no que tange ao seus sistemas de tomada de turno, baseiam-se primordialmente, segundo Schegloff (1987, pág. 222), na diferença de posição que cada uma delas ocupa no espectro formado por tipos de **atribuição** de tomada de turno. Em um dos pólos desse espectro estão as interações em que a troca de fala é realizada integralmente por atribuição local dos participantes, enquanto no outro pólo estão aquelas em que a atribuição da troca de fala é completamente pré-determinada:

[...] in ordinary conversation determination of both who shall speak next and when that one should speak (i.e. when current turn should end) is accomplished in a local, turn by turn and not by some predetermined pattern. In contrast many meetings preallocate every other turn to the chairperson and give to the chairperson the power to allocate, in those turns, who shall have rights to speak in the others. Many ceremonies, rituals and formal debates, on the other hand, may fully specify the order and length of all turns, being thereby at the opposite end of the '**local allocation**' versus '**preallocation spectrum**'. In general it appears that other speech exchange systems, and their turn taking organizations, are the product of transformations or modifications of the one of conversation, which is the primordial organization for talk in interaction. (SCHEGLOFF, 1987, pág. 222, grifo nosso)

De acordo com Sacks, Schegloff e Jefferson (2003), as conversas informais ocupam um dos pólos extremos desse espectro: o pólo das interações em que a atribuição da troca de fala é determinada por escolhas exclusivamente locais. Já as interações conversacionais institucionalizadas ocupam todas as outras posições desse espectro, distanciando-se progressivamente do pólo ocupado pelas conversas informais. Tipos extremos de interações conversacionais institucionalizadas ocupam o pólo oposto, em que a atribuição da troca de fala é completamente pré-determinada – como seria o caso, por exemplo, das cerimônias (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003, pág. 55).

O que dá o caráter de prototipicidade ao sistema de tomada de turno das conversas informais é o fato de que há, a partir delas, uma progressiva transformação na atribuição da troca de fala nas interações conversacionais

institucionalizadas, diminuindo as possibilidades de atribuição local aos participantes e, com isso, restringindo variações no sistema:

Ainda que tenhamos nos referido à conversa como ‘um dos pólos extremos’ na disposição linear, e à ‘cerimônia’ como sendo possivelmente o outro pólo, não devemos ser entendidos como se estivéssemos propondo o status independente ou igual da conversa e da cerimônia como tipos polares. Parece provável que a conversa deva ser considerada a forma básica de sistema de troca de fala, com outros sistemas na disposição representando uma gama de transformações do sistema de tomada de turnos da conversa, para se alcançar outros tipos de sistemas de tomada de turnos. À luz disso, o debate ou a cerimônia não seriam um tipo polar independente, mas, em vez disso, a transformação mais extrema da conversa – **mais extrema ao fixar completamente o mais importante (e talvez quase todos) dos parâmetros que a conversa permite que varie.** (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003, pág. 55, grifo nosso)

Assim, a comparação do sistema de troca de fala específico do RV com o das conversas informais se justifica já que, sendo aquele uma derivação deste, compreender as pré-atribuições da troca de fala no RV – nos parâmetros em que, nas conversas informais, se permite variação através da escolha local dos participantes – será útil para percebermos um quadro inferencial que constrange a fala no RV.

Esse constrangimento nos interessa pois, além de ser por si só um contexto para a produção e interpretação da fala no RV, é só a partir de então que o processo de contextualização local feito pelos participantes poderá emergir – embora, não esqueçamos, os constrangimentos deverão ser atendidos localmente pelos participantes, que têm autonomia, inclusive, para quebrar as regras interacionais, ainda que isso custe a transformação do caráter da interação. Em suma, o processo de contextualização local no RV, ao invés de ser realizado pela livre escolha local dos participantes na alocação dos turnos de fala, o será pelas escolhas **possíveis** colocadas pelo constrangimento derivado das pré-atribuições de seu sistema de troca de fala.

É claro que o sistema de troca de fala da interação conversacional do programa RV, apesar de conter pré-atribuições para a tomada de turno, apresenta

maior abertura para escolhas locais do que poderia apresentar, por exemplo, a liturgia de uma missa católica. As transcrições nos mostram, como veremos nas análises, que a interação conversacional do RV não se posiciona no pólo extremo das atribuições de troca de fala totalmente pré-definidas, mas sim em algum ponto entre os dois extremos, sendo sensível – ainda que não em todos, mas ao menos em alguns aspectos – ao contexto local. Por exemplo, um ‘entrevistador’ do RV, ainda que tenha que respeitar o momento a ele atribuído pelo ‘mediador’ para fazer uma pergunta – como veremos nas transcrições – em certas ocasiões pode se auto atribuir um turno de fala a depender do andamento local da interação.

Isso nos permite dizer que o sistema de troca de turnos do RV, à maneira do modelo de sistema de troca de turnos que Sacks, Schegloff e Jefferson construíram para as conversas informais, também tem por característica ser “livre de contexto e sensível ao contexto” (2003, pág.13) – embora com menor grau de abertura ao gerenciamento local do contexto pelos participantes.

Quando Sacks, Schegloff e Jefferson modelizaram o sistema de troca de fala das conversas informais, estavam atentos ao fato de que esse tipo de interação possibilita uma ampla abertura ao gerenciamento local do contexto pelos participantes. Assim, o modelo apresentado, embora seja uma abstração e, portanto, livre de contexto – pois pode ser replicável a qualquer interação conversacional informal independente do contexto local em que elas ocorram – também tem como característica ser sensível ao contexto local – que será tornado relevante, justamente, pelas escolhas locais dos participantes nos parâmetros do sistema que permitem variação. Sobre esse modelo, dizem os autores:

A conversa pode acomodar uma vasta gama de situações, interações nas quais estão operando pessoas de variadas identidades (ou de variados grupos de identidades); ela pode ser sensível às várias combinações; e pode ser capaz de lidar com uma mudança de situação dentro de uma situação. Consequentemente, deve haver algum aparato formal que seja ele mesmo livre de contexto, de forma que ele possa, em ocorrências locais de sua operação, ser sensível a vários parâmetros da realidade social em um contexto local e a eles exibir sua sensibilidade. Deve-se esperar que alguns aspectos da organização da conversa tenham esse status de serem livres de contexto e sensíveis ao contexto; pois, é claro, a conversa é um veículo para a interação entre partes com quaisquer identidades

potenciais e com qualquer grau de familiaridade potencial. Concluimos que a organização da TOMADA DE TURNOS “para a” conversa possa ser tal coisa. Isto é, ela parece ter um tipo apropriado de abstração geral e um potencial de particularização local. (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003, pág.14)

O que queremos descobrir, neste momento da análise, é a abstração geral do sistema de tomada de turno das interações conversacionais no RV, que pode revelar tanto o grau de abertura à particularização local pelos participantes quanto as pré-atribuições da troca de fala naquelas interações.

Como pudemos perceber nas análises, a interação conversacional que ali se dá também pode, tal como nas conversas informais, “acomodar uma vasta gama de situações, interações nas quais estão operando pessoas de variadas identidades (ou de variados grupos de identidades)” e “pode ser capaz de lidar com uma mudança de situação dentro de uma situação” – embora essa acomodação, no RV, se dê sempre a partir do constrangimento de que, ali, essas várias identidades estarão restritas – ou, ao menos, vinculadas – ao mecanismo de categorização de pertencimento (MCP) ‘participantes de programa de televisão’, que gera as categorias omnirelevantes ‘entrevistado’, ‘entrevistador’, ‘debatedor’, ‘mediador’, ‘telespectador’, ‘convidado’. Do mesmo modo, a sensibilidade às mudanças de situação estará restrita às modulações possíveis dentro das situações ‘entrevista’ e ‘debate’. Como as interações conversacionais institucionalizadas sempre apresentam esses dois constrangimentos gerais – (1) a necessidade de realização de determinada atividade por (2) incumbentes de determinadas categorias de pertencimento – suas variações estarão por eles, inevitavelmente, restritas.

Se queremos construir um modelo para um sistema de tomada de turnos do RV, devemos pensá-lo – já que esse tipo de interação não apresenta um sistema de tomada de turno completamente pré-determinado – do mesmo modo que Sacks, Schegloff e Jefferson o fizeram em relação às interações conversacionais informais, ou seja, como “um tipo apropriado de abstração geral e um potencial de particularização local” (2003, pág. 14). O que a modelização feita pelos autores sobre o sistema de tomada de turnos das conversas informais contempla é, justamente, a possibilidade de variação desse sistema. Qualquer tipo de interação que não esteja

posicionada no pólo das atribuições de turno de fala completamente pré-determinadas deverá levar em conta, portanto, a possibilidade de variação, ainda que mínima, a ser efetuada pelos participantes.

Isso nos permite dizer que um analista das interações comunicacionais, se quiser compreender o contexto de uma interação específica, não pode se contentar apenas com os constrangimentos colocados pelas pré-determinações de seus sistemas interacionais, mas deve estar atento, também, às escolhas locais efetuadas pelos participantes nos parâmetros em que os sistemas permitem variação (aliás, a pesquisa comunicacional atenta à perspectiva êmica que não negligencia os contextos tornados relevantes pelos participantes das interações, não irá obscurecer essa *estilística comunicacional*¹⁴, ou seja, não negligenciará a potencial variação efetuada pelas escolhas locais dos participantes nos recursos interacionais da linguagem).

No programa RV, a cada emissão específica e mesmo dentro de uma mesma emissão, as variações interacionais que os participantes realizam serão acomodadas através do sistema de tomada de turno ali operante. Essas variações interacionais são fruto das escolhas locais dos participantes nos parâmetros do sistema que são abertos a essas escolhas, evidenciando um processo de contextualização local que age a partir da contextualização prévia dada pelas características de pré-alocação dos turnos.

A partir do que foi dito, procederemos da seguinte maneira para compreendermos o sistema de tomada de turnos do RV: cotejaremos cada característica do sistema de tomada de turnos das conversas informais – tal como apontadas por Sacks, Schegloff e Jefferson no texto *Sistemática Elementar para a Organização da Tomada de Turnos para a conversa* – com o funcionamento da tomada de turnos nas interações conversacionais do RV. Assim, de modo comparativo, dada a prototipicidade do sistema de tomada de turnos das conversas informais, conseguiremos perceber, na derivação que a fala-em-interação no RV impõe a esse sistema, um processo de contextualização em que algumas

¹⁴ Sobre a ideia aqui esboçada de uma *estilística comunicacional*, problematizaremos com mais profundidade nas conclusões da pesquisa.

possibilidades de escolha local pelos participantes são substituídas por predefinições na tomada de turno. Como afirma Garcez:

Procura-se definir, então, quais as propriedades da conversa cotidiana sofrem modificações naquilo que poderia ser reconhecido como uma forma institucional de fala-em-interação, assim como o modo pelo qual tais modificações se dão e que consequências elas têm em termos de constrangimentos e possibilidades para a conduta e ação social. Por exemplo: se faz sentido falar de discurso de sala de aula como algo que tem realidade conversacional para os participantes, como é que essa fala-em-interação difere de outras formas de fala-em-interação, e principalmente da conversa em geral? Como os participantes demonstram que *isto é uma sala de aula*, e o que isto significa para as possibilidades de ação pelo uso da linguagem neste, agora muito propriamente, contexto. (GARCEZ, 2088, pág. 26 e 27)

Como o RV possibilita a construção de ações pelos seus participantes? E como essas ações, reflexivamente, ajudam a construir um contexto local? Será através da observação da organização categorial-sequencial do sistema de tomada de turnos do RV que poderemos responder a essas perguntas, já que:

Visto que são usados para organizar tipos de atividade bastante diferentes umas das outras, é de particular interesse ver como os sistemas de tomada de turnos em operação podem ser caracterizados em função de suas adaptações às propriedades dos tipos de atividade nas quais eles operam. Mais uma vez, um investigador interessado em algum tipo de atividade organizada por um sistema de tomada de turnos desejará descrever como o tipo de atividade investigada se adapta à forma particular do sistema de tomada de turnos que nela opera ou como é por ela limitado. (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, ANO, pág.12)

VI.2.1.3. Justificativa para a análise da *organização das sequências* no RV

Uma *sequência* é considerada, pela Análise da Conversa, como um curso de ação implementado através da fala-em-interação. Ao observarmos como as sequências são organizadas, podemos perceber qual a dimensão pragmática que os falantes atribuem localmente aos seus enunciados.

Não é difícil notar que a fala-em-interação no RV apresenta muitas sequências de elocuições entre os falantes que, gramaticalmente, se apresentam na forma interrogativa – nos turnos de fala dos ‘entrevistadores’ – e na forma declarativa – nos turnos de fala dos entrevistados – constituindo assim, à primeira vista, o par adjacente ‘pergunta-resposta’. Mas será apenas observando como essa sequência – ‘pergunta-resposta’ – é concretamente organizada que poderemos, enfim, perceber o contexto que dota de sentido as ações realizadas pelas elocuições que nela se encontram.

Aqui, será interessante compararmos a organização das sequências de tipo ‘pergunta-resposta’ vista nas conversas informais com o mesmo tipo de sequência vista no RV. Harvey Sacks, em uma de suas conferências (primavera de 1966, conferência 2), aponta que, nas conversas informais, a pessoa que faz uma pergunta tem o direito de falar novamente – fazendo outra pergunta – assim que seu interlocutor responda, e assim sucessivamente. Ele denomina essa característica da conversa informal como uma regra de funcionamento e a ela dá o nome de *chaining rule* – regra de encadeamento. Ainda segundo Sacks, essa é uma regra importante pois demonstra o caráter de virtual infinitude de uma conversa, já que aquele encadeamento pode se estender indefinidamente caso não ocorram sequências e pré sequências de encerramento que interrompam a fluidez que essa regra de funcionamento dota para a conversa.

Nas conversas institucionalizadas, por sua vez, nem sempre essa regra funciona. Nesse tipo de interação, é comum que o encadeamento entre perguntas e respostas adquiram um caráter pré especificado. É bastante importante entendermos como o par adjacente ‘pergunta-resposta’ é especificado pelo tipo de interação já que, segundo Clayman e Heritage (2010, pág. 22), ele é recorrente nas interações institucionalizadas. Entender a micro variação pragmática oriunda de sua organização específica enquanto sequência é algo, portanto, inescapável se quisermos compreender os contextos criados por esses determinados tipos de interação. A organização concreta das sequências formadas pelo par adjacente ‘pergunta-resposta’ nos dará pistas valiosas, como veremos à frente, para a definição precisa da força ilocucionária – e suas micro variações – apresentadas por esse par adjacente no *Roda Viva*.

A maneira que a Análise da Conversa tem para compreender de modo preciso quais ações estão sendo desenvolvidas pelos participantes de uma interação é observando a maneira como esses participantes interpretam – e demonstram como interpretam – as ações que produzem. Ao invés de se contentar com suas próprias categorizações sobre as ações realizadas numa interação – quando recorre a tipos e classes de ações no estoque de saberes que possui sobre ações sociais – o analista deve, de maneira êmica como sabemos, perceber quais as categorizações os próprios interagentes fazem sobre as ações que realizam – sejam essas categorizações realizadas explicitamente, por meio da utilização de categorias de pertencimento, seja através do uso de outros recursos sequenciais da fala-em-interação a que o analista terá acesso na análise concreta dos dados. O que é necessário, portanto, é que o analista não negligencie os dados empíricos com suas suposições apriorísticas. Como, indica Schegloff, é através da maneira como os interagentes se orientam para as ações que produzem que poderemos, enfim, compreender essas ações:

We start from an observation about how some bit of talk was done, and ask: What could someone be doing by talking in this way? What does that bit of talk appear designed to do? What is the action that it is a practice for? We try to ground our answer to this sort of question by showing that it is *that* action which *co-participants in the interaction* took to be what was getting done, **as revealed in/by the response they make to it.** (2007, pág.8, grifo nosso)

Essa precaução em não impor seus saberes apriorísticos sobre determinada ação realizada por uma alguma fala evita não apenas enganos grosseiros – como aqueles, por exemplo, derivados de interpretações literais – mas também os equívocos sutis que impedem o analista de enxergar que, às vezes, um mesmo tipo de ação pode apresentar micro variações pragmáticas a depender do contexto em que se insere. Assim, evita-se negligenciar o fato de que uma pergunta, por exemplo – a depender da orientação concreta que os interagentes dão a ela –, pode ter uma função específica em programas de tipo *hard news* que difere daquela observada nas perguntas de, digamos, um *talk show* – ainda que a função pragmática geral, em ambos os casos, seja a de questionar.

Clayman e Heritage (2010) trataram desse assunto – as micro variações que um mesmo tipo de ação pode apresentar a depender do contexto em que está inserida – em relação estrita à ação de perguntar. Eles demonstraram que, através do uso de *pós expansões mínimas*, o interlocutor que realiza a pergunta ajuda a construir um quadro inferencial – um contexto, enfim – para o encadeamento do par adjacente ‘pergunta-resposta’ (P-R), o dotando de características especificadas pela situação em que está inserido.

A *pós expansão mínima*¹⁵ é um tipo de expansão que adiciona um único turno de fala depois da segunda parte do par adjacente, e que serve para propor um fechamento de sequência (SCHEGLOFF, 2007, pág. 118). Além disso, nas sequências de tipo P-R, a *pós expansão mínima* auxilia o interagente que produziu a pergunta a mostrar, após a resposta, que seu interlocutor compreendeu (ou não) o valor pragmático exato que havia sido projetado pela primeira parte do par adjacente, reafirmando sua função ilocucionária. Como afirmam Clayman e Heritage,

This process of retroactively reconfirming the meaning of actions is absolutely central to the management of interaction in general and of intersubjective understandings in interaction in particular. It is critical to the participants’ ability to make joint sense of their actions and of the contexts in which they occur. (2010, pág. 27)

Assim, afirmam os autores, é comum, numa conversa informal, que quando uma pergunta é pragmaticamente realizada com a intenção de que, por exemplo, o interlocutor que a produziu abandone um estado de desconhecimento sobre alguma questão, ele produza um terceiro turno que, além de dar sentido de completude à sequência, é também confirmativo de que a resposta realmente obedeceu à relevância condicional projetada pela pergunta – que seria, nesse caso, a obtenção da informação que possibilitasse, a quem produziu a pergunta, sair de um estado de desconhecimento sobre o objeto da questão. Portanto, “a standard way that

¹⁵ “Minimal post-expansion involves the addition of one additional turn to a sequence after its second pair part. The import of “minimal”, however, is not limited to an arithmetical count of the number of turns which happen to follow the second pair part; this is not the import of the contrast with “more than minimal” post expansion. The import of minimal is, rather, that the turn which is added is designed not to project any further within-sequence talk beyond itself; that is it is designed to constitute a minimal expansion after the second pair part” (SCHEGLOFF, 2007, pág. 118).

questioners indicate that this has occurred is through the use of the acknowledgement token ‘oh’ (CLAYMAN e HERITAGE, 2010, pág. 25) – em que o termo “oh”, na língua inglesa e nesse caso específico das conversas informais, não seria um indicativo de surpresa mas sim de que houve, enfim, uma ‘mudança de estado de informação’. Desse modo, a sequência ali se organizaria da seguinte maneira: ‘pergunta-resposta-oh’ (P-R-oh), sendo P a primeira parte do par adjacente, R a segunda parte do par adjacente e o termo “oh” – que em português poderia, talvez, ser traduzido pelo termo “ah” – corresponderia à *pós expansão mínima*.

Perceber qual o design específico que a sequência que tem como núcleo o par adjacente P-R apresenta nas diversas situações sociais em que aparece, ajuda o analista a compreender as funções pragmáticas precisas da pergunta – e da resposta – ali realizada, pois a organização que lhes confere é um verdadeiro contexto para seu entendimento. Assim, um turno de fala construído através de uma forma interrogativa pode ter a função de gerar mudanças no estado de conhecimento do interlocutor que o produziu mas também pode ter funções outras bastante diversas, ou pode mesmo nem ser uma pergunta, pragmaticamente falando.

Clayman e Heritage nos dão alguns outros exemplos de organização das sequências que incluem o par adjacente P-R, em que as perguntas não têm função pragmática de tirar o interlocutor que a produziu de um estado de desconhecimento, mas ainda assim se configuram como efetivos questionamentos. Um dos exemplos seriam as interações institucionais realizadas em ambiente pedagógico quando um professor questiona um aluno sobre algum conteúdo de uma aula já dada. Depois da resposta do aluno, o professor emite, então, uma avaliação da resposta fornecida, mostrando, claramente, que possuía conhecimento prévio sobre o objeto da pergunta e que a função da mesma seria ali, naquela situação, avaliar os conhecimentos do aluno. Organizando esse pedaço de fala temos, portanto, um tipo de sequência que podemos chamar de ‘pergunta-resposta-avaliação’ (P-R-A) – em que A, como vimos, seria a *pós expansão mínima* ao par adjacente P-R. Como podemos perceber, o par adjacente P-R se insere, aqui, dentro de uma organização particular de sequências – a sequência P-R-A – que pode compor uma fala-em-interação no contexto pedagógico.

Outro exemplo seria o das interações entre médico e paciente em que as respostas dadas pelos pacientes às perguntas efetuadas pelo médico – embora este esteja efetivamente em um estado de desconhecimento sobre os sintomas do paciente – não seriam seguidas pelo “oh” característico visto acima mas por um “ok”, indubitavelmente neutro, confirmador de recepção da resposta:

‘Oh’ responses might convey this with dire consequences for patient peace of mind: for either the doctor is highly knowledgeable and the patient has an unusual complaint, or the doctor is so inexperienced as to find a reported symptom unusual. Neither inference would inspire confidence in the average patient! In this context, the agnostic “ok” or the apparently omniscient “I see” may tend to inspire greater confidence. (CLAYMAN e HERITAGE, 2010, pág. 32)

Constitui-se nas interações médico-paciente, portanto, uma sequência de tipo P-R-ok, em que o “ok” tem por função pragmática, além de confirmar que o entendimento do paciente sobre o primeiro turno de fala atendia à relevância condicional, não alarmar o paciente, inspirar confiança no atendimento e criar um quadro inferencial que possibilita o entendimento das perguntas realizadas como parte de um protocolo científico habitual e impessoal.

Diante do que vimos acima, nossa intenção ao observar a organização das sequências P-R no RV será a de perceber um processo de contextualização que as dota de sentido e que nos permitirá, enfim, uma análise mais precisa e refinada sobre o que acontece naquele tipo de situação.

Como vimos, a *organização estrutural global* das emissões do RV, assim como o *sistema de tomada de turnos* da fala-em-interação nesse programa de televisão e a *organização de suas sequências* de elocução, são importantes parâmetros para a definição do processo de micro contextualização que aqui buscamos (e será através dessas organizações categoriais-sequenciais específicas que os participantes de uma emissão do RV demonstram que aquilo é, enfim, o programa Roda Viva – e não qualquer outro tipo de contexto).

VI.2.2. Justificativa para a análise do Mundo NO Roda Viva

VI.2.2.1. Justificativa para a análise da construção situada das identidades de *classe*, de *gênero* e de *nacionalidade* em sequências específicas de três emissões do RV.

Na segunda parte da análise, procuraremos perceber como os participantes do RV constroem estruturas socioculturais-em-ação através de organizações categorial-sequenciais de sua fala-em-interação. Como as estruturas socioculturais são complexas, optamos por as analisar apenas pelo viés de algumas *identidades sociais* – deixando de lado outras possíveis dimensões pertinentes para o estudo das categorizações enquanto reveladoras das estruturas socioculturais, tais como, por exemplo, as *instituições sociais* e os *campos sociais*.

A opção por focarmos a segunda parte da análise na maneira como os participantes constroem localmente certas *identidades sociais* se deve ao fato dessas serem locais explícitos de reverberação tanto das estruturas sociais quanto de valores culturais. Através das identidades sociais podemos perceber tanto a construção de sentidos situados de valores e crenças culturais quanto de um sistema de posicionamento social e hierarquias de poder. Vejamos: a categoria ‘médico’, por exemplo, enquanto identidade socialmente estabelecida, faz reverberar, na situação concreta em que está sendo usada, não apenas uma estrutura social com sua respectiva hierarquização e relação em termos de posicionamento social, mas também valores e crenças culturais sobre a profissão de médico numa dada sociedade. O que significa ser médico numa dada situação? Em determinada situação, ele tem mais ou menos poder que, por exemplo, o diretor do hospital? E poder em relação a quê, especificamente? Noutra situação, ele carrega consigo o predicado de conselheiro emocional ou se atém apenas às questões ligadas ao diagnóstico do corpo físico?

Do mesmo modo, por exemplo, a categoria ‘brasileiro’ pode fazer reverberar, nas situações em que é concretamente utilizada, não apenas certos traços culturais significativos, mas também um sistema de posicionamento social global. Seria um

brasileiro, numa determinada situação, alguém ‘digressivo’ ou ‘criativo’? ‘Espontâneo’ ou ‘intrometido’? Mas também poderíamos pensar: os brasileiros têm mais poder que os angolanos em determinar os rumos de uma política internacional para as transações de compra e venda de petróleo, ou o contrário?

Nossa opção, neste momento da análise, foi por buscar compreender como os participantes do RV, ao tematizar *explicitamente* certas identidades sociais, organizam categorial-sequencialmente suas elocuições. Desse modo, ao tematizarem, por exemplo, alguma questão relativa à *identidade de gênero*, o que buscaremos compreender é, justamente, qual processo de categorização é sequencialmente mobilizado: as categorias utilizadas; os predicados a ela conectados; seus mecanismos de categorização de pertencimento. Será esse processo de categorização o que nos revelará as estruturas-socioculturais-em-ação no momento em que uma identidade social é tematizada na sequencialidade de uma interação.

Como colocado anteriormente, com esse movimento metodológico buscamos nos manter rigorosos em relação ao que é relevante para os participantes na mobilização das estruturas socioculturais. Para quais estruturas socioculturais específicas os participantes se orientam quando tematizam as identidades sociais? E, principalmente, de que forma específica elas são mobilizadas? Assim, estaremos, de fato, compreendendo a orientação concreta dos participantes da interação para as estruturas extrainteracionais.

Como recorte, nessa fase da análise, teremos trechos de três emissões do programa: com a cartunista e *crossdresser* Laerte Coutinho; com o compositor e “brasilianista informal” Caetano Veloso; e com o *rapper* e representante das periferias, Mano Brown. Nos trechos escolhidos, o que existe são tematizações explícitas sobre *identidade de classe* (emissão com Mano Brown); sobre *identidade nacional* (emissão com Caetano Veloso); e sobre *identidade de gênero* (emissão com Laerte Coutinho). O que vemos, ali, é não apenas a utilização de categorias que remetem diretamente a *classe*, *nacionalidade* ou *gênero*, enquanto mecanismos geradores de categorias de pertencimento (MCD), mas também outras categorizações que dão suporte aos tópicos *identidade de classe*, *nacional* e *de gênero*, ou seja, que são geradas por esses mesmos mecanismos de categorização de

pertencimento mas que, a princípio e sem a análise sequencial detalhada das transcrições, não são lidas literalmente como se pertencessem a esses MCDs. Essas categorizações serão de imenso valor para percebermos quais as estruturas socioculturais-em-ação são construídas pelos participantes dessas interações.

Ressaltamos que a segunda parte da análise (“o mundo NO Roda Viva”) é dependente da primeira parte (“o mundo DO Roda Viva”), pois a organização categorial-sequencial que faz emergir os sistemas intrainteracionais situados são um verdadeiro contexto para a organização categorial-sequencial que faz emergir os sistemas extrainteracionais situados. Sendo assim, o que a segunda parte da análise nos revela é a aparição situada das identidades sociais no programa Roda Viva, através da orientação, também situada, dos participantes para certas estruturas socioculturais aquando da construção local dessas identidades – ou seja, é a negociação sobre a construção de uma identidade social, realizada passo a passo, entre determinados participantes, naquela estrutura conversacional institucional do Roda Viva observada na primeira parte da análise. São identidades sociais situadas, ou seja, tais como aparecem num momento sócio-histórico específico de uma emissão específica do programa Roda Viva, com participantes específicos.

VI.3. A definição do *corpus* da pesquisa

Definir o *corpus* desta pesquisa é uma tarefa que apresenta uma dificuldade evidente: operacionalizar uma delimitação em um objeto empírico que é formado por mais de mil emissões de um programa televisivo com mais de 30 anos de existência.

Diante de um universo tão extenso, nossa primeira ação na escolha do *corpus* foi tentar perceber, de modo panorâmico, se havia *uniformidade* nessas emissões ou se elas compunham um corpo com alguma disparidade de tipos, fases, propósitos.

No período de pré-observação dos materiais, percebemos que no universo de emissões do RV podemos destacar, basicamente, dois tipos de emissões: as emissões “normais”, formadas pelo formato padrão do programa, em que existe um

convidado principal a ser entrevistado por uma bancada de um número relativamente estável de entrevistadores convidados (variando entre cinco e dez entrevistadores); e as emissões especiais, compostas por número sensivelmente reduzido dentro do universo de emissões do RV, em que, não havendo um convidado principal a ser entrevistado, convidados-debatedores discutem um tema específico (eleições, impeachment, etc...).

Diante desse fato, nossa opção foi desconsiderar as emissões especiais, não só pelo seu número extremamente reduzido mas por se tratar de emissões não ordinárias do RV, o que desviaria nossa atenção do foco colocado pelo problema de pesquisa (pelo menos para a primeira parte da análise): descobrir as formas *habituais* de organização da fala-em-interação do RV. Nos programas especiais, diante de mudança tão drástica de formato devido à ausência de um entrevistado, é natural que a fala-em-interação se organize de modo, também, drasticamente diferente.

Depois disso, outra dúvida sobre a *uniformidade* entre as emissões permanecia: sendo um programa de tão longa existência, seria possível perceber diferenças de formato entre as emissões ordinárias, ou seja, entre todas as outras excetuando-se as emissões especiais? Nesse momento, em outra pré-observação panorâmica de nosso objeto empírico, percebemos que o programa Roda Viva apresentou, nestes pouco mais de trinta anos, apenas duas fases quando a clivagem adotada se trata de *formato televisivo*: 1-) uma breve fase intersticial de menos de dois anos de existência, em que o programa, apresentado por Marília Gabriela, além de reduzir o número de entrevistadores para apenas duas pessoas, renunciou ao rodízio de convidados entrevistadores – o que até então era sua marca – para manter entrevistadores cativos do programa (Augusto Nunes e Paulo Moreira Leite); 2-) uma fase formada por todos os outros anos de existência do programa – de 1987 até inícios de 2010 e de finais de 2011 até 2018 – em que o formato do RV se manteve padronizado (mesmo tipo de cenário, um entrevistado convidado, entrevistadores convidados, um mediador representante do programa), e que era um forte indício de que a organização da fala nessa fase mais duradoura também se manteria a mesma (fato corroborado, posteriormente, pelos dados gerados pela pesquisa).

Desse modo, desconsideramos a fase que vai de meados de 2010 até fins de 2011, nos mantendo focados na outra fase, cujo formato é aquele observado em todos os outros anos de existência do RV.

Mas ainda tínhamos um universo muito extenso pela frente. A opção, óbvia nesse momento, foi por prosseguir o recorte de nosso corpus através de uma clivagem cronológica: se todas as emissões restantes compõem a maior parte das emissões e essas apresentam um formato padronizado, o recorte cronológico se mostrava pertinente já que possíveis transformações de organização interacional da fala não seriam agora oriundas do formato do programa mas sim – entre outros possíveis motivos – relativas ao momento sócio-histórico.

Mas, nesse momento, não bastaria que escolhêssemos, aleatoriamente, emissões ao longo do espectro de 30 anos de programa (com exceção daquela curta fase de menos de dois anos). Era necessário que atendêssemos, também, a alguma diversidade, justamente para que evitássemos que um mesmo tipo de emissão – por exemplo, conduzido por um mesmo mediador ou com entrevistados de um mesmo campo social ou, ainda, com assuntos de mesmo tipo – revelasse uma organização interacional específica, particularizada por essas características afins. Desse modo, evitaríamos o risco de eleger como etnométodos próprios do Roda Viva certas regularidades interacionais que, não obstante, eram devidas à condicionantes outras que não a própria fala-em-interação no RV.

Assim, nossa opção, nessa etapa da definição do corpus, foi por buscar emissões não apenas “espalhadas” pelos anos de duração do programa, mas que também atendessem aos seguintes critérios: a-) variedade de mediadores que o programa apresentou durante sua existência; b-) variedade de campos sociais representados, *in situ*, pelos entrevistados (o que, possivelmente, garantiria também variedade de assuntos abordados).

Em relação ao segundo critério – diversidade de campos sociais representados pelos entrevistados – temos uma ressalva a fazer. O campo social que um entrevistado estaria representando numa emissão não poderia ser uma escolha apriorística: mesmo que Mano Brown seja um *rapper* – e mesmo que essa categoria tenha sido mobilizada em algum momento no programa – não poderíamos dizer, açodadamente, que ele ali representava o campo artístico apenas. Era preciso, aí

também, se manter fiel à perspectiva êmica. Os campos sociais representados pelo convidado só surgiriam a partir de seu encontro concreto com os entrevistadores e da relevância, emergida localmente, acerca dessa questão. Por exemplo, o *rapper* – e, portanto, artista – Mano Brown, na maior parte da entrevista foi mais categorizado como representante dos moradores das periferias urbanas das grandes cidades do que como um representante do campo artístico – ao contrário de Arnaldo Antunes ou Cauby Peixoto, por exemplo, que aparecem ali mais fortemente ligados a esse campo social específico. O que fizemos, então, para garantir uma diversidade de campos sociais dos entrevistados, foi perceber para que campo social os interagentes se orientavam quando os categorizavam.

A partir daqui, desde que atendêssemos aos critérios acima apontados (emissões não-especiais; que cobrissem a cronologia de 30 anos do programa; excetuando-se a fase de 2010-2011; com diversidade de mediadores e campos sociais dos entrevistados), estaríamos inclinados a incluir qualquer emissão sem necessidade de especificações mais detalhadas. Assim, nesse ponto do processo de escolha, poderíamos finalmente nos apoiar na afirmativa de Harvey Sacks de que não há interação desinteressante para fins de análise – nos liberando para efetuar a escolha de modo randômico entre as emissões que obedecessem àqueles critérios. Desse modo, após todo esse processo de definição, nosso *corpus* passou a se constituir pelas seguintes emissões:

- 1- Emissão de 20\04\1987 com Vicente Matheus
- 2- Emissão de 07\03\1988 com Cauby Peixoto
- 3- Emissão de 03\04\1989 com Millôr Fernandes
- 4- Emissão de 20\12\1993 com Tom Jobim
- 5- Emissão de 23\09\1996 com Caetano Veloso
- 6- Emissão de 23\06\1997 com Thomas Skidmore
- 7- Emissão de 03\04\2000 com José Ramos Tinhorão
- 8- Emissão de 09\10\2000 com Arnaldo Antunes
- 9- Emissão de 11\11\2002 com Hélio Santos
- 10- Emissão de ?\?\2007 com Mano Brown
- 11- Emissão de 22\06\2009 com Celso Amorim

- 12- Emissão de 20\02\2012 com Laerte
- 13- Emissão de 02\12\2013 com Lobão
- 14- Emissão de 22\10\2015 com Camille Paglia
- 15- Emissão de 16\01\2017 com Marco Antônio Villa

Para a segunda parte da análise, buscamos, entre as emissões já escolhidas, aquelas em que se tematizava explicitamente a questão das *identidades sociais*. Assim pudemos escolher:

1-) um trecho da emissão com a cartunista Laerte (onde, aliás, a conversa tornou relevante muito mais sua posição enquanto representante das pessoas *transgênero* do que como representante dos cartunistas) em que, numa macro sequência interacional com a entrevistadora convidada Anna Verônica Mautner, foram tematizadas questões relacionadas à *identidade de gênero*;

2-) um trecho da emissão com o *rapper* Mano Brown em que, numa troca conversacional com os entrevistadores convidados Paulo Lins (escritor) e José Nêumanne Pinto (jornalista), foram tematizadas questões relativas à *identidade de classe*;

3-) um trecho da emissão com o compositor Caetano Veloso em que o tema construído, juntamente com o entrevistador convidado e economista Eduardo Gianetti da Fonseca, foi relativo à questão da *identidade nacional*.

A proposta metodológica desta tese é uma tentativa de proceder a uma análise empírica do programa *Roda Viva* tendo em conta o modelo praxiológico da comunicação definido por Louis Quéré (explicitado no primeiro capítulo). Especificamente, nossa proposta metodológica busca uma maneira de perceber não os elementos isolados que compõem um processo comunicacional (as pessoas e o mundo) mas, justamente, a relação entre esses elementos, construída pelos participantes desse processo. Como diz Vera França, “o que o modelo praxiológico faz, ao resgatar e incorporar a perspectiva pragmatista no âmago da matriz comunicacional, é mais do que valorizar o lugar do receptor: é **centrar na relação e naquilo que ela produz**” (2018, pág.91, grifo nosso). Perceber os processos de

contextualização realizados pelos participantes de uma interação é perceber as relações que se estabelecem entre os elementos do processo comunicacional em seu desenrolar sequencial. O produto desse processo é a própria intersubjetividade situada: um sistema local de relações do mundo com um 'nós'. A dimensão constitutiva da comunicação, prevista pelo modelo praxiológico, não ignora a natureza sistêmica de cada elemento do processo comunicacional. Como afirma Gonos: "to assume that any one such element could be defined in isolation from the others overlooks the systemic nature of the relations between them" (1977, pág. 860).

A experiência da intersubjetividade situada é sempre erigida pela organização local dos sujeitos nos sistemas intra e extra interacionais. Longe de simplesmente reproduzir as lógicas ordenadas do senso comum em relação a esses sistemas, os participantes de uma interação os colocam em cena, organizando-os de acordo com seus propósitos locais (ainda que seus propósitos locais estejam apenas reproduzindo as lógicas ordenadas do senso comum). A contextualização é, assim, uma base – efêmera, idiossincrática e local – para a possibilidade de intersubjetivação e, conseqüentemente, comunicação.

Capítulo VII. A organização categorial-sequencial da fala-em-interação no *Roda Viva* na constituição de um processo de microcontextualização: o mundo DO *Roda Viva*

VII.1. A *Organização Estrutural Global* da interação conversacional no *Roda Viva*

VII.1.1. As fases da interação conversacional numa emissão do *Roda Viva*

Neste tópico de análise, iremos descrever as fases que compõem a interação conversacional no programa *Roda Viva*. Contudo, é necessário fazer uma ressalva: não consideraremos os vídeos pré-gravados que apresentam informações sobre o entrevistado da semana e que, algumas vezes, abrem uma emissão. A justificativa para não inclusão desse material é que, em nossa pesquisa, categorizaremos como fala-em-interação apenas aquelas produzidas por participantes que podem se monitorar de modo relativamente imediato – admitindo, inclusive, que essa monitoração possa ser feita através de dispositivos técnicos, como é o caso entre os participantes do programa presentes no estúdio e os telespectadores (ou seja, o dispositivo televisual, utilizado pelos telespectadores para monitorar a fala dos participantes da interação conversacional que estão presentes no estúdio; e os dispositivos, telefônico ou internético, que os telespectadores se utilizam para enviar suas falas de modo a que a produção do programa possa disponibilizá-las para monitoração aos que estão no estúdio).

O que queremos ressaltar é o fato de que a interação que nos disponibilizamos a analisar é aquela em que o monitoramento mútuo pode ser feito de modo não diferido, ao contrário de outros tipos de interação mediatizada, tais como, por exemplo, a interação entre jornalistas e leitores de jornal, ou produtores de novela e seu público – interações essas que exigem um outro tipo de tratamento analítico, ainda que, como será explorado nas conclusões da tese, a etnometodologia também possa contribuir para esse tipo de análise.

Esclarecidos quais os componentes de natureza oral da interação conversacional que pretendemos analisar, vamos agora elencar as fases transversais a todas as emissões do *corpus* dessa pesquisa. Após elencá-las, iniciaremos a análise da organização categorial-sequencial recorrente de cada uma delas.

VII.1.1.1. Sequência de abertura

Esta fase interacional do *Roda Viva* é um momento crítico pois, devido ao fato de compor uma interação conversacional *radiodifundida*, se configura como parte importante da definição da situação: o ‘mediador’ do programa projeta, ali, a atividade que será realizada pelos participantes, assim como suas incumbências específicas. Isso é necessário pois, numa interação radiodifundida, a questão da mutualidade de saberes e expectativas em relação à própria interação é sempre uma questão delicada. Mesmo em um programa como o RV, com longa história na televisão brasileira e conhecido por muitas pessoas, há sempre a possibilidade de alguém o estar assistindo pela primeira vez, necessitando, assim, ser devidamente situado no que está acontecendo. A sequência de abertura das interações radiodifundidas é, desse modo, um dos momentos mais utilizados para que o telespectador possa fazer uma prospecção do que é, enfim, aquela interação. Para os telespectadores que já conhecem o programa, contudo, o caráter institucionalizado dessa interação – e, portanto, com algum grau de pré-definição – faz com que sua sequência de abertura sirva, entre outras coisas, para corroborar uma expectativa de normalidade em relação aos padrões interacionais do programa, tendo, por isso, um caráter mais ritualístico e menos prospectivo por parte dos interagentes.

O fato é que, seja como ritual, seja para facilitar o entendimento dos telespectadores, as sequências de abertura do RV explicitam importante parte do quadro inferencial de todo o evento interacional do programa. Além disso, essa sequência funciona, como veremos detalhadamente à frente, como um tipo muito específico de sequência que se caracteriza pelo par adjacente ‘convocação-resposta’ (*‘summons-answer’*) – em que quem é convocado é justamente o ‘telespectador’.

VII.1.1.2. Corpo principal da interação e suas subfases

VII.1.1.2.1. entrevista e debate

É no corpo principal de uma interação que se desenrola a atividade principal que é realizada por seus participantes. Nas interações institucionalizadas, é ali que a atividade-fim, derivada daquela institucionalização, irá se concretizar. Na interação conversacional de uma emissão do RV é (pré) estabelecido que a atividade principal que ali se desenrola é tanto uma *entrevista* com o ‘convidado’ da semana como um *debate* entre ele e os outros participantes. A categorização do RV como ‘*programa de entrevistas e debates*’, como veremos à frente, não é uma atitude apriorística feita por nós, mas algo tornado relevante pelos participantes, tanto explicitamente, através da mobilização dessa categoria para a caracterização do programa, como implicitamente, pela mobilização de estruturas conversacionais que nos revelam que o que ali se desenrola é efetivamente uma entrevista entremeada com debate.

VII.1.1.2.2. chamada para intervalo

Nesta subfase da interação, o ‘mediador’ orienta o corpo para a câmera de televisão, tal como também na sequência de abertura, mostrando que é ao ‘telespectador’ que dirige a palavra. Nesta fase, ele informa que a emissão do RV se suspenderá por alguns minutos para dar lugar ao intervalo, como podemos verificar na transcrição abaixo:

Trecho de transcrição nº1

entrevistado: Millôr Fernandes

mediador: Augusto Nunes

001 M. ...há um lado de amizade entre nós assim que tá s- s-
002 superou cê entende as nossas próprias deficiências.
003 A. N. → ((orientando o corpo para a câmera de televisão)) nós
004 teremos agora um pequeno intervalo. o roda viva com

Notamos que, entre as linhas 003 e 005, o ‘mediador’ Augusto Nunes produz duas *unidades de construção de turno* (UCTs): na primeira, informa que a emissão do programa sofrerá uma suspensão (“*nós teremos agora um pequeno intervalo*”) e, na segunda, informa que essa suspensão será breve, além de reiterar do nome do convidado daquela emissão (“o Roda Viva com Millôr Fernandes volta já já”). Em nosso corpus, esse parece ser o formato prototípico dessa fase interacional.

VII.1.1.2.3. volta do intervalo

Trecho de transcrição nº2

Mediador: Augusto Nunes

001 A. N. ((orientando-se à câmera de televisão)) Retomamos aqui a
002 entrevista com Millôr Fernandes, convidado do roda viva
003 de:sta segunda feira ((volta o corpo em direção ao
004 entrevistado))

As ações realizadas pelo ‘mediador’ nessa subfase consistem, prototipicamente, na informação de que a emissão voltou de sua suspensão temporária e pela reiteração do nome do incumbente da categoria ‘entrevistado’ – como podemos verificar entre as linhas 001 e 004 da transcrição acima.

Essa subfase é interessante pois serve de brecha (*s/ot*) para que o ‘mediador’ inicie outras subfases da interação como, por exemplo, a subfase de “vocalização da fala do telespectador” (subfase que mostraremos a seguir).

O ‘mediador’ também pode servir-se dessa subfase como uma brecha para realizar a ação de enunciar, ele mesmo, uma pergunta ao entrevistado – o que pode representar tanto uma continuidade do assunto que vinha sendo tratado antes do intervalo quanto uma deliberada mudança de rumo na conversa. Além disso, o ‘mediador’ pode aproveitar esse momento para, por exemplo, passar a palavra a algum ‘entrevistador’ que estava “na fila” para realizar alguma pergunta. Sobre essas

e outras ações – que, basicamente, decorrem do papel que o ‘mediador’ exerce na distribuição dos turnos de fala – voltaremos a problematizá-las mais à frente, no tópico em que realizaremos a análise do *sistema de tomada de turnos* da fala-em-interação do programa RV.

VII.1.1.2.4. vocalização da fala dos telespectadores

É nessa subfase que o ‘telespectador’ pode assumir uma presença mais visível, ou melhor, audível, já que o que se apresenta do ‘telespectador’ é apenas o seu turno de fala vocalizado pelo ‘mediador’ do programa. Nessa fase, os ‘telespectadores’ – pelo menos alguns deles – podem se tornar “monitoráveis”, no sentido goffmaniano¹⁶, pelos participantes presentes no estúdio.

No trecho nº 3 (linhas 001 e 022), observamos um exemplo prototípico dessa fase, em que o que ocorre é a leitura, pelo ‘mediador’, dos turnos de fala endereçados pelo ‘telespectador’ ao ‘entrevistado’ daquela emissão.

Trecho de transcrição nº3

Mediador: Paulo Markun

001 P.M. pra recolocar a bola em jogo professor tem perguntas
002 aqui de jor- jorge luiz pereira de santana são paulo que
003 é operador da bmf pergunta o seguinte eu vou fazer as
004 várias são todas sobre o mesmo tema. Nas cotas para
005 negros nas universidades o senhor é a favor ou contra?
006 (0.33) felipe sampaio de são paulo que é estudante .hh
007 que é que o senhor acha da política de cotas para
008 negros. eu sei que nós já começamos a abordar esse
009 assunto mas o próprio (.) professor valdélcio já havia
010 (.) mencionado no intervalo da gente voltar esse assunto
011 (0.4) geraldo rogério da vila maria pergunta no sistema
012 de cotas para inclusão de negros nas universidades
013 publicas como deveria ser feito uma (0.2) seleção. pela
014 árvore genealógica? (0.3) e daniel (pfeifer) de
015 florianópolis diz qu- santa catarina (.)ele diz que não
016 concorda com esse sistema de cotas para os ingressos d-
017 na: de negros nas universidades .hhh porque segundo ele
018 entrariam pessoas despreparadas .hhh pra frequentar uma
019 universidade. deveria sim (.) haver um trabalho no

¹⁶ Goffman define uma situação social como “um ambiente que proporciona **possibilidades mútuas de monitoramento**” (2013a, pág.17, grifo nosso). É nesse sentido que usamos, aqui, a ideia de monitoramento, ou seja, como aquilo que possibilita a emergência de uma situação.

020 ensino básico e fundamental pra preparar o aluno a
021 disputar (.) uma vaga pela competitividade. então
022 voltamos ao assunto das cotas [(0.3) por esse ()]
023 H. S. [eu acho é]...

A fase interacional de “vocalização da fala do telespectador” pode ocorrer em vários momentos. Entretanto, os mais recorrentes se dão logo em seguida à fase “volta do intervalo”, ou quando um ‘entrevistador’ faz uma pergunta semelhante àquela que vários ‘telespectadores’ também haviam feito à produção do programa. No segundo caso, antes que o ‘entrevistado’ responda, o ‘mediador’ aproveita a brecha para ler as perguntas feitas pelos ‘telespectadores’. Essas são, portanto, as duas brechas mais evidentes que o incumbente da categoria ‘mediador’ utiliza para iniciar a fase de “vocalização do telespectador”.

Como podemos perceber pela organização categorial-sequencial observada na transcrição acima, embora o ‘telespectador’ não possa produzir uma pergunta de modo direto e instantâneo – necessitando que sua intervenção seja selecionada pela produção do programa e, posteriormente, lida pelo ‘mediador’ – aqui ele se torna, também, um incumbente da categoria ‘entrevistador’, como podemos observar entre as linhas 002 e 014, já que as ações que esses turnos vocalizados pelo ‘mediador’ realizam são, efetivamente, questionamentos.

Mas nem só através do ato de perguntar é feita a participação do ‘telespectador’ nessa fase do programa. Como vemos, entre as linhas 015 e 021, um dos ‘telespectadores’ não produziu uma pergunta mas uma opinião sobre um dos tópicos que estava sendo desenvolvido até aquele momento. Assim, além de poder emular um ‘entrevistador’, o incumbente da categoria ‘telespectador’ pode emular, também, um ‘debatedor’.

VII.1.1.3. Sequência de encerramento

Uma das características da fala-em-interação do *Roda Viva* que é diferente das conversas informais é o fato de que, enquanto estas não possuem extensão previamente especificada (SACKS, SCHEGLOFF E JEFFERSON, 2003, pág.14), aquela

tem seu tempo condicionado pela duração da emissão. Ou seja, a fala-em-interação no RV tem hora para acabar. Isso traz consequências não apenas para a fase de encerramento mas, também, para todas as outras fases interacionais, já que todas as atividades previstas para aquela situação social institucionalizada devem ser realizadas dentro daquele tempo pré-especificado. Toda a interação conversacional fica sujeita, portanto, a um manejo cuidadoso para que não ocorram dispersões em todos os sub cursos de ação representados pelas diversas fases da interação.

De qualquer modo, a incidência desta característica na fala-em-interação do RV – ter uma duração pré especificada – afeta a sequência de encerramento de modo a que o ‘mediador’ do programa deva interromper o fluxo da conversa e impor o seu final, já que é ele o “guardião” das regras interacionais do RV.

Aqui, na fase de encerramento, o ‘mediador’ do programa novamente orienta seu corpo em direção à câmera de televisão – sinalizando, novamente, a presença do ‘telespectador’ como importante participante da conversa – e realiza, de maneira geral, as seguintes ações, como podemos ver no trecho de transcrição nº 4: *agradecer ao incumbente da categoria ‘entrevistado’; agradecer aos outros participantes do programa; informar sobre o dia e hora da próxima emissão do programa.*

Trecho de transcrição nº4

Mediador: Rodolfo Gamberini

001 R. G. ((orientando o corpo à câmera de televisão)) tá bem muito
002 obrigado então ao presidente do Corinthians senhor
003 Vicente Matheus muito obrigado a todos vocês (.) que
004 participaram desse roda viva o roda viva volta segunda
005 feira que vem as nove e vinte da noite até e obrigado.

VII.1.2. O processo de contextualização global explicitado pela *Organização Estrutural Global (OEG)* da fala-em-interação no *Roda Viva*

O que interessa notar na OEG da interação conversacional no *Roda Viva*, é que, das cinco fases interacionais que a compõem, quatro delas mobilizam

explicitamente o ‘telespectador’. E, mesmo na fase principal da interação, em que o telespectador não é direta ou explicitamente mobilizado, podemos perceber – e isso ficará mais claro com o prosseguimento da análise – que há uma orientação dos participantes, na produção e interpretação de suas falas, que leva em conta a presença dos ‘telespectadores’.

Desse modo, todas as fases que mobilizam explicitamente o ‘telespectador’ funcionam como balizas interacionais que ajudam a montar uma estrutura inferencial para a produção local da fala não só nessas fases mas também naquela em que essa categoria não é explicitamente mobilizada. A primeira coisa, portanto, que a OEG da fala-em-interação do RV nos revela, em termos da contextualização global que é por ela realizada, é que as falas ali observadas são tanto produzidas quanto interpretadas levando-se em conta a presença desse co-participante a que os convidados do programa só têm acesso pelas perguntas que são vocalizadas pelo ‘mediador’, ou por uma ideia, mais ou menos difusa, do que, hipoteticamente, seria um ‘telespectador’ “típico” do *Roda Viva*. A OEG da fala-em-interação no *Roda Viva* torna relevante que um dos principais participantes da interação é, enfim, o ‘telespectador’, mesmo ele não estando corporalmente presente no mesmo espaço em que estão os outros participantes da conversa.

Essa orientação para o telespectador afeta a maneira como os turnos de fala são desenhados, as ações são expressas nesses turnos, a maneira como as sequências são organizadas, os turnos de fala distribuídos etc... – não é a toa que Ian Hutchby afirma que “the question of how broadcast talk is designed for reciprocity by an absent, overhearing audience has been central” (2006, posição 2294).

Embora nossa preocupação não seja estritamente a questão de como a fala-em-interação no RV é construída para atender a essa característica principal das conversas radiodifundidas – a presença de participantes não co-presentes – o que faremos, ao tentar perceber os processos de contextualização ali realizados de modo geral (nosso objetivo de pesquisa), certamente nos revelará os traços da interação conversacional no RV que são indícios dessa característica particular.

Os próximos tópicos de nosso trabalho serão uma tentativa de perceber, nas fases interacionais colocadas acima, como a fala-em-interação no RV é categorial-sequencialmente organizada. Desse modo, poderemos não apenas perceber os

processos de contextualização que indicam a importância do 'telespectador' como, também, aqueles que dão relevância a outros aspectos igualmente importantes para as situações sociais instauradas a partir de uma emissão do programa *Roda Viva*.

VII.2. As sequências de abertura das emissões do *Roda Viva*: projetando a organização da interação

VII.2.1. A organização das sequências na fase de abertura do *Roda Viva*: uma sequência tipo 'convocação-resposta' (*summons-answer*)

Trecho de transcrição nº5

Mediador: Rodolfo Gamberini

001 R.G. boa noite está começando nesse momento mais um Roda Viva
002 o programa de entrevistas e debates da TV Cultura de
003 São Paulo canal 2. esta noite no centro da Roda Viva (.)
004 está o presidente do Corinthians aliás mais uma vez
005 presidente do Corinthians (.) o senhor Vicente Matheus.
006 e pra participar desse Roda Viva, esta noite estão
007 conosco aqui no estúdio da TV Cultura o jornalista Juca
008 Kfourri da revista Placar (.) Ricardo Soares do jornal O
009 Estado de São Paulo e revista Agavê (0.3) Michel Lorenz
010 (.) da TV Record (.) Marcos Faerman do Jornal da Tarde e
011 da TV Cultura (.) Júnia Nogueira de Sá (.) da revista
012 Veja (0.5) Severino Pereira Júnior do Notícias Populares
013 e Popular da Tarde (0.5) Haroldo Chiorino que é
014 presidente da Associação dos Cronistas Esportivos de São
015 Paulo (0.3) e também jornalista da Folha de São Paulo.
016 este que nós estamos mostrando agora no vídeo é Roberto
017 Petry (.) do jornal Popular da Tarde. (.) está aqui
018 também (.) Artur de Almeida (.) da TV Gazeta e Jornal da
019 Tarde (.) e Flávio Aduato da Rádio Bandeirantes. na
020 produção (0.3) mo- (.) queria que mostrasse agora aqui
021 no nosso estúdio .hh esse pessoal todo que ocupa o
022 segundo andar do estu- do estúdio d- do Roda Viva (.)
023 são corinthianos convidados pela produção. eu gostaria
024 que a gente mostrasse com destaque (0.3) dona Marlene
025 (.) que é (.) a mulher do presidente do Corinthians
026 senhor Vicente Matheus. (0.3) .hh senhor Vicente Matheus
027 ahh >antes de começar a entrevista deixa eu fazer só um
028 lembrete pro pessoal que tá em casa< que o j-
029 normalmente as pessoas podem fazer telefonema pra cá pra
030 fazer as perguntas pro presidente. Essa noite não é
031 possível porque o programa foi gravado com certa
032 antecedência.

A transcrição acima é uma sequência de abertura de uma das emissões do programa *Roda Viva*. Tentaremos perceber a organização da fala nessa sequência para, assim, notar um processo de contextualização advindo de seus procedimentos conversacionais.

Uma das primeiras coisas que chama a atenção na organização dessa sequência de abertura é o fato de Rodolfo Gamberini – o interagente que produz o turno de fala transcrito – não estar exatamente dirigindo a palavra aos que estão presentes no estúdio de televisão mas sim aos telespectadores do programa.

O que atesta tal percepção é o fato dele orientar o corpo e o olhar diretamente à câmera de televisão e não aos participantes em co-presença. Além disso, podemos afirmar que Gamberini tem como alvo os telespectadores pois as ações que realiza em seu turno de fala – implementadas pelas várias *unidades de construção de turno* (UCTs) ali presentes – são ações projetadas, primordialmente, para os telespectadores e não para os participantes que estão dividindo o mesmo espaço físico que ele.

As ações de *saudar* (linha 001 – UCT 1); *apresentar a interação* (linhas 001, 002 e 003 – UCT 2); *apresentar os convidados do programa* (linhas 003 até 026 – UCT 3); e *prestar uma justificativa sobre a impossibilidade de participação dos telespectadores por telefone* (linhas 027 até 032 – UCT 4) são destinadas aos participantes da interação que não estão presentes no estúdio pois, além de serem a eles visualmente dirigidas, os que no estúdio estavam, muito possivelmente, já haviam recebido saudações; já tinham sido previamente informados sobre os convidados daquela emissão além de, obviamente, não necessitarem fazer perguntas por telefone e, conseqüentemente, não precisarem de uma explicação pelo fato de, naquela emissão, as perguntas por telefone estarem impossibilitadas.

O comportamento de orientar o corpo e o olhar para a câmera de televisão, efetuado por Rodolfo Gamberini enquanto realiza as ações acima citadas, torna descritível aquilo que observamos na OEG do *Roda Viva*: a audiência do programa, formada por participantes difusos por espaços diversos, é um destinatário muito importante na fala-em-interação ali produzida. Esse é um dos traços fundamentais das conversas transmitidas por radiodifusão. Como salienta Ian Huchtby,

The places from which broadcasting speaks and in which it is heard are completely separate from each other' [...]. Broadcast talk may be received, in large part, in the home, and consumed within the interstices of ordinary everyday domestic routines and activities; but it is produced, mainly, in the distinctive institutional setting of the studio. Yet while studios can, and often do, contain audiences who are co-present with the broadcasters (especially in genres such as game shows, celebrity talk shows and comedies), it is equally common for the only other parties co-present in the studio to be the production crew. And even when a show is produced in the presence of a studio audience, the audience of viewers and listeners remains a principal recipient toward whom the talk is oriented. A key question, therefore, is that of how broadcast talk is designed for reciprocity by an absent audience: an audience of 'overhearers'. (2006, posição 301)

Mesmo que esses destinatários – os 'telespectadores' – tenham pouca possibilidade de interferência explícita na conversa que ali se desenrola¹⁷, é para eles que ela é produzida.

É precisamente o fato de ser uma conversa em que os principais interlocutores não estão fisicamente presentes – e, conseqüentemente, desses interlocutores não poderem produzir turnos de fala de modo imediato e direto¹⁸ – que faz com que possamos analisar e categorizar o trecho de transcrição acima como uma *sequência de abertura* da interação, mesmo que não percebamos uma segunda parte do par adjacente (SPP).

Nem sempre as partes dos pares adjacentes são expressas por ações verbalizadas. Numa conversa telefônica por exemplo, a primeira parte do par adjacente (PPP) de sua sequência de abertura se dá pelo toque do aparelho telefônico e não por uma ação verbalizada do participante que inicia a interação. Do mesmo modo, um participante de uma conversa face a face pode, ao ser questionado se, por exemplo, aceita mais um café, estender a xícara em direção ao participante que fez o questionamento, construindo, assim, uma verdadeira SPP por meio de uma ação não verbal.

¹⁷ No caso específico dessa emissão, há mesmo uma impossibilidade total de interferência, como podemos perceber entre as linhas 027 até 032 já que, tendo sido aquela uma emissão gravada com antecedência e não ao vivo, ficou obstruída a participação dos telespectadores por telefone.

¹⁸ Não podem produzir turnos de fala de modo **imediato** – pois esses turnos só aparecem após transcorrido algum tempo depois de produzido o turno de fala que o motivou – e nem **direto** - pois necessitam da mediação de alguém autorizado.

Mas, se de acordo com Schegloff (2007), as sequências são cursos de ação implementadas interacionalmente e têm como unidades básicas de construção os pares adjacentes, onde estaria uma segunda parte do par adjacente (SPP) que completaria o(s) curso(s) de ação observado(s) na sequência que estamos analisando? Podemos dizer que a SPP seria a ação, realizada pelos telespectadores, de *focalizar a atenção* – ação essa que foi projetada pelas ações da primeira parte do par adjacente (PPP) que compõe o turno de fala observado na transcrição.

Essa afirmação é possível pois, como as ações e os pares de ação são, numa perspectiva etnometodológica, contextuais¹⁹ e não absolutos (SCHEGLOFF, 2007, pág. 8), podemos dizer que as ações de *saudação, apresentação da situação e apresentação dos convidados* tem como objetivo – ou, para usarmos termos conversacionais, projetam – não o retorno da saudação pelos telespectadores ou sua apresentação pessoal para o apresentador e convidados – já que isso seria impossível naquela situação devido às características colocadas pelo dispositivo midiático – mas sim a aceitação de um convite para permanecer naquele canal.

Isso se torna mais claro quando percebemos, de acordo com Schegloff (2007), que uma única *unidade de construção de turno* (UCT) pode realizar mais de uma ação e, mais importante, uma mesma ação implementada numa UCT pode ser o veículo para outras ações²⁰ e, conseqüentemente, projetar ações diversas a depender do contexto: “some actions which a TCU implements are the vehicle by which other actions are implemented” (2007, pág 9). Portanto, percebemos que o

¹⁹ Como afirma Schegloff, a análise e identificação das ações realizadas pelos participantes de uma interação devem ser fruto de uma observação atenta ao contexto já que, a depender da situação em que estão sendo expressos, um mesmo comportamento pode realizar ações diversas: “Instead of starting out from the outcome action (e.g., What would make something a promise?), we start from an observation about how some bit of talk was done, and ask: What could someone be doing by talking in this way? What does that bit of talk appear designed to do? What is the action that it is a practice for? We try to ground our answer to this sort of question by showing that it is that action which co-participants in the interaction took to be what was getting done, as revealed in/by the response they make to it. [...] So the first observation is that we start not from the names of types of action, not from classes of actions, but from singular bits of data, each in its embedding context, and seek out what – in that instance – the speaker appeared to be doing, and what in the talk and other conduct underwrote or conveyed that that was what was being done. Often proceeding in this way yields analyses of bits of data as “a request” or “an invitation” that are far removed from what we ordinarily think of as an instance of a request or an invitation.” (2007, pág. 8)

²⁰ Uma ilustração disso são os *questionamentos* que também expressam *ofertas*, tais como, por exemplo, a frase “quer um café?” dita por um anfitrião que recebe um convidado em sua casa.

etnométodo de orientar o corpo e o olhar para a câmera de televisão faz com que Gamberini construa um quadro inferencial – um contexto, enfim – para a interpretação de sua fala: aquelas UCTs – que expressam as ações de *saudar, situar a interação e apresentar os convidados* – também expressam a ação de *convocar a focalização da atenção* dos telespectadores. Desse modo, a *focalização de atenção* por parte dos participantes da interação que não estão no estúdio de televisão constitui-se numa verdadeira SPP, mesmo que não verbalizada.

Assim, esse etnométodo utilizado por Rodolfo Gamberini indicia uma situação específica em que a saudação e a apresentação da interação e dos convidados devem, na verdade, ser interpretadas, também, como um convite à entrada e à permanência no quadro interacional – e não como retorno da saudação e apresentação de si pelos telespectadores já que não se espera, através daquelas ações, que o telespectador diga, do sofá de sua casa, “boa noite” ou apresente-se dizendo seu nome e profissão, por exemplo. É por isso que a segunda parte do par adjacente (SPP) será a focalização, pelo telespectador, de sua atenção – fato que não temos acesso de modo explícito, individualizado e imediato mas apenas posteriormente pelas sondagens de audiência.

Assim, podemos dizer que as sequências de abertura do programa *Roda Viva* são um tipo particular de sequência, organizado pelo par adjacente ‘convocação-resposta’ (*summons-answer*). Esse par adjacente pode ser encontrado em diversos tipos de interação – tal como, por exemplo, numa conversa telefônica em que a PPP (que expressa a ação de ‘convocação’) é o próprio toque do telefone e a SPP (que expressa a ação de ‘responder à convocação’) se caracteriza pelo enunciado produzido pelo interlocutor que atende o telefone. Numa interação conversacional midiaticizada – como é o caso no RV ou numa conversa telefônica – esse par adjacente (*summons-answer*) terá seus turnos construídos (*turn design*) de acordo com as possibilidades colocadas pelo dispositivo midiático em que é realizado.

Das quatro ações expressas pelas UCTs acima referidas, três delas aparecem em todas as sequências de abertura das emissões do programa *Roda Viva* que analisamos. Embora possamos perceber variações nas diversas sequências de abertura desse programa, todas elas contém, recorrentemente, as ações de *saudar, apresentar os convidados e informar sobre a possibilidade de os telespectadores*

produzirem turnos de fala. E, como vimos, essas ações não são apenas veículos para o ato de saudar, apresentar os convidados e informar sobre possibilidades de participação mas, também e principalmente, para realizar a convocação da atenção dos telespectadores e convidá-los a permanecer no quadro interacional possibilitado por aquela emissão.

Veremos agora que, além da constituição do telespectador como o principal destinatário da conversa ali produzida, outras construções contextuais são realizadas no trecho de fala acima selecionado. Aqui, nos interessam, além dos aspectos sequenciais da construção do contexto, também os aspectos categoriais e, se possível, percebermos a relação entre esses dois aspectos da interação. Assim, nossa tentativa será explorar os aspectos categorial-sequenciais na construção de um quadro enunciativo.

Embora, em larga medida na pesquisa etnometodológica da fala-em-interação, as análises dos processos de categorização e as análises sequenciais da conversa se deem de modo independente uma da outra (WATSON, 1997; BOVET, 2009; GASTALDO e WATSON, 2015), podemos dizer que “a sequência fornece o (ou um) contexto para a categorização, e a categorização, um contexto para a sequência em qualquer sistema interacional organizado por turnos” (GASTALDO e WATSON, 2015, pág. 151). Desse modo, algumas das ações que irão projetar parâmetros para a organização das sequências na fala-em-interação do *Roda Viva* são ações de categorização – assim como ações outras, percebidas sequencialmente nos pares adjacentes, irão ajudar a formar os aspectos categoriais nas emissões do programa.

VII.2.2. As sequências de abertura do *Roda Viva* como uma projeção da organização categorial-sequencial do corpo principal da interação.

Na realização das ações de *apresentar os convidados* (UCT 2) e *apresentar a interação* (UCT 3), Rodolfo Gamberini utiliza categorias de pertencimento. Esse trabalho de categorização realizado na sequência de abertura é um importante aspecto na construção contextual dessa interação já que, ao caracterizar os

convidados e a própria interação, projeta-se uma ideia do tipo de situação social que ali se desenrola devido aos predicados, culturalmente compartilhados, das categorias utilizadas.

Mas – antes mesmo da fala de Rodolfo Gamberini realizar um trabalho de categorização – o fato de os convidados do programa e do próprio Gamberini ocuparem espaços determinados no cenário (figura 1) já funciona como uma maneira de tornar relevante, de modo visualmente realizado, certas categorias de pertencimento. Como salienta Rod Watson – corroborando a perspectiva de Jayyusi e criticando Schegloff – os fenômenos de categorização nem sempre são realizados pela fala mas podem, também, ser produzidos e observados visualmente:

I do not think we need to endorse Schegloff's latterday assumption that the analyst should restrict their consideration to talk in interaction [...] After all, as people such as Lena Jayyusi gave also extensively shown, the phenomenon of the interlocutors' specific categorisation being visually available to co-conversationalist can itself inform their talk. This is of course, a central feature of categorisation as an embodied practice, where we might begin to examine categorisations as arrays of methodically produced visual indications and visibility arrangements. Indeed, to disattend this matter and treat categorisation practices purely as phenomena for talk-in-interaction is itself a decontextualisation technique that itself risks reification. (Watson, 2015, posição 854)



figura 1: o primeiro cenário do programa Roda Viva.

No caso específico da transcrição em análise, o fato de um participante – Vicente Matheus – ocupar o ponto central do cenário, para onde confluem todos os olhares, é uma maneira, corporificada e visual, de se tornar incumbente de uma determinada categoria de pertencimento naquela situação específica. Estar ‘no centro do *Roda Viva*’ – como, aliás, também é explicitado na fala de Gamberini na linha 003 – torna relatável, pelo menos para as pessoas que possuem saberes prévios sobre a situação interacional realizada pelas emissões desse programa, que quem ali está é um incumbente da categoria ‘*entrevistado*’. Quem não possui esse saber poderá facilmente, entretanto, constatar tal incumbência à medida que a emissão do programa se desenvolve, já que perceberá que quem ali está sentado realiza, primordialmente, a ação sequencial de “responder a perguntas”, uma atividade conectada (*category bound activity*) à categoria ‘*entrevistado*’.

É interessante notar que a construção categorial por meio de distinção espacial dos corpos é, condizente com a perspectiva indicial da etnometodologia, algo a ser realizado de modo situado e não um modelo a ser replicado em toda e qualquer situação social em que uma mesma categoria seja relevante. Se observarmos, por exemplo, um outro programa da televisão brasileira que, em muitos aspectos, é semelhante ao *Roda Viva*²¹ – o programa *Sem Censura* da TV Brasil – veremos que a construção categorial oriunda do fato de um participante ocupar o centro do cenário (e o cenário do *Sem Censura* tem uma particular semelhança com o do *Roda Viva*, como podemos ver na figura 2) se dá de um modo completamente distinto e, podemos dizer, oposto ao que ocorre no RV. Ali, no programa *Sem Censura*, quem ocupa o centro do cenário (uma espécie de semi-arena) é um incumbente da categoria ‘*entrevistador*’, e não da categoria ‘*entrevistado*’ como é no RV.

²¹ Ambos os programas são veiculados por emissoras públicas de comunicação e tem uma das maiores longevidades dentre programas de entrevista da TV brasileira, fato que, curiosamente, não ocasionou mudanças significativas em seus formatos. As entrevistas veiculadas nas emissões destes programas seguem uma dinâmica de ‘ao vivo’ – mesmo que, por vezes, não sejam efetivamente transmitidos ‘ao vivo’. Além disso, compartilham da mesma estrutura cênica, com um cenário em forma de arena (ou semi- arena) em que um único participante ocupa seu centro.

Embora essa seja uma constatação aparentemente banal, ela nos lembra que os predicados das categorias – longe de serem uma constante por todo e qualquer tipo de interação em que essas categorias sejam mobilizadas – são um fenômeno situado.



figura 2: O cenário do programa *Sem Censura*, com a entrevistadora Leda Nagle ao centro.

Todo e qualquer predicado das categorias ‘entrevistado’ e ‘entrevistador’ – e não só em relação aos direitos e obrigações que concernem à ocupação espacial – deve ser sujeito a uma análise situada. Embora saibamos que entrevistadores “perguntem” e entrevistados “respondam”, é necessário perceber, na performatividade concreta dessas categorias numa situação particular, não só como *efetivamente* eles realizam essas ações mas, também, que outras ações ali lhes são específicas. São muito diferentes, por exemplo, os papéis dos incumbentes das categorias ‘entrevistado’ e ‘entrevistador’ no *talk show* comandado por Jô Soares na TV Globo, em relação aos papéis que os incumbentes das mesmas categorias desempenham em um telejornal de tipo informativo. Assim, será só através de análise situada que poderemos dizer quais os predicados específicos dessas categorias no programa *Roda Viva*.

Mas, embora seja necessário analisar toda a interação para saber qual a performatividade específica dos incumbentes dessas categorias e, até mesmo, se elas permanecem relevantes ao longo da emissão – e, como veremos, isso efetivamente acontece – o fato delas serem explicitadas logo no início da interação revela uma proposta de normatização do quadro enunciativo feito pelo apresentador do programa. Ou seja, são métodos de construção e relatabilidade da situação e que se caracterizam como um verdadeiro processo de início de constituição contextual. Em outras palavras, o trabalho de categorização realizado nessa sequência de abertura é parte importante daquilo que, no pensamento Goffmaniano, é chamado de ‘definição da situação’ e que irá começar a orientar as ações dos participantes, mesmo que, na sequencialidade da interação, essa orientação possa ser contestada.

Segundo Gastaldo, a ‘definição da situação’ é o “processo a partir do qual se atribui um sentido ao contexto vivido, da resposta que cada pessoa dá à seguinte pergunta: o que está acontecendo aqui, agora? Ela é central, portanto, para se compreender o modo como as pessoas orientam suas ações na vida cotidiana” (2008, pág.1). Como as situações sociais podem estar sempre se redefinindo – e, portanto, a ‘definição da situação’ seja uma preocupação constante dos participantes no decorrer de *toda* a interação – uma sequência de abertura pode evidenciar aos participantes um contexto ao qual podem recorrer, logo de saída, para produzir suas falas, inferir a fala dos outros participantes e, também, propor negociações sobre o próprio contexto, ali, inicialmente constituído.

Nas conversas institucionalizadas, contudo, como é o caso da conversa observada no *Roda Viva*, e ao contrário das conversas informais, há, segundo Heritage (2005, pág.106), uma predefinição de papéis conversacionais – o que faz com que, possivelmente, a redefinição desses papéis no desenrolar da interação seja uma tarefa mais difícil de ser realizada, já que é esperado que sejam estes os papéis a serem ali performados.

Mesmo sendo predefinidos, nada impede que estes papéis sejam, ainda assim, explicitados na fala dos participantes. No caso das conversas transmitidas por radiodifusão, dado o caráter difuso dos telespectadores, essa explicitação se torna necessária graças ao potencial de descontextualização criado por interações desse

tipo, já que, sendo a maior parte dos participantes, a rigor, desconhecida, não é possível determinar qual o grau de saber que eles possuem sobre aquela situação interacional – o que exige, a toda vez que aquele tipo de interação se repita, um ritual de reafirmação de sua definição.

Não é por outro motivo que, na sequência de abertura dessa emissão específica – ainda mais quando o *Roda Viva* não tinha sequer um ano de existência e ainda não era estabelecido na história da TV brasileira como é hoje –, Rodolfo Gamberini tenha utilizado um processo de categorização para caracterizar e definir o próprio programa. Na linha 002, Gamberini categoriza o *Roda Viva* como ‘um programa de entrevistas e debates’. Essa categorização – juntamente com a realizada pela ocupação espacial dos corpos – ajuda os interagentes a perceberem que as pessoas que ali estão, ou pelo menos parte delas, terão a incumbência de entrevistar, serem entrevistadas e, também, debater – já que um dos predicados associados à categoria ‘*programa de entrevistas e debates*’ é que possuam entrevistados, entrevistadores e debatedores.

Nessa sequência de abertura, o trabalho de categorização – por meio do qual se explicitou os papéis sociais e, conseqüentemente, ajudou a definir a situação – vai também projetar um tipo de construção sequencial específico para a conversa que ali irá se desenrolar. Isso ocorre pois, dentro de uma cultura, tendo as categorias a elas associadas certos predicados, toda uma série de ações, mais ou menos definidas, será esperada dos incumbentes das categorias mobilizadas. Como as ações são realizadas, numa conversa, na sequencialidade de seus turnos de fala, a relação entre categorias e sequências torna-se bastante evidente. Portanto, podemos dizer que, nessa sequência de abertura, será gerada uma expectativa, sobre quem foi categorizado como ‘entrevistador’, de realizar a ação sequencial de *perguntar*. Do mesmo modo, sobre quem foi categorizado como ‘entrevistado’, será gerada uma expectativa, entre outras ações sequenciais, de que *responda* às perguntas dos ‘entrevistadores’. Além disso, a expectativa é que todos poderão, também, realizar a ação de *debater* as questões que vão por eles sendo colocadas.

Mas não apenas as categorias projetam e criam expectativas de ações sequenciais. Também as ações sequenciais projetam categorias. Por exemplo, mesmo que a categoria ‘*debatedor*’ possa não ser sempre explicitada (uma das

coisas que podemos notar é que, ao contrário do que ocorreu nessa sequência de abertura, é muito mais habitual caracterizar o *Roda Viva* apenas como um programa de entrevistas) percebemos que, na sequencialidade das várias falas-em-interação que compõem o corpo principal das emissões do programa ao longo desses 30 anos, essa categoria é efetivamente tornada relevante pelos interagentes através da construção sequencial de um *debate*. Podemos ver, na transcrição de um trecho de uma emissão do programa que teve como entrevistado o *rapper* Mano Brown, como isso acontece:

Trecho de transcrição nº6

Entrevistado: Mano Brown

Entrevistador: José Nêumanne Pinto

001 M.B. mas a lei não é pra todo mundo (1.2) a lei não é pra
002 todo mu- e nunca vai ser pra todo mundo (2.0) Nunca vai
003 ser pra todo mundo.

005 J.N.P. Mas pera aí a maioria do povo lá no Capão Redondo na
006 periferia de São Paulo .hh é nos nos bairros pobres a
007 maioria é honesta (1.0) a maioria: trabalha a maioria
008 caminha vai a pé da sua casa (tal) esse é o verdadeiro
009 herói brasileiro. o herói brasileiro não é o que
010 delinque (1.2) não é o que se: torna bandido. (0.9)
011 pra:: se dar bem. o herói brasileiro (0.4) é aquele que
012 trabalha (0.3) e lá na no Capão Redondo >de onde você
013 vem< você sabe disso. (0.6) quer dizer o Brasil (0.4) é
014 um país de cento (.) e quarenta milhões de honestos
015 (0.7) reféns de 20 milhões (0.7) de desonestos. nós não
016 podemos (0.6) é: considerar como uma regra (0.8) o fato
017 de haver::: o fato de haver políticos bandidos e há
018 muitos (0.6) empresários bandidos (.) não quer dizer que
019 nós é: vivamos numa sociedade ao contrário nós (.) n- o
020 verdadeiro herói brasileiro é aquele (0.3) que se
021 levanta as quatro da manhã e: e caminha a pé (0.5) de
022 sua casa lá em Capão Redondo até o trabalho dele. as
023 vezes lutando com a maior dificuldade pra ser honesto

024 M.B. .hh Parece letra de RAP isso aí que você tá falando.

025 J.N.P. ((Risos))

026 M.B. É utopia igual. (1.2) Infelizmente na realidade a gente
027 sabe que: os heróis tão cada vez mais humilhados né?
028 (0.9)sem direitos se::m escola sem hospital .hh Então os
029 moleque passam a ver que ser herói não vale tanto a
030 pena, entendeu? (0.9) Herói que só apanha?

031 J.N.P. mas o cara também que vai pro crime é é a vida dele é
032 cu:рта também não é: uma (0.4) não é um- ele tem um
033 lucro ali imediato mas também ele não tem u- a longo
034 prazo ele não tem u:m (0.5) um benefício assim tão
035 grande não né Mano?

036 P.L. Mas é o seguinte é é quando o sujeito tá no inferno
037 (0.4) e resolve dar um tapa na cara do diabo (0.7)

038 Porque a periferia não é >toda igual< nem todo mundo é
039 igual (0.5) e quando a gente v- quando uma pessoa vai
040 entrando pro crime quando você olha .hh que você vive na
041 favela .hh quando você vê a família você vê (.) o
042 aspecto você já sabe quem é que vai entrar quem é qu-
043 quem é que não vai entrar .hhh então aqui assim ah (.) o
044 fulano aqui trabalha (0.3) mas tem um outro ali que foi
045 numa família- em situação muito pior. (.) A favela não é
046 toda igual (0.9) né? Tem as favelas organizadas tem as
047 pessoa- mas tem gente que não tem geralmente quem vai
048 dar (.)quem entra na criminalidade é aquele que tá na
049 pior situação (0.8) isso eu tenho certeza.

Nesta transcrição, não existem sequências formadas pelos pares adjacentes ‘pergunta-resposta’ mas sequências em que as ações que a compõem são de outro tipo – uma troca argumentativa – próprias de um efetivo debate. Mesmo que notemos, ali, construções gramaticais em forma de pergunta (linhas 027, 030 e 035), é fácil perceber, no “aqui e agora” dessa interação, que essas construções gramaticais não realizam a ação conversacional de ‘perguntar’. Podemos atestar tal afirmação ao percebermos que a leitura feita pelos interagentes não foi no sentido de atribuir àquelas frases o valor de pergunta.

Ao vermos exemplos como esse, não há como negar que o programa *Roda Viva* – tal como Rodolfo Gamberini tornou relevante em sua fala – é também um programa de debates e não só de entrevistas. Para além das categorias ‘entrevistado’ e ‘entrevistador’, o trecho de transcrição acima salienta – ainda que indiretamente – a categoria ‘debatedor’ pois, do mesmo modo que as categorias projetam ações sequenciais específicas, as ações sequenciais também projetam categorias.

Se repararmos, por exemplo, nas ações desempenhadas por Rodolfo Gamberini na sequência de abertura que estamos analisando, facilmente podemos a ele atribuir a categoria ‘apresentador’, mesmo que ela não seja verbalmente explicitada pelos participantes. Tal processo – o que Rod Watson chama de “categorias formadas por turnos” (2015, posição 844) – compreende aquilo que Sacks identificou como “identities that the conversation itself makes relevant” (1995, pág.361b). Da mesma maneira que Sacks (1995) percebeu que, nas conversas telefônicas, as categorias ‘quem chama’ (*caller*) e ‘quem é chamado’ (*called*) são constituídas por uma organização sequencial específica, independente de uma

explicitação categorial pelos falantes, podemos notar que as ações realizadas por Rodolfo Gamberini nessa sequência de abertura constituem ações sequenciais específicas da categoria *'apresentador'* dentro do programa *Roda Viva*. A categoria *'apresentador'* é realizada por Gamberini não por uma explicitação de sua condição categorial – pois não existe um lugar especial no cenário para o incumbente dessa categoria, assim como não existem, nem na tela da televisão e nem na plaqueta de identificação dos nomes dos participantes, caracteres indicativos dessa condição – mas sim pela maneira com que o incumbente dessa categoria realiza ações sequenciais na conversa do *Roda Viva*.

Se, nas conversas telefônicas, Sacks percebeu que são organizados direitos e obrigações sequenciais (o primeiro a falar é o incumbente da categoria *'quem é chamado'*, e aquele que deve encontrar uma brecha para iniciar a finalização da conversa é o incumbente da categoria *'quem chama'*, por exemplo), no programa *Roda Viva* são tarefas sequenciais do *'apresentador'* – entre outras, como veremos mais à frente – iniciar e finalizar a interação conversacional, além de, como já vimos, “apresentar” os convidados daquela emissão do programa. Portanto, tal como salientou Sacks (1995), uma estrutura sequencial informa categorizações no aqui e agora de uma interação. E aqui, novamente, advertimos que a categoria *'apresentador'* só pode ser efetivamente entendida de maneira situada, ou seja, o *'apresentador'* do *Roda Viva* terá incumbências diversas dos *'apresentadores'* de outros programas, ainda que possam compartilhar ações semelhantes.

Da mesma forma como colocado acima – como veremos nas transcrições mais à frente – Rodolfo Gamberini pode também ser categorizado como *'mediador'* já que, efetivamente, realiza ações sequenciais de mediação da fala-em-interação no *Roda Viva*.

VII.2.3. Categorias omnirelevantes no Roda Viva

Analisando mais detalhadamente a ação, observada nessa sequência de abertura (trecho de transcrição nº5), de *apresentar* os participantes do programa –

ação que tem por incumbência o ‘apresentador’ Rodolfo Gamberini – podemos perceber várias categorias sendo mobilizadas. Já vimos que a categoria que ele atribui ao *Roda Viva* – ‘programa de entrevistas e debates’ – juntamente com a disposição espacial dos corpos no cenário, indicia as categorias de ‘entrevistado’ (e ‘debatedor’) para Vicente Matheus e ‘entrevistador’ (e ‘debatedor’) para todos os outros participantes aos quais ele cita nominalmente e que estão ocupando o primeiro andar do cenário em forma de arena: Juca Kfourri; Ricardo Soares; Michel Lorenz; Marcos Faerman; Júnia Nogueira de Sá; Severino Pereira Júnior; Haroldo Chiorino; Roberto Petry; Artur de Almeida e Flávio Aduato.

Além dessas categorias – ‘entrevistado’, ‘entrevistador’ e ‘debatedor’ – uma outra categoria é utilizada para se referir aos participantes que não estão nem no centro do cenário e nem no primeiro andar da arena que o compõe: é a categoria ‘convidado’, como podemos ver explicitada entre as linhas 020 e 023 da transcrição: “esse pessoal todo que ocupa o segundo andar do estu..do estúdio do Roda Viva são corinthianos **convidados** pela produção”. Aqui, novamente, percebemos a disposição espacial dos corpos dos participantes como importante elemento categorizador, além, é claro, da explicitação categorial realizada pela fala do ‘apresentador’ do programa.

Embora todos os participantes possam ser considerados ‘convidados’ – excetuando-se o ‘apresentador’/‘mediador’, já que apenas ele tem cadeira cativa no *Roda Viva* –, para os propósitos locais, apenas os participantes que não terão o direito de produzir turnos de fala são caracterizados dessa maneira (e sem, portanto, as distinções de ‘entrevistador’, ‘entrevistado’ e ‘debatedor’). Aqui, embora percebamos um outro tipo de distinção categorial para essas pessoas – são convidados ‘corinthianos’ – a relevância da categoria ‘convidado’ é maior, durante o decorrer da interação, do que se percebe sobre a categoria ‘corinthiano’, como veremos à frente.

Já os ‘telespectadores’ – outra categoria também explicitamente mobilizada (na linha 028, trecho de transcrição nº 5) –, embora estejam impossibilitados de fazer perguntas nessa emissão específica do programa devido ao fato desta ter sido gravada e não ‘ao vivo’, em outras emissões podem, pela norma geral constituída no *Roda Viva*, produzir turnos de fala através de perguntas ou comentários. Assim,

tornam-se também incumbentes das categorias *'entrevistador'* e *'debatedor'* – ainda que com direitos e obrigações diversos dos *'entrevistadores'* e *'debatedores'* que estão presentes no estúdio de televisão, como veremos no decorrer da análise.

Todas essas categorias mobilizadas na sequência de abertura – *'entrevistado'*, *'entrevistador'*, *'debatedor'*, *'apresentador'*, *'telespectador'*, *'convidados'* – podem ser consideradas categorias omnirelevantes na interação conversacional observada no *Roda Viva*. Além disso, elas pertencem a um *mecanismo de categorização de pertencimento* (MCP) também omnirelevante – *'participantes de programa de televisão'*. Essa organização categorial será relevante por toda a emissão daquele programa, constituindo-o efetivamente como um *'programa de entrevistas e debates'*, como veremos na análise do corpo principal da interação.

As categorias e MCPs omnirelevantes são, segundo Sacks, categorias e coleções de categorias *indispensáveis* para que uma determinada situação social seja realizada, de modo a que as atividades esperadas para essa situação sejam realizadas por incumbentes de categorias que têm como tarefa a realização *prioritária* dessas atividades:

An 'omni-relevant device' is one that is relevant to a setting via the fact that there are some activities that are known to get done in that setting, that have no special slot in it, i.e., do not follow any given last occurrence, but when they are appropriate, they have priority. Where, further, it is the business of, say, some single person located via the 'omni-relevant device', to do that, and the business of others located via that device, to let it get done. (1995, págs. 313 e 314)

Ou seja, um MCP omnirelevante apresenta categorias omnirelevantes que têm por atividades categorialmente conectadas (ACC) a realização de ações que caracterizam um determinado tipo de situação social. Essas categorias omnirelevantes têm prioridade sobre outras possíveis categorizações pois só será através das ações que são tipicamente realizadas por seus incumbentes que um determinado tipo de situação social poderá, de fato, tomar existência concreta.

No *Roda Viva*, as categorias acima citadas (*'entrevistado'*; *'entrevistador'*; *'apresentador'*; *'mediador'*; *'debatedor'*; *'convidado'*; *'telespectador'*), assim como o MCP a que pertencem (*'participantes de um programa de televisão'*) são

indispensáveis para que se concretize aquela situação social construída pelo programa: um *'programa de entrevistas e debates'*. Desse modo, por exemplo, para que o incumbente das categorias *'entrevistador'/'debatedor'* concretize – ou seja, torne relatável – uma emissão do programa *Roda Viva* como *'um programa de entrevistas e debates'*, deve realizar como ação primordial *'fazer perguntas'* – e também *'debater'*, como vimos – já que, ao longo de toda a emissão, essas suas incumbências são indispensáveis – daí sua omnirelevância.

O incumbente das categorias *'entrevistado'/'debatedor'*, por sua vez, para que uma emissão seja efetivamente um *'programa de entrevistas e debates'* durante toda uma hora e meia de sua duração, deve, prioritariamente, *'responder a perguntas'* e aceitar o fato de que quem as realiza, naquela situação, são apenas os incumbentes da categoria *'entrevistador'* – além de, também, é claro, *"debater"*. Se tais regras forem quebradas, contudo, algum tipo de justificativa provavelmente será produzida.

Mesmo que seja possível perceber no *Roda Viva* uma profusão de categorias e MCPs variando, de momento a momento, de acordo com a construção contextual que vai sendo realizada pelos participantes, são, contudo, as categorias dentro de MCPs omnirelevantes²² que têm prioridade por toda a interação já que, se não forem performadas quando necessário, a própria situação originalmente proposta pelo RV – *'um programa de entrevistas e debates'* – deixa de existir e passa a se constituir em outra coisa.

Como afirmam Housley e Fitzgerald, uma interação pode apresentar diversas *camadas de relevância categorial* (FITZGERALD, 2002, pág. 585), mas as categorias dentro de MCPs omnirelevantes, como o nome sugere, são aquelas que formam uma camada categorial que tem prevalência sobre as outras camadas pois organizam a orientação dos participantes durante toda a interação, ao contrário de outras camadas que são apenas pontualmente ressaltadas e não são indispensáveis para aquele tipo específico de atividade social que está sendo construído.

De acordo com Housley e Fitzgerald, acerca do estudo que fizeram sobre as categorias omnirelevantes – *host* e *caller* – percebidas em um programa de rádio:

²² Os MCPs omnirelevantes podem, segundo Sacks (1995), ser mais de um.

[...] we do not mean to suggest that these categories [*host e caller*] are necessarily relevant at all times but that these categories are oriented to in the organization of the programme and may be *interactionally* relevant at various times. This initial examination provides for the possibility that layers of categorial relevance may be operational within the on-going interaction and oriented to by participants at various times. This suggests that [...] the local environment of interaction may usefully be approached as one involving layers of context, with these layers embedded within the flow of interaction. (2002, pág. 585)

A *Análise de Categorização de Pertencimento* pressupõe camadas de relevância categorial, ressaltando que também o contexto se organiza em camadas construídas no “aqui e agora” da interação, e não como entidades separadas em que o macro contexto (as estruturas socioculturais) seria algo exterior, independente e determinante para o que acontece no micro contexto (as estruturas interacionais) de uma interação. Ao contrário, é através do micro contexto – construído em grande parte por omnirelevâncias categoriais específicas – que os interactantes podem construir uma camada macro contextual. Como salienta Schegloff (2006), é a organização das interações humanas que provê a infraestrutura que dá suporte para as macroestruturas da sociedade. Portanto, indispensável para a compreensão precisa da camada macro contextual de uma interação, é entender sua camada micro contextual que, em grande medida, nos é revelada por uma omnirelevância categorial.

Isso representa uma inversão da equação contexto-interação colocada por perspectivas mais estruturalistas: ao invés de um macro contexto objetivo e determinante da organização categorial-sequencial da interação, é por meio da organização categorial-sequencial da interação que se forma um macro contexto situado (que é intersubjetivamente construído). Assim, só será possível entender a construção social da realidade feita numa emissão do programa *Roda Viva* (como visto na segunda parte de nossa análise) se compreendermos que ela é efetuada por e através de mecanismos interacionais próprios desse programa, ou seja, através de seu micro contexto.

A omnirelevância das categorias e do dispositivo de categorização ao qual elas pertencem são, dessa maneira, um forte componente contextual da interação.

Como podemos perceber no exemplo dado por Fitzgerald, Housley e Butler sobre a omnirelevância categorial em programas de conversas telefônicas no rádio

It was suggested that the omnirelevance of these categories [*host e caller*] – and the radio phone-in ‘device’ – was built and displayed in distinct slots within the interactions, such as when introducing the topic or callers, inviting the callers to speak, managing caller transition, and so on. Within the actual business of the call (discussing issues/topics), other categories and actions were invoked and ‘layered’ over the background omnirelevant categories. Thus, while the categories of host and caller had an ongoing relevance for the course of the calls, these were seen to be displayed – and prioritised – in the sequences before and after the work of presenting opinions and so on, which are fundamental to the actual ‘doing’ of radio phone-in. In identifying when – within a course of interaction – an omnirelevant device is invoked and linking this to specific interactional practices, the analysis demonstrates the sorts of practical methods by which members invoke and use their situated identities to organize action within and produce the context. (2009, pág. 51)

Especificamente em nosso *corpus*, pudemos perceber que as categorias ‘apresentador’, ‘entrevistador’, ‘entrevistado’, ‘debatedor’, ‘convidados’, ‘telespectadores’ não são omnirelevantes apenas nessa emissão específica do programa mas em todas as outras. Essas categorias, e o MCP ao qual pertencem, devido à sua omnirelevância, são como uma camada categorial que, apesar de não ser necessariamente a todo momento explicitada na conversa do *Roda Viva*, paira por toda a interação como um importante organizador contextual já que, por meio dessa camada categorial-sequencial, não apenas o microcontexto vai ganhando contornos como, também, o contexto sociocultural é colocado em cena.

Para darmos um exemplo de que as categorias acima citadas são efetivamente omnirelevantes, podemos observar um trecho de transcrição do corpo principal de uma emissão do *Roda Viva* em que o ‘entrevistado’ foi o compositor Lobão:

Trecho de transcrição nº7

Entrevistado: Lobão

Entrevistador: Alex Solnik

001 A.S. Você acha que esses protestos que que aconteceram foram

002 protestos de esquerda você acha que o black block é de
003 esquerda?=
004 L. Você tem alguma dúvida?
005 A.S. Há e- eu eu (.) pra mim embora eu não seja o
006 entrevistado .hh é um grupo de direita o black block
007 porque gente que sai mascarada na rua [(0.3) que não
008 mostra] a sua cara...
009 L. [ah: si:m]...

Como podemos perceber, Alex Solnik, um incumbente da categoria omnirelevante ‘*entrevistador*’, realiza entre as linhas 001 e 003, a atividade que é esperada dessa categoria: fazer perguntas. O que se vê nesse trecho da transcrição é a elaboração de uma primeira parte do par adjacente (PPP) – um questionamento – perfeitamente compatível com o que se espera de um incumbente da categoria, ali omnirelevante, ‘*entrevistador*’. Na linha 004, contudo, Lobão – o incumbente da categoria ‘*entrevistado*’ – se expressa através de uma fala que, gramaticalmente, é uma *pergunta* e isso suscita, em nossa análise, uma série de questionamentos.

Em primeiro lugar, é preciso entender qual é a natureza da frase dita por Lobão (Você tem alguma dúvida?): seria ela uma efetiva pergunta – o que indicaria uma quebra de expectativa quanto à sua omni-incumbência categorial de ‘*entrevistado*’ e, desse modo, um exemplo de que, na verdade, não haveria ali a omnirelevância categorial que aqui estamos advogando – ou essa frase, em forma de pergunta, não expressaria, na verdade, uma pergunta mas sim uma efetiva resposta (como se Lobão dissesse: “é tão óbvio que sim!”)? Enfim, a UCT construída por Lobão na linha 004 estaria realizando a ação de, efetivamente, responder – constituindo uma verdadeira SPP que satisfaria a ação projetada pela PPP de Solnik realizada entre as linhas 001 e 003 – ou seria essa UCT a tentativa de construção de uma sequência inserida, feita após a PPP de Solnik, com o intuito de efetivamente questioná-lo sobre o que pensa a respeito dos *Black Blocks*?

Embora pareça óbvio que o turno de fala de Lobão na linha 004 seja uma efetiva resposta – já que é extremamente comum na língua portuguesa o uso da frase em questão (“você tem alguma dúvida?”) como uma maneira, culturalmente estabelecida, de produzir uma resposta afirmativa – não podemos nos ater à nossa simples impressão de observador e devemos buscar, nos elementos conversacionais concretos, os dados que confirmem tal percepção.

Se adotamos a perspectiva ética da etnometodologia para entendermos o que se passa na interação, não podemos deixar de perceber qual é a orientação concreta dos participantes para as ações que estão sendo realizadas nas diversas UCTs que produzem em seus turnos de fala, de modo a que possamos, enfim, dizer efetivamente qual ação está sendo constituída por determinada UCT. Só assim, poderemos dizer se há ou não uma quebra de expectativa quanto às incumbências das categorias que ali são omnirelevantes. Caso não notemos nenhum tipo de *account*, por parte dos participantes, que caracterize a ação vista naquela UCT produzida por Lobão como uma quebra de expectativa das incumbências categoriais locais, a própria ideia de omnirelevância para as categorias citadas pode estar em causa.

Portanto, como relembra Schegloff, é necessário olhar para a orientação específica dos participantes em relação às UCTs ali produzidas:

How do we know we are right in so characterizing a TCU's action(s)? [...] that is what the practices of talk and other conduct are which have as an outcome the production of a recognizable action X; that is, that can be shown to have been recognized by co-participants as that action by virtue of the practices that produced it. (2007, pág. 7)

Nossa primeira tendência, ao seguir a orientação de Schegloff, pode ser a de encarar a UCT produzida por Lobão, na linha 004, como um efetivo questionamento, já que o entrevistador Alex Solnik, ao ser interpelado pela ação sequencial construída nessa UCT, realiza, entre as linhas 005 e 008, a ação de *responder* – o que caracterizaria o turno de fala de Lobão como uma *inserção* dentro da sequência iniciada pela PPP que se expressa entre as linhas 001 e 003. E, sendo uma inserção, aquela UCT de Lobão não seria uma resposta em forma de pergunta mas uma efetiva pergunta em forma de pergunta – ou seja, seria a PPP da sequência inserida que projetaria como SPP uma resposta de Alex Solnik.

Mas, antes de aprofundarmos a tentativa de perceber qual a orientação dos participantes para a UCT produzida por Lobão na linha 004, é preciso notar que, de fato, houve um *account* realizado por Solnik, expresso pela oração “embora eu não seja o entrevistado”, produzida entre as linhas 005 e 006. Essa oração

funciona como justificativa para o rompimento de uma regra interacional local e relata direitos e obrigações categoriais locais – no caso, a interdição do incumbente da categoria ‘entrevistador’ de responder a perguntas assim como a do incumbente da categoria ‘entrevistado’ de produzi-las. Esse *account* nos garante a percepção de que as categorias ‘entrevistado’ e ‘entrevistador’ são ali, efetivamente, omnirelevantes, já que a quebra de expectativa quanto aos direitos e obrigações categoriais é, de fato, ressaltada.

Equacionada esta questão – e, conseqüentemente, demonstrada a existência de omnirelevância das categorias citadas – entretanto, advogaremos aqui que esse *account* não foi produzido como uma maneira de apontar o turno expresso na linha 004 como uma quebra de expectativa das ações esperadas de Lobão, o ‘entrevistado’. Achamos que o *account* de Solnik nos parece uma justificativa pela quebra de expectativa de sua própria incumbência categorial, enquanto ‘entrevistador’, em não responder a perguntas mas produzi-las.

O *account* de Solnik seria, se estamos certos, uma justificativa pelo fato de ter usado o turno de fala de Lobão na linha 004 – uma efetiva resposta, embora feita em forma de pergunta – como um *slot* para que ele, Solnik, expressasse a sua própria opinião. Esse *account* não seria então para apontar a quebra de expectativa na incumbência categorial do ‘entrevistado’ Lobão mas uma justificativa por ter quebrado a própria incumbência enquanto ‘entrevistador’.

Embora essa questão – qual a natureza daquele *account* – possa ser considerada controversa, o fato é que o *account* existiu e isso nos mostra que houve a necessidade de se justificar uma quebra de incumbência categorial em relação às categorias ‘entrevistado’ e ‘entrevistador’. Isso não seria, absolutamente, necessário caso essas categorias pudessem ser livremente intercambiáveis entre os participantes. Em seu estudo sobre uma interação conversacional num grupo de terapia, Sacks (1995) mostrou a omnirelevância entre as categorias que compunham a coleção ‘*participantes de um grupo de terapia*’ evidenciando sua impossibilidade de intercambiamento. Neste trecho da interação fica evidente que essas categorias não são livremente intercambiáveis e, isso, é um forte indício de suas omnirelevâncias.

De acordo com a citação de Sacks – novamente reproduzida abaixo – o fato de um participante perceber, em uma UCT qualquer, um *slot* para a realização de

uma ação, isso não permite que ele a realize – pelo menos não sem uma justificativa – caso essa ação não seja de sua incumbência dentro do MCP omnirelevante ao qual pertence naquela interação:

An ‘omni-relevant device’ is one that is relevant to a setting via the fact that there are some activities that are known to get done in that setting, **that have no special slot in it, i.e., do not follow any given last occurrence, but when they are appropriate, they have priority. Where, further, it is the business of, say, some single person located via the ‘omni-relevant device’, to do that, and the business of others located via that device, to let it get done.** (1995, págs. 313 e 314, grifo nosso)

Em suma, a violação dos predicados conversacionais das categorias omnirelevantes é um fato a ser notado e possivelmente justificado pelos participantes. O fato de Solnik ter utilizado uma brecha (*slot*) para realizar uma ação contraditória com sua omni-incumbência categorial e isso ter sido motivo para uma justificação (*account*), mostra que sua incumbência como ‘entrevistador’ – assim com a de Lobão como ‘entrevistado’ – paira efetivamente operando sobre toda a interação. Ou seja, ‘entrevistado’ e ‘entrevistador’ são, de fato, categorias omnirelevantes.

VII.2.4. Outras camadas categoriais na sequência de abertura

Além dessas categorias e desse MCP omnirelevantes, podemos ver operando no *Roda Viva* outras categorizações que podem ser encontradas nas sequências de abertura de suas diversas emissões. Iremos, agora, mostrar quais são essas outras camadas categoriais.

Nessa sequência de abertura (trecho de transcrição nº5), a primeira coisa que chama a atenção em relação a outras camadas de categorização é o fato de os incumbentes das categorias omnirelevantes ‘*entrevistado*’ e ‘*entrevistador*’ serem caracterizados a partir de categorias pertencentes ao mecanismo de categorização de pertencimento (MCP) ‘*ocupação profissional*’.

Na linha 005, vemos o apresentador Rodolfo Gamberini caracterizar o entrevistado Vicente Matheus como ‘presidente do Corinthians’. Entre as linhas 007 e 018, o vemos caracterizar os entrevistadores pela categoria ‘jornalista’ (tanto diretamente ou, de modo indireto, vinculando seu pertencimento a algum veículo jornalístico).

Embora os convidados que se tornam incumbentes da categoria ‘entrevistado’ possam pertencer às mais variadas ‘ocupações profissionais’ dos mais variados campos sociais, é facilmente observado no *Roda Viva* que os convidados que se tornam incumbentes da categoria ‘entrevistador’ são, em grande parte, pertencentes à categoria ‘jornalista’. Esse fato tem várias consequências contextuais, como veremos a seguir, mas, para já, podemos dizer que, tendo a categoria ‘jornalista’ – como ressaltado nos valores deontológicos dessa profissão – os predicados de ‘reportar e discutir questões de interesse público’ e não questões de interesse privado, isso ajuda a constituir contextualmente o programa como uma arena de discussões de *interesse público* ou, pelo menos, uma arena de discussões em que o interesse público tem importância. Quando o programa *Roda Viva* dá relevância ao fato de que seus participantes pertençam a um campo social determinado, está trazendo para a interação que é ali fundada algumas características desse campo social. E, sem dúvidas, o *interesse público* é uma das mais fortes características do campo jornalístico – mesmo que sobre essa ideia exista muita controvérsia. Tornada relevante a categoria ‘jornalista’ como importante camada categorial do *Roda Viva*, se tornarão ali relevantes, também – pelo menos, em alguns aspectos – algumas das atividades culturalmente conectadas a essa categoria.

Embora, na sequência de abertura dessa emissão específica, todos os ‘entrevistadores’ sejam incumbentes da categoria ‘jornalista’, podemos notar nas muitas outras emissões desse programa que outras categorias de pertencimento podem ser utilizadas para caracterizá-los. Quanto a esses entrevistadores ‘não-jornalistas’, tal como os ‘jornalistas’, também são categorizados a partir do MCP ‘ocupação profissional’. As categorias de que se tornam incumbentes, contudo, são bastante diversas e não chegam a constituir algum núcleo ou organização observável dentro do MCP ‘ocupação profissional’ – tal como é facilmente percebido em relação

à categoria *'jornalista'*. Como exemplo, observemos um recorte²³ de uma outra sequência de abertura que compõe nosso corpus – sequência essa de uma emissão em que, de modo pouco habitual no programa, há apenas um único jornalista entre os entrevistadores:

Trecho de transcrição nº8

Mediador: Mário Sérgio Conti

001 M.S.C. Como entrevistadores convidados estão comigo hoje no
002 Roda Vi:va a Mylly Laco:mbe que é escritora e colunista
003 da revista TPM (0.4) a Anna Verônica Mautner que é
004 psicanalista e também escritora o Paulo Ramos que é
005 professor de Letras da universidade federal de São Paulo
006 (.) além da presença do nosso cartunista aqui sempre
007 ilustrando o Roda Viva o Paulo Caruso temos outros dois
008 convidados também cartunistas (0.3) são eles o Caco
009 Galhardo (0.4) e o Angeli (.) eu conheço todos os
010 cartunistas aqui. trabalhamos juntos. (0.7) com alguma
011 frequência seja na Folha seja na: .hh na Piauí, agradeço
012 a presença de to:dos e: vou pedir pra Milly fazer a
013 primeira pergunta.

Como podemos ver, nesta transcrição foram ressaltadas quatro categorias para caracterizar os entrevistadores não-jornalistas: *'cartunista'*, *'psicanalista'*, *'escritor'* e *'professor de letras'*. Embora os entrevistadores 'não-jornalistas' variem sua condição categorial dentro do MCP *'ocupação'* a cada emissão – ao contrário da categoria *'jornalista'* que permanece constante em todas as emissões do programa – é possível perceber um dispositivo de categorização maior que organiza os incumbentes da categoria *'entrevistador'* – tanto 'jornalistas' quanto 'não-jornalistas' – constituindo um outro MCP ali atuante: todos os *'entrevistadores'*, além de serem caracterizados com categorias pertencentes ao MCP *'ocupação'*, são caracterizados com categorias pertencentes ao MCP que aqui vamos chamar de *'relação com o universo do entrevistado'*.

Se olharmos para essa sequência de abertura da emissão do programa *Roda Viva*, que teve como 'entrevistada' a cartunista Laerte, observaremos que todos os

²³ Esta transcrição é apenas um recorte da sequência de abertura dessa emissão. Excluímos a parte em que o mediador apresenta o convidado e informa sobre a impossibilidade de os telespectadores utilizarem o *twitter* para fazer perguntas, já que o programa daquela semana havia sido gravado e não ao vivo.

‘entrevistadores’ são categorizados – dentro do MCP ‘*ocupação*’ – como incumbentes de profissões que têm alguma característica conectada ao(s) universo(s) que o ‘entrevistado’ representa. Podemos observar a atuação do MCP ‘*relação com o universo do entrevistado*’, cujas categorias seriam, para o “aqui e agora” dessa interação: a categoria ‘*cartunista*’ (a proximidade, evidente, se dá pela ocupação profissional compartilhada); a categoria ‘*psicanalista*’ (a proximidade se dá pelo fato de a mudança de identidade de gênero – já que Laerte tornou-se *crossdresser* – estar associada a questões de ordem psicológica); e as categorias ‘*escritor*’ e ‘*professor de letras*’ que, de alguma forma, também apresentam proximidade com a ocupação exercida pelo cartunista, já que não seria despropositado caracterizar esse como sendo também um escritor (ainda mais sendo Laerte Coutinho, cujo trabalho como cartunista é amplamente associado ao campo literário).

O MCP ‘*proximidade com o universo do entrevistado*’ não apenas caracteriza os entrevistadores ‘não-jornalistas’ mas também os entrevistadores ‘jornalistas’. Se observarmos a sequência de abertura com a qual iniciamos nossa análise (trecho de transcrição nº 5), veremos que entre os jornalistas recrutados para entrevistar o presidente do clube de futebol Corinthians – Vicente Matheus – todos eram jornalistas *esportivos* – uma clara evidência de proximidade com o universo do entrevistado. Além disso, devido ao fato do Corinthians ser amplamente reconhecido como um clube de penetração nas classes sociais menos favorecidas, foram também chamados jornalistas funcionários de veículos de imprensa voltados para essas classes, como o *Notícias Populares* e o *Popular da Tarde*.

No caso da emissão do *Roda Viva* que teve como entrevistada a cartunista Laerte (trecho de transcrição nº 8), por exemplo, a jornalista Milly Lacombe foi categorizada como ‘colunista da revista TPM’. Nessa revista – uma revista com clivagem de gênero – Lacombe possui uma coluna que trata sobre sexualidade, homossexualidade, feminismo e ativismo lgbt, o que evoca a proximidade clara dessa entrevistadora com os universos que Laerte representa desde que assumiu uma postura *crossdresser*, tais como a questão de gênero e de ativismo lgbt.

Vejamos em outra emissão do programa – que teve como entrevistado o historiador da música popular brasileira e ex-crítico musical, José Ramos Tinhorão – como o MCP *‘relação com o universo do entrevistado’* também está presente:

Trecho de transcrição nº9

Mediador: Paulo Markun

001 P.M. boa noite (0.3) ele tem apelido de planta daninha
002 classificado como inimigo número um da Bossa Nova e da
003 Tropicália foi um crítico implacável (0.3) até se tornar
004 um dos maiores historiadores da música brasileira. o
005 Roda Viva entrevista esta noite José Ramos Tinhorão
006 jornalista (0.3) ex-crítico de música e hoje (.)
007 historiador da cultura brasileira. para entrevistar José
008 Ramos Tinhorão nós convidamos Walter Garcia músico
009 jornalista e professor de jornalismo da Pontifícia
010 Universidade Católica de São Paulo (0.7) Mauro Dias,
011 crítico de música do Caderno 2 do jornal O Estado de São
012 Paulo Lázaro de Oliveira da equipe do programa .hh
013 Metrópolis da TV Cultura (0.3) Carlos () editor do de
014 caderno de cultura do jornal Valor (0.4) Zuza Homem de
015 Melo produtor musical e Maria Amélia Rocha Lopes (0.3)
016 crítica de música da revista Nova. ((a partir daqui, o
017 mediador dá continuidade ao seu turno de fala,
018 informando os números de telefone para os quais o
019 telespectador pode ligar para fazer perguntas e
020 comentários))

Como vemos, para entrevistar um *‘ex-crítico musical’* e atual *‘historiador da música brasileira’* foram chamados incumbentes de categorias pertencentes ao MCP *‘relação com o universo do entrevistado’*. Compõem essa coleção de categorias, no “aqui e agora” dessa interação, as categorias: *‘músico’* (cujo incumbente é Walter Garcia); *‘crítico de música’* (cujos incumbente são Mauro Dias e Maria Amélia Rocha); *‘participante do programa Metrópolis’* – um conhecido programa da área de cultura da TV brasileira – (cujo incumbente é Lázaro de Oliveira); *‘editor do caderno de cultura do jornal Valor’* (cujo incumbente é Carlos Haag); *‘produtor musical’* (cujo incumbente é Zuza Homem de Melo). Portanto, tanto os entrevistadores jornalistas como os não-jornalistas pertencem ao MCP assinalado e essa é uma organização categorial recorrente por todas as emissões do RV.

Assim, além da primeira camada categorial formada pelas categorias omnirelevantes – ‘entrevistado’, ‘entrevistador’, ‘debatedor’, ‘convidado’, ‘apresentador’ – dentro do MCP omnirelevante ‘participantes de um programa televisivo de entrevistas e debates’, podemos perceber outras camadas categoriais que irão caracterizar os incumbentes das categoria omnirelevantes ‘entrevistador’/ ‘debatedor’. Essas camadas são expressas pelo MCP ‘ocupação profissional’ – que geram as categorias de ‘jornalista’ e outras que compõem o grupo de ‘não-jornalistas’ – e pelo MCP ‘relação com o universo do entrevistado’. E todas essas camadas categoriais podem ser importantes elementos no processo de contextualização dessas interações, já que ajudam a projetar ações sequenciais específicas, pois serão ações conectadas a essas categorias devido aos predicados conversacionais que delas são esperados.

VII.2.5. O par-relacional ‘entrevistado-entrevistador’ no Roda Viva

Por fim, uma outra regularidade categorial, em relação aos participantes do programa, pôde ser percebida. Essa regularidade é um dos fatos que ajuda a explicar o porquê de, durante os 30 anos de programa e mais de mil entrevistas, raríssimas interações conversacionais no RV poderem ter sido caracterizadas como abertamente agonísticas (até onde pudemos averiguar, apenas duas interações desse tipo ocorreram em todos esses anos, como falaremos logo à frente). Essa regularidade tem a ver com a relação que se estabelece entre o ‘entrevistado’ e o ‘entrevistador’: pudemos observar que, na generalidade de emissões do programa, é evitado que os incumbentes dessas categorias componham, de algum modo, o par relacional padrão (PRP) ‘protagonista-antagonista’.

Os PRPs são pares de categorias que apresentam direitos e obrigações mútuos. Dizer que esses pares são padronizados significa dizer que os direitos e obrigações típicos de uma categoria em relação à outra são conhecidos dentro de determinada cultura (HESTER e FRANCIS, 2004). Numa situação em que se caracterizasse a relação entre ‘entrevistado’ e ‘entrevistador’ a partir do PRP

‘antagonista-protagonista’, poderíamos perceber um tipo de interação que apresentasse confronto polarizado entre agentes antagônicos, com perspectivas e interesses dissonantes. Não seria possível, portanto, observar ali um tipo de interação em que o interesse público seria alcançado por meio de uma troca argumentativa desinteressada. Até onde pudemos perceber, são raríssimos os casos no *Roda Viva* em que esse PRP (‘antagonista-protagonista’) pode ser mobilizado para a caracterização da relação entre ‘entrevistado’ e ‘entrevistador’.

Não se vê, no RV, uma emissão em que, por exemplo, para entrevistar o líder da bancada de deputados ruralistas – tradicionalmente conhecida por defender os interesses de grandes proprietários de terra – fosse convidado o líder do MST (*movimento dos sem-terra*), mesmo sendo esse hipotético ‘entrevistador’ um incumbente do MCP omnirelevante ‘proximidade com o universo do entrevistado’. Portanto, inferimos aqui que, na escolha dos entrevistadores de cada emissão, excluem-se aqueles que poderiam antagonizar frontalmente com o entrevistado.

A quase ausência do PRP ‘antagonista-protagonista’ no *Roda Viva* parece ser, como dissemos, um dos fatores que explicam o fato deste não ser um programa em que disputas, bate-bocas e discussões acaloradas sejam a tônica – tal como acontece nos programas que buscam a chamada “baixaria” na TV em troca de audiência rápida. Isso não quer dizer que no *Roda Viva* não exista uma interação conversacional em que visões de mundo opostas e interesses dissonantes sejam colocados à mesa. Mas isso é feito de um modo particular, que não o de uma disputa entre opostos. Que modo, então, é esse?

Da mesma maneira que foi percebido por Harvey Sacks em sua análise sobre conversas telefônicas em um serviço de atendimento a potenciais suicidas, também existe no *Roda Viva* um salvo conduto para que incumbentes de certas categorias possam realizar ações que, a princípio, estariam a eles vedadas. No caso das interações analisadas por Sacks, a ajuda a ser prestada a um incumbente da categoria ‘potencial suicida’ não deveria ser realizada por um incumbente da categoria ‘estranho’ (a ajuda deveria ser prestada por pessoas de maior proximidade, tal como incumbentes de categorias pertencentes ao MCP ‘familiares’). No caso do *Roda Viva*, é evitada a escolha de ‘entrevistadores’ que antagonizem com o protagonista (o ‘entrevistado’). O salvo conduto, entretanto,

para a realização dessas ações interditas nos dois casos (*fornecer ajuda e antagonizar*) é claro: ser um profissional cuja incumbência categorial é, justamente, a de realizar essas ações.

Como vimos, a maior parte dos incumbentes da categoria ‘entrevistador’, no *Roda Viva*, é também incumbente da categoria ‘jornalista’. Essa categoria tem como atividades categorialmente conectadas (ACCs) a produção de *síncrises* e *anácrises* numa entrevista – ou seja, levantar pontos de vistas contrários (síncrise) e instigar o interlocutor a exteriorizar suas contradições (anácrise). Percebe-se, portanto, que a ação de “antagonizar” é um predicado indissociável da categoria ‘jornalista’. Como essa categoria também tem como incumbência “ser imparcial”, “ser neutro” e “atuar em busca do bem comum” – ainda que sejam essas características dadas a muitas críticas quanto à sua real possibilidade de existência – fica, assim, liberada a ação de antagonizar, no *Roda Viva*, quando quem a realiza possui, também, esses outros predicados. A antagonização que ocorre no RV é, assim, muito diferente da que ocorre, por exemplo, nos programas de “baixaria” da televisão brasileira, em que o que se busca é a briga aberta de contrários, o tom de voz elevado e, se possível, alguma agressão (verbal ou mesmo física).

Mas o fato de o *Roda Viva* evitar, de modo bastante sistemático, que suas conversas sejam realizadas por incumbentes do PRP ‘protagonista-antagonista’ não impede que o programa produza algumas interações conflituosas – e até mesmo disputas abertas – ainda que isso seja, de todo modo, ali bastante raro. Das pouquíssimas disputas e conflitos abertos que pudemos observar na análise das emissões do programa, conseguimos perceber que elas ocorrem obedecendo a quatro tipos de situação. O primeiro é quando um jornalista – portanto uma categoria que tem a incumbência de antagonizar o entrevistado – ao produzir síncrises e anácrises, desestabiliza de tal modo o entrevistado que esse, ao ser antagonizado e se perceber “contra a parede”, sente-se compelido – seja por não ter respostas críveis, seja por querer evitar o assunto – a produzir atos de ameaça à face (FTA – *face threatening act*) do interlocutor que lhe dirigiu as perguntas “antagonizadoras”. Não por acaso, dois entrevistados-protagonistas – Leonel Brizola e Orestes Quécia – que estiveram envolvidos nesse tipo de situação, são políticos, profissão que busca evitar atos de ameaça à sua face de modo a não perder

eleitores. Nos casos em questão, portanto, a saída encontrada para neutralizar a pergunta – encarada pelos ‘entrevistados’ como ato ameaçador de sua face – parece ter sido a de ameaçar a face de quem a realizou.

O segundo caso em que pudemos perceber algum tipo de conflito – com atos de ameaça à face sendo produzidos pelas duas partes do par relacional ‘entrevistado-entrevistador’ – foi quando, contrariando o padrão da produção do programa de evitar a presença de incumbentes do PRP ‘*protagonista-antagonista*’, percebeu-se esse PRP sendo localmente tornado relevante pelo participantes (‘entrevistado’ e ‘entrevistador’), mesmo que, a princípio, eles não fossem necessariamente antagonistas. Um dos exemplos disso ocorreu quando o polêmico criador das campanhas publicitárias da marca Benetton, Oliviero Toscani, colocou em xeque alguns valores de um tipo de publicidade considerada por ele tradicional. Entre os entrevistadores estava Francesc Petit, um publicitário brasileiro que, para aquela interação, constituiu-se como um verdadeiro antagonista ao entrevistado, já que assumiu, para si, as críticas que Toscani fazia aos publicitários de maneira generalizada.

Um terceiro tipo de situação em que o PRP ‘antagonista-protagonista’ foi notado se dá quando a produção do programa parece não ter percebido o potencial de antagonização aquando da escolha dos entrevistadores da emissão. Num desses casos, para entrevistar o “protagonista” Leonardo Boff – um ex-padre católico que se viu obrigado a abandonar a Igreja depois que esta o condenou a um ano de “silêncio obsequioso” por sua participação na Teologia da Libertação – a produção do *Roda Viva* convocou o bispo Dom Amaury Castanho, da diocese de Jundiá, representante de uma postura mais hierarquizada da igreja católica – convocação essa que permitia antever uma possível performance do PRP ‘protagonista-antagonista’. Mesmo que não tenha havido ali uma disputa aberta, não é difícil perceber que há, permeado nas trocas argumentativas que caracterizam um debate, alguns atos, de ambas as partes do par relacional, de ameaça à face do outro.

Um outro desses casos ocorreu numa das emissões do programa em que o entrevistado da semana era um dos candidatos à eleição presidencial de 2018 (e, aqui, como veremos, fica difícil acreditar que essa não foi uma escolha deliberada da produção do programa). Na emissão em que a entrevistada era a deputada Manuela

D'ávila, do Partido Comunista do Brasil, um dos convidados a entrevistá-la foi, justamente, um dos coordenadores da campanha de um de seus adversários na corrida presidencial, o candidato conservador Jair Bolsonaro – alguém com grande potencial de antagonismo. O convidado 'entrevistador', o diretor da Sociedade Rural Brasileira, Frederico D'ávila, antagonizou a deputada frontalmente, como seria de esperar, agindo de modo completamente não habitual para os padrões do RV. Com intervenções agressivas, Frederico D'ávila estava ali, afinal, fazendo campanha contra a candidata, tentando criar fatos para serem usados politicamente contra ela. A reação nas redes sociais foi intensa, com muitos internautas mostrando insatisfação com o programa RV – alguns, inclusive, dizendo que o programa já não era mais o mesmo.

Com as análises das sequências de abertura pudemos perceber uma série de comportamentos dos participantes das emissões do *Roda Viva* que vão, pouco a pouco, construindo um quadro inferencial para que eles mesmos – telespectadores inclusos – possam produzir e interpretar suas falas, de modo que consigam gerar entendimento mútuo. Mas, como dissemos, a sequência de abertura – ainda que seja a fala no RV uma interação institucionalizada e, por isso, com algum grau de pré-organização – é apenas um momento da fala-em-interação do RV e, desse modo, é necessário que olhemos para as outras fases interacionais das emissões do programa de maneira a percebermos nuances, desvios e especificações que os participantes realizam, a cada emissão específica, sobre a estrutura categorial-sequencial geral proposta nas sequências de abertura.

Nos interessa, particularmente, perceber como os participantes, na organização categorial-sequencial do corpo principal da interação, organizam *efetivamente* – com suas particularidades e distinções finas – as sequências de elocução projetadas pela sequência de abertura além de perceber como é organizado categorial-sequencialmente o sistema de tomada de turnos da fala-em-interação no *Roda Viva*.

VII.3. O corpo principal da interação: a organização categorial-sequencial da fala durante a atividade-fim do RV

VII.3.1. A organização das sequências no corpo principal da interação

Como já ressaltado, o par adjacente ‘pergunta-resposta’ é bastante presente na fase principal de uma emissão do programa RV. Contudo, alguns turnos de fala, embora sejam construídos na forma de pergunta, não têm necessariamente a função de expressar a ação de *questionar* – fato que pode ser demonstrado pela relação desses turnos com os turnos de fala adjacentes. De qualquer forma, o que é bastante nítido na fala-em-interação produzida no RV é que os turnos de fala dos entrevistadores, em sua ampla maioria, apresentam, pelo menos em sua parte final, formas gramaticais interrogativas.

De modo geral – e não só em relação às formas interrogativas – “there is not an absolut one-to-one correspondence between the grammatical form of an utterance, and the action it performs” (CLAYMAN e HERITAGE, 2004, pág. 100). Segundo Levinson, “interrogatives can be used with the illocutionary forces of ‘real’ questions, ‘exam’ questions, rethorical questions, requests offers, suggestions, threats and for many other functions” (2013, pág.274).

Além disso, mesmo quando um enunciado apresenta função pragmática de questionamento – seja construído por formas gramaticais interrogativas ou não – a ação de questionar pode apresentar micro variações pragmáticas de acordo com o contexto em que se insere, como veremos mais à frente nas transcrições. Como afirma Levinson, “there are no isolable necessary and sufficient conditions on, for example, questionhood, but rather that the nature of the use to which interrogatives are put can-vary subtly with the nature of the language games or contexts in which they are used” (2013, pág. 275).

Portanto, é só através de uma micro análise emicamente orientada que poderemos perceber o que, especificamente nas emissões do RV, aqueles turnos de fala gramaticalmente construídos como perguntas estão, na prática, realizando em termos de ações.

Como vimos na análise das sequências de abertura, para referenciar o programa RV, os participantes podem mobilizar não só a categoria ‘entrevista’ – cuja organização prototípica das sequências é feita por meio do par adjacente ‘pergunta-resposta’ – mas também a categoria ‘debate’ – cuja organização das sequências poderia ser descrita por meio do par adjacente ‘opinião - opinião divergente’, ou então ‘argumento - contra-argumento’. Mas é necessário perceber, na análise empírica dos materiais, o que, efetivamente, os participantes entendem como ‘entrevista’ e como ‘debate’ nas situações instauradas no RV.

Na fase principal da interação conversacional do RV, a ampla maioria das sequências obedece ao encadeamento entre uma forma gramatical interrogativa, produzida por um ‘entrevistador’ (mesmo que ela seja prefaciada com formas declarativas) e uma forma gramatical declarativa produzida pelo ‘entrevistado’. Embora não seja interdito aos ‘entrevistadores’ a construção de turnos de fala gramatical e pragmaticamente declarativos, percebe-se, contudo, uma expectativa de que esses produzam turnos de fala em forma de pergunta. Na transcrição abaixo, notamos a existência dessa expectativa por meio de uma sinalização explícita por parte do ‘mediador’ (marcada com uma seta):

Trecho de transcrição nº10

Entrevistado: Millôr Fernandes

Entrevistador: Léo Gilson Ribeiro

Mediador: Augusto Nunes

001 *L.G.R.* Há uma dissidência, digamos assim. Existe, o Millôr
002 [confundindo os nomes Sarney e Millôr] que é o [...], o
003 trapalhão da política, ele se imagina um grande
004 estadista, abençoado pelo crucifixo da dona Kiola
005 [Ferreira de Araújo Costa, mãe de José Sarney], certo?
006 Agora, o Millôr do norte, das águas, ele, como muito
007 primário ainda, muito primata, mas ele tinha uma
008 possibilidade, à parte da política, ele tinha uma
009 possibilidade, creio eu, de criar uma...
010 *A.N.* Está falando do Sarney, né?
011 *L.G.R.* Sarney escritor.
012 *A.N.* Pois é, mas você disse Millôr. ((risos))
013 *L.G.R.* A presença! É a presença.
014 *M.F.* Ele disse duas vezes, eu percebi na superposição de
015 imagens que ele estava certo. ((risos)).
016 *L.G.R.* Desculpe Millôr, eu sou um grande admirador de você, eu
017 acho você um Woody Allen do Brasil! Então...
018 *M.F.* Fisicamente, você quer dizer? ((risos))
019 *L.G.R.* Não, intelectualmente. Na sua visão do Rio de Janeiro,
020 da praça General Osório que eu conheço, é a Manhattan do

021 Woody Allen. E também, digamos assim, o aparente caos da
022 vida, no entanto visto sob um ponto humorístico. Agora,
023 o Sarney, há três Sarneys, ou quatro ou cinco. O Sarney
024 literato era um homem que, se ele se dedicasse, talvez
025 pudesse escrever uma literatura regionalista, não sei se
026 menor ou maior, mas de uma certa validade. Ele não seria
027 um Guimarães Rosa nem um Ariano Suassuna, mas diante dos
028 nordestinos, inclusive alguns que têm maravilhosos
029 apartamentos em Roma, né, como Josué Montello [(1917-
030 2006), historiador, escritor, e teatrólogo maranhense,
031 cuja obra mais conhecida é *Tambores de São Luís*] que
032 ganha uma fortuna, porque são nordestinos, eu achava que
033 por exemplo - vamos ser, tento eu, sincero - o Millôr
034 Fernandes tentou ser um estadista.
035 A.N. → O José Sarney, Léo Gilson! Qual é a pergunta? ((risos))

Nesta sequência, em que o ‘entrevistador’ Leo Gilson Ribeiro e o ‘entrevistado’ Millôr Fernandes problematizavam as qualidades literárias do ex-presidente da República, José Sarney, o ‘mediador’ do programa, Augusto Nunes, ao perceber que o longo turno de fala de Leo Gilson (linhas 019 até 034) não parecia se encaminhar para uma conclusão, acaba por pedir explicitamente, na linha 035 – logo após produzir um reparo acerca de uma troca de nomes – para que realize uma pergunta.

Há, portanto, uma expectativa sobre o ‘entrevistador’ de que tenha como atividade categorialmente conectada (ACC), a ação de produzir perguntas. Embora não seja proibido, como já dito, que os turnos dos ‘entrevistadores’ sejam construídos com formas gramaticais declarativas, não encontramos em nosso *corpus* nenhuma pressão sobre eles para que realizassem esse tipo de construção de turno, tal como percebemos em relação à pressão que sofrem para que produzam perguntas.

Esse fato levanta a seguinte dúvida: se, como vimos, os participantes da fala-em-interação no RV podem tornar relevante a categoria ‘debate’ para caracterizar a atividade que desenvolvem através de suas falas, por qual motivo existe ali uma cobrança explícita por perguntas, como no caso visto acima, quando um entrevistador – que, como sabemos, também é um incumbente da categoria ‘debatedor’ – está apenas realizando o que seria, afinal, próprio de um debate, tal como a expressão de opiniões e argumentos?

Tentaremos responder a essa questão em duas partes: na primeira, observando comparativamente a interação conversacional do RV com as interações conversacionais observadas entre ‘entrevistadores’ e ‘entrevistados’ dos programas de jornalismo noticioso, tais como um telejornal padrão (*hard news*) – de modo a perceber variações entre um caso e o outro – e, na segunda parte, observando as características próprias do meio televisivo.

Nas interações conversacionais observadas em programas jornalísticos noticiosos, a realização de perguntas por parte dos incumbentes da categoria ‘jornalista’ atende, ao menos, a dois princípios fundamentais, segundo Clayman e Heritage (2004): 1) o controle da agenda da fala-em-interação que ali se desenrola e; 2) uma postura “neutra” que atenda aos princípios da objetividade jornalística.

Desse modo – e partindo do princípio de que a pergunta, ali, não é necessariamente feita para tirar o jornalista de um estado de desconhecimento, mas a audiência do programa (CLAYMAN e HERITAGE, 2004) – uma sequência organizada sob a forma P-R-oh, tal como vimos no capítulo metodológico, é evitada pois, nesse caso, a *pós expansão mínima* (oh) poderia ser encarada, tanto pelo interlocutor direto do jornalista que fez a pergunta como pela audiência do programa, como algum tipo de corroboração da resposta.

[...] Q-A-oh sequences also implies acceptance of, or belief in, what the answerer said. Patently, this would undermine the impartial stance which journalists and their employers strive to maintain. Thus the interviewer- interviewee-audience relationship is constructed in part by interviewers who withhold acknowledgments to interviewee statement. Simultaneously these withholdings avoid actions which could be construed as supportive of the interviewee’s stated positions and as compromising the neutrality of the broadcasting organization. (CLAYMAN e HERITAGE, 2010, pág. 30)

A manutenção de neutralismo acaba por gerar a inferência, pelo menos nos programas que se enquadram na categoria *hard news*, de que as falas do jornalista são sempre perguntas destinadas a esclarecer a audiência – não estando o jornalista as realizando para propósitos pessoais. Assim, ao utilizar o etnométodo de evitar a produção de *pós expansões mínimas* ao par adjacente P-R, o jornalista está, na verdade, construindo, para aquela situação social, um quadro inferencial com

algumas características: 1-) suas perguntas devem ser encaradas como brechas (*slots*) para que o entrevistado esclareça a audiência sobre questões de interesse público, retirando a audiência, portanto, de seu estado de desconhecimento sobre essas questões; 2-) demonstração de não interferência da subjetividade do jornalista na criação de um quadro inferencial para a interpretação das respostas, para que dê a impressão de que o jornalista é apenas um mediador “neutro” entre o entrevistado e a audiência; 3-) fazer com que os interlocutores atribuam, quase sempre, o valor pragmático de pergunta às falas dos jornalistas – mesmo quando essas são realizadas em forma declarativa (CLAYMAN e HERITAGE, 2004, págs. 102, 103 e 104).

Assim, quando o ‘jornalista’ evita o uso de *pós expansões mínimas*, está demonstrando que entende como atividade categorialmente conectada (ACC) à categoria da qual é incumbente o zelo pela objetividade jornalística e isso, por sua vez, auxilia os interlocutores a realizarem uma inferência apropriada para a determinação de sentido aos turnos de fala construídos por eles.

Nas emissões do programa RV, no entanto, as situações sociais construídas pelos participantes caminham em outra direção. Apesar de também ser mobilizada a categoria ‘jornalista’ para caracterizar grande parte dos incumbentes da categoria ‘entrevistador’, percebemos que não há interdição e nem expectativa demasiada de que eles não expressem suas opiniões – como pudemos observar no trecho de transcrição nº 6, da interação conversacional entre o ‘entrevistado’ e ‘rapper’ Mano Brown e o ‘entrevistador’ e ‘jornalista’ José Nêumanne Pinto. Como veremos, esse fato demonstra aquilo que Hester e Englin afirmam sobre as categorias de pertencimento: elas não possuem características universais mas, ao contrário, são sempre entidades situadas.

From an ethnomethodological point of view, membership categories, membership categorization devices and category predicates, like other natural language phenomena, are all examples of indexical expressions. Their sense, in other words, is a situated, contextually embedded sense. (HESTER e ENGLIN, 1997, pág.11)

Aos jornalistas convidados pelo RV, desse modo, atribui-se uma expectativa diferente daquela atribuída aos jornalistas de um programa noticioso de tipo *hard news* – mesmo que o incumbente dessa categoria possa ser a mesma pessoa nos dois casos em questão.

Nossa intenção ao ressaltar essa característica da fala-em-interação do RV – o fato de os jornalistas não necessitarem expressar neutralismo – não é problematizar a presença ou ausência de *pós expansões mínimas* aos pares adjacentes P-R nesse programa, mas auxiliar na compreensão dos motivos que levam a existir aquela expectativa de perguntas, mesmo sendo o RV um programa também de debates e não apenas de entrevistas.

A categoria ‘jornalista’, no RV, apresenta algumas ACCs diversas daquelas observadas em relação à mesma categoria quando em uma situação social em que a questão da objetividade jornalística se apresenta de modo mais explícito e radical. Vejamos, no exemplo abaixo, como um incumbente da categoria ‘jornalista’ pode se comportar, no RV, de modo bastante mais solto em relação ao oferecimento de sua subjetividade:

Trecho de transcrição nº11

Entrevistador: Reinaldo Azevedo

001 R.A. Professor, eu fiquei bastante intrigado <com> o seu
002 livro quando: com a:: (0.5)conceituação que o senhor dá
003 a negro descendente. (0.5)né (0.5)ãh:: eu não sei por
004 exemplo se um mulato (1.0).hhh é tão negro descendente
005 quanto branco descendente (1.0) nã? mmm::: num dado
006 momento do livro (0.3) e eu li todo (0.3) com muita
007 atenção (0.5)o senhor demonstra (0.2) é::: me parece uma
008 certa simpatia quando afirma que nos estados unidos é se
009 o sujeito não for branco até a décima sexta geração
010 (0.2) é::: ascendente ele não é um branco.(0.2) né?
011 (0.7)ãh:: se a gente criasse isso aqui no brasil (0.3)ãh
012 por exemplo. talvez estivessemos acabando com um dos
013 dados mais extraordinários da cultura brasileira (0.5)
014 que é justamente a miscigenação (0.2) e me estranha a
015 ausência de gilberto freyre no seu livro a não ser por
016 citações que me parecem laterais (.)mas não há sequer
017 uma citação me parece nenhuma (0.3) é::: realmente é::
018 literal (0.5) né. ãh me parece que a gente taria
019 acabando °com° valores da miscigenação e estabelecendo
020 aí sim a sociedade dos brancos puros (1.0) né. Em
021 oposição a uma sociedade de não brancos (1.0) nã? Então
022 hã:: objetivamente (0.3) é::: o senhor é a favor do
023 estabelecimento então dos brancos puros (0.7)em oposição
024 aos não brancos. e::: em que:: pé fica a questão da

Como vemos, o jornalista Reinaldo Azevedo, em seu turno de fala, não faz nenhum esforço para escamotear críticas e avaliações pessoais sobre os pontos de vista do 'entrevistado'. Logo no início de seu primeiro turno de fala, ele oferece *abertamente* indícios de sua subjetividade – e não insidiosamente, como não raro costumam fazer alguns jornalistas (ele incluso) que se encontram em determinada situação social com necessidade de atender estrita e radicalmente aos princípios da objetividade jornalística. Entre as linhas 003 e 005 há, logo de saída, uma UCT em que a ação constituída é a *exposição de uma opinião pessoal* divergente da posição do entrevistado Hélio Santos, expressa no livro que havia acabado de escrever: o jornalista coloca em dúvida – através da expressão de uma opinião própria – a pertinência da conceituação do entrevistado para a ideia de 'negro descendente'.

Entre as linhas 011 e 014, há uma UCT em que o jornalista apresenta, de modo frontal, a ação de *contra-argumentar* – contra argumentação realizada por meio da exposição do que considera um possível efeito danoso oriundo do posicionamento ideológico apresentado no livro do entrevistado. Entre as linhas 014 até 018 percebemos a ação de cobrança por rigor acadêmico – quando ele nota a ausência, entre as citações do livro escrito pelo entrevistado, de Gilberto Freyre, um defensor da ideia de democracia racial (posição também defendida pelo entrevistador e negada pelo entrevistado). Essa UCT que expressa cobrança por rigor acadêmico, serve, também, de veículo para desvalorização dos argumentos apresentados no livro do entrevistado.

Entre as linhas 018 e 021, novamente a ação de contra argumentação através da exposição de possíveis efeitos deletérios provocados pelos posicionamentos do entrevistado: para o entrevistador, se os argumentos do entrevistado forem levados a sério, se desvalorizaria a ideia de miscigenação e se estabeleceria uma sociedade dos brancos puros. E, ao dizer que os posicionamentos do entrevistado, no livro, se chocariam com sua história de militância – já que Hélio Santos é um defensor das causas dos movimento negro – o entrevistador, além de simplesmente divergir, acusa seu interlocutor de contradição.

Como se percebe, não há o menor problema no RV quando um ‘entrevistador’, que também é um ‘jornalista’, expressa opiniões pessoais, explicita opiniões divergentes e apresenta argumentos pessoais contra o ‘entrevistado’. Não percebemos, em nosso *corpus*, nenhuma necessidade de justificar a tomada de tais ações e, muito menos, alguma pressão para que isso não ocorresse – a não ser, como dissemos, naqueles dois únicos casos em que políticos se sentiram encurralados por tais tipos de exigências e, como resposta, produziram acusações, desqualificações e cobrança por neutralidade do ‘entrevistador’.

O que nos interessa observar, a partir disso, é a função pragmática que tem a pergunta realizada pelo entrevistador a partir da linha 022. Com as ações expressas nas UCTs observadas entre as linhas 001 e 021 – que servem como prefácio à pergunta que será encaminhada em seguida – cria-se um quadro inferencial – um contexto, portanto – para a atribuição de sentido à pergunta. A pergunta passa a funcionar como um *pedido de argumentos* que se contraponham àqueles explicitados nas UCTs localizadas entre as linhas 001 e 021, de modo a que o **debate** prossiga.

Reinaldo Azevedo e os telespectadores, devido o desenrolar sequencial da entrevista até aquele momento, sabem que Hélio Santos não é contra a miscigenação e nem a favor de uma sociedade que pretenda contrapor ‘brancos puros’ com ‘não brancos’. Portanto, é possível descartar que o ‘entrevistador’ tenha feito a pergunta para retirar a audiência, ou ele mesmo, de um estado de desconhecimento sobre o posicionamento do ‘entrevistado’ – tal como seria a função pragmática das perguntas nos programas tipo *hard News*.

Se, nas situações sociais que emergem a partir de um programa jornalístico de tipo *hard news*, as perguntas funcionam como meio de fornecer, de modo supostamente “neutro”, informação para uma audiência que, potencialmente, não a possuía, no RV a ação de perguntar pode se tornar um veículo para outras dimensões ilocucionárias. Nos programas de *hard news*, segundo Clayman e Heritage, “if interviewers restrict themselves to asking questions, then they cannot – at least overtly – express opinions, or argue with, debate, or criticize the interviewees’ positions nor, conversely, agree with, support, or defend them” (2004, pág. 98). No RV será exatamente através de perguntas – por meio de seus prefácios

– que o ‘entrevistador’ se torna também um ‘debatedor’. Do mesmo modo que a categoria ‘jornalista’ – assim como todas as outras – é sempre uma entidade situada, a ação de perguntar – assim como todas as outras – também é.

Dessa forma, os procedimentos de síncri e anácri, operacionalizados nas perguntas de jornalistas, também são situados e, portanto, dependentes das situações concretas para a sua atualização, o que os dota de incontornável polimorfismo. Como informa Arlindo Machado, entende-se “por síncri a confrontação de dois ou mais pontos de vista sobre o mesmo assunto [...] Anácri, por sua vez, era o nome que se dava aos métodos de provocar a palavra do interlocutor, forçando-o a colocar-se e externar claramente a sua opinião” (2001,p. 73). Tais objetivos, entretanto, não serão alcançados da mesma maneira por um jornalista com pretensões à objetividade ou por um jornalista situado no RV. Um jornalista com pretensões à objetividade confrontará “dois ou mais pontos de vista sobre o mesmo assunto” não a partir da expressão de opiniões e valores pessoais, tal como fez Reinaldo Azevedo quando defendeu, por exemplo, a ideia freyreana de democracia racial, mas sim através da exposição desses outros pontos de vista como se não fossem os *seus* pontos de vista particulares mas apenas outros pontos de vista possíveis. E o mesmo jornalista com pretensões à objetividade não construiria um procedimento de anácri do mesmo modo que Reinaldo Azevedo construiu no RV: para fazer o entrevistado externar claramente sua opinião, o jornalista dito objetivo certamente não produziria as ações de desvalorização explícita dos posicionamentos do entrevistado e nem o caracterizaria como um incumbente da categoria ‘contraditório’. Para realizar essas ações, o jornalista dito objetivo teria que, pelo menos, recorrer a *accounts* suavizadores e que o desincumbissem de ser o portador dessas opiniões acerca do entrevistado.

Portanto, agora percebemos um dos motivos pelo qual é solicitada a ação de perguntar, no RV, mesmo sendo esse um programa também caracterizado pelos seus participantes como um programa de debate e não apenas de entrevista: uma pergunta no RV pode sinalizar um *pedido de argumentação* – ou seja, uma pergunta no RV não se apresenta apenas como uma ação típica de uma entrevista mas também pode se apresentar como um ação característica de um debate, já que ela

pode servir de veículo não apenas para a ação de, efetivamente, questionar, mas também de solicitar argumentos e posicionamentos.

Isso acontece devido ao *turn design* característico de alguns dos turnos de fala dos incumbentes da categoria ‘entrevistador’ do RV: as perguntas podem ser prefaciadas com UCTs em que não são vedados a explicitação de opiniões e argumentos contrários aos pontos de vista expressos pelo ‘entrevistado’, e isso cria um quadro inferencial que auxilia os interlocutores a atribuírem determinado sentido pragmático à pergunta que ali está sendo realizada.

Do mesmo modo que a ausência de *pós expansões mínimas* nos programas tipo *hard news* criam um quadro inferencial que condiciona a interpretação das perguntas como um *slot para produção de informações para uma audiência em estado de desconhecimento*, a utilização de prefácios explicitadores da subjetividade do ‘entrevistador’, no RV, cria um quadro inferencial que condiciona a interpretação das perguntas como um *slot para produção de argumentos que justifiquem o ponto de vista do ‘entrevistado’ que foi colocado em xeque pelas opiniões divergentes do entrevistador*.

E, como podemos perceber na transcrição abaixo – que contém, além do turno de fala de Reinaldo Azevedo, a resposta dada pelo entrevistado Hélio Santos – uma pergunta pode também, *ao mesmo tempo* em que realiza a ação de cobrar argumentos e explicações, realizar um efetivo questionamento – já que, Hélio Santos, nesse caso, talvez querendo deixar ainda mais claro para a audiência quais são os seus posicionamentos, ele efetivamente responde a Reinaldo Azevedo – além, é claro, de colocar mais argumentos para tentar enfraquecer as críticas do entrevistador:

Trecho de transcrição nº12

Entrevistado: Hélio Santos

Entrevistador: Reinaldo Azevedo

001 R.A. Professor, eu fiquei bastante intrigado <com> o seu
002 livro quando com a:: (0.5)conceituação que o senhor dá
003 a negro descendente. (0.5)né (0.5)ãh:: eu não sei por
004 exemplo se um mulato (1.0).hhh é tão negro descendente
005 quanto branco descendente (1.0) nã? mmm::: num dado
006 momento do livro (0.3) e eu li todo (0.3) com muita
007 atenção (0.5)o senhor demonstra (0.2) é::: me parece uma
008 certa simpatia quando afirma que nos estados unidos é se

009 o sujeito não for branco até a décima sexta geração
 010 (0.2) é:: ascendente ele não é um branco.(0.2) né?
 011 (0.7)ãh:: se a gente criasse isso aqui no brasil (0.3)ãh
 012 por exemplo. Talvez estivéssemos acabando com um dos
 013 dados mais extraordinários da cultura brasileira (0.5)
 014 que é justamente a miscigenação (0.2) e me estranha a
 015 ausência de gilberto freire no seu livro a não ser por
 016 citações que me parecem laterais (.)mas não há sequer
 017 uma citação me parece nenhuma (0.3) é:: realmente é::
 018 literal (0.5) né. ãh me parece que a gente taria
 019 acabando °com° valores da miscigenação e estabelecendo
 020 aí sim a sociedade dos brancos puros (1.0) né? Em
 021 oposição a uma sociedade de não brancos (1.0) nã? Então
 022 hã:: objetivamente (0.3) é::: o senhor é a favor do
 023 estabelecimento então dos brancos puros (0.7)em oposição
 024 aos não brancos. e::: em que:: pé fica a questão da
 025 miscigenação (0.5) hã:: neste contexto
 026 H. S. como você viu Reinaldo o livro tem quase quinhentas
 027 páginas. em momento algum .hh voc- cê- você falou em
 028 simpatia (0.9) eu não sei qual simpatia em momento algum
 029 é: se: sugere e depois isso () não seria possível.
 030 quando você diz você gostaria você não implanta. A nossa
 031 o Brasil foi colonizado por por por por é uma
 032 colonização ibérica. Consequentemente (.) isso eu cito
 033 um exemplo dos Estados Unidos e depois a miscigenação é
 034 um valor positivo eu não vejo por que citar Gilberto
 035 Freyre quando eu não cito vários outros autores. aliás a
 036 metodologia do livro Reinaldo eu tento fugir do
 037 academicismo. como você sabe eu sou um acadêmico .hh
 038 qual foi a metodologia para escrever esse livro? Eu
 039 simplesmente durante dez anos .hh recolhi material dos
 040 jornais. Por quê? (.) Porque a questão racial se dá no
 041 cotidiano jornais e revistas. ao invés de selecionar os
 042 livros que nós acadêmicos gostamos tanto e acabamos
 043 escrevendo para nós mesmos eu busquei fatos do cotidiano
 044 é no dia a dia que a vida flui. e, depois, quando você
 045 fala é:: da questão da mestiçagem a mestiçagem é um
 046 componente importante. negar isso no Brasil é tolice.
 047 ninguém nega agora, quando você diz se é branco
 048 descendente ou negro descendente o Brasil é um país
 049 mestiço. (0.4) isso é inegável e ninguém nega isso os
 050 negros no Brasil aqueles que são classificados como
 051 negros têm também sangue europeu

O turno de fala do 'entrevistado' Hélio Santos revela o entendimento da pergunta como, ao mesmo tempo, um questionamento e uma solicitação por argumentos. Ela é encarada, pelo 'entrevistado', como um questionamento pois, nas linhas 033 e 034 e entre as linhas 044 e 047, ele fornece uma efetiva resposta. E também revela o entendimento da pergunta como uma solicitação por argumentos que reforcem seu posicionamento já que, entre as linhas 034 e 044, ele realiza a ação de argumentar a validade da não utilização de Gilberto

Freyre em seu livro; e, entre as linhas 044 até 051, argumenta a validade de não abordar a miscigenação no Brasil.

A divergência de pontos de vista pessoais é algo, portanto, liberado na interação conversacional do RV – e isso pode ser feito situadamente por meio de perguntas. É preciso lembrarmos que a própria estrutura física delimitada pelo cenário em forma de arena e mesmo o nome do programa – *Roda Viva*²⁴ – funcionam como indicadores de um quadro inferencial para as situações que ali irão se desenrolar: todos os ‘entrevistadores’, jornalistas ou não, estão ali para escrutinar, esquadrinhar, “cercar” enfim, o incumbente da categoria ‘entrevistado’, e podem fazer isso expressando divergências de modo explícito.

Mas nem só de divergências se forma o *Roda Viva*. Embora talvez menos presentes que as ações de divergir, criticar e solicitar argumentos, também é possível ver, nos turnos de fala dos ‘entrevistadores’, a ação de convergir. Mesmo quando o ‘entrevistador’ utiliza formas gramaticais interrogativas, ele pode estar apenas construindo declarações e comentários convergentes com as ideias do entrevistado. Esse é o caso, por exemplo, da fala do ‘entrevistador’ José Miguel Wisnik, na emissão do RV em que o ‘entrevistado’ era Arnaldo Antunes:

Trecho de transcrição nº13

Entrevistado: Arnaldo Antunes

Entrevistador: José Miguel Wisnik

001 J.M.W. acho que até há pouco tempo ou algum tempo atrás as
002 pessoas eram nativas de um lugar por exemplo que a a: as
003 culturas v. eh eh a pessoa nascia num lugar aquilo era
004 um nicho de (.) de experiências que °a° pessoa se
005 formava dentro daquilo e era ela era: vamo dizer (.)
006 pertencente aquela cultura né? ãh assim como ter um
007 *métier* era uma coisa que a pessoa nas: é: desenvolvia ao
008 longa da vida uma (0.3) uma especialidade aquilo:: e:ra
009 vamo dizer o modo como ela se realizava né? mas eu acho
010 que d::esde um tempo pra cá e você talvez seja:: um é
011 uma das maiores expressões disso (0.5) as pessoas é:
012 quer dizer s a: a: se tornam nativas de um mundo (0.7)
013 cruzado onde você não faz parte de uma cultura ou de
014 outra ou de outra mas é é nativo do cruzamento de
015 culturas né?=
016 A.A. =ã ham
017 J.M.W. então você: é brasileiro e não é:: ne[?:]
018 A.A. [pois é]

²⁴ Uma alusão à canção de Chico Buarque e que, como sublinha José Luiz Braga, indica que o entrevistado “foi convidado para ‘entrar na roda’, para enfrentar uma roda viva de perguntas ‘atiradas’ de todas as direções” (2006, pág.4)

019 J.M.W. [é:] é paulista e não é e e qu tá tudo nessa nessa::
020 (1.0) >vamo< dizer nesse traço inclassificável seu eu
021 acho que é hmm mm a: sua: (1.0) forma de ser testemunha
022 isso um: um mundo onde a pessoa já é a decantação
023 dessas experiências de cruzamentos de culturas e de
024 linguagens então (.) parece que o seu *métier* (.) quer
025 dizer supunha-se até Gertrude Stein falava como era
026 importante o a o o *métier* aquilo em aquilo que a pessoa
027 exatamente sabia fazer não é?=
028
029 A.A. =sei
030 J.M.W. mas é como se o seu *métier* fosse o cruzamento (.) isso é
031 uma: você é nativo disso né?
032 A.A. é eu sempre que::: que de alguma forma: (.)tem um um
033 rótulo classificatório né? seja enquanto gênero seja
034 enquanto escola () aquilo sempre me parece muito
035 redutor da realidade que eu (0.9) que eu (0.4) vivo né
036 assim é sempre uma coisa um pouco uma camisa de força
037 assim como o *rock and rol* é uma camisa de força né?
038 J.M.W. é
039 A.A. o samba também é então quer dizer num num existe é a
040 gente vive uma época de crise de gênero né?=
041 J.M.W. =ã ham
042 A.A. e essa crise de gênero reverbera numa crise de
043 linguagens mesmo de quer dizer não é uma crise mas .hh
044 essa coisa o meu disco vai ser colocado em que
045 prateleira na loja sabe é música popular brasileira é:
046 é: *rock and roll* ou é: funk ou é: entendeu? É meio
047 complicado isso e acho que tem muita gente fazendo
048 música no brasil que vive um pouco essa (.) essa: (.)
049 desorganização essa impossibilidade de ser classificado
050 isso enquanto gênero no meu caso isso reverbera enquanto
051 linguagem também pelo fato de eu fazer muita coisa
052 diferente e tal .hhh e (0.4) acho que mesmo comportame-
053 d. n no sentido comportamental da cois- aí eu acabo um
054 pouco: não tendo um lugar definido então é aquela coisa
055 não sou brasileira não sou estrangeiro .hh é como eu me
056 sinto mesmo essa coisa de não ter de ser um pouco de
057 lugar nenhum e:u não sou religioso nem ateu .hh eu não
058 tenho entendeu? Eu faço u:m (.) um um um objeto que nem
059 o nome por exemplo as pessoas não sabiam se iam por na
060 locadora de vídeo na loja de disco ou na banca de jornal
061 sabe uma coisa um pouco assim (.) porque tinha o vídeo
062 tinha o livro e tinha o cd .hh ao mesmo tempo tem essa
063 coisa que eu tava falando eu me senti muito a vontade
064 >porque< eu acho que a própria modernidade foi .hhh
065 esboçando esse território híbrido onde a gente esse
066 território mestiço onde a gente trafega e que no brasil
067 é muito (.) mais natural ainda por a gente ser mestiço
068 já enquanto configuração cultural e e: e racial e
069 religiosa e tudo isso então é um é acho que a gente: eu
070 na verdade me sinto muito a vontade por (.) por viver no
071 brasil e já viver de certa forma (.) dentro de uma
072 cultura que já trafega um pouco no universo das
073 diferença- do convívio das diferenças e com o trânsito
074 fácil entre elas .hhh então de certa na hora na hora que
075 a gente fala de viver uma utopia onde você não é nem
076 brasileiro nem estrangeiro .hh já tem um pouco Oswald de
077 Andrade já tinha um pouco dado esse território né?
078 J.M.W. ã ham=
079 A.A. =ao falar que: (.) aquela coisa do homem primitivo com o

080 homem (.) civilizado e aquilo a síntese disso seria o
081 homem natural tecnizado que era a a base filosófica da
082 antropofagia né? .hh aquilo já tem um pouco: essa coisa
083 essa coisa por exemplo do do território híbrido entre as
084 linguagens remete um pouco pra essa coisa das culturas
085 primitivas né que .hh em que todas as linguagens se
086 davam conjuntamente e aquilo .hh de certa forma não não
087 era separado da vida tinha sempre uma função prática na
088 vida da comunidade e tudo isso [.hh]
089 J.M.W. [m hm]=
090 A.A. = talvez seja um dos sentidos que a gente pode apreender
091 da expressão do Mcluhan a aldeia global né?
092 J.M.W. mm
093 A.A. e você viver uma época tecnológica de comunicação
094 global mas isso parecer uma aldeia de uma coisa tribal
095 né?

A função pragmática dos turnos de fala construídos por Wisnik não revela questionamentos mas declarações em que ele expõe sua percepção positiva de Arnaldo Antunes. O uso do termo “né”, nas linhas 006, 009, 015, 017, 027 e 031, parece funcionar como indicador de que os turnos de fala do ‘entrevistador’ projetam, para o ‘entrevistado’, a ação de comentar as declarações ali produzidas – como parece ser o caso quando olhamos para os turnos de fala do ‘entrevistado’ Arnaldo Antunes. O termo ‘né’ seguido de interrogação, neste caso, não é exatamente uma pergunta, no sentido de projetar para o ‘entrevistado’ a ação de esclarecer ou dirimir alguma dúvida ou fornecer informações para um suposto estado de desconhecimento do ‘entrevistador’ ou dos ‘telespectadores’, ou ainda uma solicitação de argumentos. O que os turnos de Arnaldo Antunes expressam em suas UCTs são *comentários confirmadores* que esmiuçam e desdobram as percepções e pontos de vista que o entrevistador Wisnik havia esboçado em sua fala. A sequência aqui observada, embora contenha formas gramaticais interrogativas nos turnos de fala do ‘entrevistador’, não realiza, pragmaticamente, pares adjacentes ‘pergunta-resposta’ mas pares adjacentes ‘declaração-comentário’.

Mas, mesmo que não seja proibido que o ‘entrevistador’ produza turnos de fala estritamente declarativos ou argumentativos, ainda assim notamos uma expectativa por efetivos questionamentos e esses são, de fato, bastante presentes na fala-em-interação do RV. Se observarmos, por exemplo, a fase da interação em que o ‘mediador’ vocaliza a fala dos ‘telespectadores’, veremos que as ações nelas

expressas são, em sua esmagadora maioria, formadas por efetivos questionamentos.

Vejamos um exemplo:

Trecho de transcrição nº14

Entrevistado: Arnaldo Antunes

Mediador: Paulo Markun

001 P.M. Arnaldo, diversas perguntas aqui (.) sobre os Titãs.
002 (1.0) Michel () de Fiori de Carapicuíba quer saber
003 qual é o (.) disco dos Titãs que você mais gosta eu vou
004 fazer todas porque todas tem a mesma trilha .hhh Milton
005 Carlos da Silva de Assis, São Paulo se há possibilidade
006 de você voltar pro Titãs e o que você acha (0.3) da
007 falta de cantores como você na mídia, João Otávio
008 Benevides de Masi de Santo Amaro porque você se separou
009 dos titãs e [como ()]
010 A.A. [mas é melhor] fazer uma de cada de vez senão eu vou
011 esquecer=
012 P.M. =não eu vou é tudo Titãs cê vai ver aqui ó [você acha]
013 A.A. [eu sei] mas cada uma é uma [coisa]
014 P.M. [Daniel] Cios você acha que co- é porque tem duas na
015 verdade tem uma assim eles querem saber se cê vai voltar
016 (0.3) que que cê acha dos Titãs e por que que os T-
017 Titãs degradingolaram tanto depois da sua saída (0.6) é a
018 pergunta de Daniel Cios, de Fernando Azevedo, de Passos
019 Júnior de Aracaju, de Paula aqui de São Paulo, do
020 [Anderson aqui de Campinas]
021 A.A. [bom vamos começar]...

Vários são os fenômenos interacionais que, neste trecho, são relevantes para nossa pesquisa. Retornaremos a eles mais à frente. Por agora, queremos ressaltar que, pelo que podemos ver nesta sequência, há uma expectativa, atendida pelos telespectadores, de que produzam questionamentos efetivos. Em nenhum momento é explicitamente vedado aos ‘telespectadores’ produzirem turnos de fala com função pragmática argumentativa ou declarativa – como vimos, esse tipo de ação aparece, por exemplo, no trecho de transcrição nº 3, entre as linhas 015 e 021 – mas o que vimos em nosso *corpus* é uma clara predominância de questionamentos simples nos turnos de fala dos ‘telespectadores’.

E, além dos ‘telespectadores’, também é bastante frequente entre os ‘entrevistadores’ presentes no estúdio, como é facilmente perceptível, a produção de questionamentos simples – sem, portanto, crítica embutida, declarações ou

solicitação de argumentos – com a função de retirar o entrevistador e/ou a audiência de um estado de desconhecimento, como podemos ver abaixo:

Trecho de transcrição nº 15

Entrevistador: Roberto Petri

001 R. P. Matheus (.) ainda: dentro do filão nostálgico (0.5) do
002 Marcos (1.0) va- na não: não: (0.4) no enfoque (.) assim
003 familiar (0.4) vamos a ao: Corinthians (0.6) ao: como
004 nasceu o amor pelo Corinthians (0.4)vamos então dentro
005 dessa (0.8) dessa história do Matheus (0.3) a história
006 do Matheus corinthiano (1.3) quando você viu pela
007 primeira vez você morando ali na rua São Jorge nas
008 proximidades como você já contou (0.5) quando você (.)
009 viu pela primeira vez o Corinthians (0.6) qual foi o seu
010 primeiro ídolo (0.8) do time quem era Neco, Lato, De
011 Maria essas figuras históricas, (0.3) que ano foi,
012 quando você viu, foi uma vitória, foi uma derrota, o
013 Corinthians ganhou de alguém, foi no Parque São Jorge
014 (.) foi no Parque Antártica onde foi, conta o seu começo
015 (0.6) há <dentro do Corinthians>.

Como se percebe na transcrição acima, ainda que produza um pequeno prefácio para as várias perguntas que produz a seguir, o jornalista esportivo Roberto Petri não tece nenhuma crítica, não explicita sua subjetividade e nem solicita argumentos. O que ele faz é, simplesmente, questionar o presidente do Corinthians sobre seu início de relação, ainda criança, com esse time de futebol. Como se percebe, é uma pergunta – na verdade, são várias perguntas, como podemos ver na transcrição – que funciona como um pedido de informações que podem mudar o estado de conhecimento do telespectador acerca do assunto tratado. Embora na transcrição da sequência da interação entre Reinaldo Azevedo e Hélio Santos, colocado anteriormente, o ‘entrevistador’ que é também ‘jornalista’ possa explicitar opiniões próprias e criticar abertamente o ‘entrevistado’, não podemos também deixar de notar que alguns dos ‘entrevistadores’ que são incumbentes da categoria ‘jornalista’ – talvez motivados pela necessidade de manter a todo custo a aura de objetividade que buscam performar em seus empregos formais – acabam por agir da mesma maneira quando atuam no programa RV e produzem, ali, turnos de fala que

expressam – tais como nos programas *hard news* – questionamentos simples sem expressão de opiniões próprias²⁵.

O que as transcrições expostas até aqui mostram é que o programa RV pode ser categorizado como um *híbrido* de ‘entrevista’ e ‘debate’, pois, ali, podem existir sequências de tipo **P-R** simples – em que as perguntas carregam apenas a ação de simples questionamento (e, portanto, as respostas se colocarão como a ação de simples fornecimento de informações, atendendo à relevância condicional, caracterizando este tipo de sequência como uma entrevista propriamente dita) – ; e sequências de tipo ‘**declaração-comentário**’, tal como vimos no trecho de transcrição nº 13, em que não existe divergência sinalizada pelos falantes mas, mesmo assim, se caracterizam como um debate efetivo (já que um debate não necessariamente precisa ser realizado por participantes que expressem opiniões contrárias). Além disso, o hibridismo entre entrevista e debate no RV pode ser percebido quando, no interior de uma mesma sequência formada pelo par adjacente **P-R**, estão também aglutinadas sequências de tipo ‘**solicitação de argumento – argumento**’ (como vimos, essa aglutinação pode ocorrer pois, numa interação, uma ação também pode ser veículo para outra ação). A sequência ‘solicitação de argumento – argumento’, no RV, é formada por meio do etnométodo de prefaciar as perguntas com UCTs em que o ‘entrevistador’ explicita opiniões e argumentos divergentes. Dessa maneira, temos no RV, esquematicamente, as seguintes organizações de sequências: **P-R**; **D-C**; e também **P(SA)-R(A)**.

Novamente percebemos a característica situada das categorias: da mesma forma que a categoria ‘jornalista’ se apresenta de formas diversas, a depender das situações sociais em que a encontramos, as categorias ‘debate’ e ‘entrevista’ também se apresentam de formas diversas a depender da situação social, tendo

²⁵ Embora, hoje, o jornalista Reinaldo Azevedo seja bastante conhecido como um articulista – e portanto, aberto à expressão de suas opiniões pessoais – e ainda por cima, um obcecado militante anti-esquerda, na época da entrevista que aqui transcrevemos ele não era conhecido do grande público dessa forma e, portanto - como foi categorizado pelo apresentador do programa - era apenas um ‘jornalista’. Mas, de qualquer maneira, a postura ali apresentada por Azevedo – a expressão aberta de sua subjetividade – pode facilmente ser percebida em inúmeras outras emissões do RV em que participam outros jornalistas que são, em seus veículos de origem, repórteres não articulistas e, por isso, menos liberados à expressão de opiniões pessoais, corroborando, assim, a percepção aqui colocada de que o jornalista, no RV, não está submetido a uma pressão por interdição de sua opinião pessoal.

certas características tornadas relevantes enquanto outras são obscurecidas pelos participantes da situação.

O debate encontrado nas emissões do RV é um tipo de discurso que, como vimos, não apresenta uma agonística militante, tal como seria de esperar, por exemplo, num debate entre candidatos a presidência da república. A agonística do debate do RV, diferentemente, é balizada por uma espécie de “antagonismo profissional”, realizado pelos entrevistadores que também são ‘jornalistas’ (ou ainda, em menor prevalência, por ‘não-jornalistas’, que, como vimos, não chegam a formar o PRP ‘protagonista-antagonista’).

Além disso, a categoria ‘debate’, no RV, também pode apresentar como predicados não apenas a produção de divergência, mas também de convergência – como expresso, por exemplo, pelas sequências de tipo ‘declaração-comentário’ – e, portanto, obscurecer vez ou outra a agonística habitualmente percebida como predicado da categoria ‘debate’ em outras situações sociais.

Do mesmo modo, a categoria ‘entrevista’, no RV, ao contrário do que ocorre em programas jornalísticos *hard news*, não apresenta predicados que garantam neutralismo. Assim, aos entrevistadores é liberado expressar suas subjetividades (mesmo quando os ‘entrevistadores’ também são ‘jornalistas’).

O hibridismo entre debate e entrevista, somado à quase inexistência do PRP ‘protagonista-antagonista’ e à relevância local que tem a categoria ‘jornalista’, gera uma constante tensão, expressa por dois lados de uma mesma moeda: de um lado, ao mesmo tempo em que se espera uma troca de impressões, opiniões, argumentos e críticas, espera-se também que isso seja feito de modo não militante e sem agressões gratuitas ou intenções interessadas. Do outro lado da moeda, ao mesmo tempo em que se espera uma troca conversacional fluída, respeitosa e sem as disputas que poderiam ser ocasionadas por divergências militantes, espera-se também que isso seja feito com base em argumentos, pontos de vista abertamente divergentes e elaboração crítica. A pergunta no RV torna-se, assim, o veículo em que essa tensão – produtiva para o programa – se exerce.

A partir de agora, e como prometido anteriormente, passaremos à segunda parte de nossa tentativa de compreender o motivo pelo qual existem expectativas e cobranças para que os ‘entrevistadores’/‘debatedores’ do RV produzam perguntas,

mesmo quando a eles não é vedada a produção de ações conversacionais outras que não impliquem em questionamento efetivo. E essa segunda parte, como já indicado, será feita tentando observar as características próprias das interações conversacionais radiodifundidas.

Como vimos na *organização estrutural global* (OEG) da fala-em-interação no RV, fica claro que a conversa que ali se desenrola tem como principal destinatário o incumbente da categoria ‘telespectador’, já que suas diversas fases interacionais revelam esta orientação – uma característica comum à diversidade de conversas realizadas para radiodifusão (HUCHTBY, 2006). Outra característica comum às conversas realizadas para radiodifusão é que – excetuando-se as conversas radiodifundidas não naturais, tais como as que vemos nas telenovelas, por exemplo – elas não apresentam um *script* prévio em que as falas já estejam escritas, ainda que apresentem pré alocações de turnos e organizações prévias de tipo de sequências (HUCHTBY, 2006, posição 81).

Essas duas características – o ‘telespectador’ como destinatário principal e o caráter não roteirizado das falas – somadas ao fato de a interação no RV ser realizada por participantes que não têm, necessariamente, o conhecimento da (pré) organização categorial-sequencial da fala naquele ambiente, são os outros motivos pelos quais há a expectativa, com a devida cobrança aos ‘entrevistadores’, para fazerem perguntas. Justificaremos essa afirmação tentando mostrar que a pergunta, quando realizada em seu modo prototípico – por meio da forma gramatical interrogativa – possibilita a fluidez necessária para que a conversa transcorra de maneira ótima nas condições colocadas por essas três características (*telespectador como destinatário, falas sem script prévio e falantes sem, necessariamente, conhecimento prévio da organização da interação* naquele ambiente).

Como evidenciaremos mais à frente com o apoio de uma transcrição, a cobrança por pergunta – feita pelo ‘mediador’ do RV – ocorre não apenas no sentido de pressionar o incumbente da categoria ‘entrevistador’ a questionar (ou contra-argumentar com) o incumbente da categoria “entrevistado” mas, também – e não menos importante – para que a conversa **flua** nesse tipo de interação, atendendo à necessidade de que o telespectador mantenha sua atenção focalizada. Nesse sentido, o que tentaremos mostrar é que o ‘mediador’ está tornando relatável

sua expectativa quanto à produção, por parte do ‘entrevistador’, de uma brecha (*slot*) explícita para a transferência do turno de fala.

A característica, apresentada por esse tipo de fala-em-interação, de não possuir um *script* prévio, somado ao fato de os incumbentes da categoria ‘convidados’ do programa não necessariamente conhecerem a organização da fala naquele ambiente – faz com que seja necessário um organizador simples e rápido para que a conversa ocorra de modo fluído, ainda mais quando é, como no RV, realizada ao vivo e, portanto, sem a possibilidade de edição para se retirar os momentos truncados ou menos interessantes para o ‘telespectador’ – como, por exemplo, a monopolização da fala por um participante ou uma excessiva sobreposição de turnos. Esse organizador é, justamente, a forma gramatical interrogativa na produção das falas dos ‘entrevistadores’.

Embora, como apontado por Ten Have²⁶, o fluxo constante de uma conversa – o encadeamento dialogal potencialmente ilimitado e a ausência de lapsos – não precise de ser necessariamente operado por uma sucessão de perguntas e respostas, tal como prevê a *chaining rule* formulada por Sacks, notamos que a forma gramatical interrogativa apresenta um componente facilitador para o fluxo das interações conversacionais do RV: um lugar relevante para transição (LRT) **explícito** – o que nem sempre ocorre nas formas gramaticais declarativas neste programa.

Como os *lugares relevantes para transição* (LRT) se caracterizam, segundo Schegloff (2007, págs. 3 e 4), pela *completude gramatical do enunciado*, pela *variação entoacional da fala* e pela *constituição de uma ação reconhecível no contexto em que ocorre*, um LRT se torna situadamente explícito, no RV, quando o enunciado é construído de forma gramaticalmente interrogativa, já que essa pode evidenciar essas três características ao mesmo tempo. Como no RV há expectativa pela ação de perguntar, por se tratar de um programa de entrevista, uma frase declarativa poderá sempre ser encarada como um prefácio a uma pergunta que está por vir e, portanto, os LRTs nela presentes não serão, no caso do RV, explícitos.

²⁶ Como nos adverte Paul Ten Have sobre a *chaining rule*: “this would allow for an endless repetition of question-answer sequences. Similarly endless series may consist of arguments and counter-arguments, reproaches and defences, etc.” (2007, pág. 132)

Desse modo, mesmo que a fluidez de uma conversa não dependa exclusivamente de um encadeamento pergunta-resposta, nota-se que, nas conversas institucionalizadas pela mídia radiodifundida, a forma gramatical de pergunta pode, muitas vezes, apresentar esse facilitador – o *slot* explícito para transição de turno – que faz com que a conversa flua, tenda ao infinito, diminua a possibilidade de sobreposição e lapsos e, assim, aumente as chances de audiência do programa.

No caso específico do RV isso é ainda mais importante já que a única pessoa presente no estúdio – podendo produzir turnos de fala – que certamente conhece de antemão os procedimentos conversacionais habituais próprios do programa é o incumbente da categoria ‘mediador’. Por isso, todos os outros participantes da conversa não têm obrigação de saber quais os seus direitos e obrigações conversacionais de maneira precisa, de modo que uma regra simples de conduta, que possa ser facilmente explicitada a qualquer momento pelo ‘mediador’, parece facilitar a fluidez da interação.

A esse respeito, Drew e Heritage indicam que o conhecimento dos recursos conversacionais relevantes para uma interação institucionalizada pode apresentar assimetrias:

In a range of ways patterns of institutional discourses indicate important asymmetries between professional and lay perspectives, and between professional and lay person's capacities to direct the interaction in desired and organizationally relevant ways. (1992, pág. 49)

É o ‘mediador’ a pessoa com direito à fala que possui o maior conhecimento da organização conversacional no RV. Mesmo os entrevistadores que são categorizados como ‘jornalistas’ – e que, não nos esqueçamos, são também incumbentes da categoria ‘convidado’ – apesar de também pertencerem a organizações midiáticas, não têm por obrigação conhecer os procedimentos conversacionais do RV. Aliás, grande parte dos ‘jornalistas’ presentes nas emissões do RV são representantes de organizações do jornalismo impresso, o que os desobriga do conhecimento das estruturas conversacionais das mídias

radiodifundidas como um todo e do RV em particular. É sempre possível que alguns dos participantes de interações conversacionais realizadas em programas da mídia radiodifundida possam não estar completamente à vontade e com *expertise* suficiente para o fato de que aquela interação se orienta para uma audiência formada por telespectadores situados em locais outros que não o estúdio de TV ou de rádio, sendo necessário que alguém – no caso do RV, o ‘mediador’ – possa conduzir a conversa para os propósitos desses tipos de situação social. Como afirma Huchtby,

it is not immediately clear to what extent the speakers exhibit a mutual orientation to the relevance of an overhearing audience. On the other hand the design of the host's turns in particular reveal an orientation to framing that talk in terms of the involvement of an audience (both absent and co-present). (HUCHTBY, 2006, posição 2290)

Vejamos agora, nas transcrições abaixo, como a expectativa pela a criação de um *slot* explícito para a transição de turno de fala é atendida ou negligenciada pelos participantes do RV (as sinalizações dessa expectativa estão assinaladas por setas):

Trecho de transcrição nº 16

Entrevistador: Reinaldo Azevedo

001 R.A. Professor, eu fiquei bastante intrigado <com> o seu
002 livro quando: com a:: (0.5)conceituação que o senhor dá
003 a negro descendente. (0.5)né (0.5)ãh:: eu não sei por
004 exemplo se um mulato (1.0).hhh é tão negro descendente
005 quanto branco descendente (1.0) nã? mmm::: num dado
006 momento do livro (0.3) e eu li todo (0.3) com muita
007 atenção (0.5)o senhor demonstra (0.2) é::: me parece uma
008 certa simpatia quando afirma que nos estados unidos é se
009 o sujeito não for branco até a décima sexta geração
010 (0.2) é::: ascendente ele não é um branco.(0.2) né?
011 (0.7)ãh:: se a gente criasse isso aqui no brasil (0.3)ãh
012 por exemplo. Talvez estivessemos acabando com um dos
013 dados mais extraordinários da cultura brasileira (0.5)
014 que é justamente a miscigenação (0.2) e me estranha a
015 ausência de gilberto freire no seu livro a não ser por
016 citações que me parecem laterais (.)mas não há sequer
017 uma citação me parece nenhuma (0.3) é:: realmente é::
018 literal (0.5) né. ãh me parece que a gente taria
019 acabando °com° valores da miscigenação e estabelecendo
020 aí sim a sociedade dos brancos puros (1.0) né. Em
021 oposição a uma sociedade de não brancos (1.0) nã? Então
022 → hã:: objetivamente (0.3) é::: o senhor é a favor do
023 estabelecimento então dos brancos puros (0.7)em oposição
024 aos não brancos. e::: em que:: pé fica a questão da
025 miscigenação (0.5) hã:: °neste contexto°?

Na transcrição acima, o que queremos ressaltar é a maneira como o entrevistador Reinaldo Azevedo desenha seu turno de fala de modo a sinalizar que um *slot* para a transição de turno se aproxima. Notamos na linha 22 – ressaltada com uma seta – que a expressão “então, objetivamente” funciona como um *account* que indica que as UCTs construídas até ali são um prefácio para realizar a ação conversacional observada entre as linhas 22 e 25, que cria relevância para o entrevistado iniciar seu turno de fala. As ações observadas nessas linhas, como já vimos, são não apenas um questionamento mas, principalmente, um pedido de argumentos. A utilização da expressão “então, objetivamente” parece dizer que, apesar de até ali o turno de fala ter sido realizado com formas gramaticais declarativas e sem força ilocucionária de questionamento, isso era apenas uma preparação para a realização de uma pergunta – o que atenderia, enfim, a expectativa por um **slot explícito** para a transição da fala.

Percebemos, com isso, que neste tipo de interação conversacional, a questão da fluência da conversa é algo relevante e sinalizado na fala dos participantes. Diante dos obstáculos à fluência nesse tipo de interação conversacional – orientação de uma fala não previamente roteirizada para uma audiência que não compartilha o mesmo espaço físico e realizada por múltiplos falantes – a não atenção à fluência da conversa do RV pode ser algo a ser notado e tornado relevante pelo ‘mediador’, como podemos perceber na transcrição seguinte (apontado por setas):

Trecho de transcrição nº 17

Entrevistado: Millôr

Entrevistador: Léo Gilson Ribeiro

Mediador: Augusto Nunes

001 L.G.R. há u:ma (1.0) há uma (2.0) dissidência digamos assim.
002 Existe (1.0) o o Millôr ((confundindo os nomes Sarney e
003 Millôr)) que é o troca-tintas o trapalhão (1.0)de::
004 política (1.0) ele se: imagina um grande estadista (.) a
005 abençoado (1-0) pe:la pelo crucifixo (.) da dona Kiola
006 (.) certo? agora (.) o: Millôr do norte das águas (0.5)
007 ele (1.1) como muito primário ainda muito primata, mas
008 ele tinha uma possibilidade (2.0) à parte da política
009 (1.0) ele tinha uma possibilidade creio eu (1.0) de
010 criar uma=
011 A. N. =cê tá falando do Sarney, né::?=
=

012 L.G.R. =o Sarney escritor.
013 A. N. pois é >nã é que< cê disse Millôr. ((risos))
014 L.G.R. perdão
015 M.F. ele ele disse [duas ve ele: ele]
016 L. G.R. [é a presença é a presença] é a presença
017 M.F. ele disse duas vezes ma eu pe pe percebi na superposição
018 de imagens que ele estava certo. ((risos))
019 L. G.R. desculpe Millôr desculpe viu. eu sou um grande admirador
020 de você, eu acho você um Woody Allen (0.8) do Brasil
021 (1.3) >viu< então [o Sarney]
022 M.F. [fisicamente] fisicamente você quer [dizer]?
023 L.G.R. [hã]
024 M.F. [fisicamente] (em comparação co é física)
025 L.G.R. [não, intelectualmente]intelectualmente na sua:: na
026 sua:: visão do Rio de Janeiro da praça: General Osório
027 que eu conheço
028 M.F. certo
029 L.G.R. é: (1.5) a manhattam (0.5) do Woody Allen (0.4) e:
030 també::m digamos assim (0.9) o o o aparente::: a
031 aparente:: o aparente caos. (0.5) da vida no entanto
032 visto sob um ponto (0.9) hã: humorístico. agora, o
033 Sarney(1.9) há três Sarneys. (0.5) ou quatro ou cinco.o
034 Sarney (.) literato (.) era um homem que, se ele se
035 dedicasse. (0.4) ele talvez pudesse (0.2) escrever uma
036 literatura regionalista (0.3) não sei se menor ou maior,
037 mas (0.4) de uma certa validez. ele não seria um
038 Guimarães Rosa nem um Ariano Suassuna, mas diante (0.6)
039 do::s dos nordestinos inclusive alguns que têm
040 maravilhosos (.) apartamentos (.) em Roma né como Josué
041 Montello (.) que ganha uma fortuna (.) porque são
042 nordestinos (0.8) eu achava que por exemplo vamos (.)
043 ser tento eu (.) sincero. (0.5) o Millôr Fernandes ele
044 tentou (0.8) ser um estadista?=
045 A.N. → =o <José> Sarney, Léo Gilson! Qual é a pergunta?
046 L.G.R. perdão.
047 A.N. → qual é a pergunta?
048 L.G.R. Perdão. o Sarney (.) tentou ser um estadista (0.2)
049 unindo os países (.) e fazendo um turismo (0.2) que
050 permitiu ao Paes de Andrade ir até Mombaça (0.3) com
051 aquela com aquele horror que nós todos vivemos, né.
052 M.F. mombaceiros e mombacistas
053 L.G.R. mombaceiros e mobacistas
054 L.G.R. agora (0.2) POR OUTRO LADO e:le é muito preso pela dona
055 Kiola (0.3) que a dona Kiola abençoa (0.4) tanto o Dom
056 Eugênio Sales que é a inquisição (.) brasileira >que
057 quer os homossexuais todos na fogueira< (0.3) como ele
058 também abençoa (.) o arcebispo. (.) daqui de São Paulo o
059 Dom Evaristo Arns que é::: a bondosa [()]
060 A.N. → [Léo, desculpe lhe apressar] mas (.) [queria que fizesse
061 a pergunta]
062 L.G.R. [(já tô acabando) ele ele] ele abençoa. >também<
063 entende? Agora digamos assim (0.3) ele errou de
064 profissão? (.) o Sarney porque ele podia ficar só na
065 literatura (.) e talvez (.) saísse alguma coisa. agora
066 este Hamlet com. (.) ah o acordeon que é o PMDB que tem
067 Miguel Arraes que tem Waldir adir (0.2) Pires que tem
068 (0.2) Quércia que tem tudo mais ele: se aproveitou de um
069 maquiaveli:smo político e: graças a Deus eu não vi o
070 Maribondos de Fogo porque eu poderia ser atacado por
071 ele. (0.3) Agora eu não tive nenhuma intenção de adulá-
072 lo, entende? Eu achei que ele (0.3) como meramente

073 escritor poderia ser (.) desculpe a palavra entre aspas
074 promissor. Agora como:: estadista e como:: como
075 estadista e como.. como é que se diz? Hã Governante. ele
076 é um absoluto fracasso. (0.4) ele é o fisiologismo
077 nordestino do interior do Crato e de Cajazeiras. [e nós
078 temos]
079 *M.F.* E [Calhal. E] Calhal
080 *L.G.R.* (e nós temos sendo)e estamos na República de Curupuco.
081 *A.N.* → Léo (.) pergunta.
082 *L.G.R.* tá bom. [tá bom.]
083 *A.N.* só queria fazer essa observ[ação.]
084 *L.G.R.* [é só isso.]=
085 *A.N.* Perfeito. Millôr, quer comentar? Seguimos com a Roda.
086 *M.F.* Eu quero comentar (.) essa: essa digressão Quanto tempo
087 eu devo falar cada vez? Eu posso falar o que você quiser
088 [meio minuto, uma frase]
089 *A.N.* [a gente vai te cortando.] As respostas tão curtas tanto
090 possível.

Produzindo longos turnos de fala sem, contudo, sinalizar que se tratava de um prefácio para alguma ação conversacional que explicitasse a passagem de turno para o entrevistado, o entrevistador Leo Gilson Ribeiro acabou por negligenciar a fluência da conversa naquele ambiente interacional. Na linha 45, o ‘mediador’ se aproveita do equívoco de troca de nomes cometido pela segunda vez pelo ‘entrevistado’ para, além de fazer o reparo sobre sua fala, realizar a cobrança pela pergunta – a cobrança, na verdade, como vimos, pela criação de um *slot* para transição de turno. É como se dissesse: “concluindo, por favor”. Essa interpelação parece ser um etnométodo do RV para que o ‘entrevistador’ não monopolize a fala (ainda mais quando, como faz Leo Gilson Ribeiro, esta fala é pródiga em pausas e digressões anti-televisivas, como podemos ver na transcrição). Desse modo, há um processo de contextualização no sentido de garantir turnos de fala maiores para o ‘entrevistado’. Isso é tanto verdade que, na linha 60, o ‘mediador’ novamente passa a interpelar o ‘entrevistador’ – agora de maneira mais contundente, que se comprova pelo devido pedido de desculpas, de modo a suavizar a cobrança mais contundente – no sentido de que finalize seu turno de fala, fato que se repete, ainda, na linha 081.

Embora todas essas intervenções do ‘mediador’ – para que o ‘entrevistador’ crie um *slot* para transferência de seu turno de fala – tenham sido expressas pela cobrança por uma pergunta, podemos afirmar, como vínhamos fazendo, que o

‘mediador’ não está solicitando a ação de questionar, mas apenas a conclusão do turno de fala por parte do ‘entrevistador’, de modo a que a conversa, enfim, flua. Isso se confirma quando, nas linhas 082 e 084, o ‘entrevistador’ diz que não tem pergunta a fazer, sem que isso necessite justificativas por parte dele e nem que motive uma reprimenda por parte do ‘mediador’. Como vimos, não é vedado ao ‘entrevistador’ que produza turnos de fala com valor ilocucionário declarativo. As reprimendas – as cobranças na verdade – se deram devido a obstrução, efetuada pelo ‘entrevistador’ Leo Gilson, da fluência na fala-em-interação do RV. Na linha 084, Leo Gilson confirma que não tem efetivamente nenhuma pergunta a fazer e o mediador não o repreende por isso, como se dissesse “ah, mas você não fez uma pergunta... tem que fazer”. Ao contrário, o mediador valida o debate, o que prova, mais uma vez, que a solicitação de uma pergunta não era para se garantir uma sequência típica de entrevista – formada pelo par adjacente P-R – mas sim que o turno de fala do entrevistador não fosse muito longo, deixando os turnos longos apenas para o entrevistado que, afinal, é um falante especial no RV.

Aliás, esse fato – a expectativa de turnos mais curtos do ‘entrevistador’, que permitam ao ‘entrevistado’ usufruir mais do direito de falar – cria um contexto em que há uma assimetria entre ‘entrevistados’ e ‘entrevistadores’ no debate produzido no RV. E essa assimetria é um dado interessante pois poderia significar uma injustiça, uma vez que a interação é também categorizada como um ‘debate’.

Se notarmos bem, o crítico literário Leo Gilson Ribeiro estava, neste trecho de fala, realizando a ação de justificar seu elogio, feito em críticas em jornais impressos, às qualidades literárias do ex-presidente da república, José Sarney – já que Millôr, em turnos anteriores, havia colocado em dúvida as qualidades de Sarney enquanto escritor. As interpelações do ‘mediador’, portanto – pelo menos naquele momento – se não impedia, ao menos não estimulava que Leo Gilson fizesse sua justificativa do modo como ele desejaria fazer (uma longa digressão).

Aqui podemos ver um sistema de deveres e obrigações categoriais no debate do RV: enquanto o ‘entrevistado’ tem a obrigação de responder às perguntas que são colocadas pelo ‘entrevistador’ que, com isso, garante o monopólio da agenda do debate, o ‘entrevistador’ não pode ter o mesmo direito de fala que o ‘entrevistado’

em relação ao tamanho dos turnos. É uma espécie de “toma-lá-da-cá” para que se garanta algum equilíbrio interacional.

Neste ponto de nossa análise, em que começamos a abordar as questões do tamanho e da tomada dos turnos de fala, já estamos a observar outro sistema de organização da interação conversacional do RV: a *organização da tomada de turnos*.

VII.3.2. O sistema de tomada de turnos no corpo principal da fala-em-interação no RV: derivações do sistema de tomada de turnos das conversas informais

Em *Sistemática Elementar para a Organização da Tomada de Turnos para a Conversa*, Sacks, Schegloff e Jefferson afirmam que o sistema de tomada de turnos das conversas informais “pode ser descrito em termos de dois componentes e um conjunto de regras” (2003, pág.16). Após explicitarem o modelo de sistema por eles construído – através da explicação do que seriam esses dois componentes e esse conjunto de regras – os autores revelam uma série de fatos gerais, relativos à tomada de turno, que são observados no funcionamento de qualquer conversa informal.

O que faremos, agora, é compreender o sistema de tomada de turnos do Roda Viva a partir da derivação, em relação ao sistema de tomada de turnos das conversas informais, que ele impõem a esses dois componentes e conjunto de regras (tópico 7.3.2.1). Veremos também como é a relação do sistema de tomada de turnos do RV com os mesmos fatos gerais observados pelos autores para as conversas informais (tópico 7.3.2.2).

VII.3.2.1. Componentes e regras do sistema de tomada de turnos da fala-em-interação no RV

O modelo de sistema de tomada de turnos desenvolvido por Sacks, Schegloff e Jefferson para as conversas informais apresenta dois componentes – o

componente de construção de turno e o *componente de alocação de turno* – e um conjunto de regras que governam a aplicação desses dois componentes de maneira que se minimizem intervalos e sobreposições de turnos quando da transferência de um falante a outro.

Em relação ao *componente de construção de turno*, os autores afirmam que há vários tipos de unidade – sentenciais, clausais, sintagmáticas e lexicais – que um falante pode utilizar para construir um turno de fala. Esses tipos de unidade permitem, segundo os autores, uma projeção “do tipo de unidade em andamento, e, grosso modo, o quanto faltará para que uma ocorrência daquele tipo de unidade seja completada” (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003, pág. 16). Além disso, afirmam que cada finalização de uma unidade de construção de turno se constitui num lugar relevante para transição de turno: “a primeira finalização possível de uma primeira unidade desse tipo constitui um primeiro lugar relevante para a transição. A transferência da vez de falar é coordenada em relação a tais lugares relevantes para a transição” (2003, pág.16).

Sobre o *componente de alocação de turnos*, dizem os autores: “as técnicas de alocação de turno são divididas em dois grupos: (a) aqueles em que o turno seguinte é alocado pela seleção que o falante corrente faz de quem será o falante seguinte; e (b) aquelas em que um turno seguinte é alocado por auto-seleção” (2003, pág.16).

Quanto ao conjunto de regras que governam os componentes de *construção* e *alocação de turnos*, ele é formado por dois subconjuntos:

- (1) Para qualquer turno, no primeiro lugar relevante para transição de uma primeira unidade de construção de turno:
 - (a) Se o turno até aqui está construído de modo a envolver o uso de uma técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’, então a parte assim selecionada tem o direito e é obrigada a tomar o turno seguinte para falar; nenhuma outra parte possui tais direitos ou obrigações, e a transferência ocorre naquele lugar.
 - (b) Se o turno até aqui está construído de modo a não envolver o uso da técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’, então a auto-seleção para a próxima vez de falar pode ser instituída, mas não necessariamente; quem inicia primeiro adquire o direito ao turno, e a transferência ocorre naquele lugar.
 - (c) Se o turno até então é construído de forma a não envolver o uso da técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’, então o falante corrente pode, mas não precisa continuar, a menos que outro se auto-selecione.
- (2) Se, no primeiro lugar relevante para transição de uma primeira unidade de construção de turno, nem 1 a e nem 1 b operaram, e, seguindo a provisão 1 c, o falante corrente continuou, então o conjunto de regras a-c reaplica-se no próximo lugar relevante para a transição e recursivamente a seguir em cada

lugar relevante para a transição, até a transferência ser efetivada. (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, ANO, pág.16 e 17)

No modelo do sistema de troca de turnos apresentado acima para as conversas informais, os *papéis conversacionais* assumidos pelos falantes e a *atividade geral* a ser realizada na interação resultam das **escolhas locais** exercidas pelos participantes da interação e não de algo intrínseco ao sistema. No RV, ao contrário, o sistema de troca de turnos é **restringido** pela predefinição da atividade a ser realizada, assim como pelos papéis conversacionais necessários para que essa atividade ocorra.

Dito de outra forma, no RV o sistema de troca de turnos é sensível à atividade e às categorias de pertencimento omnirelevantes – com seus direitos e obrigações conversacionais – que os participantes têm de desempenhar obrigatoriamente. Essa sensibilidade da fala-em-interação no RV – quando comparada às conversas informais – restringe tanto o componente de construção como o de alocação de turnos, diminuindo as possibilidades de escolha local na transição de um falante a outro.

Em relação ao *componente de construção de turno* no sistema de troca de fala do RV, embora um turno também possa ser construído com diferentes tipos de unidades – sentenciais, clausais, sintagmáticas e lexicais, tal como nas conversas informais – não é, necessariamente, na primeira finalização possível de uma dessas unidades que se constitui um primeiro LRT (lugar relevante para transição). Há uma expectativa, embora não exclusiva – como vimos no tópico anterior – que o primeiro LRT no turno de fala do ‘entrevistador’ seja a finalização de uma forma gramatical interrogativa. Esse fato, como vimos, é recorrente em muitos dos diferentes tipos de entrevistas radiodifundidas.

Como afirmam Clayman e Heritage (2010, pág. 219) em relação às entrevistas jornalísticas radiodifundidas, os ‘entrevistados’ do RV restringem suas possibilidades de tomada de turno, em grande parte, ao momento perceptível da finalização de um questionamento, inviabilizando, desse modo, que as finalizações de unidades de construção de turno nos prefácios das perguntas sejam encarados como lugares relevantes de transição (LRT).

De modo análogo, os ‘entrevistadores’ do RV não usarão qualquer primeira finalização de unidade de construção dos turnos de fala dos ‘entrevistados’ como um primeiro LRT. Ao contrário, eles esperarão que a “resposta” – seja ela uma efetiva resposta ou apenas um turno responsivo em forma de comentário ou argumentação – esteja minimamente elaborada e com senso de completude.

Em alguns casos, é claro, existem LRTs, na interação conversacional do *Roda Viva*, semelhantes aos das conversas informais – como nos casos em que os pares adjacentes são compostos por comentários construídos sem que a PPP seja expressa pela forma gramatical interrogativa – mas esses apresentam uma prevalência expressivamente menor.

Em relação ao *componente de alocação de turnos*, o sistema de troca de fala do RV deriva as técnicas de alocação observadas nas conversas informais de modo a, também, restringir a escolha local pelos participantes. Enquanto nas conversas informais as técnicas de alocação – ‘falante corrente seleciona o próximo falante’; ou ‘auto-seleção da alocação de turno’ – são exercidas livremente pelos participantes de acordo com seus propósitos locais, no RV elas são confrontadas com algumas restrições básicas. Essas restrições são oriundas das incumbências conversacionais das categorias, ali, omnirelevantes – ‘entrevistado’; ‘entrevistador’; ‘debatedor’; ‘mediador’; ‘telespectador’ – e da atividade geral a ser realizada – ‘entrevista e debate num programa televisivo’. Essas restrições são expressas por quatro regras:

1-) *Regras de restrição da técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’:*

(a) de modo geral, o incumbente da categoria ‘entrevistador’, no RV, só seleciona como próximo falante o incumbente da categoria ‘entrevistado’.

(b) geralmente, o incumbente da categoria ‘entrevistado’ não seleciona o próximo falante, a não ser quando esse é o mesmo ‘entrevistador’ que o havia selecionado anteriormente. Ou seja, o ‘entrevistado’ não seleciona um *próximo* ‘entrevistador’ diferente daquele já corrente.

2-) *Regras de restrição da técnica de auto-seleção:*

(a) A prioridade da tomada de turno por auto-seleção é do ‘mediador’ e ela é exercida para: selecionar um próximo ‘entrevistador’ (que pode ser ele mesmo); iniciar ou finalizar o programa; suspender e reiniciar o programa atendendo aos intervalos da emissão; e iniciar a fase principal da interação.

(b) Durante o turno de fala do ‘entrevistado’, o ‘entrevistador’ que for o participante corrente da sequência conversacional em curso tem prioridade na auto-seleção para tomada de turno em relação a outros ‘entrevistadores’ (com exceção do ‘mediador’).

A partir das características acima colocadas para o sistema de tomada de turno do RV, podemos perceber com maior refinamento o *design* sequencial da interação conversacional na fase principal (fase ‘*entrevista com debate*’) da OEG (organização estrutural global) da fala-em-interação no RV: (PPPs-SPPs)ⁿ-[IM], em que o par adjacente entre parênteses refere a troca de fala por n vezes (uma macro sequência) entre um *mesmo* ‘entrevistador’ (responsável pela produção de PPPs) e o ‘entrevistado’ (responsável pela produção de SPPs); e IM, entre colchetes, significa *intervenção do mediador* – sendo ela: opcional (mas prioritária) quando da passagem de um ‘entrevistador’ a outro; ou obrigatória, quando da mudança de fase interacional do programa. Como veremos à frente, a variável n é ordenada por algumas circunstâncias específicas.

O que esse *design sequencial* específico revela é um claro controle, por parte do ‘mediador’ do programa, na alocação dos turnos de fala. Isso mostra que a alocação de turnos, em si, é uma de suas atividades categorialmente conectadas (ACCs). Mesmo quando não é detentor do turno de fala, é ele quem tem prioridade na seleção do próximo entrevistador (que pode ser, ou não, ele próprio), podendo interromper uma sequência que ocorre entre um ‘entrevistador’ corrente e o ‘entrevistado’.

O controle que o ‘mediador’ do RV tem na distribuição da fala, por meio de suas intervenções, coloca uma questão pertinente aos objetivos de nossa pesquisa: como são realizadas essas intervenções? Quando elas ocorrem? Com que propósito? Como veremos mais à frente – e como já antecipamos no item anterior da análise –

as intervenções do mediador parecem funcionar no sentido de garantir fluência na interação conversacional, de modo a que o ‘telespectador’ mantenha sua atenção focada no programa – ou seja, parecem servir para a *fluência televisiva* da fala-em-interação que ali ocorre. Além disso, as intervenções do mediador parecem também assegurar uma distribuição democrática da palavra – o que ajuda a corroborar a percepção de José Luiz Braga (2006) sobre esse programa televisivo ser uma espécie de encenação da esfera pública.

Os argumentos que sustentam tais afirmações estarão disponíveis no próximo item de análise, aquando do aprofundamento e problematização dos componentes de construção e alocação de turno no RV. Aqui, basta a compreensão de que o sistema de tomada de turno no RV, ainda que permita as técnicas de alocação de turno também vistas nas conversas informais – ‘falante corrente seleciona o próximo’ e ‘auto-seleção para tomada de turno’ – restringe essas técnicas devido à sensibilidade que apresenta aos direitos e obrigações conversacionais das categorias de pertencimento ali presentes que, por sua vez, são necessárias para a realização da atividade principal daquele tipo de interação – ‘entrevista e debate do programa televisivo RV’.

Agora, iremos observar algumas características gerais da interação conversacional do RV oriundas do funcionamento de seu sistema de troca de fala – expresso acima pelas restrições que impõe às escolhas dos participantes nas técnicas de alocação e construção de turnos. Para isso, cotejaremos características da fala-em-interação no RV com as das conversas informais – apresentadas por Sacks, Schegloff e Jefferson (2003) – relativas ao funcionamento do sistema de troca de turnos. Essas características se referem: à *recorrência da troca de falante*; à *sincronicidade da fala*; à *ordem dos turnos*; ao *tamanho dos turnos*; à *extensão da interação*; à *especificidade da fala*; à *distribuição dos turnos*; ao *número de participantes*; à *continuidade da fala*; às *técnicas de alocação de turnos*; às *unidades de construção de turnos*.

Essa comparação revelará os constrangimentos colocados pelo sistema de tomada de turno do RV – que, como vimos é oriundo de restrições de escolhas locais – nas possibilidades de ação dos participantes.

VII.3.2.2. Características Gerais da troca de turno na fala-em-interação no RV

VII.3.2.2.1. Da recorrência da troca de falante e das unidades de construção de turnos

Como nas conversas informais, no RV a troca de falantes também ocorre, embora de uma maneira pré-especificada.

Nas conversas informais,

a possibilidade de troca de falantes está embutida, recursivamente, no interior de cada construção de turno e recursivamente para cada novo turno, porque qualquer exemplo de tipo de unidade, a partir do qual um turno pode ser construído, atingirá um lugar relevante para a transição, no qual as duas primeiras opções de prioridade [regras 1a e 1b] envolvem a transferência de turno para um falante seguinte. (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003, pág. 18)

Na interação conversacional do RV, contudo, embora a possibilidade de troca também esteja embutida recursivamente no interior de cada turno, na maioria dos casos ela não surge em qualquer finalização de unidade de construção de turno, como vimos.

Quando a ação desempenhada numa PPP construída pelo entrevistador é uma pergunta, por exemplo, as finalizações das unidades de construção de turno nos prefácios das perguntas não são, no RV, lugares relevantes de transição (LRTs). A transcrição abaixo mostra claramente que, neste caso, há uma restrição de troca de turno condicionada à finalização de uma unidade gramatical apresentada em forma interrogativa.

Trecho de transcrição nº 18

Entrevistado: Celso Amorim

Entrevistador: Roberto Lameirinhas

001 R. L. Ministro por favor ãh::: em relação à ampla gama de: de
002 fóruns e:: entidades internacionais dos quais o Brasil
003 participa (0.6) que a Claudia tinha: (0.4) comentado.hh
004 é:: a gente te::ve: o caso da Unasul que foi (0.5) é:
005 iniciativa brasileira .hh pra:: que se (.) é: ajudasse a

006 → construir a integração (.)sulamericana .hh é::: este
007 fórum acabo::u (0.5) é:: (0.3) sofrendo (.) alguma:
008 oposição por parte da da (.) da:: diplomacia da
009 → Venezuela .hh porque o presidente Hugo Chavez tava:
010 empenhado na criação da Alba e achava .hh que essa
011 → entidade devia ser mais ampla .hh é:: a ideia da Unasul
012 ainda está de pé?
013 C.A. Nã:: a- os pa- os presidentes assinaram ((continua))

As linhas apontadas por setas indicam os lugares que poderiam ser considerados LRTs nas conversas informais. Contudo, por ser tratar de uma interação conversacional do RV, não apresentam tal sensibilidade para mudança de turno. Isso ocorre pois a atividade geral ali realizada é uma entrevista, e uma das maneiras que os participantes demonstram estar colaborativamente construindo tal atividade é respeitando os LRTs apropriados para essa situação – nesse caso, esperando pela finalização da unidade construída com forma gramatical interrogativa quando da transição do ‘entrevistador’ para o ‘entrevistado’. Em suma, não utilizar qualquer finalização de UCT (unidade de construção de turno) como um LRT é uma maneira de relatabilidade da situação *entrevista*.

Como a fala em interação no RV pode ser caracterizada não apenas como entrevista, mas também como debate, há uma competência e uma sensibilidade local dos participantes para produzir e reconhecer turnos de fala que sejam típicos de uma entrevista – nos quais os LRTs ficam restringidos – e turnos que são típicos de um debate – nos quais pode haver, em alguns casos, menor restrição para LRTs. E não devemos esquecer, também, dos turnos dos ‘entrevistadores’ em que há uma efetiva hibridização, em suas UCTs, entre questionamentos e comentários, ou questionamentos e pedidos de argumentação, como vimos – o que faz com que os LRTs sejam, ali também, ordenados pela forma interrogativa.

No caso da transcrição acima, o ‘entrevistador’ começa a produção de seu turno com expressões indicativas de que produzirá uma pergunta – na linha 001, em que as expressões “por favor” e “em relação” podem indicar, nesse tipo de situação, o início de formulação de um questionamento –, possibilitando ao ‘entrevistado’ o reconhecimento daquele turno como um turno típico de uma entrevista. Dessa maneira, o entrevistado restringirá a tomada de turno apenas quando da produção da forma gramatical interrogativa que produzirá a ação de questionamento.

Nos casos, um pouco menos prevalentes, em que os ‘entrevistadores-debatedores’ do RV, constroem seus turnos de fala apenas com formas gramaticais declarativas, como nos *comentários* ou *críticas* – e sem que se constitua a ação de questionar – a troca de turnos de fala se assemelha ao da conversa informal, já que, num comentário ou numa crítica, e sem a sinalização evidente das formas interrogativas, como no caso das perguntas, é mais difícil a percepção clara de quando se atingiu completude. Dessa maneira, a troca de falantes pode ocorrer, tal como nas conversas informais, em qualquer primeiro LRT de uma primeira unidade de construção de turno. Esse fato é mais um indício de que a expectativa por perguntas é, na verdade, uma expectativa pela fluência televisiva da interação conversacional do RV, já que com LRTs restritos (quando o turno é construído interrogativamente), menor possibilidade há tanto de sobreposições de fala como de turnos de fala precocemente finalizados por auto-seleção de um falante não corrente.

VII.3.2.2.2. Da sincronicidade da fala

Nas conversas informais, três são as características, segundo Sacks, Schegloff e Jefferson (2003, pág. 14), quando as consideramos em relação à *sincronicidade da fala*: “na grande maioria dos casos, fala um de cada vez”; “ocorrências de mais de um falante por vez são comuns, mas breves” e; “transições (de um turno para o próximo) sem intervalos e sem sobreposições são comuns. Junto com as transições caracterizadas por breves intervalos ou ligeiras sobreposições, elas perfazem a grande maioria das transições”.

Na interação conversacional do RV, essas três características se mantêm, embora também com restrições. Em relação à primeira característica – “na grande maioria dos casos, fala um de cada vez” – os autores afirmam que, nas conversas informais

esse fato é possibilitado por duas características do sistema: primeiro, o sistema aloca um turno único para cada falante; qualquer falante adquire, como turno, direitos exclusivos de falar até a primeira finalização possível de uma primeira ocorrência de

um tipo de unidade – direitos que são renováveis para cada próxima ocorrência de um tipo de unidade a seguir, pela operação da regra 1c. Em segundo lugar, toda transferência de turno é coordenada em torno de lugares relevantes para a transição, que são por sua vez determinados através de pontos de finalização possíveis para ocorrências dos tipos de unidade. (2003, pág.19)

Na interação conversacional do programa RV , do mesmo modo que nas conversas informais, um falante fala de cada vez, na grande maioria dos casos – o que não é de se estranhar dada a sensibilidade deste tipo de interação conversacional para a presença do telespectador que, de outro modo, talvez não conseguisse manter sua atenção focalizada. Esse fato também ocorre, no RV, devido as mesmas duas características encontradas nas conversas informais: o fato de o sistema alocar um turno único para cada falante e a transferência ocorrer em torno de LRTs. Contudo, no RV, como vimos no item acima, não será qualquer finalização de unidade de construção de turno passível de ser caracterizada, a qualquer momento da interação, como um LRT, como acontece nas conversas informais. Esse fato, aliás, garante maior probabilidade de não sobreposição de fala já que, diminuindo-se as possibilidades de transição, menos chance haverá de disputa por turnos, ainda mais quando a interação tem múltiplos falantes, como é o caso do RV.

Em relação à segunda característica que a interação conversacional do RV compartilha com as conversas informais em relação à *sincronicidade da fala* – “ocorrências de mais de um falante por vez são comuns, mas breves” – podemos perceber que as restrições impostas ao sistema de troca de fala do RV parecem minimizar, ainda mais do que nas conversas informais, a possibilidade de sobreposição de fala – o que também é esperado, dada a orientação da fala no RV para o ‘telespectador’. Isso parece ocorrer – além do que já apontado acima – devido às restrições à auto-seleção para tomada de turno.

Segundo a regra 1b das conversas informais – que diz respeito à auto-seleção para tomada de turno – o sistema de troca de fala “ao alocar um turno para aquele auto-selecionador que começa primeiro, estimula o começo mais prematuro possível para cada auto-selecionador” (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003, pág.19). No RV, contudo, ainda que exista possibilidade de auto-seleção por um ‘entrevistador’ – principalmente quando a fala-em-interação se concentra entre um

mesmo ‘entrevistador’ e o ‘entrevistado’ – a alocação de turnos quando se muda de ‘entrevistador’, em grande parte dos casos, é exercida por intervenção do mediador (IM). Dessa maneira, numa interação com múltiplos falantes como é a do RV, a disputa por auto-seleção quando da mudança de um ‘entrevistador’ para outro, é reduzida. E mesmo nos casos raros em que existe a auto-seleção por um ‘entrevistador’ não corrente, ou seja, sem que seja realizada a intervenção do mediador (IM), isso ocorre de forma mais ou menos ordenada e restrita a certas condições específicas, como veremos no item VII.3.2.2.9.

Abaixo, um exemplo da intervenção do mediador (IM) com intuito de alocação de turno a um próximo ‘entrevistador’ (indicado pela seta), limitando a disputa por turnos e, conseqüentemente, a sobreposição:

Trecho de transcrição nº 19

Entrevistado: Lobão

Entrevistador: Ivan Finotti

Mediador: Augusto Nunes

001 L ((longo turno)) Infelizmente a verdade é essa
002 A. N. → Ivan Finotti
003 I.F. Lobão (.) você que adora uma polêmica ((continua))

Aqui, é preciso fazer uma observação: embora possa haver, marginalmente, auto-seleção de um ‘entrevistador’ não corrente – sem a IM, portanto – há uma outra maneira de auto-seleção por um ‘entrevistador’, no RV, mas que, ainda assim, necessita da intervenção do ‘mediador’: esse falante solicita um turno de fala ao ‘mediador’, fazendo a ele um sinal para entrar na fila de falantes – até onde nos foi possível observar pelas imagens do programa. É o que estamos chamando de *auto-seleção mediada* – tal como também acontece nas perguntas feitas pelos telespectadores, já que a obtenção do turno solicitado por auto-seleção dependerá da alocação feita pelo ‘mediador’ e pelos produtores do programa (pois são esses últimos que enviam, ou não, ao ‘mediador’, a pergunta feita por um ‘telespectador’).



figura 3: Sinal feito por um incumbente da categoria ‘entrevistador’ ao incumbente da categoria ‘mediador’: exemplo de *auto seleção mediada*

Todas essas características acabam por restringir as ocorrências de sobreposição de fala. Porém, elas não são inexistentes no RV e podem ocorrer mesmo que, a-) os LRTs sejam, ali, menos frequentes do que aqueles vistos nas conversas informais, b-) que a auto-seleção pelos ‘entrevistadores’ seja reduzida e, c-) que a distribuição de turnos seja amplamente ordenada pelo ‘mediador’.

De todo modo, sobreposições não breves parecem ser acomodadas da mesma maneira que nas conversas informais, indicando alguma desordem na interação. Entre os tipos de desordem mais marcados numa emissão do RV estão as raras, porém existentes, disputas como as já aqui assinaladas. Mas o fato, visto no tópico anterior de análise, de que a fala-em-interação no RV apresenta um nível ótimo de tensão – que, embora não permita demasiada consensualidade entre os participantes também não favorece que o nível de tensão extrapole para uma briga – é um fator que restringe, ainda mais, as possibilidades de sobreposição.

O que podemos concluir sobre a questão da sincronicidade da fala no RV é que, do mesmo modo que nas conversas informais, as transições sem intervalo e sem sobreposição, juntamente com as transições coordenadas por um pequeno intervalo ou por uma pequena sobreposição, perfazem a maior parte das transições

de turno. As transições sem intervalo e sem sobreposições também ocorrem no RV pelo mesmo motivo que ocorrem nas conversas informais, ou seja, pelo fato de serem organizadas em torno de LRTs, que são uma importante âncora de intersubjetividade na troca de fala, permitindo uma transição bem coordenada. As diferenças de sincronicidade entre as conversas informais e as interações conversacionais do RV – que apresentam menor potencialidade de intervalos e sobreposições – são relativas à maior ordenação prévia dos LRTs na interação do RV e ao respectivo controle local dessa ordenação, seja por parte do ‘mediador’, seja pela ação colaborativa dos outros falantes na gestão da transição da fala.

VII.3.2.2.3. Da ordem e distribuição dos turnos

Nas conversas informais, a ordem dos turnos é variável. Segundo Sacks, Schegloff e Jefferson,

esse fato é produzido por uma combinação de duas características do sistema: (a) um único turno é alocado de cada vez; e (b) para cada uma dessas alocações, uma série de opções é fornecida, cada uma das quais pode fornecer próximos falantes diferentes. Assim, a ordenação dos falantes, sendo localmente controlada (isto é, turno por turno), pode variar. (2003, pág. 23)

No RV, por sua vez, a variação na ordem dos turnos dos falantes apresenta muito menos flexibilidade devido às restrições impostas pelo seu sistema de troca de turnos.

Vimos, por exemplo, que a **regra de restrição 2a** do sistema de troca de turnos do RV mostra que os turnos que iniciam e finalizam a interação são da incumbência do ‘mediador’, sem possibilidade de variação. O mesmo acontece com os turnos que sinalizam suspensão temporária da emissão do programa para dar lugar ao intervalo comercial, assim como os turnos que sinalizam a retomada da emissão após o intervalo.

Outro tipo de restrição na ordem dos turnos é dado de acordo com **regra de restrição 1a** – que expressa que, “de modo geral, o incumbente da categoria ‘entrevistador’ só pode selecionar como próximo falante o incumbente da categoria

‘entrevistado’ – o que mostra uma alta rigidez na ordenação de turnos na fase principal da organização estrutural global (OEG) do RV, ainda mais pelo fato de o ‘entrevistado’ ser uma única pessoa em cada emissão.

Enfim, o conjunto de regras de restrição da tomada de turnos no RV, decorre, majoritariamente, da organização sequencial prototípica realizada na fase principal do RV – expressa pela fórmula (PPPs-SPPs)ⁿ-[IM] – e revela uma ordenação e distribuição de turnos bastante invariáveis. Sendo participantes únicos tanto o ‘mediador’ – responsável pelos turnos que compõem a IM – como o ‘entrevistado’ – responsável pelos turnos que compõem as SPPs da formulação acima – a possibilidade de variação na ordem e distribuição dos turnos dos falantes se restringe àqueles turnos reservados aos incumbentes da categoria ‘entrevistador’ – as PPPs da formulação acima – que podem ser tomados por diferentes participantes incumbentes dessa categoria.

É interessante observar que a tendência nas conversas informais de “o falante imediatamente anterior ao falante corrente ser selecionado como o falante seguinte” (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003, pág. 23) também acontece no RV. É o que justifica a **regra de restrição 2b** – “durante o turno de fala do ‘entrevistado’, o ‘entrevistador’ que for o participante corrente da macro-sequência conversacional em curso tem prioridade, em relação a outros ‘entrevistadores’ (com exceção do ‘mediador’) na auto-seleção para tomada de turno”. Essa tendência, aliás, é mais um fato que ajuda a demonstrar a pertinência daquela fórmula prototípica das sequências da fase principal do RV.

VII.3.2.2.4. Do tamanho dos turnos

A variabilidade no tamanho dos turnos nas conversas informais se deve, segundo Sacks, Schegloff e Jefferson, a dois fatores. O primeiro é explicitado abaixo:

A disponibilidade de uma gama de tipos de unidades a partir dos quais os turnos podem, inicialmente, ser construídos (uma gama que varia no parâmetro de extensão) e a disponibilidade de um falante corrente poder selecionar livremente entre esses tipos de

unidade possibilitam que, para um conjunto de turnos, cada um dos quais contendo apenas a única unidade à qual um falante tem direito inicialmente em virtude de ter um turno, os turnos do conjunto possam ter tamanhos variados. Sob esse aspecto, as construções frasais são os mais interessantes tipos de unidade, devido às expansões em extensão geradas internamente que elas permitem – e, em particular, por permitirem ANTES dos primeiros lugares de finalização possível. (2003, pág. 24)

O segundo fator é o seguinte:

A regra 1c fornece a possibilidade de que qualquer falante corrente possa ter a chance de produzir mais de uma única ocorrência de um tipo de unidade. A possibilidade de operação da regra 1c significa que o sistema não define o tamanho máximo do turno, embora o componente de construção de turno determine o tamanho mínimo do turno. Uma vez que a regra 1a fornece a qualquer falante corrente uma técnica de finalização de turno que pode ser empregada em qualquer lugar relevante para a transição, a variabilidade do tamanho do turno é sistematicamente viabilizada, independentemente da fonte. (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003, pág. 25)

Tal como nas conversas informais, a organização da fala-em-interação no RV também não define um tamanho máximo mas um tamanho mínimo do turno – que, nos dois casos, é determinado pela possibilidade de turnos formados por uma única unidade de construção de turno. Contudo, no RV, é reduzida a possibilidade desse tipo de turno. Se olharmos, por exemplo, os turnos de fala dos ‘entrevistadores’, veremos que a expectativa por formas interrogativas favorece a construção de turnos com múltiplas unidades – já que, não raro, a ação de questionar, no RV, é um veículo para a realização de outras ações (geralmente, solicitação de argumentos, como vimos anteriormente) que serão definidas por prefácios à pergunta. Esses prefácios, claro, aumentam os tamanhos dos turnos se comparados ao das conversas informais. Além disso, como vimos, as finalizações de unidades de construção de turno nos prefácios não são encaradas, no RV, como LRTs, o que inibe uma finalização rápida dos turnos de fala, ao contrário do que pode acontecer nas conversas informais – ainda que, em ambos os casos, diferentes tipos de unidades possam ser utilizados para a construção de turno.

De qualquer maneira, ainda que a expectativa de formas interrogativas propicie a construção de turnos maiores que os das conversas informais, ela também funciona como um fator limitante do tamanho do turno. Isso é possível pois o ‘mediador’ pode, quando julgar necessário, pressionar o ‘entrevistado’ para que produza a “pergunta” e, assim, finalizar o turno e não prejudicar a fluência televisiva esperada para aquela interação conversacional.

Além disso, a questão dos tamanhos dos turnos e sua incidência na fluência da interação é algo que parece não passar despercebido aos participantes, como podemos ver na transcrição abaixo:

Trecho de transcrição nº 20

Entrevistado: Millôr Fernandes

Mediador: Augusto Nunes

001 *A.N.* Casemiro depois Maurício pra completar a roda
002 *M.F.* → Quer que eu fale mais curto?

Embora o tamanho dos turnos no RV não seja fixo, a produção de turnos excessivamente extensos que prejudiquem a fluência da fala que ali se desenvolve é algo a que os participantes, no geral, são sensíveis. Quando essa sensibilidade não ocorre, contudo, o mediador pode intervir, como podemos ver na seguinte transcrição:

Trecho de transcrição nº 21

Entrevistado: Caetano Veloso

Mediador: Matinas Suzuki

001 *C.V.* ((longo turno de fala))
002 *M.S.* → [Caetano]
003 *C.V.* Tô respondendo longamente [demais né?]

A sensibilidade dos participantes ao tamanho adequado dos turnos de fala no RV é relatável não apenas pela efetiva produção de turnos de tamanho adequado mas, também, como nos casos acima, pela sondagem explícita, por parte de um participante, sobre a adequação de sua fala (trechos de transcrição 20 e 21). Mas, caso um participante não adeque o tamanho de seu turno de fala à situação, há

sempre a possibilidade de intervenção do mediador (IM), como também vemos no trecho de transcrição nº 21 e como já visto anteriormente.

VII.3.2.2.5. Da extensão da interação

A extensão de uma conversa informal, segundo Sacks, Schegloff e Jefferson, não depende, necessariamente, do sistema de tomada de turnos (2003, pág.25). O mesmo ocorre com o RV. Em ambas as modalidades de interação conversacional, o “encerramento [...], e portanto sua extensão, é gerado de forma interna à sua trajetória em desenvolvimento” (2003, pág. 25).

No RV, a extensão da interação é determinada pelo tempo pré-especificado das emissões do programa, dentro da grade de programação da emissora. Esse fator limitante da fala-em-interação obriga que o ‘mediador’ a encaminhe para sua finalização no momento apropriado. Esse encaminhamento pode se dar de várias formas, desde a simples interrupção após um turno de fala do ‘entrevistado’ até a escolha – e devida sinalização – de um *último* ‘entrevistador’ que deverá iniciar uma *última* sequência com o ‘entrevistado’.

É interessante notar que, diferentemente das conversas informais, a finalização da interação conversacional do RV pode ocorrer depois que um falante – no caso, o ‘mediador’ – utiliza a técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’. Isso ocorre devido à natureza midiática da interação conversacional do RV, que a diferencia das conversas informais. Nas conversas informais, a finalização da interação conversacional não ocorre depois que algum falante utilizou a técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’ (SACKS, SCHEGLOGG e JEFFERSON, 2003, pág.25) pois, quando isso ocorre, cria-se a expectativa de que o falante selecionado – que se encontra presente ao mesmo tempo e no mesmo espaço – produza, na sequência, um turno de fala responsivo. No RV, diferentemente, a finalização pode ocorrer no momento em que o ‘mediador’ utiliza a técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’:

Trecho de transcrição nº 22

Mediador: Augusto Nunes

001 A. N. Nós agradecemos sinceramente a presença do
002 Millôr Fernandes aqui no Roda Viva (0.5) p-que eu acho
003 que a presença .hh a participação do Millôr (.) é é um
004 sinal de que pode haver vida inteligente na televisão.
005 muito obrigado ao Millôr. (.)((orientando-se aos
006 telespectadores)) muito obrigado aos telespec- aos
007 telespectadores que nos telefonaram aos entrevistadores
008 (.)((orientando-se aos convidados)) e aos convidados da
009 da produção aqui presentes.((novamente dirigindo-se aos
010 telespectadores)) o roda viva volta na segunda feira às
011 nove e vinte cinco (.) boa noite

Tal como na sequência de abertura, vemos nesta sequência de encerramento que o ‘mediador’ seleciona o ‘telespectador’ – agradecendo, desejando boa noite e informando sobre a data e hora da próxima emissão do Roda Viva – mesmo que o ‘telespectador’ não possa produzir um turno verbalizado nesta fase da interação. Se, na sequência de abertura, o turno de fala do ‘mediador’ projetava para o ‘telespectador’ a ação de focalização da atenção, aqui, na sequência de encerramento, o ‘mediador’, ao orientar o corpo para a câmera, agradecer e dizer “boa noite”, projeta para o ‘telespectador’ a ação de desfocalização da atenção, além de convocá-lo para a próxima emissão. O fato de o ‘telespectador’ não poder produzir turnos de fala nessa fase da interação explica a razão de, nesse tipo de situação, a interação poder ser finalizada depois de que ocorra a técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’.

Além disso, observamos na transcrição que os ‘participantes’ presentes no estúdio também foram selecionados – através de um agradecimento – e, mesmo podendo produzir turnos de fala, retribuindo o agradecimento, não o fizeram e a interação finalizou. Esse etnométodo realizado pelos ‘participantes’ presentes no estúdio – não produzir turnos de fala na sequência de encerramento, mesmo depois de serem selecionados pelo turno de fala do ‘mediador’ – é uma maneira local e situada de relatabilidade da situação ‘interação conversacional em uma emissão de programa televisivo com tempo definido’. Faz parte, portanto, do processo de

contextualização da interação. É um etnométodo do RV (e de, possivelmente, outros programas de mídia radiodifundida).

VII.3.2.2.6. Da especificidade da fala

As restrições no sistema de tomada de turnos do RV – como vimos, oriundas da predefinição da atividade geral e dos papéis conversacionais a serem ali desempenhados – estabelecem que os falantes tenham que realizar, em seus turnos de fala, determinados tipos de ações.

Além das ações predefinidas que o ‘mediador’ deve realizar nos turnos de fala que iniciam e finalizam a interação – *saudar, apresentar* os ‘convidados’, *informar* sobre a possibilidade de participação dos ‘telespectadores’, no caso do início da interação; e *despedir* e *informar* sobre a data e hora da próxima emissão, no caso da finalização da interação –, os outros participantes deverão realizar, em seus turnos de fala, ações que decorrem da categoria de pertencimento de que têm a incumbência. Desse modo, os ‘entrevistadores’ restringirão seus turnos de fala à realização de *perguntas, comentários, críticas* e *pedidos de argumentos* e os ‘entrevistados’ – devido ao fato de ocuparem seus turnos de fala com SPPs – deverão restringir seus turnos de modo que atendam à relevância condicional projetada pelas PPPs produzidas pelos ‘entrevistadores’, necessariamente produzindo *respostas, comentários, contra-argumentos*. Os turnos de fala do ‘mediador’ também deverão acomodar a ação de *alocar* turnos de fala a um próximo ‘entrevistador’ que não o corrente, assim como as de *suspender* e *retomar* a emissão do programa por ocasião do intervalo comercial.

Em qualquer interação conversacional – mesmo no caso das conversas informais –, o turno de fala de qualquer dos falantes é constrangido pelas ações realizadas no(s) turno(s) que o antecede(m). A diferença entre as interações conversacionais informais e as institucionalizadas decorre do fato de que o constrangimento turno-a-turno das ações, no caso das conversas informais, é

localmente gerido – ao passo que nas interações institucionalizadas já é algo, pelo menos parcialmente, pré-regulado.

Vejamos o que diz Levinson sobre o constrangimento turno-a-turno nas conversas informais: “the first topic slot immediately after the opening section is a privileged one: it is the only one that is likely to be almost entirely free from topical constraints arising from prior turns” (2013, pág. 312). Por esta afirmação, podemos compreender o caráter de livre escolha local para realização de ações nas conversas informais. Quando os participantes iniciam uma interação deste tipo, não há projeção prévia do que devem realizar. Na interação conversacional do RV, contudo, o primeiro turno imediatamente posterior à sequência de abertura já é um turno constrangido, pois a própria sequência de abertura do RV – uma sequência de tipo ‘convocação-resposta’ – cria relevância condicional para o que vem a seguir. Isso se explica pelo fato, também apontado por Levinson, de que “[...]summons-answer sequences are little different from other adjacency pairs (like greetings-greetings, offers-acceptances/refusals) in that **they are always a prelude to something**” (2013, pág.310, grifo nosso). Como na sequência de abertura do RV – uma sequência de tipo ‘convocação-resposta’ (*summons-answer*), como vimos – já se explicita a atividade geral que deverá ser realizada pelos participantes da interação – os convocando a nela se engajarem – o primeiro turno subsequente à sequência de abertura já é um turno constrangido pelo turno anterior.

Desse modo, no RV, logo no início do corpo principal da interação já há a expectativa de que certas ações sejam realizadas pelos incumbentes das categorias que têm como ACCs (atividades categorialmente conectadas) a realização dessas ações. Qualquer desvio dessas expectativas pode gerar justificativas ou pedidos de explicação. Caso não ocorram as devidas explicações para a quebra das expectativas da realização das ações previamente determinadas, uma potencial desordem interacional pode ocorrer.

Para ilustrarmos o caráter de constrangimento das ações a serem realizadas pelos falantes do RV, que impede a livre escolha local do que dizer (e fazer), vejamos a transcrição abaixo:

Trecho de transcrição nº 23

Mediador: Paulo Markun

Entrevistador: Hédio da Silva Jr.

Entrevistador: Reinaldo Azevedo

001 H.S. Jr. eu tô entendendo (.) que <digamos assim> é: possível (.)
002 que as pessoas tenham dúvidas que as pessoas se
003 colo:quem enfim (0.2) mais que a gente tente mante::r o
004 debate digamos assim num certo nível (.) [por que]
005 P.M. [professor Hédio,] o senhor desculpa [mas essa essa]
006 H.S. Jr. [nã::o por que] esse [tipo de afirmação]
007 P.M. [só um minutinho] essa afirmação que o senhor faz [só um
008 minutinho essa afirmação que o senhor faz]
009 H.S. Jr. [de um erro por exemplo de um erro de gráfica eu acho
010 realmente descabido aqui]
011 R.A. [sugeri que eu não li o livro eu li]
012 P.M. [só um pouquinho vamos esclarecer]
013 H.S. Jr. [e eu quero citar uma obra]
014 P.M. [eu quero esclarecer] a ordem do programa só um
015 minutinho (1.2) quem pode fazer esse tipo de avaliação
016 sou eu (0.7) que sou o mediador do programa e não estou
017 fazendo (.) por que acho que não é necessário acho que o
018 (0.5) o Reinaldo de Azevedo tem todo direito de achar
019 que tem erro onde ele quiser (0.4) e ele está aqui para
020 perguntar e opinar (0.2) assim (.) como (.) o professor
021 Hédio tem (0.2) não o direito mas a obrigação por tá no
022 centro do Roda Viva (0.5) de expor suas questões com a
023 maior (.) clareza
024 H.S. Jr. [claro que sim]
025 P.M. [eu só não quero] que a gente transforme isso aqui (.)
026 em julgamento da opinião das pesso[as (0.2) porque ela é
027 livre]
028 H.S. Jr. [sim eu (0.3)] e eu e eu tô entendendo que se o
029 professor Hédio Santos tivesse sido: convidado (0.6)
030 para que o livro dele fosse sofrer aqui uma revisão
031 ortográfica ele investiria esse tempo em outra coisa. E
032 quero dizer o seguinte: na história
033 R.A. eu li o livro e eu [garanto que eu posso discutir página
034 por página] e [está tudo marcado aqui]
035 H.S. Jr. [sim, sim] [Não, que bárbaro]
036 R.A. [eu sou] um debatedor [responsável e] sei o que estou
037 falando
038 H.S. Jr. [bá::rbaro] agora eu tô entendendo (0.1) que o fato do
039 movimento negro tá propondo (0.2) propondo (0.1) por que
040 não foi nada instituído ainda (0.2) é só uma ideia (1.0)
041 é só uma ideia (.) que as pessoas podem ser contra ou a
042 favor (0.2) o que eu não entendo digamos assim é essa
043 cólera por que existe uma proposição (.) então eu
044 entendo que [o professor Hédio representa]
045 R.A. [eu não expressei cólera nenhuma]
046 P.M. não há cólera [nenhuma]
047 H.S. Jr. [eu entendo] que o professor Hédio representa um
048 pensamento (0.2) que é um pensamento que conseguiu
049 inclusive ingressar na disputa (.) presidencial nas
050 últimas eleições então ((dirigindo-se ao entrevistado))
051 eu gostaria que o senhor retomasse um corpo (0.1)
052 [especificamente]

053 P.M. [só um pouco] ele vai retomar depois do intervalo por
054 que isso aqui é um programa (.) e quem tá mediando o
055 programa é: não é o senhor sou eu (0.3) nós vamos para o
056 intervalo e já voltamos

Como podemos observar no primeiro turno da transcrição, realizado por um ‘entrevistador’, há um desvio de função categorial: o ‘entrevistador’ não realiza o que, ali, se espera dele – *questionar* o entrevistado; *opinar sobre* e *contra-argumentar* a fala do entrevistado – mas realiza uma ação que é exclusiva do ‘mediador’ – *comandar* a interação conversacional. Isso fica claro nas linhas 003 e 004: “que a gente tente mante::r o debate digamos assim num certo nível”. O ‘entrevistador’ Hédio da Silva Jr. está cometendo nesse turno de fala a quebra de uma das *regras de restrição* por nós observadas para a interação conversacional do RV, a *regra de restrição 1a* (aquela que diz que *o incumbente da categoria ‘entrevistador’, no RV, só seleciona como próximo falante o incumbente da categoria ‘entrevistado’*).

Esta afirmação é confirmada pela leitura dessa fala feita pelo ‘mediador’ do programa, expressa a partir da linha 14: “[eu quero esclarecer] a ordem do programa só um minutinho (1.2) quem pode fazer esse tipo de avaliação sou eu (0.7) que sou o mediador do programa”.

Este fato mostra que a interação conversacional no RV é sensível à especificidade accional das categorias de pertencimento. Ao tentar realizar ações típicas de **mediação**, o participante Hédio da Silva Jr., um ‘entrevistador’, propõe uma quebra na ordem conversacional do RV. Tal fato, notado e relatado por Paulo Markun – o efetivo ‘mediador’ do programa – foi, por isso mesmo, rechaçado: “[só um pouco] ele vai retomar depois do intervalo por que isso aqui é um programa (.) e quem tá mediando o programa é: não é o senhor sou eu (0.3) nós vamos para o intervalo e já voltamos”.

O movimento interacional do mediador, como vemos, foi o de retomar a ordem conversacional pré estabelecida do programa, recuperando sua autoridade de mediador do debate e, desse modo, os direitos e obrigações interacionais locais

das categorias, ali, omnirelevantes. Ou seja, o mediador restabelece a especificidade da fala para aquele tipo de situação interacional.

VII.3.2.2.7. Do número de participantes

O sistema de tomada de turnos do RV, assim como o das conversas informais,

é construído para organizar apenas dois turnos por vez, o corrente e o próximo, e a transição de um para o outro, sem que haja restrição ao número de tais correntes e próximos que ele possa organizar serialmente, da mesma forma o sistema organiza apenas dois falantes por vez, o atual e o próximo, e não está explicitamente direcionado ao tamanho do conjunto a partir do qual eles são selecionados. (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003, pág. 27)

Assim, mesmo que haja variação no número de participantes em uma emissão do RV – e, de fato, no decorrer de sua existência, o programa RV apresentou alguma variação em relação a isso – seu sistema de tomada de turnos é capaz de acomodar essa variação.

Vale a pena ressaltar alguns fenômenos decorrentes do número de participantes, contudo. Por exemplo, como vimos anteriormente, a tendência apresentada pelas conversas informais – e também pelas interações conversacionais do RV – de “o falante imediatamente anterior ao falante corrente ser selecionado como o falante seguinte” (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003, pág.23) explica, no caso do RV, a necessidade de intervenção do mediador, de modo a que um único ‘entrevistador’ não monopolize a atenção do ‘entrevistado’. Essa tendência do ‘último falante como o próximo’ nos casos em que a interação conversacional apresenta mais de dois falantes, como é o caso do RV, poderia deixar de fora outros ‘entrevistadores’ que não o corrente. Por isso a IM (intervenção do mediador) tem como função, nesse caso, garantir a distribuição igualitária da fala por todos os participantes.

Outro fenômeno interessante relacionado ao número de falantes no RV é o fato de que a IM também tem por função diminuir a potencial disputa pela palavra em torno dos LRTs. Numa interação conversacional com apenas dois falantes “um não falante corrente pode passar por qualquer lugar relevante para transição que seja não obrigatório (i.e., quando a técnica ‘falante corrente seleciona o próximo’ não foi usada) com total garantia de ser ‘o falante seguinte’ em algum momento; mas com três ou mais partes isso não é garantido” (SACKS, JEFFERSON, SCHEGLOFF, 2003, pág.28). Caso não houvesse a IM na interação do RV, um não-falante corrente sofreria pressão para se auto selecionar no primeiro LRT possível, gerando disputa interna.

Há ainda um outro fenômeno decorrente de uma conversa com múltiplos falantes: nas conversas informais em que se apresentam mais de 4 falantes, há maior possibilidade de ocorrer um cisma na interação, gerando conversas paralelas. No RV, contudo, essa possibilidade não existe pois o ‘entrevistador’ tem por incumbência selecionar apenas o ‘entrevistado’ (regra de restrição 1a) – que é único – e não os outros participantes, impossibilitando o cisma. Mesmo que eles possam, excepcionalmente, selecionar um participante que não seja o ‘entrevistado’, não farão isso de modo paralelo à interação em curso, já que a captação sonora de seus microfones atrapalharia o entendimento da banda sonora pelo ‘telespectador’.

Poderíamos pensar que haveria uma possibilidade de cisma, se não negligenciássemos os sinais não verbais que os ‘entrevistadores’ fazem ao ‘mediador’ aquando da ação de *auto-seleção mediada* – a auto-seleção por um ‘entrevistador’, de que falamos anteriormente, que necessita do aval do mediador. Mas caracterizar como cisma a troca de sinais entre um ‘entrevistador não-corrente que deseja se auto-selecionar’ e o ‘mediador’, é algo que nos parece controverso, já que essa troca de sinais não muda o foco de atenção dos participantes na conversa. Não seria um cisma, portanto, mas uma troca relativa à mesma interação conversacional em curso.

Talvez a única possibilidade real de cisma na interação conversacional do Roda Viva seja quando o ‘cartunista’ do programa produz e mostra suas charges aos ‘telespectadores’. Isso pode ser caracterizado como cisma pois, ao revelar as charges ali produzidas para a câmera de televisão, o ‘cartunista’ estabelece uma interação

paralela com os ‘telespectadores’ – já que tudo indica que os outros participantes não têm acesso visual a essas charges no momento da interação²⁷. Apesar das charges referenciarem algo que acontece na interação, elas podem promover um desvio do foco de atenção pois, ainda que realizadas num sistema semiótico diferente da fala, introduzem um verdadeiro turno de expressão e consequente novo engajamento interacional. Apenas parte dos participantes – os ‘telespectadores’ – tem acesso a esse turno de “fala” que pode gerar uma leitura em dois níveis sobre o que acontece na interação: a leitura da interação a que todos os participantes têm acesso e a leitura sobre essa mesma interação a partir do turno expressivo do ‘cartunista’ (a que só os ‘telespectadores’ e o ‘cartunista’ têm acesso). Esse é, aliás, o motivo pelo qual não estamos analisando as charges produzidas no RV, já que podem ser encaradas como parte de uma outra interação – exclusiva entre cartunista e telespectador –, que ocorre paralelamente à entrevista/debate do RV.

VII.3.2.2.8. Da continuidade da fala

Nas conversas informais, a fala pode ser contínua ou descontínua:

Ela é contínua quando, por uma sequência de lugares relevantes para a transição, ela continua (por que outro falante continua, ou o mesmo falante continua a falar), passando por um lugar relevante para a transição, com um mínimo de intervalo e de sobreposição. As descontinuidades ocorrem quando, em algum lugar relevante para a transição, um falante corrente parou, nenhum falante começa (ou continua), e o espaço resultante da não fala constitui ele próprio mais do que um intervalo – não um intervalo mas sim um lapso. (SACKS, SCHEGLOFF E JEFFERSON, 2003, pág. 31)

No RV, diferentemente, parece ser praticamente impossível a ocorrência de lapsos geradores de fala descontínua. Um lapso na interação conversacional do RV não é possível pois, tendo por incumbência atribuir turnos de fala (regra de restrição 2a), o mediador selecionará um ‘entrevistador’ (possivelmente ele mesmo) no caso

²⁷ O que nos permite fazer tal afirmação é o fato de que, em nosso *corpus*, não encontramos qualquer menção feita às charges pelos participantes presentes no estúdio de televisão.

improvável de não haver auto-seleção por um ‘entrevistador’ quando ocorrer um silêncio ao fim de um turno de fala do ‘entrevistado’. No caso, também improvável, de silêncio após um turno de fala dirigido ao ‘entrevistado’, os participantes não ouvirão isso como um lapso, mas como uma pausa antes que o ‘entrevistado’ inicie um turno, já que foi ali utilizada a técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’.

Esse fato de não haver descontinuidade é mais um fenômeno da fala no RV que revela sensibilidade ao telespectador – já que uma fala descontínua muito provavelmente favoreceria o desengajamento do ‘telespectador’ em relação à interação. Também reforça a importância da intervenção do mediador (IM) na fluência necessária para a fala naquele tipo de situação.

VII.3.2.2.9. Das alocações de turno

De acordo com Sacks, Schegloff e Jefferson, as duas principais técnicas para alocação de turno nas conversas informais – e que, como vimos, se encontram também no RV – são: ‘falante corrente seleciona o próximo’ e ‘auto seleção para tomada de turno’. Vimos, na regra de restrição 1a, do RV, que, geralmente, um ‘entrevistador’ só seleciona como próximo falante o ‘entrevistado’. Vimos também, que o ‘entrevistado’, de modo geral, só seleciona como próximo falante o ‘entrevistador corrente’ com o qual está a realizar uma sequência interacional (regra de restrição 1b) . Vimos ainda, na regra de restrição 2a, que a prioridade para auto seleção para tomada de turno compete ao ‘mediador’.

Estas regras restringem significativamente a alocação de turnos no RV, já que, como vimos acima, especificam uma ordem, mais ou menos rígida, para tomada de turnos na fase principal da interação, e que podemos perceber graficamente através da expressão já citada (PPPs-SPPs)ⁿ-[IM] – em que as primeiras partes do par adjacente (PPPs) são realizadas pelos incumbentes da categoria ‘entrevistador’; as segundas partes do par (SPPs) são realizadas pelos incumbentes da categoria ‘entrevistado’; a variável n indica troca de fala por n vezes entre um mesmo ‘entrevistador’ e o ‘entrevistado’; e, IM, entre colchetes, significa a

intervenção do ‘mediador’, sendo ela opcional, mas prioritária, quando da passagem de um ‘entrevistador’ a outro, ou obrigatória quando da mudança de fase do programa. Essa estrutura prototípica das sequências do RV parece ser a organização – a “ordem por todo lado” de que falava Garfinkel – para a qual os falantes do RV se orientam quando interagem (e, como vimos anteriormente, não se trata de uma ordem a ser seguida cegamente, mas algo que os participantes têm em conta no momento da interação).

A questão que se coloca para compreender o processo de contextualização elaborado pelos participantes do RV é descobrir o que ordena as trocas de turno na fase principal do RV, tendo em conta a organização de suas sequências como mostrada na fórmula acima. Ou seja, devemos tentar descobrir o que ordena a IM e o que ordena a auto seleção de um ‘entrevistador não corrente’ (auto seleção essa que se sobrepõe à IM), já que a intervenção do ‘entrevistado’ é sempre um turno responsivo às intervenções dos ‘entrevistadores’.

Em relação à IM, como já esboçado anteriormente, duas parecem ser as justificativas gerais para seu funcionamento: a primeira é que o ‘mediador’, tendo que zelar para que a interação conversacional seja interessante para o telespectador, deve construir uma fluência da interação específica para esse fato. A segunda – relacionada com a primeira – é que o ‘mediador’ deve distribuir igualmente a palavra entre os ‘entrevistadores’, de modo a que determinado participante não tome excessivamente a palavra (seja ele o ‘entrevistado’ ou os ‘entrevistadores’). Vejamos os dois exemplos abaixo:

Trecho de transcrição nº24

Entrevistado: Lobão

Entrevistador: Alex Solnik

Mediador: Augusto Nunes

001	L.	((dando sequência ao seu turno de fala inserido numa
002		macro sequência com o entrevistador Alex Solnik, que já
003		havia feito várias perguntas sem que outro entrevistador
004		tivesse a oportunidade de fazê-las)) quando eu [cheguei]
005	A.S.	[quer dizer] era governo [de direita você]
006	A.N.	[ô Alex Alex eu] vou pedir pra voc- (.) s- <depois> (.)
007		qu- deixe completar a roda aí cê volta com perguntas

Trecho de transcrição nº 25

Entrevistado: Marco Antônio Villa

Mediador: Augusto Nunes

001 M.A.V. ((finalizando seu turno de fala em que tematizava os
002 poderes da república)) o Brasil vai explodir se a praça
003 dos três poderes virar as costas (.) permanecer de
004 costas para o Brasil=
005 A. N. =o Eduardo tá querendo falar sobre esse assunto então eu
006 vou fazer uma inversão aí da ordem (.) ((dirigindo-se ao
007 entrevistador Eduardo Viveiros)) Eduardo

No primeiro exemplo, vemos o mediador invocar como justificativa para sua intervenção a distribuição igualitária da palavra. No segundo caso, a intervenção do mediador (IM), ainda que também justificável por uma distribuição igualitária da palavra – já que o mediador diz explicitamente que há uma ordem a ser seguida – torna relevante, ainda, outro fator ordenador da distribuição de turnos: **a manutenção da conversa no mesmo assunto** (linha 005). Esse fato – o tópico da fala-em-interação como ordenador da alocação de turnos – também se observa na técnica de auto seleção feita pelos ‘entrevistadores’: não é raro ver no RV um ‘entrevistador’ não-corrente utilizando a justificativa de manter o mesmo assunto para se auto selecionar. Ou seja, *manter o mesmo assunto* pode ser uma justificativa situada no RV para a tomada de turno.

Essa espécie de pressão auto imposta para manter o mesmo assunto é evidente até mesmo quando um ‘entrevistador’ já teve garantida a sua seleção como próximo falante pelo ‘mediador’. Como podemos ver no exemplo abaixo, a ‘entrevistadora’ justificou-se pelo fato de mudar de assunto mesmo tendo sido selecionada pelo mediador e, portanto, com o direito a produzir um turno de fala com o tópico que bem entendesse. Essa justificativa só mostra relevância local pois há essa espécie de pressão auto imposta para ‘manter o mesmo assunto’:

Trecho de transcrição nº 26

Entrevistado: Millôr Fernandes

Mediador: Augusto Nunes

Entrevistadora: Marta Góes

001 *M.F.* ((dando sequência ao seu turno de fala em que tematizava
002 a sua relação com amigos políticos)) você pode me
003 condenar por uma ocasional omissão (0.1) mas você não
004 vai me condenar por um elogio errado
005 *A. N.* Marta Góes depois a gente completa a roda
006 *M.G.* Eu queria mudar um pouquinho aqui de (.) de assunto .hh
007 eu queria saber qualé a sua política pra sua: (.)
008 secretaria eletrônica (0.7) eu queria saber quais são
009 (0.3) qu- que tipo de recados você certamente (0.1) não
010 devolve e quem é que tem alguma esperança de
011 ((inaudível))?

A exigência de 'manter o mesmo assunto' parece ordenar, também, a própria intervenção dos 'entrevistados', como podemos ver no seguinte exemplo:

Trecho de Transcrição nº 27

Entrevistado: Tom Jobim

Entrevistador: Mario Sabino

001 *M.S.* ((aproveitando-se de um possível LRT no turno de fala do
002 Tom Jobim para perguntar algo sobre um assunto diferente
003 do qual ele estava tratando)) ô Tom conta conta aqui pra
004 gente uma coisa (.) mudando um pouquinho de assunto (.)
005 é: você se afastou realmente do João Gilberto por que se
006 cansou das manias dele ou você não se afastou? Conta
007 essa história >pra gente<
008 *T.J.* nã- e- eu eu peço um tempo pra pra terminar essa essa
009 >coisa< e nós vamos para o João Gilberto ((a partir
010 daqui Tom Jobim dá sequência ao seu turno de fala
011 anterior retomando o assunto do qual falava antes de ser
012 interrompido precocemente))

Considerando que a fala no RV é endereçada ao telespectador, é possível inferir que 'manter o mesmo assunto' pode garantir fluência televisiva para esse tipo de interação, já que o abandono precoce dos assuntos poderia ocasionar perda de atenção dos telespectadores.

De todo modo, não devemos negligenciar o fato de que a manutenção de um mesmo assunto pode, também, prejudicar a fluência se for feita de maneira exagerada, como o exemplo da interação entre Lobão e Alex Solnik – novamente reproduzida, abaixo – mostra: a monopolização das PPPs por um ‘entrevistador’ que queria a todo custo manter o mesmo assunto foi algo que originou uma IM (linha 006) – o que nos faz pensar que um ‘mesmo assunto’ mantido por muito tempo e de modo a se tornar uma “briguinha particular” entre ‘entrevistado’ e ‘entrevistador’ pode quebrar a fluência da interação:

Trecho de transcrição nº 28

Entrevistado: Lobão

Entrevistador: Alex Solnik

Mediador: Augusto Nunes

001 L. ((dando sequência ao seu turno de fala inserido numa
002 macro sequência com o entrevistador Alex Solnik, que já
003 havia feito várias perguntas sem que outro entrevistador
004 tivesse a oportunidade de fazê-las)) quando eu [cheguei]
005 A.S. [quer dizer] era governo [de direita você]
006 A.N. [ô Alex Alex eu] vou pedir pra voc- (.) s- <depois> (.)
007 qu- deixe completar a roda aí cê volta com perguntas

Do que pudemos perceber em nosso *corpus*, esse tipo de intervenção do mediador (IM) – que funciona como interdição de que um tópico se concentre excessivamente entre um mesmo ‘entrevistador’ e o ‘entrevistado’ – além da distribuição democrática dos turnos de fala, é uma outra maneira de relatabilidade daquele ‘nível ótimo de tensão’ que citamos anteriormente – já que impede que uma interação agonística entre um ‘entrevistador’ e o ‘entrevistado’ vire uma “picuinha” particular que retire o interesse do telespectador. Como podemos depreender, a sensibilidade ao tópico e a sensibilidade à distribuição democrática dos turnos parecem ser questões entrelaçadas na interação conversacional do RV. Esse fato não é de estranhar já que, sendo uma encenação da esfera pública, a interação conversacional do RV não poderia deixar assuntos de fora (o que é evitado quando se distribui democraticamente os turnos) e nem tratá-los de forma muito superficial (o que é evitado com a pressão auto imposta por manter um mesmo

assunto desde que isso não vire uma briga particular e extrapole o interesse público).

Capítulo VIII. A organização categorial-sequencial da fala-em-interação no RV na constituição de um processo de macrocontextualização: o mundo NO Roda Viva

VIII.1. Laerte e a identidade de gênero: a conexão entre o universo feminino e a estética

Trecho de transcrição nº 29

Entrevistada: Laerte

Entrevistadora: Anna Verônica Mautner

001 A.V.M. Eu pergunto o seguinte hh (2.0) Por que você: (0.9) ao
002 escolher (2.7)((olha para cima como se procurasse o
003 melhor termo)) o vestido em vez da:: (1.0) d- do traje
004 masculino (.) né? .hhhh é::: você (.) escolheu (0.9) um
005 estilo cla::sse mé:dia (1.3) e não classe alta- >hoje
006 você está excepcionalmente< (.) chique (porque)eu já te
007 vi outras vezes- hoje você tá (.) chique. Mas não é
008 assim você normalmente. Você é bem mais: (1.2)
009 eh::classe média (1.2) é b- é bem ma:is: ((novamente
010 olha pra cima como se procurasse o melhor termo) (1.2)
012 eh:: (2.0) bem mais tia (1.3)
013 L. é verdade=
014 A.V.M. =eh (.) hoje você não está vestida de tia. O que eu
015 conheci até agora era uma tia (.) voc- (0.4) porque que
016 você gosta de ser tia? por que é é é o que você faz
017 normalmente, né? Eu te vi andando em Paraty, não sei
018 aonde te vi aqui em são paulo também já algumas vezes
019 (1.3)ah na rua (0.5) porque [porque essa figura da tia?]
020 L. [Não sei é é uma] [boa pergunta]
021 A.V.M. [É a psicanalista] viu? (0.4) que tá perguntando (.)
022 [quero ver as raízes do]
023 L. [É (.)é per] pergunta de psicanalista mesmo ((risos))
024 A.V.M. ((risos))
025 L. eh:: é eu teria que: que parar pra pensar um pouco- eu
026 procuro quando quando eu co- comecei a me vestir (0.8)
027 com roupas femininas (.) eu me vi frente a um universo
028 era que nem aquela cena do Matrix assim (.) que o cara
029 faz assim ((estala os dedos)) brrrrrrrrmmmm vem aquelas-
030 milhares de prateleiras de armas e tal não sei o quê (.)
031 era meio isso eu fiz assim [estala os dedos novamente]
032 apareceu um quantidade de (.) de opções né? de [de]
033 A.V.M. [Mas] você optou <decididame:nte> >pela mulher de<
034 classe média
035 L. nã- eu acho que por timide:z (.) eu ach- nã- não sei
036 [direito desenvolver isso agora]
037 A.V.M. [que não é a mulher chique] Não é que você se
038 *crossdressed* ((faz um gesto levantando a mão, como
039 enaltecendo algo)) (0.4) e aí ficou uma:: (0.5)
040 granfina, uma modelo ou:: >enfim<

Observaremos a transcrição desta sequência tentando perceber como os participantes constroem a intersubjetividade ao tematizar a identidade *crossdresser*. Como já foi dito, sabemos que é através da construção conjunta de um contexto comum que os participantes fazem emergir a relação intersubjetiva. A questão específica que queremos colocar é a seguinte: qual é o contexto em que são produzidas e interpretadas – ou seja, que sentido têm nessa interação – as categorias ‘classe média’, ‘classe alta’, ‘chique’ e ‘tia’ (as categorias através das quais a entrevistadora Anna Verônica Mautner tenta construir uma descrição da *crossdresser* Laerte)?

Sabemos que se Laerte ouvisse essas categorias independentemente da sequência expressa na transcrição acima, como se elas estivessem “soltas” no tempo e no espaço, não poderia ser capaz de compreender – a não ser de modo literal – do que tratam, pois não teria um contexto que a auxiliasse a interpretá-las. Mas como as observa como parte de uma sequência interacional específica, em que essas categorias são produzidas de um modo particular, Laerte é capaz de perceber o contexto exato ao qual deve recorrer para interpretá-las.

Como veremos logo à frente, essas categorias não funcionam como parte do mecanismo de categorização de pertencimento (MCP) ‘classe social’ – como poderia levar a crer as categorias ‘classe média’, ‘classe alta’ e mesmo ‘chique’ – e nem como pertencentes aos MCPs ‘família’ e ‘estágio de vida’ (e até mesmo ‘estado civil’) como poderia nos levar a crer a categoria ‘tia’. Um possível MCP que seria transversal a todas essas categorias seria o que aqui chamaremos, na falta de melhores termos, de ‘tipos estéticos de se vestir’ ou, simplesmente, ‘estética’. Como, segundo Georgia Lepper, o conceito de MCP foi desenvolvido por Sacks como uma maneira de definir o contexto formalmente²⁸, podemos dizer que um possível contexto que a psicanalista Anna Verônica Mautner está mobilizando ao falar em ‘tia’, ‘classe

²⁸ De acordo com Lepper, “Sacks developed the concept of the MCD [membership categorization device] as a means of defining context formally, as an object of empirical enquiry, without reference to specific content. It defines context in terms of a **collection** of categories demonstrably in use in spoken language which are understandable according to their belonging to a collection of words that ‘go together’ [...] When in use, the ‘collection’ to which categories belong has to be established in the setting of actual speech, by the application of pragmatic rules of use” (2000, pág. 16).

média’, ‘classe alta’ e ‘chique’ não é algo relativo a classe social, estágio de vida, estado civil ou família, mas sim a estética²⁹.

A conclusão para a definição do contexto, nesse momento da interação, como sendo algo ligado ao universo da *estética*, se deve à aplicação simultânea, pelos interagentes, de duas *regras de utilização*: a *regra da consistência* e uma das *máximas do ouvinte*. A *regra da consistência* diz que “se duas categorias de pertencimento ocorrem próximas uma da outra, e elas podem ser consideradas como parte do mesmo MCP, então elas devem ser consideradas assim” (GASTALDO E WATSON, 2015, pág. 143). Já a *máxima do ouvinte*, para esse caso, aponta que

If a category-bound activity is asserted to have been done by a member of some category where, if that category is ambiguous (i.e. is a member of at least two different devices) but where, at least for one of those devices, the asserted activity is category bound to the given category, then hear that *at least* the category from the device to which it is bound is being asserted to hold. (SACKS, 1974, pág. 224).

Desse modo, mobilizando esses dois etnométodos, as categorias ‘classe média’, ‘classe alta’, ‘chique’ e ‘tia’, podem ser lidas a partir do MCP ‘estética’ já que a atividade categorialmente conectada a elas (ACC) – *vestir-se* (que podemos perceber entre as linhas 001 e 004) – é uma atividade que as poderia relacionar – todas elas transversalmente, atendendo à *regra da consistência* – àquela coleção: pessoas se vestem como ‘tias’, como membros da ‘classe média’ ou ‘classe alta’, e de modo ‘chique’. Nesse contexto, ‘classe média’, ‘classe alta’, ‘chique’ e ‘tia’ são tipos estéticos.

Outra coisa que nos ajuda a compreender o contexto em que essas categorias foram produzidas, além dos etnométodos categoriais citados, são os

²⁹ Em uma *data-session* no Grupo de Etnometodologia e Análise Conversacional da Clusividade Social (GEACC), ao analisarmos este trecho de interação conversacional, algo muito interessante ocorreu – e que revela, com clareza, o alcance e a potência da *Membership Categorization Analysis*: constituída por participantes portugueses, brasileiros e franceses, a *data-session* mostrou, no momento em que tentávamos perceber a utilização por parte dos participantes da *regra da consistência*, uma divergência entre os presentes: os membros portugueses relutavam em descartar o organizador “classe social” como o MCP mobilizado pelas categorias “classe média”, “classe alta”, “chique” e “tia”. Isso ocorreu pois, em alguns setores da sociedade portuguesa, pode ser dado ao termo “tia” um sentido de alguém que quer parecer pertencer a uma classe social superior. Isso revela o quanto a análise de categorização tem o poder de nos revelar uma cultura-em-ação que subjaz ao entendimento do que se fala e escuta numa interação conversacional.

etnométodos sequenciais a partir dos quais essas categorias foram expressas. A maneira como Anna Verônica produziu essas categorias em seu turno de fala ajuda a criar o quadro inferencial em que elas devem ser lidas. Ao falar de categorias tão discrepantes entre si, Anna Verônica produziu pausas longas (entre as linhas 001 e 012) e um olhar que apontava para cima (linha 002), como indicativos de estar elaborando um pensamento ainda em curso. Todas essas sinalizações – uso de categorias aparentemente discrepantes; hesitação através do uso de pausas; olhar para cima no momento da produção da fala³⁰ – nos pareceu uma maneira situada de indicar que ela estava num processo interno de procura de palavras, na busca por melhores categorias para exprimir o que realmente estava querendo dizer. Esta procura parece, por si só, uma maneira situada de propor um quadro inferencial local – de criar um contexto enunciativo, enfim – para que a leitura daquelas categorias não fosse realizada de modo literal.

Mas, como a percepção do contexto não pode ser um *insight* do pesquisador mas uma construção dos próprios membros participantes da interação, precisamos ver se é mesmo assim que a cartunista Laerte entende o uso daquelas categorias. E esse parece, efetivamente, ser o caso quando olhamos para seu turno de fala localizado entre as linhas 025 e 032, quando tenta dar uma resposta à pergunta de Anna Verônica:

Trecho de transcrição nº 30

Entrevistada: Laerte

025 L. eh:: é eu teria que: que parar pra pensar um pouco- eu
026 procuro quando quando eu co- comecei a me vestir (0.8)
027 com roupas femininas (.) eu me vi frente a um universo
028 era que nem aquela cena do Matrix assim (.) que o cara
029 faz assim ((estala os dedos)) brrrrrrrrmmmm vem aquelas-
030 milhares de prateleiras de armas e tal não sei o quê (.)
031 era meio isso eu fiz assim [estala os dedos novamente]
032 apareceu um quantidade de (.) de opções né? de [de]

Laerte não torna relevante questões relacionadas com ‘classe social’, ‘estágio de vida’, ‘estado civil’ ou ‘família’, mas se serve de seu turno de fala para falar das *opções e possibilidades estéticas que se abriam quando passou a ser crossdresser*,

³⁰ Como afirmam Erickson e Schutz, “a natureza multimodal da comunicação gera redundância de modalidade entre o canal verbal e o não-verbal” (2013, pág. 219).

indicando que ouviu aquelas categorias a partir do MCP 'estética'. O contexto, construído colaborativamente por Anna Verônica e Laerte, é mais uma discussão sobre estética do que sobre classe social, idade ou família, mesmo que, para tanto, se mobilizem categorias típicas dos mecanismos de categorização 'família', 'estágio de vida' e 'classe social'.

Isso nos faz entender que Anna Verônica não está mobilizando essas categorias para perguntar se Laerte prefere ser classe média ou classe alta, por exemplo. Na verdade, é como se ela perguntasse: "já que você está se vestindo como mulher, por que não usufruir da maior abertura à estetização de si que geralmente é dada aos membros do universo feminino?" (e essa glosa parece se confirmar, nas linhas 039 e 040, quando Anna Verônica diz – continuando, aliás, a se utilizar de categorias do MCP 'estética' – que, apesar de Laerte se travestir, não ficou como uma 'granfina' ou 'modelo').

Esse contexto criado localmente – em que se relaciona o universo feminino à estética – poderia nos levar a entender a fala de Anna Verônica como uma fala machista. Entretanto sua fala não deve – de modo precipitado e sem atenção à sequencialidade da interação – ser caracterizada como um discurso de objetificação da mulher pelo simples fato de a entrevistadora ter situado contextualmente o universo feminino a partir de uma dimensão estética. É preciso notar que a própria Laerte não encara a conexão *feminino - apuro estético* como algo negativo e objetificador mas, ao contrário, como uma possibilidade de linguagem e uma maior abertura estética em relação ao universo masculino, como fica evidente em suas respostas entre as linhas 025 e 032 e entre as linhas 035 e 036 (e ainda em outro ponto da entrevista, não transcrito aqui, quando Laerte considera a conexão entre o universo feminino e a estética como "um prazer").

A intersubjetividade construída por Laerte e Anna Verônica em torno da tematização da identidade *crossdresser* não torna relevante algo que poderíamos encarar como machismo, mesmo que estejam conectando o universo feminino com a dimensão estética. Também não poderíamos afirmar que haveria machismo simplesmente devido ao fato delas não problematizarem as evidentes opressões que podem estar relacionadas à conexão entre o feminino e o estético – notadamente, a questão da objetificação da mulher. Tentar, aqui, categorizar essas participantes

como machistas, já nos parece uma tentativa de “adivinhar” o que se passa em suas cabeças, imputando-lhes uma motivação que não está publicamente colocada. A sociedade brasileira é extremamente machista, sem dúvida alguma, e esse machismo, muitas vezes, é expresso através da conexão ‘feminino-estética’. Mas isso não significa que qualquer conexão ‘feminino-estética’ aponte para objetificação da mulher (aliás, quanto mais atenção se tenha ao que realmente é opressão machista – e ela é abundante na sociedade brasileira – mais fácil será combatê-la, evitando a armadilha do patrulhamento acusatório de tipo “caça às bruxas”).

Percebemos, desse modo, um contexto sociocultural-em-ação nesta pequena sequência interacional dentro do programa Roda Viva: uma dimensão normativa e cognitiva que expressa a conexão entre o universo feminino e o apuro-preocupação-deleite estético, sem que isso, entretanto, seja necessariamente encarado como objetificação da mulher ou do feminino.

É importante ressaltar que o quadro inferencial que permite a leitura situada dessas categorias não é devedor apenas da mobilização dos etnométodos citados, mas também da própria organização categorial-sequencial dos sistemas intrainteracionais do *Roda Viva*, ou seja, de sua maquinaria. O fato de o MCP ‘ocupação profissional’ – que organiza a categoria omnirelevante ‘entrevistador’ do RV – ser formado por ‘jornalistas’ e ‘não-jornalistas’, já antecipa, de algum modo, um quadro inferencial, ou, pelo menos, gera expectativas sobre ele: Anna Verônica é ‘psicanalista’, portanto uma ‘não-jornalista’, o que, a princípio, diminui a expectativa de que ela produza síncries e anácries, mas adiciona expectativas de que as ações que produza estejam relacionadas ao seu universo profissional particular, a psicanálise. Nesse caso específico, foi tornado relevante na fala de Anna Verônica sua condição categorial como explicação da motivação de sua pergunta (linhas 021 e 022: [É a psicanalista] viu? (0.4) que tá perguntando) – mas mesmo que a condição categorial do entrevistador não seja tornada relevante explicitamente, ela sempre será um *input* contextual ao qual os participantes da fala-em-interação no RV terão em conta aquando do processo de inferência sobre o que está sendo dito, já que o próprio programa torna relevantes essas condições categoriais em sua sequência de abertura.

Esse fato mostra a capacidade que o MCP ‘ocupação profissional’ – um MCP omnirelevante no RV – tem para organizar a produção da fala naquele ambiente. Realizando a ação de questionar Laerte a partir de um ponto de vista psicanalítico, o turno de fala de Anna Verônica, em conjunto com o turno de fala posterior de Laerte, constitui um par adjacente pergunta-resposta em que a ação de perguntar não traz embutida nenhuma crítica ou pedido por argumentação que obrigue Laerte a sair de uma condição de contradição (como normalmente vemos acontecer nas perguntas feitas pelos incumbentes da categoria ‘jornalista’) mas, simplesmente, o desejo de uma psicanalista saber o motivo pelo qual Laerte prefere se vestir de modo mais simples, mesmo quando, ao assumir corajosamente o travestismo, estaria teoricamente mais livre para ousar também na escolha das roupas. É uma ação típica de psicanalista: procurar entender possíveis disjunções na personalidade de seus interlocutores.

No artigo intitulado *Configuring a Television Debate: Categorisation, Questions and Answers* (2009), Alain Bovet chama a atenção para o fato de que as categorizações tornadas relevantes pelo formato de um programa televisivo – tanto em relação aos entrevistadores quanto em relação aos entrevistados – contribui para o modo como as perguntas serão realizadas e respondidas. As categorizações, no caso dos programas televisivos de entrevistas, poderão ajudar a formar um quadro interacional para inferências refinadas sobre as diferentes ações que podem estar embutidas dentro da ação de perguntar, assim como para inferências refinadas sobre as diferentes ações que podem estar embutidas dentro da ação de responder.

Assim, no caso do RV, temos um indício de que a variedade de ações possíveis que estão embutidas no par adjacente ‘pergunta-resposta’, se deve também à variedade de categorias do MCP ‘proximidade com o universo do entrevistado’, que compõem o quadro de entrevistadores ‘não-jornalistas’ do RV. Isso é, sem dúvida, uma das características que dá ao debate/entrevista do RV uma riqueza de ângulos e pontos de vista e que faz também com que cada programa, apesar de seu formato padronizado, seja idiossincrático – pois o MCP que gera as categorias dos entrevistadores não-jornalistas (o MCP ‘conexão com o universo do entrevistado’) é mutante, já que depende sempre do entrevistado de cada emissão particular.

VIII.2. Mano Brown e a identidade de classe: *solidariedade como dilema histórico*

A sequência abaixo apresenta, quanto ao processo de categorização, uma complexidade maior do que a primeira sequência vista nesta segunda parte da análise. Para percebermos mais acuradamente o trabalho de categorização que forma a sequência conversacional da transcrição abaixo, precisamos recorrer aos avanços que alguns pesquisadores efetuaram, a partir das elaborações iniciais de Harvey Sacks, na *Análise de Categorização de Pertencimento*. Na análise que se segue à transcrição, utilizaremos algumas abordagens e conceitos oriundos desses avanços.

Trecho de transcrição nº 31

Entrevistado: Mano Brown

Entrevistador: Paulo Lins

Entrevistador: José Nêumanne

Mediador: Paulo Markun

001 P.L. É: tem:: tem bandido no poder legislativo (0.5) tem
002 ladrão no judiciário (0.5) tem ladrão no executivo (1.3)
003 Tem empresário que rouba que sonega impostos (0.4) que
004 bota dinheiro pra fora. (0.8) Cartola de futebol até
005 jogador tá fazendo isso (0.8) então, a gente vive nisso
006 há muitos anos (.) Todo mundo sabe disso (1.5) É muito
007 difícil falar prum garoto (0.6) pobre, preto (1.7) que
008 vive na periferia (0.4) que ele tem que ser honesto
009 (0.6) diante dessa desse exemplo? Por que eu falo isso?
010 Porque você falou aqui assim >ele se espelha em quem
011 está mais perto< .hh agora o exemplo do Brasil, (0.3)
012 se a gente for ver de modo geral (.) é muito maior do
013 que quem tá perto. Tem muito ladrão no Brasil todo (0.6)
014 Fica difícil falar pra uma criança (0.6) que sem pai,
015 que passa fome e tal (0.4) que ele tem que ser honesto
016 (.) que ele não pode roubar?
017 M.B. Eu chego a dizer que eu nem considero eles desonesto né?
018 (0.8) Dentro da realidade do qu- da arma das armas que
019 eles tem pra lutar (.) do que eles aprenderam como meio
020 de sobrevivência eles são honesto (0.7) Eu tenho certeza
021 de que com os parceiro deles eles são honesto (0.7) com
022 a família deles eles são honesto (0.8) com os mano que
023 tá preso eles são honesto (1.3) Tá ligado? Eles são
024 honesto com quem te- com quem é honesto com eles (0.7)
025 Entendeu? (0.3) Onde tá a honestidade são valores né?
026 (1.0) Quando você fala que um assaltante de banco é
027 desonesto você tem que olhar pra sociedade (0.9) se a
028 sociedade é honesta. Se a sociedade eu eu costume falar
029 pros mano quando a gente tá conversando (0.7) .hhh que
030 a:: a a nossa sociedade é criminosa (0.6) é omissa (0.9)

031 ela é cega quando quer surda quando quer (0.6) Omissão é
032 crime né? (1.4) né? (.) Então acho que se você tá (.)
033 fo::r (1.0) categoria de criminosos (1.5) >entendeu< tá
034 todo mundo na mesma tá igual.

035 *P.M.* Mas a saída não seria lei, (.) pra todo mundo?
036 *M.B.* Mas a lei não é pra todo mundo (1.1) A lei não é pra
037 todo mu- nunca vai ser pra todo mundo (2.2) nunca vai
038 ser pra todo mundo=
039 *J.N.P.* =mas pera aí a maioria do povo (.) lá no Capão Redondo,
040 na periferia de São Paulo (.) é no- nos bairros pobres,
041 a maioria é honesta (1.0) a maioria trabalha a maioria
042 caminha vai a pé da sua casa tal esse é o verdadeiro
043 herói brasileiro o herói brasileiro não é o que delinque
044 (1.2) não é o que se torna bandido (1.0) pra:: se dar
045 bem. O herói brasileiro (0.5) é aquele que trabalha
046 (0.3) e lá na: no Capão Redondo >de onde você vem< você
047 sabe disso. (0.3) Quer dizer o Brasil é um país de
048 <cento e quarenta> milhões de honestos (0.7) reféns de
049 vinte milhões (0.9) de desonestos. Nós não podemos (0.7)
050 é: considerar como uma regra (0.7) o fato de haver:: o
051 fato de haver políticos bandidos (.) e há muitos (0.6)
052 empresários bandidos (.) não quer dizer que nós (.) é::
053 vivamos numa sociedade ao contrário nós (0.3) nós o
054 verdadeiro herói brasileiro é aquele (.) que se levanta
055 as quatro da manhã e e caminha a pé (0.5) de sua casa lá
056 em Capão Redondo até o trabalho dele, as vezes (.)
057 lutando com a maior dificuldade pra ser honesto

058 *M.B.* Parece letra de RAP isso aí que cê tá falando.
059 *J.N.P.* ((risos))
060 *M.B.* é utopia igual(1.3) Infelizmente na realidade a gente
061 sabe que: (.) os heróis tão cada vez mais humilhado né,
062 (1.0) sem direitos sem:: escola sem hospital (.) Então
063 os moleque passam a ver que ser herói não vale tanto a
064 pena entendeu? (0.9) Herói que só apanha?

065 *J.N.P.* Mas olha mas o cara também que vai pro crime é é a vida
066 dele é cu:rta também não é: uma (0.4) não é um- ele tem
067 um lucro ali imediato mas também ele não tem u- a longo
068 prazo ele não tem u:m (0.5) um benefício assim tão
069 grande não né Mano?

070 *P.L.* Mas é o seguinte é é quando o sujeito tá no inferno
071 (0.5) e resolve dar um tapa na cara do diabo (0.5)
072 Porque a periferia não é >toda igual< nem todo mundo é
073 igual (0.5) e quando a gente v- quando uma pessoa vai
074 entrando pro crime quando você olha .hh que você vive na
075 favela .hh quando você vê a família (.) você vê (.) o
076 aspecto você já sabe quem é que vai entrar quem é qu-
077 quem é que não vai entrar .hhh então aqui assim ah (.) o
078 fulano aqui trabalha (0.3) mas tem um outro ali que foi
079 numa família- em situação muito pior. (.) A favela não é
080 toda igual (0.9) né? Tem as favelas organizadas tem as
081 pessoa- mas tem gente que não tem geralmente quem vai
082 dar (.) quem entra na criminalidade é aquele que tá na
083 pior situação (0.8) isso eu tenho certeza.

A pluralidade de categorias aparentemente desconexas, no turno que abre esta sequência, complexifica do trabalho de categorização feito pelos interagentes.

Como, de imediato, não conseguimos perceber um *mecanismo de categorização de pertencimento* (MCP) comum a todas as categorias utilizadas pelo entrevistador Paulo Lins, pareceu não funcionar ali a *regra da consistência*.

Mas, sendo essa regra um dos etnométodos bastante recorrentes na produção e interpretação da fala-em-interação, só poderemos efetivamente confirmar ou negar a hipótese de que ela não esteja sendo mobilizada após percebermos como os outros participantes utilizam as categorias expressas por Paulo Lins, revelando assim o entendimento que deram à pergunta.

Para entendermos como – e se – funciona a *regra da consistência* nesse caso específico, precisamos ter em mente a distinção, proposta por Lena Jayyusi, entre categorizações formadas apenas por **categorias-conceito** e categorizações formadas por **categorias mais adjetivos**.

Para Jayyusi,

Examples of category-concepts are: doctor; mother; poet; vandal; saint; murderer; child. Examples of other categorizations might be: a nice man; a nervous person; a pretty girl; an intelligent woman; a dangerous driver; a hippy type, etc. Note that these are all adjective plus-a-category. Often, the sense of the categorization depends criterially (as in dangerous driver) on both parts of the categorization (1984, pág. 2/67)

Lena Jayyusi salienta que, para além das categorias-conceito, existem termos que são a elas conectados e que passam a integrar o todo da categorização. Além das características que, numa cultura, são convencionalmente conectadas a uma categoria – como as *category-bound activities*, por exemplo – podem existir outras características que são **localmente atribuídas** às categorias, contribuindo também para o processo de categorização como um todo. Dessa forma,

The availability of such categorization-embedded features as well as of further category-tied features brings us to a basic point about membership categorizational work [...]: (a) Categories orientably and conventionally carry with them a cluster of expectable features – i.e. [...] possible actions, traits, preferences, haunts, appearances, places, times, etc. It is the nucleus of other categorization-tied or relevant features which all together provide procedures for situated inferences to a host of others issues regarding category incumbents in their setting availability. Thus, the use of categorization is not only descriptive of persons, but it

is through and through an *ascriptive* matter. (b) This *cluster* is itself embedded in the logico-grammatical relationship between concepts. (1984, pag. 15/77, capítulo 1)

Atentos a essa questão percebemos que a pergunta que abre a sequência analisada organiza o trabalho de categorização de uma forma tal que podemos perceber não apenas categorias mas também atribuições a elas conectadas. Embora, na fala do ‘entrevistador’ Paulo Lins, o papel de atribuição local de características às categorias de pertencimento às vezes seja feito pelo uso de outras categorias pessoais, notamos que estas são interpretadas e retomadas pelos outros participantes da interação como adjetivos propriamente ditos. Por exemplo, as categorias ‘ladrão’ e ‘bandido’, utilizadas na pergunta inicial (linhas 001 e 002), não parecem funcionar ali como categorias *per se*, mas sim como ‘atribuidores’ associados a outras categorias, pois são retomadas pelos outros participantes, no decorrer da interação, através do adjetivo “desonesto”. A categorização, nesse caso, tem como núcleo as categorias *per se*, com outros atributos localmente mobilizados (mesmo aqueles expressos por outras categorias) ajudando a formar o todo da categorização.

É só sabendo disso que podemos perceber o porquê de os participantes dessa interação estarem mobilizando, de fato, a *regra da consistência* e percebendo um MCP que organiza todas aquelas categorias aparentemente díspares entre si. A *regra da consistência* foi aqui utilizada pelos participantes da interação no que tange apenas aos termos que funcionam efetivamente como categorias e não àqueles que, embora também sejam signos categoremáticos, funcionam como “atribuidores de características” às categorias e, portanto, são utilizados no decorrer da interação como seus predicados locais.

Portanto, para sabermos – assim como fizeram os participantes – se há algum possível MCP que seja transversal às categorias ali utilizadas, devemos olhar para os termos que efetivamente funcionam como categorias (‘empresário’, ‘cartola de futebol’, ‘jogador de futebol’, ‘garoto’, ‘pobre’, ‘preto’, ‘criança’ – e até mesmo as categorias não pessoais como ‘poder legislativo’, ‘judiciário’, ‘executivo’) e não para aqueles que funcionam como atribuidores de predicados locais às categorias

propriamente ditas (tais como “ladrão” e “bandido”, que serão transformados no adjetivo “desonesto” mais a frente).

Compreendendo essa operação realizada pelos participantes, podemos perceber o dispositivo que conecta e faz funcionar, nessa interação específica, todas as categorias propriamente ditas: o MCP ‘clusividade social’. As categorias aqui mobilizadas parecem obedecer à lógica da clusividade social já que podemos agrupá-las sob a rubrica de dois subconjuntos – ‘incluídos socialmente’ e ‘excluídos socialmente’ (as duas faces da clusividade social) – sem que se prejudique a inteligibilidade do que está sendo dito. Isso é facilmente observável devido a relação contrastiva entre as categorias ‘garoto’, ‘pobre’ e ‘preto’ e as outras categorias ali expressadas – além do fato de, como veremos, os outros participantes gerarem categorias pertencentes a essa mesma clivagem.

Mas há ainda a mobilização de um outro MCP. Os dois subconjuntos – ‘excluídos’ e ‘incluídos’ – também podem ser compreendidos como pertencentes ao MCP ‘classe social’. Pode-se, contudo, entender que as categorias ‘garoto’, ‘preto’ e ‘criança’ não fazem parte do MCP ‘classe social’. Mas, no caso específico em que essas categorias foram geradas, de acordo com uma das *máximas do ouvinte*³¹, pelo menos o MCP ‘classe social’ é mobilizado, já que as atividades localmente conectadas a essas categorias – nas linhas 007 e 008, *que vive na periferia*, e nas linhas 014 e 015, *sem pai, que passa fome e tal* (0.4) – permitem essa inferência.

A *máxima do ouvinte* não exclui a possibilidade de que as categorias ‘garoto’, ‘criança’ e ‘preto’ também estejam sendo geradas a partir dos MCP ‘estágio de vida’ e ‘etnia’. Mas esses MCPs não foram mobilizados pelos interlocutores na sequência da pergunta de Paulo Lins, o que diminui sua relevância, para todos os fins práticos da interação, enquanto aumenta a relevância do MCP ‘classe social’. Por exemplo, ao usar a atividade categorialmente conectada (ACC) “se espelhar” (linha 010) e “ter exemplo de conduta”, percebemos ser possível a inferência de que Paulo Lins esteja

³¹ “If a category-bound activity is asserted to have been done by a member of some category where, if that category is ambiguous (i.e. is a member of at least two different devices) but where, at least for one of those devices, the asserted activity is category bound to the given category, then hear that *at least* the category from the device to which it is bound is being asserted to hold” (SACKS, 1974, pág. 224)

também mobilizando o MCP ‘estágio de vida’ ao usar as categorias “garoto” e “criança”. Afinal, ‘mais novos’ se espelham ou seguem os exemplos dos ‘mais velhos’. Mas essa construção contextual – a questão etária – foi tornada irrelevante pelos interlocutores em seus turnos de fala posteriores, que mantiveram, entretanto, a relevância do MCP ‘clusividade social’ e do MCP ‘classe social’.

Diante disso, entende-se que o MCP ‘clusividade social’, para esta interação, expressa explicitamente a questão da inclusão/exclusão através do problema de diferença de classe sociais. Num primeiro momento, podemos achar que tal clivagem sobre a questão da clusividade social exclua as questões relacionadas a diferenças étnicas. Mas, no Brasil, a clivagem da ‘classe social’ por si só também pode abarcar essa diferença (daí, talvez, o uso da categoria ‘preto’, por Paulo Lins, sem que isso prejudique a inteligibilidade do MCP ‘classe social’), já que os negros, historicamente, sempre foram relegados à uma posição de classe subalterna no Brasil. O que não parece ser o caso, necessariamente, em relação às diferenças de gênero e sexualidade, por exemplo, que são outros possíveis contextos quando se fala da questão da clusividade social.

Essa parece mesmo ser a maneira como os interlocutores seguintes interpretam as categorias apresentadas por Paulo Lins, como veremos, já que produzem outras categorias que se encaixam nos mesmos subconjuntos do MCP ‘clusividade social’ (e mantendo a ênfase na questão da diferença de ‘classe social’) atendendo, assim, a uma formulação habitual da regra da consistência: “if some person has been categorized by some category of some collection, then the rest of that population has to be categorized by the same collection of categories” (SACKS, 1995, Pág. 239).

Podemos perceber ainda, observando a fala de Paulo Lins entre as linhas 001 e 016, que a maneira como ele utiliza as categorias dos dois subconjuntos do MCP ‘clusividade social’ – ‘incluídos socialmente’ ou ‘excluídos socialmente’ – parece propor a formação de um **par relacional padronizado** (PRP): o PRP ‘incluído-excluído’. Os PRPs são conjuntos formados por pares de categorias convencionais que mantêm entre si uma relação de direitos, obrigações e atividades mútuas:

To say that such pairs are standardized means that it is know what the typical rights, obligations, activities, attributes and so forth are of the one part of the pair with respect to the other. These typicalities, or 'predicates', constitute the character of their relation or relationship. (HESTER e FRANCIS, 2004, posição 650)

O turno de fala de Paulo Lins esboça uma relação de direitos e obrigações relacionados ao PRP 'incluído-excluído': i-) obrigação de os incluídos darem exemplo de honestidade para que ii-) os excluídos não tenham o direito de transgredir. Essa relação pode ser vislumbrada nas linhas 006 e 009 (É muito difícil falar prum garoto (0.6) pobre, preto (1.7) que vive na periferia (0.4) que ele tem que ser honesto (0.6) diante dessa desse exemplo?).

Mas a montagem local do par relacional '*incluído-excluído*' se torna mais complexa quando vemos que, a partir do que foi inicialmente esboçado por Paulo Lins para esse PRP, nem todos os participantes parecem comungar dos mesmos pressupostos em relação aos direitos e obrigações de que as pessoas categorizadas por cada parte desse par seriam incumbentes. O que vemos, na sequencia da fala de Paulo Lins, são construções divergentes, entre o entrevistado Mano Brown e o entrevistador José Nêumanne Pinto, sobre o PRP proposto.

Se, para Mano Brown, corroborando a sugestão de Paulo Lins, o grupo dos 'incluídos' teria por obrigação dar exemplo de honestidade ao grupo dos 'excluídos' – e esse, se não tivesse esse exemplo, estaria no direito de também não ser honesto – para o jornalista José Nêumanne Pinto, a dinâmica desse PRP deveria se dar de outra maneira, retirando a obrigação dos incluídos de dar exemplo e imputando às duas partes do par relacional os mesmos direitos e deveres. Na verdade, o trabalho de categorização de Nêumanne obscurece a própria ideia – esboçada por Paulo Lins e afirmada por Mano Brown – de que incluídos e excluídos formariam um par com direitos e obrigações mútuas, tensionando, assim, a construção macro contextual tornada relevante pelos dois primeiros participantes. Para Nêumanne, a questão da honestidade não poderia ser erigida a partir da questão da clusividade social, como parece ser o caso para Mano Brown e Paulo Lins.

Antes de analisarmos o trabalho de categorização feito pelos participantes da interação – e para bem tratarmos da questão da **divergência** de imputabilidade de

direitos e obrigações aos pares relacionais localmente construídos – precisamos recorrer a um outro importante autor, E.C. Cuff (1993), que promoveu avanços sobre a noção de PRPs a partir das ideias iniciais de Sacks.

Analisando relatos sobre divórcios – e a avaliação moral, tornada relevante pelos participantes, na atribuição de culpa pelo fracasso da relação – Cuff notou que

These moral assessment can be seen to be shaped up by what identities are available for hearing the talk ‘this way’ or ‘that way’ and that the identities used appear to be more specific than the ‘general’ categories of ‘husband’ and ‘wife’. They appear to be more specific in that they seem to have built into them this very quality of moral assessment so that they are informative of ‘what kind of husband (or wife) this is’. Thus in identifying the parties to the marriage, both tellers and hearers seem to be operating not simply with the two categories, husband and wife, but with more specific identities which build in moral assessment of what they are like as husband and wife, i.e. these morally specified identities indicate the appropriateness or inappropriateness of the behavior of the parties ‘as husband’ or ‘as wife’ in ‘this marriage’. (1993, pág. 51)

Como comenta Georgia Lepper, a partir da leitura que faz do autor,

Cuff argued that it was necessary to extend the concept of the ‘machinery’ which Sacks developed through ‘the baby cried story’, to the wider domain of naturally occurring social interaction, where issues of ‘rightness’ and ‘wrongness’, and ‘goodness’ and ‘badness’ become important components of the inferences to be made by speakers and hearers. (2000, pág.32).

De acordo com Cuff, isto não significa que os participantes de uma interação utilizem os adjetivos “bom” e “mal” ou “certo” e “errado” necessariamente, mas que estes adjetivos são úteis para indicar a avaliação moral que os participantes constroem, localmente na interação, através do uso de atributos para além das categorias. Na sessão de terapia de casais analisada por Cuff, por exemplo, percebeu-se não apenas a mobilização das categorias ‘marido’ e ‘esposa’, mas também, entre outras categorizações, ‘esposa sofredora’ e ‘marido opressor’ – o que fornece, para o analista, um indicativo das percepções de ‘certo e errado’ dos participantes em relação aos incumbentes daquelas categorias, ou seja, um indicativo da avaliação moral tornada relevante numa situação. Assim, ainda

segundo Cuff, o que existe é a mobilização não apenas de um PRP (o par ‘esposamarido’) mas sim outras **versões** de PRPs, a partir do par relacional original. Sobre o caso específico analisado por Cuff, por exemplo: “they might be employing not simply the ‘general’ SRP [standard relational pairs], ‘husband’-‘wife’, which we have called SRP I, but, rather, a morally specified SRP like ‘good wife’ – ‘bad husband’, which we call SRP II” (1993, pág. 53). Georgia Lepper, do mesmo modo, afirma que “the same SRP can generate two versions. Let’s call them SRPa and SRPb. And these do not exhaust the possibilities of versions which might arise in the context of talk” (2000, pág. 32).

Isso nos leva de volta à percepção de Lena Jayyusi sobre a distinção entre o uso de simples *categorias* e o uso de *categorias mais atributos*. O que Lena Jayyusi e E.C. Cuff na verdade nos mostram é que, no trabalho de categorização, não apenas utilizamos os saberes socialmente compartilhados sobre uma categoria para realizar descrições, como também utilizamos predicados criados localmente sobre uma categoria para realizarmos atribuições sobre seus incumbentes no aqui e agora da interação. Essas atribuições locais, para além das características aceitas convencionalmente por determinada cultura, podem expressar as avaliações morais dos participantes da interação sobre os incumbentes das categorias, e, conseqüentemente, saberes situados sobre essas categorias. Desse modo, segundo E.C.Cuff, o analista da fala em interação, ao perceber variações das avaliações morais realizadas *in situ* pelos diversos interagentes – variações essas que expressam divergências cognitivas – pode mapear diferentes **versões da realidade** feitas através dos trabalhos de categorização individuais.

O que podemos salientar, a partir disso, é que, no trabalho de análise de categorização, devemos procurar não apenas as *descrições culturalmente convencionadas* de categorias mas também as *atribuições locais* que os membros fazem sobre essas categorias. Assim, saberemos quais os saberes locais sobre as categorias que estão sendo mobilizados. O analista deve, portanto, perceber os grupos de características categoriais (*clusters*, segundo Lena Jayyusi) formados não só pelas características convencionalmente conectadas às categorias – como as atividades categorialmente conectadas (*category bound activities*), por exemplo – mas também pelas atribuições locais de características às categorias – as *category*

generated features, na nomenclatura proposta por Jayyusi (1984) . Segundo Georgia Lepper,

the problem of the researcher becomes: how do I identify the clusters of related categories? Jayyusi distinguishes between two methods which speakers and hearers may employ in the production and recognition of the category in use: [1] **category generated features** are 'sistematically produced [in the talk] through their tie to some category'. [2] **category bound activities** are formulated, implicitly or explicitly, as a conventionally accompanying some category'.

One important feature of the analytic work of the researcher is to discover, and distinguish, these two phenomena. In the one case, the speakers and hearers build the relevant categories in order to establish a particular categorization; in the other, they employ a particular category in order to bind the description to a particular categorization. (2000, pág. 34)

Na percepção desses *clusters* (conjuntos de características categoriais mobilizadas na interação) poderemos, ao fazer a distinção entre esses dois tipos de fenômenos observados por Jayyusi, notar mais facilmente quais são os saberes sobre as categorias que são compartilhados como pressupostos – através das atividades convencionalmente conectadas a elas, explícita ou implicitamente – assim como poderemos perceber quais são os saberes customizados, localmente construídos e, portanto, não pressupostos – expressos pelas atribuições locais de outras características conectadas às categorias.

A percepção dos saberes locais não pressupostos permite observar um processo de negociação local: poderemos ver como cada participante constrói sua versão da realidade e como ela é contraposta à versão do seu interlocutor. Desse modo não apenas conseguimos enxergar a 'cultura-em-ação' e a 'estrutura-em-ação' no sentido de perceber qual *dimensão macro-contextual é tornada relevante através das categorias e MCPs numa interação concreta* (que chamaremos aqui de **questões sensíveis** da interação) mas também no sentido de perceber as *negociações e divergências localmente apresentadas através de versões da realidade construídas através de predicados às categorias e MCPs* (que aqui chamaremos de **dilemas** da interação). Descobrir o contexto sociocultural-em-ação é, portanto, descobrir não

apenas as **questões sensíveis** mas também os **dilemas**, na construção local da realidade, tornados relevantes no aqui e agora de uma interação concreta.

Voltando agora ao nosso caso – depois deste breve desvio teórico – vejamos como os participantes Mano Brown e José Nêumanne Pinto mobilizam concretamente as categorias geradas pelo participante Paulo Lins, de modo a perceber como, efetivamente, eles as situam no MCP ‘clusividade social’ e, principalmente, como eles as situam, através da construção de **versões**, em relação ao PRP “incluídos-excluídos”.

VIII.2.1. Trabalho de categorização de Mano Brown a partir da fala de Paulo Lins

A fala de Mano Brown parece corroborar que a relevância contextual gira em torno da *questão sensível* ‘clusividade social’. Mano Brown, ao ouvir as categorias ‘garoto’, ‘pobre’ e ‘preto’, faz uma inferência, local e situada, a partir destas categorias: não se trata de categorias ligadas aos organizadores (MCPs) ‘estágio de vida’ e ‘etnia’ mas à questão da ‘clusividade social’ (sendo essas categorias pertencentes à subcoleção ‘excluídos socialmente’). Do mesmo modo, ‘empresário de futebol’, ‘cartola de futebol’ e ‘jogador de futebol’, não parecem ser lidos como categorias pertencentes do dispositivo de categorização ‘ocupação profissional’ mas ao dispositivo de categorização, ‘clusividade social’ (pertencendo à subcoleção ‘incluídos socialmente’). Além do MCP ‘clusividade social’, Brown também dá relevância ao MCP ‘classe social’, como podemos ver pela mobilização das ACCs expressas na linha 062: (sem direitos sem:: escola sem hospital).

O que parece atestar ser essa a inferência feita por Mano Brown sobre a fala de Paulo Lins é: i-) a maneira como ele continua tratando como contrastivos os subgrupos ‘incluídos socialmente’ e ‘excluídos socialmente’ (entre as linhas 026 e 032 e entre as linhas 036 e 038); ii-) a maneira como ele percebe as categorias desses subgrupos como incumbentes do PRP ‘excluído-incluído’, com direitos e obrigações mútuas (como podemos ver entre as linhas 026 e 034); e iii-) o fato de

gerar, em sua fala, outras categorias que pertencem ao mesmo MCP 'clusividade social', atendendo à *regra da consistência* (nas linhas 026, 030 e 033).

Todo o trabalho de categorização feito por Mano Brown é expresso seguindo a lógica de que o PRP 'excluído-incluído' apresenta certos direitos e deveres para as categorias que o compõe. Seria dever dos 'incluídos' – tal como esboçada na pergunta de Paulo Lins – a ação de 'dar exemplo de conduta' (notando que Mano Brown desconecta o "exemplo de conduta" da questão etária, conectando-o apenas às questões de classe social e clusividade): os incluídos teriam o dever de dar exemplo de honestidade e os excluídos teriam o direito de não serem honestos caso o dever ao qual os incluídos fossem incumbentes não fosse atendido. Isso fica bastante claro nos trechos indicados pelas setas:

Trecho de transcrição nº 32

Entrevistado: Mano Brown

017 M.B ↪ Eu chego a dizer que eu nem considero eles desonesto né?
018 (0.8) Dentro da realidade do qu- da arma das armas que
019 eles tem pra lutar (.) do que eles aprenderam como meio
020 de sobrevivência eles são honesto (0.7) Eu tenho certeza
021 de que com os parceiro deles eles são honesto (0.7) com
022 a família deles eles são honesto (0.8) com os mano que
023 tá preso eles são honesto (1.3) Tá ligado? Eles são
024 honesto com quem te- com quem é honesto com eles (0.7)
025 Entendeu? (0.3) Onde tá a honestidade são valores né?
026 ↪ (1.0) Quando você fala que um assaltante de banco é
027 desonesto você tem que olhar pra sociedade (0.9) se a
028 sociedade é honesta. Se a sociedade eu eu costume falar
029 pros mano quando a gente tá conversando (0.7) .hhh que
030 a:. a a nossa sociedade é criminosa (0.6) é omissa (0.9)
031 ela é cega quando quer surda quando quer (0.6) Omissão é
032 crime né? (1.4) né? (.) Então acho que se você tá (.)
033 fo::r (1.0) categoria de criminosos (1.5) >entendeu< tá
034 todo mundo na mesma tá igual.

Entre as linhas 026 e 032, Mano Brown ressalta que um 'assaltante de banco' (uma categoria considerada por ele como pertencente ao subgrupo 'excluídos socialmente' e não como categoria pertencente ao MCP 'criminosos') pode não ser considerado desonesto se a "sociedade" (aqui uma maneira que Brown usa para nomear todo o subconjunto dos 'incluídos socialmente') for omissa em relação às opressões que os socialmente excluídos sofrem. Essa omissão, para Brown, seria

uma forma de desonestidade (como ele expressa nas linha 031 e 032: omissão é crime né? (1.4) né?) e, portanto, os incluídos não estariam cumprindo seus deveres no PRP ‘incluído-excluído’ (como podemos ver nas linhas 023 e 024: Eles são honesto com quem te- com quem é honesto com eles (0.7) Entendeu?).

É interessante notar que Mano Brown, de acordo com uma perspectiva sociológica de tipo interacionista, percebe que a honestidade é um fenômeno situado e não um valor absoluto que transcende as situações concretas (como fica explicitado entre as linhas 018 e 024). É possível notar em sua resposta que foi construída uma versão do PRP ‘incluído/excluído’: o PRP II ‘incluídos-omissos-perante-a-opressão/excluídos-não-passivos-perante-a-opressão’. É um refinamento local da questão relativa à honestidade, em que a omissão do incluído (para Brown, uma forma de desonestidade) projeta, para o excluído, uma não-passividade-perante-a-opressão (segundo o *rapper*, um direito dos excluídos – e não uma desonestidade – diante da omissão dos incluídos).

O PRP II – ‘incluídos-omissos-perante-a-opressão/excluídos-não-passivos-perante-a-opressão’ – especifica a desonestidade dos incluídos não apenas como roubo e desvio de dinheiro (como exposto na fala de Paulo Lins) mas também como ‘omissão’ diante da opressão social sofrida pelos ‘excluídos’. Além disso, descaracteriza as atividades que são convencionalmente conectadas à categoria ‘criminoso’ como sendo atividades desonestas, e as caracteriza como uma maneira legítima (já que a outra parte do PRP não cumpriu suas obrigações) de não passividade-perante-a-opressão – o que fica bastante claro nas linhas 018 até 020: Dentro da realidade do qu- da arma das armas que eles tem pra lutar (.) do que eles aprenderam como meio de sobrevivência eles são honesto. Podemos, aqui, observar a construção local de um saber não pressuposto (pelo menos não pressuposto naquela situação específica – um programa de entrevistas em TV aberta – mas que pode ser pressuposto na “quebrada”, que é como Brown se refere habitualmente aos bairros periféricos).

Há, ainda, uma possível terceira versão dentro da fala de Mano Brown, que caracterizaria um outro PRP: o PRP III ‘incluído criminoso-excluído criminoso’, como

podemos ver nas linhas 032 e 034: Então acho que se você tá (.) fo::r (1.0) categoria de criminosos (1.5) >entendeu< tá todo mundo na mesma tá igual.

Com a criação dessa terceira versão, Brown parece estar dizendo o seguinte: ‘se é para classificar como criminoso, então todos são criminosos’, possibilitando, portanto, uma relativização de sua própria segunda versão (expressa no PRP II).

Com estas versões, Brown reforça e, ao mesmo tempo refina, a ideia – construída localmente através da elaboração do PRP ‘incluído/excluído’ – de que os predicados atribuídos no “aqui e agora” da interação às categorias do ‘excluídos socialmente’ (que poderiam ser encaradas como “desonestidade”), são consequência dos predicados, de desonestidade, atribuídos localmente sobre as categorias dos ‘incluídos socialmente’ (incluindo a omissão, que Brown constrói como sendo uma ACC da categoria ‘criminoso’).

Essas versões sobre o PRP proposto por Paulo Lins, expostas nos PRP II e PRP III formulados por Mano Brown, serão rebatidas e negadas na fala seguinte do jornalista José Nêumane Pinto. O trabalho de categorização feito pelo jornalista funciona de modo a criar uma versão que não se coaduna com as versões de Mano Brown.

VIII.2.2. Trabalho de categorização de Nêumane Pinto a partir da fala de Mano Brown

Embora Nêumane também trabalhe categorias pertencentes ao MCP ‘clusividade social’ – já que as categorias que ele utiliza podem ser inferidas como pertencentes àquelas duas subcoleções citadas (‘incluídos socialmente’ e ‘excluídos socialmente’) – fica claro que, além de não corroborar a versão expressa pelo PRP II construído por Mano Brown, ele parece construir as categorias de modo a que o próprio PRP original – o PRP ‘incluído/excluído’ – não faça sentido, já que não corrobora nenhum tipo de dever ou obrigação de um grupo em relação a outro. Ao contrário, sua fala expressa deveres e obrigações daquelas categorias enquanto entes autônomos e sem relação entre si.

Ao dizer que a maioria das pessoas que moram no Capão Redondo (ou seja, incumbentes do subgrupo dos ‘excluídos socialmente’) são honestas, Nêumanne parece querer desmontar a ideia de que a desonestidade dos ‘incluídos’ e sua omissão em relação as opressões sofridas pelos ‘excluídos’ estimulariam a “desonestidade” dos excluídos – pois, apesar de todos no Capão Redondo serem oprimidos e igualmente sem atenção, nem todos (uma minoria, segundo ele) são desonestos.

Ao desmontar os direitos e deveres, expressos pelos outros participantes sobre o PRP ‘incluído/excluído’, Nêumanne permite uma inferência sobre sua fala de que a honestidade não seria uma questão relacional mas sim um valor humano transcendental às situações concretas (indo na contramão do pensamento interacionista de Mano Brown). Isso está expresso em todo o turno de fala, mas fica explícito a partir da linha 049 (apontada por seta):

Trecho de transcrição nº33

Entrevistador: José Nêumanne Pinto

039 *J.N.P.* =mas pera aí a maioria do povo (.) lá no Capão Redondo,
040 na periferia de São Paulo (.) é no- nos bairros pobres,
041 a maioria é honesta (1.0) a maioria trabalha a maioria
042 caminha vai a pé da sua casa tal esse é o verdadeiro
043 herói brasileiro o herói brasileiro não é o que delinque
044 (1.2) não é o que se torna bandido (1.0) pra:: se dar
045 bem. O herói brasileiro (0.5) é aquele que trabalha
046 (0.3) e lá na: no Capão Redondo >de onde você vem< você
047 sabe disso. (0.3) Quer dizer o Brasil é um país de
048 <cento e quarenta> milhões de honestos (0.7) reféns de
049 ↪ vinte milhões (0.9) de desonestos. Nós não podemos (0.7)
050 é: considerar como uma regra (0.7) o fato de haver:: o
051 fato de haver políticos bandidos (.) e há muitos (0.6)
052 empresários bandidos (.) não quer dizer que nós (.) é::
053 vivamos numa sociedade ao contrário nós (0.3) nós o
054 verdadeiro herói brasileiro é aquele (.) que se levanta
055 as quatro da manhã e e caminha a pé (0.5) de sua casa lá
056 em Capão Redondo até o trabalho dele, as vezes (.)
057 lutando com a maior dificuldade pra ser honesto

O que Nêumanne parece construir é o que seria para ele o “bom” excluído: aquele que se levanta cedo, pega o ônibus lotado e, apesar dessas dificuldades, consegue ser honesto (linhas 039 até 047 e linhas e entre as linhas 054 e 057).

Portanto, Nêumanne, além de se opor à lógica do PRP I ‘incluído-excluído’, do PRP II e do PRP III, propõe uma lógica do **bom** ‘excluído’ e do **mal** ‘excluído’, sem que essa atribuição moral de ‘bom’ ou ‘mal’ mantenha qualquer relação com o subgrupo dos ‘incluídos’. Para Nêumanne, a desonestidade dos incluídos não deverá ser vista como causa da desonestidade dos excluídos.

O que o turno de fala de Nêumanne produz – condizente com sua condição categorial de ‘entrevistador’ que também é ‘jornalista’ – é uma síncrise, ou seja, um ponto de vista divergente ao do entrevistado sobre a questão da ‘clusividade’. A síncrise, como atividade categorialmente conectada (ACC) à categoria ‘jornalista’, pode ser realizada de diversas formas mas, habitualmente, é feita sem que o ‘jornalista’ se coloque (pelo menos explicitamente) como defensor do ponto de vista divergente. No RV, contudo, como vimos na primeira parte da análise, não é vedado aos jornalistas a expressão de suas opiniões pessoais, de modo que a síncrise produzida por Nêumanne foi realizada sem qualquer tipo de justificativa ou tentativa de desvinculação pessoal do que ele disse. O debate, desse modo, poderia ganhar um contorno mais tenso já que o ponto de vista divergente, colocado por Nêumanne não é apenas “um” ponto de vista possível, mas “o” ponto de vista que ele considera válido.

O turno de fala imediatamente posterior de Mano Brown (linhas 058: “Parece letra de RAP isso aí que cê tá falando”) desmonta essa tensão quando, ao dizer que a fala de Nêumanne parece uma letra de rap, produz, em termos interacionais, uma aproximação categorial entre o entrevistado (efetivamente um *rapper*) e o entrevistador. Mas essa aproximação identitária, embora alivie a tensão (Nêumanne, a seguir, sorri descontraidamente), não é utilizada por Brown para criar consenso: ela, na verdade, prefacia uma fala bastante contundente em relação à divergência que está sendo criada localmente. Nessa fala, Mano Brown revela uma leitura muito particular, bastante próxima de sua realidade social, sobre a fala de Nêumanne – quando este cria a categoria do “herói brasileiro” que tem por incumbente o “bom excluído”:

Trecho de transcrição nº 34

Entrevistado: Mano Brown

060 M.B. é utopia igual(1.3) Infelizmente na realidade a gente
061 sabe que: (.) os heróis tão cada vez mais humilhado né,
062 (1.0) sem direitos sem:: escola sem hospital (.) Então
063 os moleque passam a ver que ser herói não vale tanto a
064 pena entendeu? (0.9) Herói que só apanha?

Aqui, Mano Brown retoma suas versões expressas nos PRP II e III, ressaltando o par ‘incluído-excluído’ como um conjunto constituído por direitos e obrigações mútuos. Para ele, a categoria dos incluídos apresenta como característica a omissão perante a – e, talvez, quem sabe a própria ação de – humilhação e violência: (linha 061: os heróis tão cada vez mais humilhado né; e linha 064: Herói que só apanha?). E os excluídos, por causa disso – já que, para Brown, incluído e excluído são partes de um par relacional padronizado – apresentam, como direito, quando submetidos à omissão perante a ‘humilhação’ e a ‘violência’, a ‘possibilidade de entender que não vale a pena ter apenas o título de herói e continuar a ser oprimido’.

Após a fala de Brown, José Nêumanne (entre as linhas 065 e 069) expressa as ações de, ao mesmo tempo, perguntar e contra-argumentar (através da produção de uma forma gramatical interrogativa que, como vimos na primeira parte da análise, além da ação de questionar pode ser, também, no RV, um veículo para a realização de outras ações). Neste momento, o entrevistador Paulo Lins se seleciona para a tomada de turno mesmo após Nêumanne ter selecionado Mano Brown como o próximo falante (através do endereçamento da pergunta colocada acima). A auto seleção de um entrevistador, nessas condições, não é algo habitual na organização categorial-sequencial do RV (já que não atende às regras de restrição 2a e 2b, da fala-em-interação no RV). Contudo, essa auto-seleção foi realizada sem que Paulo Lins sofresse qualquer sanção e sem que se sentisse obrigado a produzir qualquer tipo de justificativa. Uma possível explicação para isso é o fato de ter sido ele a iniciar o tópico em questão (e, como vimos na primeira parte, o tópico pode ser um dos organizadores da tomada de turno). Uma outra hipótese também pode ser levantada, embora não tenhamos condições rigorosas de afirmá-la apenas com base nos dados: isso pode acontecer devido à maneira como a categoria ‘entrevistador’ é gerada no programa. Sendo um ‘não-jornalista’ pertencente ao MCP ‘proximidade

com o universo do entrevistado', Paulo Lins goza de uma autoridade epistêmica especial, diferente da autoridade do incumbente da categoria 'jornalista': sua experiência com o contexto ali construído vai além de uma simples atribuição profissional. Paulo Lins já foi, ele próprio, um excluído (morador da favela carioca *Cidade de Deus*) além de escritor reconhecido sobre o tema. Logo, para aquela interação – quando os participantes levantam a questão sensível da clusividade social – a própria autoridade epistêmica de Lins parece ter servido como justificativa para a tomada de turno.

Paulo Lins produz, então, um argumento contra a fala de Nêumanne – dizendo que existem 'excluídos' dentre os 'excluídos' – que serve, enfim, para corroborar as versões que ele e Brown construíram em torno do PRP 'incluído-excluído'. Como se vê claramente, Lins e Brown constroem versões da realidade divergentes da versão construída por Nêumanne.

VIII.2.3. Os dilemas na construção da realidade

Na sequência que acabamos de analisar, observamos que o contexto sociocultural ressaltado na construção da identidade de classe girou em torno da 'clusividade social'. Podemos perceber, contudo, construções disjuntivas da realidade, entre os participantes Mano Brown José Nêumanne, em relação ao contexto sociocultural mobilizado, produzindo um dilema interacional. O dilema se revelou por uma disjunção fundamental: dois dos participantes (Mano Brown e Paulo Lins) admitem que existe um par relacional – 'incluído/excluído' – em que as categorias que o formam constituem direitos e obrigações mútuos, enquanto outro participante (José Nêumanne) parece não admitir a existência desse par relacional e, portanto, parece não admitir que, entre incluídos e excluídos, exista qualquer tipo de obrigação e direitos mútuos.

O que chama a atenção nesta sequência é que o dilema apresentado (a existência ou não de uma relação de causa e efeito entre a desonestidade do incluído e a "desonestidade" do excluído) também é percebido desde os primórdios

do Brasil e de suas tradições escravocratas e que, ainda hoje (como pudemos observar na sequência analisada) parece não ter sido superado.

Se repararmos, por exemplo, no tratamento violento dado aos escravos que ousassem qualquer tipo de insubmissão ou cometessem algo considerado desonesto – por leve que fosse – veremos que o “argumento” utilizado pelos opressores para o uso da violência era o de que havia “maus” escravos que cometiam erros, simplesmente por serem “maus”, desconsiderando, nos atos desses escravos, a relação de opressão que estava socialmente estabelecida.

Como estratégia de suavização da opressão – já que a opressão dos incluídos sobre os excluídos era tão fortemente perceptível (ao contrário dos dias de hoje, em que é mais insidiosa) – os donos de escravos costumavam encenar alguma solidariedade: davam-lhes seu nome de família (daí a proliferação de nomes portugueses entre os afrodescendentes brasileiros), permitiam que alguns deles dormissem na Casa Grande e admitiam alguns ex-escravos libertos como “agregados” à sua família (ainda que esses estivessem ali para realizar tarefas laborais sem pagamento em moeda mas apenas com moradia e comida).

É essa mesma estrutura de ‘encenação de solidariedade’ por meio de ‘benfeitorias calculadas’ que Mano Brown parece observar, na fala de Nêumanne, como algo ainda presente:

Trecho de transcrição nº 35

Entrevistado: Mano Brown

060 *M.B.* é utopia igual(1.3) Infelizmente na realidade a gente
061 sabe que: (.) os heróis tão cada vez mais humilhado né,
062 (1.0) sem direitos sem:: escola sem hospital (.) Então
063 os moleque passam a ver que ser herói não vale tanto a
064 pena entendeu? (0.9) Herói que só apanha?

Aqui, notamos que a inferência de Brown sobre a fala de Nêumanne vai no sentido de enxergar aquela mesma estrutura insidiosa de uma ‘solidariedade calculada’. Mano Brown vê uma construção **velada** de uma quarta versão para o PRP “incluído/excluído”: o PRP IV ‘incluído calculadamente solidário/excluído que apanha calado’. Para Brown, a fala de Nêumanne tem essa possibilidade de leitura, ainda que o próprio Nêumanne, obviamente, não a admita. Brown lê a categoria ‘herói’ –

que Nêumanne associa ao “bom” excluído – como uma categoria que tem como predicado “apanhar calado”. Para Nêumanne, diferentemente – já que ele não admite, explicitamente, o PRP “incluído/excluído” – a categoria ‘herói’ teria apenas como característica “trabalhar apesar dos inúmeros sofrimentos” (como podemos ver entre as linhas 054 e 057).

A categoria “herói”, aqui associada ao subgrupo dos ‘excluídos socialmente’, funciona de forma disjuntiva: para Nêumanne é uma deferência especial para quem, segundo ele, consegue ser honesto apesar dos sofrimentos de ser excluído (sem considerar esse sofrimento como sendo causado por uma omissão dos incluídos). Para Brown, a categoria ‘herói’ funciona como um ‘cala-boca’, ou seja, funciona como um título que tem como função docilizar o excluído através de um logro e fazê-lo aceitar a opressão a que está submetido.

Para Mano Brown, o título de ‘herói’ funciona como uma daquelas estratégias de suavização percebidas já nos primórdios de um Brasil escravocrata. Como afirma Robert W. Slenes, ao falar sobre o período escravocrata brasileiro, “dentro de certos limites, os senhores [...] instituem, junto com a ameaça e a coação, um sistema diferencial de incentivos – no intuito de tornar os cativos dependentes e reféns de suas próprias solidariedades” (2004, pág. 236). Embora Brown não esteja acusando o seu interlocutor de ser um escravocrata, ele encara a concessão do título de herói como uma maneira que os incluídos têm de manter os excluídos como reféns – ainda que simbólicos – de sua desonestidade que, ainda que não seja a de tirar a liberdade de um indivíduo como no período da escravidão, se configura hoje como omissão perante a exclusão social.

O dilema, portanto, na construção da realidade efetuada nesta sequência interacional – e que é um importante aspecto do contexto-sociocultural-em-ação na interação analisada – pode ser assim esboçado: Mano Brown considera que o MCP ‘clusividade social’ tem as características de um MCP *duplicativamente organizado*, enquanto José Nêumanne Pinto não considera da mesma maneira. Por MCP *duplicativamente organizado*, Sacks (1974, pág.220) entende aquele que funciona como se fosse uma equipe – como o MCP ‘família’, por exemplo – em que existem conexões de solidariedade entre as categorias. Segundo Gastaldo e Watson, “uma consequência da regra da consistência é que, se duas ou mais categorias de

pertencimento próximas são tratadas como parte do mesmo MCP, e esse MCP é duplicativamente organizado, deve se considera-lo assim” (2015, pág.143). Brown e Nêumanne não consideram o MCP ‘clusividade social’ da mesma maneira...

Ao não considerarem o MCP “clusividade social” do mesmo modo (em relação ao fato de ser ou não *duplicativamente organizado*), Mano Brown e José Nêumanne Pinto tornam relevante nesta interação um dilema visto na sociedade brasileira desde seus primórdios: as especificidades categoriais ressaltadas – incluídos e excluídos socialmente – devem ou não ser levadas em conta nas relações de solidariedade entre os membros de uma sociedade?

VIII.3. Caetano Veloso e a identidade nacional: *uma trilha para alegrar a civilização*

Caetano Veloso tem como um dos temas fortes de suas canções – e de toda a sua fala na esfera pública, de um modo geral – as questões relacionadas com o Brasil. Percebemos, nesta sequência da entrevista com o compositor, como o Brasil e a identidade brasileira são construídos discursivamente, tentando notar o contexto mobilizado pelos interagentes para dar sentido ao que dizem.

Trecho de transcrição nº 36

Entrevistado: Caetano Veloso

Entrevistador: Marcos Augusto Gonçalves

Entrevistador: Eduardo Gianetti

Mediador: Matinas Suzuki

001 M.A.G. Ô Caetano (0.5) você dizia numas d- de suas canções
002 assim eé::: <vejo uma trilha clara para o meu Brasil
003 apesar da dor.> Você vê essa trilha clara (0.6) ainda
004 que: (0.7) como diz o Gil <de jangada leva uma
005 eternidade (.) de saveiro leva uma encarnação? ((risos))
006 C.V. Pois é rapaz isso aí: (.) é uma canção que fiz nos anos
007 1970 né? (0.8) Eu estava no interior de São Pa:ulo,
008 (0.8) e::: >viajando de ônibus de cidade em cidade<
009 (0.4) e as cidades de São Paulo são muito::: pra os
010 olhos de um brasileiro comum (0.3) opulentas. (0.5) são
011 muitas (0.4) E com universida:des e tal (0.6) Então
012 eu::: de uma certa forma se- me senti à vontade (0.5)
013 para deixar um::: verso enfim uma linha dessas aparecer
014 no meio de uma canção. (.) .hhh Mas também ali eu dizia
015 que era um segredo meu (0.5) isso e que::: .hh não
016 carecia de ser seguido por ninguém né, que: (0.8) que
017 era uma vertigem visionária que não carecia de seguidor

018 (.) né? (0.6) eh- a eh a estrofe se concluía assim
019 depois (.) de dizer que eu via uma trilha clara para o
020 Brasil (0.4) apesar da dor. Mas o fato é que vejo. (0.7)
021 É uma trilha que o Brasil talvez nunca (0.8) é:: (1.2)
022 é::: (2.9) trilhe ((risos)) eu tav- eu tava tentando
023 evitar isso ma- as palavras hoj- eu tô acabei de fazer
024 um show e também tô:: (0.7) é:: além de cansado tô um
025 pouquinho resfriado então tô um pouco. (0.6) é: com a
026 energia baixa (0.5) ma:s >então as palavras demoram de
027 aparecer< (0.7) Mas o: o o Brasil poderá ou não (.)
028 seguir essa trilha (0.4) mas (0.5) para mim é
029 absolutamente inegável (0.6) de que ela existe e é dele.
030 *E.G.* Caetano eu acho que tem uma trilha, (0.5) eu queria
031 arriscar uma generalização (1.0) eu te ouço desde
032 setenta e oito (0.3) encontrei realmente (.) o seu
033 trabalho em setenta e oito quando saiu o LP *Muito*. (.) E
034 de lá para cá eu tô acompanhando com muita intensidade
035 eu gosto muito do seu trabalho (0.6) E eu identifico uma
036 trilha voc- que aparece (0.6) no seu trabalho que eu
037 gostaria de arriscar aqui e ouvir o qu- que você pensa
038 disso (1.0) Eu acho que você: (0.4) de um lado você
039 defende a conquista de uma ordem civilizada no Brasil
040 (0.6) No trânsito, na política, na economia, que a nossa
041 convivência pública seja bem ordenada (0.6) e seja
042 civilizada. Isso é muito presente é muito forte é muito
043 contínuo (1.0) De outro lado (.) você também defende o
044 nosso coração (.) ioruba (.) a nossa (.) alegria de
045 viver a nossa espontaneidade (0.7) Essa ale- alegria
046 espontânea que brota de fun: do fundo do fundo da nossa
047 alma brasileira (0.7) Eu acho que a grande utopia que
048 você coloca para todos nós é combinar essas duas coisas
049 (0.9) Conquistar a civilização, mas não perder (.) o que
050 nós temos de melhor (0.8) que é essa grande alegria essa
051 grande espontaneidade (0.6) essa alma iorubá, selvagem,
052 índia (0.2) que tá em todos nós (1.2) Eu acho o seguinte
053 Caetano (.) nenhu-: >quer dizer< será que essas duas
054 coisas podem ser (.) combinadas? Será que alguém vai
055 conseguir (0.4) juntar uma coisa sem perder a outra?
056 (0.7) Eu temo que a civilização entristeça a alma humana
057 (1.2) E e nenhum povo conseguiu escapar disso (.) E nós
058 no Brasil resistimos muito (0.6) a isso (0.5) Eu acho
059 que a grande utopia, os trópicos utópicos que eu vejo em
060 você (1.0) é exatamente na (.) busca dessa fusão (0.4)
061 Você faz essa fusão na sua arte (0.3) e eu acho que na
062 arte a equação fecha (1.0) Na vida prática (0.8) eu não
063 vejo como fechar essas duas coisas (.) eu acho que à
064 medida que o Brasil se civiliza (0.5) infelizmente nós
065 vamos perder (0.4) aos poucos (.) <essa alegria, (0.3)
066 essa vitalidade emocional,> (.) essa coisa fantástica
067 >que ainda tá viva<
068 *C. V.* Bom é:: isso aí ((risos))=
069 *E.G.* =Desculpa é uma pergunta pesada mas eu me preparei muito
070 tempo para fazer ((risos))
071 *C.V.* A sua pergunta para mim não precisa de resposta (.) não
072 precisa de resposta.
073 *E.G.* É utó[pico então?]
074 *C.V.* [Eu gostei] eu gostei imensamente do modo como você
075 formulou, (.) eu acho que ela: (0.5) de uma certa forma
076 abrange (0.5) posso dizer mesmo que a totalidade dos
077 meus interesses. ((risos)) Pelo menos dos meus
078 interesses que podem ser tornados ou precisam ser

079 tornados públicos (0.6) né, eu acho que::: é:: (2.5) que
080 voc- você tocou num ponto (.) que é fundamental (0.5)
081 Mas (0.5) o a minha ambição talvez seja (0.5)
082 ligeiramente (.) maior do que (0.6) a própria questão da
083 fusão (0.5) entendeu? (0.6) A minha ambição seria de::
084 (0.6) <tomar posse> da civilização (1.4) porque eu acho
085 que há dados (1.4) é: universais (0.6) ligados à
086 convivência social (0.7) E que eu acho que são dados
087 definitivos (1.0) e que esses dados devem ser
088 compartilhados (0.6) por todos os seres humanos, que
089 devem se colocar (0.5) na posição de poder compartilhá-
090 los (1.4) Agora (.) é:: s:- quando você lê esse livro
091 *Trust* (.) não é daquele:: (.) americano Fukuyama (0.3)
092 né (0.8) em que ele diz que os Estados Unidos (0.9)
093 ah::: ao invés de se- serem vistos como (.) um país onde
094 abstratamente os direitos universais (0.8) se:
095 procuraram implantar (0.9) devem voltar a se- devem
096 voltar a ser vistos como um país (0.4) que tem uma
097 determinada cultura e que é justamente por ter esse tipo
098 de cultura que ele foi um país capaz (.) de (.)
099 desenvolver tão bem (0.5) as as é:: garantias das
100 liberdades, do respeito a a ao ser humano etc não é, e
101 no entanto (.) eu penso (.) que::: é:: >naturalmente,
102 aquele livro tem uma porção de coisas que é suspeita (.)
103 eu o citei ele porque de uma certa forma, ele é< u- u::m
104 um oposto simétrico de algo que está na sua pergunta (.)
105 e que eu gostaria que estivesse no modo como estou
106 respondendo(0.7) é:: Na verdade a minha ambição (0.4)
107 seria a de:: (0.9) é: fazer com que uma cultura (0.4)
108 como a nossa que está sob todos os pontos de vista (.)
109 como que jogada fora (.) não é, da: (1.2) da: área de
110 dominação (0.6) das vantagens da civilização: moderna
111 (1.0) porque está no hemisfério sul, (.) porque é
112 mestiça, porque fala português, não apenas uma língua
113 latina do sul da Europa mas justamente o português a
114 menos prestigiada de todas elas, .hhh entendeu? (.) e::
115 enfim é o o um país (.) pobre (0.7) não é? e que e
116 sobretudo injusto socialmente. (0.5) Então o- o: o: (.)
117 quer dizer tod- todas essas desvantagens (0.6) de uma
118 certa forma nos (0.7) deveriam criar em nós uma: uma
119 mera (0.7) depressão em relação à: à perspectiva
120 histórica né, em relação a prospecções .hh e no entanto
121 (.) a gente tem alguma coisa de alegria e de
122 entendimento da vida alguma riqueza no modo de ser que é
123 perceptível inclusive para estrangeiros que diversas
124 vezes se manifestam (.) a respeito do que eles percebem
125 (.) de interessante, de sugestivo no modo de ser do
126 Brasil e dos brasileiros .hh e isto (.) que é um dado
127 cultural, (.) que não é uma::: >como é que vou
128 dizer< não é um valor universal abstrato. é um dado
129 cultural qualitativo (0.4) do nosso modo de ser que é do
130 que você está falando .hh (0.5) O que eu desejo não é
131 que isso seja possivelmente (.) é: fundido com o que
132 você e nós chamamos de civilização né: eu acho que o que
133 desejo mesmo é que esse nosso modo de ser (0.3) tome
134 (1.4) tome:: (0.7) conta tome em <suas mãos> (1.3) os
135 dados abstratos universais da civilização (0.4) e faça
136 deles (.) algo que não foi feito ainda (0.7) entendeu?
137 (0.3) Então, é uma ambição grande demais (0.8) e
138 naturalmente eu fa- faço muitos papéis ridículos por
139 causa disso (0.4) mas por outro lado (0.6)

140 E.G. ((risos)) eu discordo [((risos))]
141 C.V. [Mas é verdade faço (0-5)] faço outros papéis ridículos
142 por outras razões mas por isso muitas vezes sem dúvida.
143 Mas o: o fato é que (0.8) que minha ambição (0.5) uma
144 vez eu escrevi um negócio para falar lá no Rio (0.5) no:
145 numa coisa que me pediram para escrever sobre o o te- o
146 terceiro milênio foram o- o: o Antônio Cícero e o Wally
147 Salomão me pediram para escrever .hh e eu falei lá no
148 Museu de Arte Moderna (0.7) e:: li né, o texto que tinha
149 escrito era um pouco longo mas enfim eu o li todo e
150 aquilo ali e ali eu dizia que:: há quem diga que em 64
151 se não houvesse o golpe militar (.) o Brasil talvez (.)
152 tivesse (.) é: tendido para o socialismo ou chegado a u-
153 a um esboço de uma sociedade comuni:sta enfim e que era
154 uma coisa que foi desejada por muita gente da da geração
155 daquele período (.) e que foi frustrado pelo modo como a
156 história se deu (.) mas na verdade não estava a:: (.)
157 não era algo latente de fato não era algo que nós
158 estávamos (0.7) prontos para fazer (.) e e- e e eu (0.4)
159 me perguntava na altura mas hoje me pergunto com muito
160 mais (.) veemência se era afinal de contas de fato
161 desejável. Todo mundo se pergunta. Quando a gente via o
162 que acontecia nos países (.) é socialistas a gente se
163 perguntava isso mesmo em Cuba (.) cuja revolução me
164 atraiu muito me me me entusiasmou muito (0.4) Mas os
165 resultados m- m- muitas vezes eu tive: (.) eu tive uma
166 uma brutal rejeição àquele negócio. Eu na verdade nunca
167 fui a um país comunista (.) nem mesmo Cuba e no fu:ndo
168 por causa de uma natural dificuldade de aceitar (.) a
169 idéia de que um país possa ter um jornal só e de que
170 esse jornal pertença ao governo (0.3) Isso é uma coisa
171 para [mim intolerável]
172
173 E.G. [O indivíduo] fica muito sufocado né, o coletiv- o
174 co[letivo acaba]
175 C. V. [é::] terrível e sobretudo a idéia que que havia em
176 torno de uma questão que para mim é central que é
177 questão da homossexualidade (0.5) Isso nesses países
178 sempre aparecia muito mal posto (0.4) e eu me sentia
179 pessoalmente muito mal diante da realidade desses países
180 [desde muito] tempo
181 M.S. [Caetano]
182 C.V. Estou respondendo longamente demais né?
183 M. S. Nã- nã- não mas eu queri- m- (.) termina termina
184 C.V. Mas eu é: >vou terminar< é:: então nesse texto >que
185 escrevi sobre o negócio do terceiro milênio< (.) eu
186 dizia assim se nós tivéssemos talvez (0.4) chegado ao
187 socialismo (0.3) na verdade não me interessaria tanto
188 saber o que o socialismo faria de nós (0.5) mas o que o
189 Brasil faria do socialismo (0.8) Entendeu, e: o
190 socialismo: é não outra coisa senão uma das formas
191 (0.5) como essa visão de:: de direitos para todos uma
192 visão (0.5) de é:: uma visão abstrata de direitos para
193 todos os seres humanos (0.5) é: compreendida o
194 socialismo está nessa discussão, continua nessa
195 discussão (0.4) Não é porque os países do leste e: e o
196 socialismo real chamado caiu. (.) que a discussão que
197 esse tema desapareceu das discussões (0.5) entendeu, (.)
198 mas enfim (.) então a perg- minha pergunta é esta o que
199 que nós o que que nós podemos <fazer> com essas coisas.
200 (0.3) entendeu, porque::

Antes de começarmos a olhar para o trabalho de categorização sobre o Brasil e os brasileiros, realizado entre o ‘entrevistador’ Eduardo Gianetti e o ‘entrevistado’ Caetano Veloso, é necessário perceber a *sequência* ‘pergunta-resposta’ que abre o trecho analisado. Nela, o ‘entrevistador’ Marcos Augusto Gonçalves, trazendo o tópico *Brasil* para a conversa, confronta Caetano Veloso com um trecho de uma de suas canções (linha 002 e 003): <vejo uma trilha clara para o meu Brasil apesar da dor>.

Marcos Augusto Gonçalves utiliza esse trecho da canção *Nu Com a Minha Música* para explicitar o teor de muitas das falas de Caetano Veloso sobre o Brasil: um otimismo e uma certa insistência em ver as potencialidades da nação a despeito de todos os seus conhecidos problemas. Relacionando esse verso com um verso da canção *Parabolicamará*, do compositor Gilberto Gil – <de jangada leva uma eternidade (.) de saveiro leva uma encarnação? ((risos)) (linhas 004 e 005) –, o jornalista questiona se Caetano ainda vê essa “trilha clara”. O trecho da canção de Gilberto Gil é, evidentemente, utilizado pelo jornalista como recurso para relativizar o otimismo de Caetano.

Em sua resposta, Caetano diz que vê essa trilha clara, embora o faça ressaltando que É uma trilha que o Brasil talvez nunca (0.8) é:: (1.2) é::: (2.9) trilhe ((risos)) (linhas 021 e 022). E, retomando sua canção, explica que nela também dizia que aquilo era uma vertigem visionária que não carecia de seguidor (.) né?, indicando, assim, que essa “trilha clara” se inscreve no terreno das possibilidades e não das previsões. Tanto é que, nas linhas 027, 028 e 029, ele conclui: Mas o: o o Brasil poderá ou não (.) seguir essa trilha (0.4) mas (0.5) para mim é absolutamente inegável (0.6) de que ela existe e é dele. O que Caetano parece realizar, nas unidades de construção de turno (UCTs) em que as frases acima aparecem, é a ação de prevenir seus interlocutores de que a frase citada por Marcos Augusto Gonçalves não é uma profecia.

O trabalho de categorização sobre o Brasil e a identidade nacional que surge

a partir desse ponto da entrevista é, desse modo, ressalvado por essa prevenção inicial: Caetano qualifica sua atribuição de sentidos ao país a partir de uma dimensão construtivista, vendo o Brasil como uma constante realização a partir de possibilidades – também elas instáveis e constantemente construídas – e não a partir de uma dimensão essencialista. Desse modo, Caetano parece desautorizar seus interlocutores, assim como a audiência do programa, a inferirem que suas categorizações sobre o Brasil e a brasilidade – como as que a partir dali serão por ele realizadas no programa – decorrem de uma predição a partir de uma suposta essência que destinasse o Brasil e os brasileiros a cumprir um papel pré-estabelecido.

Tal desautorização é ainda mais importante quando notamos que a categoria mobilizada dali em diante, em torno da qual irá construir sentidos para Brasil e os brasileiros – a categoria ‘povo’ (linha 057) – se inscreve dentro do MCP ‘sociedade nacionalmente organizada’. Esse MCP, não raro, pode ser interpretado a partir de uma dimensão essencialista, de modo que a ressalva de Caetano constrói um quadro inferencial que interdita a inferência de que os predicados ali conectados ao Brasil e seus habitantes sejam dados supostamente naturais e essenciais. O que torna evidente a mobilização do MCP ‘sociedade nacionalmente organizada’ é o fato de Eduardo Gianetti estar falando de nações e seus habitantes (a mesma categoria, ‘povo’, teria outra relevância contextual caso se referisse, por exemplo, ao “povo católico”, cujo MCP seria ‘sociedade religiosamente organizada’, ou ao “povo flamenguista”, cujo MCP seria ‘sociedade futebolisticamente organizada’).

A partir daí (linha 030) começa – já parametrizado por essa sequência inicial – o trabalho de categorização realizado interacionalmente entre o economista e sociólogo Eduardo Gianetti e o compositor e – porque não? – “brasilianista” Caetano Veloso. Gianetti inicia seu turno de fala fazendo uma leitura pessoal das falas e canções de Caetano sobre o Brasil durante sua carreira. Segundo ele, Caetano busca construir uma ordem civilizada no Brasil – você defende a conquista de uma ordem civilizada no Brasil (0.6) No trânsito, na política, na economia (linhas 038 até 042) – mas sem que se percam os predicados de “alegria” e “espontaneidade” que caracterizariam o “coração iorubá” do ‘povo brasileiro’ (linhas 043 até 047).

Entre as linhas 049 e 067, notamos que, no trabalho de categorização de Gianetti, os predicados '*civilizado*', por um lado, e '*alegria e espontaneidade*', por outro, são excludentes entre si ao se conectarem à categoria '*povo*' quando pertencente ao MCP '*sociedade nacionalmente organizada*'. Para ele, um '*povo*' (categoria), a partir do MCP ali utilizado – seja o povo brasileiro, o norte americano, o indiano etc. – não pode ter o predicado '*alegre*' e, ao mesmo tempo, o predicado '*civilizado*': Eu temo que a civilização entristeça a alma humana (1.2) E e nenhum povo conseguiu escapar disso (.). Podemos, com isso, entender que o trabalho de categorização do Brasil, que Gianetti começa a realizar, exclui a possibilidade de que este país – enquanto '*povo*' – apresente a fusão dessas características que, para ele, são contraditórias ao se falar de uma *sociedade nacionalmente organizada*.

Contudo, a leitura que esse entrevistador faz dos enunciados de Caetano na esfera pública entende que o compositor vê o povo brasileiro como capaz – ainda que potencialmente – de realizar a fusão desses predicados. Gianetti diz: Eu acho que a grande utopia, os trópicos utópicos que eu vejo em você (1.0) é exatamente na (.) busca dessa fusão (0.4).

Num primeiro momento, Caetano concorda com o que diz o economista, como podemos observar entre as linhas 068 e 072. Mas, a partir daí, o compositor modula a leitura que Gianetti faz da sua visão do Brasil enquanto '*povo*'. Essa modulação se expressa, logo entre as linhas 081 e 084, quando Caetano diz que sua *ambição* é ligeiramente (.) maior do que (0.6) a própria questão da fusão (0.5). Esse pequeno deslocamento, feito por Caetano, vai indicar, nas sequências que se seguem, que o compositor entende que a leitura de Gianetti da sua visão da brasilidade não é completamente precisa.

Essa pequena defasagem entre as leituras dos interagentes se mostra no modo como cada um deles se apropria de uma discussão bastante comum da identidade brasileira. Essa discussão – que parece ser a principal balisa para construção de intersubjetividade entre Gianetti e Caetano quando ali falam do povo brasileiro – gira em torno das **etapas de desenvolvimento de uma nação**. Na mobilização e expressão dos saberes de cada um desses interagentes sobre as *etapas de desenvolvimento de uma nação*, podemos ver tanto concordâncias (como

os *pressupostos compartilhados*) quanto diferenças (os *dilemas*) entre entrevistado e entrevistador – e, com isso, podemos perceber mais claramente a construção intersubjetiva do Brasil e da brasilidade que ali é realizada.

Entre as linhas 063 e 067, a fala de Gianetti indica claramente a questão das *etapas de desenvolvimento* de um ‘povo’. O uso da expressão “à medida que” (linhas 063 e 064) – indicativa de processualidade – explicita o entendimento de que a qualidade expressa pelo predicado ‘civilizado’ é colocada como pertencendo a um ***estágio de desenvolvimento*** posterior ao dos predicados ‘vitalidade emocional’ e ‘alegria’. Na fala de Gianetti, um ‘povo’ perderia sua ‘alegria’ e ‘vitalidade emocional’ à medida que se tornasse ‘civilizado’.

Trecho de transcrição nº 37

Entrevistador: Eduardo Gianetti

061 E.G. Você faz essa fusão na sua arte (0.3) e eu acho que na
062 arte a equação fecha (1.0) Na vida prática (0.8) eu não
063 vejo como fechar essas duas coisas (.) eu acho que à
064 medida que o Brasil se civiliza (0.5) infelizmente nós
065 vamos perder (0.4) aos poucos (.) <essa alegria, (0.3)
066 essa vitalidade emocional,> (.) essa coisa fantástica
067 >que ainda tá viva<

Diante dessa balisa para categorização do Brasil e dos brasileiros proposta por Eduardo Gianetti – ***a nação e seus estágios de desenvolvimento*** – Caetano, ao operar categorizações sobre o “povo” brasileiro, modula a leitura do economista a partir da linha 130, no final de seu turno de fala.

Trecho de transcrição nº 38

Entrevistado: Caetano Veloso

130 C.V. O que eu desejo não é que isso seja possivelmente (.) é:
131 fundido com o que você e nós chamamos de civilização né:
132 eu acho que o que desejo mesmo é que esse nosso modo de
133 ser (0.3) tome (1.4) tome:: (0.7) conta tome em <suas
134 mãos> (1.3) os dados abstratos universais da civilização
135 (0.4) e faça deles (.) algo que não foi feito ainda
136 (0.7) entendeu? (0.3) Então, é uma ambição grande demais
137

Para propor uma modulação na perspectiva de Gianetti sobre os estágios de desenvolvimento de uma nação, Caetano nega a visão expressa no livro de Francis Fukuyama, para quem a cultura americana estaria mais apta a tornar uma nação civilizada. Deste modo, Caetano Veloso tenta fugir da concepção de civilização como grau último a ser alcançado pelo moldar de uma cultura a partir de padrões identificáveis – no caso citado, os padrões da cultura americana – e propõe que os valores da civilização seriam universais e que esses dados podem e devem ser compartilhados por todos os seres humanos, independentemente de suas culturas. Com isso, Caetano retira a “ordem civilizada” da posição de grau último a ser atingido por um ‘povo’ e a coloca para além dessa gradação em níveis ou estágios.

Trecho de transcrição nº 39

Entrevistado: Caetano Veloso

081 C.V. Mas (0.5) o a minha ambição talvez seja (0.5)
082 ligeiramente (.) maior do que (0.6) a própria questão da
083 fusão (0.5) entendeu? (0.6) A minha ambição seria de::
084 (0.6) <tomar posse> da civilização (1.4) porque eu acho
085 que há dados (1.4) é: universais (0.6) ligados à
086 convivência social (0.7) E que eu acho que são dados
087 definitivos (1.0) e que esses dados devem ser
088 compartilhados (0.6) por todos os seres humanos, que
089 devem se colocar (0.5) na posição de poder compartilhá-
090 los (1.4) Agora (.) é:: quando você lê esse livro *Trust*
091 (.) não é daquele:: (.) americano Fukuyama (0.3) né
092 (0.8) em que ele diz que os Estados Unidos (0.9) ah::
093 ao invés de se- serem vistos como (.) um país onde
094 abstratamente os direitos universais (0.8) se:
095 procuraram implantar (0.9) devem voltar a se- devem
096 voltar a ser vistos como um país (0.4) que tem uma
097 determinada cultura e que é justamente por ter esse tipo
098 de cultura que ele foi um país capaz (.) de (.)
099 desenvolver tão bem (0.5) as as é:: garantias das
100 liberdades, do respeito a a ao ser humano etc não é, e
101 no entanto (.) eu penso (.) que:: é:: >naturalmente,
102 aquele livro tem uma porção de coisas que é suspeita (.)
103 eu o citei porque de uma certa forma, ele é< u- u::m um
104 oposto simétrico de algo que está na sua pergunta (.) e
105 que eu gostaria que estivesse no modo como estou
106 respondendo (0.7)

O contexto de categorização aqui construído pelas categorias, MCP e predicados das categorias, se apoia na perspectiva dos estágios de desenvolvimento de uma nação – a **questão sensível** dessa construção discursiva do Brasil e da

brasilidade, ressaltada situadamente.

Podemos, ao perceber o trabalho de categorização efetuado por Eduardo Gianetti, desempacotar alguns de seus *saberes*: 1-) as nações apresentam estágios de desenvolvimento; 2-) a ordem civilizada compõe os estágios posteriores de desenvolvimento de uma nação; 3-) as nações cujo os povos são alegres e espontâneos, como no Brasil, apresentam os estágios anteriores de desenvolvimento.

Os saberes expressos por Gianetti impedem, contudo, de atribuímos a ele uma *concepção moral* da civilização como sendo algo superior e uma concepção da alegria e da espontaneidade como manifestações de primitivos inferiores. Embora mobilize a ideia de *estágios de desenvolvimento*, podemos perceber, entre as linhas 063 e 067, que sua percepção desses estágios não é considerada em nenhum momento como resultado de uma evolução: eu acho que à medida que o Brasil se civiliza (0.5) infelizmente nós vamos perder (0.4) aos poucos (.) <essa alegria, (0.3) essa vitalidade emocional,> (.) essa coisa fantástica >que ainda tá viva<. É, no máximo, implícita em sua fala, uma relação de perdas e ganhos.

Caetano, por sua vez, ao desmontar os predicados *civilização* e *alegria* como atributos antitéticos, desautoriza o próprio entendimento de estágios de desenvolvimento (mesmo que esses estágios não sejam pensados em termos de evolucionismo) em que a ordem civilizada ocuparia um estágio posterior e as sociedades mais alegres e espontâneas ocupariam os estágios iniciais, contrariando, assim, a lógica de Gianetti.

Quando diz que gostaria de ver o que o Brasil faria com o socialismo (e, aqui, fazendo um trabalho de categorização do socialismo como sendo uma das formas de busca por uma ordem civilizada), Caetano está indicando que a alegria e a espontaneidade são um valor a não ser perdido e que sua pretensão seria ver o que o Brasil – este “povo” com os predicados “alegre e espontâneo” – faria com a ordem civilizada. A concepção moral que podemos, talvez, perceber aqui, é a que afasta as tentativas de indicar a tristeza (ou, pelo menos, uma “não alegria”) e a falta de espontaneidade como condição necessária para se estar em uma ordem civilizada. Claramente, a fala de Caetano permite que desempacotemos alguns saberes

tornados relevantes pelo compositor: i-) não é necessário ser um bárbaro para ser feliz e espontâneo; o que implica que ii-) não é necessário ser triste, frio e movido apenas pelo cálculo para ser civilizado.

Embora a discussão da questão dos estágios de desenvolvimento de uma nação seja extensa e ocupe grande parte das preocupações dos sociólogos, artistas e intelectuais que pensaram o Brasil, ela é colocada de maneira particular pelos interagentes nesta sequência da entrevista. É essa maneira particular que permite ver o contexto sociocultural-em-ação que mobiliza a discussão ao seu modo, ressaltando aspectos, obscurecendo outros, desenhando, enfim, uma maneira situada de expressar os saberes constituídos sobre o Brasil. Como esses saberes situados modulam outras concepções anteriormente objetivadas pela sociologia, pelo jornalismo, pela literatura etc...? Que dinâmica é essa?

O contexto de categorização tornado relevante por Eduardo Gianetti e Caetano Veloso é semelhante ao já feito pelos precursores das Ciências Sociais do Brasil no séc. XIX, embora com concepções morais bastante distintas. Enquanto para Silvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues e Euclides da Cunha – esses proto cientistas sociais brasileiros – os estágios de desenvolvimento da nação eram pensados a partir do positivismo de Augusto Comte e do evolucionismo de Herbert Spencer, para Caetano e Gianetti, obviamente, essas não são suas referências sobre o tema do desenvolvimento da nação. Segundo Renato Ortiz (quando fala sobre o evolucionismo de Spencer e o positivismo de Augusto Comte e sua relação com as primeiras fases de pensamento sobre a identidade brasileira):

elaboradas na Europa em meados do séc. XIX, essas teorias, distintas entre si, podem ser consideradas sob um aspecto único: o da evolução histórica dos povos. Na verdade, o evolucionismo se propunha a encontrar um nexos entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história; aceitando como postulado que o “simples” (povos primitivos) evolui naturalmente para o mais “complexo” (sociedades ocidentais), procurava-se estabelecer as leis que presidiriam o progresso das civilizações. Do ponto de vista político, tem-se que o evolucionismo vai possibilitar à elite europeia uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão mundial do capitalismo. Sem querer reduzi-lo a uma dimensão exclusiva, pode-se dizer que o evolucionismo, em parte, legitima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A “superioridade” da civilização europeia torna-se assim decorrente das leis naturais que

orientariam a história dos povos. A “importação” de uma teoria dessa natureza não deixa de colocar problemas para os intelectuais brasileiros. Como pensar a realidade de uma nação emergente no interior desse quadro? Aceitar as teorias evolucionistas implicava analisar-se a evolução brasileira sob as luzes das interpretações de uma história natural da humanidade; o estágio civilizatório do país se encontrava assim de imediato definido como “inferior” em relação à etapa alcançada pelos países europeus. Torna-se necessário, por isso, explicar o “atraso” brasileiro e apontar para um futuro próximo ou remoto a possibilidade de o Brasil se constituir como povo, isto é, como nação. O dilema dos intelectuais desta época é compreender a defasagem entre teoria e realidade, o que se consubstancia na construção de uma identidade nacional. A interpretação do Brasil passa necessariamente por esse caminho [...] O evolucionismo fornece à *intelligentsia* brasileira os conceitos para a compreensão dessa problemática. (2011, p.14 e 15)

Embora a *questão sensível* ressaltada por esses primeiros cientistas sociais brasileiros seja a mesma ressaltada por Gianetti (e herdada sequencialmente por Caetano em seu processo de categorização do Brasil e dos brasileiros no RV) – as *etapas de desenvolvimento de uma nação* – percebemos a diferença ideológica de um momento para o outro. Se no séc. XIX, esses proto-cientistas sociais aceitavam o evolucionismo como eixo organizador das etapas de desenvolvimento da nação, nas categorizações feitas por Gianetti e Caetano esse evolucionismo é abandonado, constituindo-se esse abandono como um pressuposto compartilhado tacitamente, ainda que entre as posições de Caetano e Gianetti esse abandono se dê em bases bastante distintas.

A distinção pode ser percebida nos dilemas que eles tornam relevantes. Um dos *dilemas*, percebido a partir da inversão normativa que Caetano imprime à concepção de civilização de Gianetti, faz eco à questão, sempre presente nas discussões sobre o Brasil e a identidade nacional, da *adoção ou não de modelos estrangeiros para a constituição de uma ordem civilizada no Brasil*. Se, para Caetano, não se trata de aceitar ou não modelos estrangeiros para o estabelecimento de uma ordem civilizada, para Gianetti a adoção de modelos estrangeiros seria necessária, ainda que isso não se constitua em puro evolucionismo mas sim numa relação de perdas e ganhos. Esse dilema – *a adoção ou não de modelos estrangeiros para a constituição de uma ordem civilizada no Brasil* – traz, nele embutido, ainda outro dilema: precisamos ou não de perder algo – e, no caso, algo que apreciamos – para

sermos civilizados? Ou seja, precisamos abrir mão de algumas de nossas qualidades para alcançarmos outras?

Como afirma Norbert Elias sobre a ideia de civilização:

Com essa palavra [civilização], a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo [...]. (1990, pag. 23)

Caetano parece colocar em xeque a ideia que os países centrais têm da civilização como algo oriundo de suas próprias culturas. E, longe de encarar a condição de nação colonizada pelos países centrais como algo propiciador de degenerescência das qualidades que levariam a uma ordem civilizada, Caetano inverte a equação proposta pelos países centrais do Ocidente, e pelo fatalismo de Gianetti, de “civilizar” a alegria e a espontaneidade, apontando para uma nova questão: como alegrar e tornar espontânea a civilização? A resposta está naquela trilha vislumbrada por Caetano em uma de suas canções. Resta, apenas, encontrá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os capítulos 7 e 8 procuram realizar, sobre o material empírico investigado, as reflexões teóricas e metodológicas apresentadas nos capítulos anteriores. É através dessa abordagem que defendemos a dupla compreensão das interações observadas: a que se faz do mundo DO Roda Viva, como processo de microcontextualização; e a que nos permite pensar o mundo NO Roda Viva, como processo de macrocontextualização.

Tendo chegado a este ponto – em que podemos considerar já atingidos os objetivos da pesquisa realizada e da tese, resta-nos ainda acionar os resultados para perceber alguns ângulos objetivados que não se realizam diretamente nas descrições e inferências apresentadas – e sim por reflexões complementares, com base nos materiais produzidos na investigação; e pelas questões que agora podemos colocar a partir dos resultados obtidos. Tais questões poderão se desenvolver a partir da noção de *estilística da comunicação* – ideia que esboçamos em algumas passagens desta tese.

Na pesquisa, a opção foi por compreendermos a construção de contextos-em-ação nas interações de tipo conversacional entre os participantes das emissões do programa RV – portanto, produzidos sequencialmente pelo encadeamento de turnos dialogais. Mas, sem dúvida, podemos olhar para uma emissão desse programa a partir de sua circulação diferida e difusa, em que outras situações, diferentes daquelas que ocorrem entre os participantes diretos do programa, estariam sendo inauguradas. Tal movimento metodológico abre possibilidades de escrutínio da vida social sem negligenciarmos a ampla variedade de dispositivos em que ela ocorre.

Organizamos estas considerações finais em dois tópicos. O primeiro apresenta uma proposta para análises de processos comunicacionais a partir de uma estilística da comunicação; o segundo propõe uma síntese dos resultados da pesquisa, conforme esta perspectiva da estilística.

Rumo a uma estilística da comunicação

A compreensão da organização da interação conversacional no programa *Roda Viva* teve como objetivo perceber os processos de contextualização produzidos nas interações analisadas em nosso *corpus*. Tal empreitada é pertinente para o campo de pesquisas em comunicação pois é por meio dos processos de contextualização que os participantes de um episódio comunicacional podem fazer emergir sua intersubjetividade.

A importância da etnometodologia para o campo de pesquisas em comunicação se deve, fundamentalmente, a duas questões relacionadas entre si: a primeira é que a etnometodologia mostrou que a construção da intersubjetividade é uma tarefa incessantemente presente para os participantes de uma interação; e a segunda, por ela ter explicitado os métodos pelos quais os participantes de uma interação constroem um contexto comum para alcançar a intersubjetividade.

Essas duas questões revelam, ao serem compreendidas a partir do ponto de vista êmico, que a interação não pode ser encarada como um epifenômeno da linguagem, da mente, da cultura, da sociedade ou de uma combinação desses elementos (STIVERS e SIDNELL, 2013, pág.7). Ao contrário, mostram que os elementos do processo comunicativo – a materialidade simbólica (linguagem), as pessoas (mente), as estruturas socioculturais (a cultura; a sociedade) – só apresentam sentido de modo situado, quando os atores envolvidos numa interação particular os colocam em relação.

A intersubjetividade – compreendida nesta tese como um *mesmo plano de entendimento* entre os participantes de uma interação – é expressa pela própria relação entre os elementos constituintes de um processo comunicacional. Essa relação, como vimos, é tornada visível pelo contexto-em-ação, ou seja, pelas condições relevantes de enunciação que, devido à natureza reflexiva dos enunciados, são reveladas sequencialmente nos turnos de expressão dos interagentes. Contexto, portanto, a partir dessa perspectiva é sempre um processo contínuo, incessante, negociado e, sobretudo, algo que deve ser relevante para os participantes da interação.

Os métodos pelos quais os interagentes conseguem construir colaborativamente um contexto-em-ação – os etnométodos – são imprescindíveis para uma ciência da comunicação: é por meio deles que as pessoas mobilizam a dimensão interacional da linguagem. É só nessa dimensão da linguagem que um processo comunicativo se completa e pode estabelecer sentidos. Sem essa dimensão, o sentido de um enunciado fica restrito apenas às modalidades sintáticas e semânticas da linguagem que, embora colaborem para o estabelecimento de um processo comunicacional, são insuficientes para realizá-lo.

Sobre a dimensão interacional da linguagem, nos esclarece Adriano Duarte Rodrigues:

Podemos [...] entender de diferentes maneiras a natureza social da linguagem, consoante a considerarmos como alocação, como interlocução ou como interacção. Considerá-la como alocação equivale a ter em conta o facto de o discurso ser normalmente endereçado a um ou mais destinatários. É por ser de natureza alocutiva que o solilóquio em público ou perante outras pessoas é habitualmente considerado uma atividade suspeita.

Considerar a linguagem como interlocução equivale a tomar em consideração o facto de habitualmente só dirigirmos a palavra a quem reconhecemos o direito de a tomar, por seu turno, e de só falarmos a quem pode por sua vez endereçar-nos também a palavra. A realização da interlocução pode, no entanto, assumir duas modalidades distintas, consoante a entendermos como uma atividade dialogal ou como uma atividade dialógica.

Por dialogal designamos a interlocução como alternância da palavra entre diferentes interlocutores, ao passo que por dialógico entendemos a interlocução enquanto processo que leva um interlocutor a tomar a seu cargo a palavra de outrem, quer para se identificar com ela, quer para se demarcar dela. Foi na sequência da redescoberta da obra de Bakhtine que, neste domínio, a natureza dialógica da prática discursiva passou a ser tomada em consideração.

Em análise conversacional, a prática discursiva não é apenas considerada como alocação, nem como interlocução, mas como interacção. Conversar não é apenas um comportamento endereçado a alguém, nem o reconhecimento da faculdade de os interlocutores tomarem à vez a palavra; é uma prática constituída por todo um conjunto de influências recíprocas que os interlocutores exercem mutuamente uns sobre os outros. (2005, pág. 185)

Em relação à interação de tipo conversacional, Adriano Duarte Rodrigues revela que existe *solidariedade* entre os processos fáticos utilizados pelo locutor e os

processos reguladores de iniciativa do(s) alocutários(s). É essa solidariedade que, no caso das interações conversacionais, estabelece a dimensão interacional da linguagem:

entre os processos fáticos seguidos pelo locutor e os processos regulatórios emitidos pelos alocutários existe correspondência ou solidariedade. É sobretudo através dessa correspondência que os interlocutores se influenciam mutuamente, constituindo assim a natureza interactiva da relação conversacional (RODRIGUES, 2005, pág.186)

Ainda em relação à interação de tipo conversacional, Adriano Duarte Rodrigues indica que essa solidariedade é exercida por processos de intersincronização, dos quais destaca quatro tipos: a gestão da tomada da palavra; a gestão dos comportamentos corporais; a gestão dos comportamentos vocálicos e verbais; e a gestão dos estados emocionais e dos juízos³².

O ponto de vista êmico, tão caro e fundamental para a etnometodologia, só pode ser percebido, a rigor, quando o analista tem acesso à dimensão interacional da linguagem: a análise sequencial mostra que é no desenrolar da interação que os seus participantes se compreendem e, solidariamente, constroem um mesmo plano de entendimento através da elaboração, passo a passo, das condições relevantes de suas enunciações. Tal processo só é possível devido a existência de (etno)métodos que possibilitam essa relação de solidariedade interacional entre os participantes de

³² “A gestão das tomadas de palavra tende a evitar, ao mesmo tempo, a ocorrência de “brancos” e de silêncios, considerados pelos interlocutores como desconfortáveis, por indiciarem a ruptura da interação, e as sobreposições demasiado prolongadas de tomada de palavra por parte de vários interlocutores em simultâneo, por atentarem contra a obrigação de escuta, equivalente à obrigação de recebimento da palavra do locutor. A gestão dos comportamentos corporais destina-se a respeitar a distância entre os interlocutores de acordo com as regras proxémicas posturais e mimo-gestuais próprias do quadro em que a interação conversacional se situa [...]. Os comportamentos vocálicos e verbais desempenham também um importante papel de intersincronização. Em geral os alocutários tendem a adoptar fenómenos de eco que repetem os enunciados do locutor e a formular as suas intervenções sob a forma de réplicas, manifestando, desse modo, a capacidade para prever e completar o sentido daquilo que o locutor pretende dizer. Particularmente interessante é a gestão dos estados emocionais e dos juízos, sendo os interlocutores habitualmente levados a adaptar entre si a expressão dos sentimentos e dos juízos. À manifestação de dor de alguém que perdeu um ente querido ou à expressão de regozijo por parte do locutor correspondem habitualmente por parte dos seus interlocutores expressões análogas. O contrário será normalmente considerado como um comportamento indelicado e até de inimizade, acarretando consequências para o desenrolar da interacção que podem inclusivamente levar à sua ruptura.” (RODRIGUES, 2005, págs. 186 e 187)

uma situação social – e isso em qualquer dispositivo interacional que ela tenha sido estabelecida, e não apenas nos dispositivos de tipo conversacional. Como afirma Garfinkel: “os dispositivos socialmente organizados consistem em diversos métodos para tornar observáveis e descritíveis, mediante um empreendimento concertado os modos de organização de um contexto de ação” (GARFINKEL *apud* BINET, 2012, pág. 81).

Não estamos aqui advogando que as pesquisas que se centram apenas nas dimensões alocutivas e interlocutivas da linguagem não tenham validade para o campo de pesquisas da comunicação. O que queremos chamar a atenção, contudo, é que o estudo isolado dessas duas dimensões da linguagem – sem, portanto, a preocupação com a dimensão efetivamente interacional – acaba por alcançar somente projeções e propostas de construção de contextos de ação e, por conseguinte, apenas possibilidades de intersubjetividade e nunca uma intersubjetividade efetivamente objetivada pelos participantes concretos da interação.

Há aqui, portanto, um problema colocado ao campo de pesquisas em comunicação que se pretenda etnometodológico: como perceber os processos de solidariedade interacional nas interações em que esses processos não apresentam a mesma explicitude que nas interações formadas por turnos dialogais?

Como se sabe, o campo científico da comunicação tem se dedicado cada vez mais aos estudos de processos comunicacionais de natureza diferida e difusa, tais como aqueles possibilitados por dispositivos técnicos que permitem a comunicação entre interagentes que não estejam presentes ao mesmo tempo e nem no mesmo espaço. Esses processos comunicacionais diferidos e difusos se apresentam de forma bastante diversa da interação verbal face a face (tipo de interação em que a etnometodologia, por meio da Análise da Conversa, mais centrou seus esforços). Como perceber a dimensão interacional da linguagem – e os etnométodos que permitem mobilizá-la – nesses processos não-dialogais? É só respondendo a essa questão que será possível compreendermos, enquanto analistas, como se instaura a intersubjetividade nesse outro tipo de interação.

Perceber a dimensão interacional da linguagem em interações que não são formadas por turnos dialogais não é uma tarefa trivial. Em interações formadas por

turnos dialogais, os processos de solidariedade interacional entre os participantes são explicitados pelo próprio imediatismo de sua natureza dialogal – revelado pelos processos de intersincronização. Mas, em interações que não são formadas por esse tipo de turno, a dimensão interacional da linguagem é eclipsada:

Conversation, though fundamental, isn't the only site of language use. There are novels, newspapers, and letters-literary uses-as well as radio and television broadcasts, sermons, tape-recorded messages, large lectures, and many others. In these circumstances the participants may not have full access to one another and hence cannot adhere to the principle of mutual responsibility as it has evolved for conversation. The principle may get weakened or modified in various ways. Precisely how it is weakened or modified defines a family of language modes (Clark e Wilkes-Gibbs, 1986, pág. 35)

Da mesma forma que Sacks descobriu, na conversa informal, uma maquinaria que as pessoas utilizam para construir concertadamente a organização de uma interação conversacional, o campo de pesquisas em comunicação deve tentar compreender as diversas maquinarias que as pessoas utilizam para se comunicar **nos mais variados dispositivos interacionais** – mesmo naqueles cuja natureza diferida e difusa não disponibilize tão explicitamente os processos de solidariedade interacional entre interagentes concretos. É no manejo local dessas diferentes maquinarias que as pessoas podem organizar uma interação e, finalmente, revelar, umas às outras, os contextos que mobilizam nos momentos em que interagem.

Se, na fala-em-interação, a dimensão interacional da linguagem é explicitada pelo encadeamento entre os turnos de fala dos participantes, talvez não exista outra maneira, se queremos compreender a dimensão interacional em dispositivos interacionais de natureza diferida e difusa, senão observando, ali também, turnos interacionais que, mesmo que não sejam dialogais – no sentido de poderem ser mutuamente monitorados e encadeados ao mesmo tempo e no mesmo espaço em que são produzidos – podem ainda ser considerados como turnos expressivos de uma interação. Tal como na interação de tipo conversacional, em que os *pares adjacentes* são a unidade mínima da interação, nas interações de natureza diferida e

difusa essa unidade mínima será composta pelo encadeamento entre dois turnos expressivos, mesmo que eles não se apresentem de modo adjacente.

Tomemos como exemplo, uma interação inaugurada por uma reportagem televisiva. A rigor, a própria reportagem, a depender da situação que nos disponibilizarmos a analisar, pode ser encarada como um turno expressivo: é um enunciado de pleno direito, com autoria definida (ainda que múltipla), destinado a alocutários reais (ainda que diferidos e difusos) e produzido sob determinadas circunstâncias de enunciação (ainda que essas circunstâncias só comecem a ser objetivadas, emicamente, quando alocutários concretos revelarem, por meio de outros turnos expressivos, sua interpretação sobre a reportagem).

Desse modo, se uma reportagem televisiva pode ser considerada como parte de uma interação e categorizada como um de seus turnos expressivos, é preciso que mobilizemos algum aparato conceitual que retire da implicitude outros turnos expressivos que componham interações inauguradas por essa telereportagem.

Atualmente, com o desenvolvimento das redes digitais, é muito mais fácil perceber objetivações de episódios comunicacionais que, antes, estavam obscurecidos. Hoje podemos, por exemplo, analisar fóruns de discussão na internet sobre reportagens televisivas. Ali, certamente, encontraremos turnos expressivos que tenham sido estimulados por uma reportagem de televisão. Embora, entre a telereportagem – encarada agora como um turno expressivo – e o turno expressivo composto pela postagem do usuário do fórum que discute essa reportagem, os pares de ações não se apresentem de modo adjacente como nos turnos dialogais das interações conversacionais, eles podem, ainda assim, ser encarados como uma sequência interacional e, conseqüentemente, revelar contextos-em-ação.

Imaginemos, por exemplo, a explanação de um projeto de governo feita, numa *live* no facebook, por um presidente da república recém eleito. Imaginemos também que, após essa explanação, um político de um partido que se colocou de modo independente durante a campanha presidencial escreva um artigo de opinião sobre esse pronunciamento. O tempo transcorrido entre um turno expressivo (o pronunciamento do presidente eleito) e outro (o artigo de opinião publicado num jornal impresso) pode contribuir para a construção sequencial das circunstâncias relevantes de enunciação que esses turnos instauram – da mesma forma que o

intervalo de tempo entre a primeira e a segunda parte do par adjacente em uma interação conversacional face-a-face pode contribuir para a construção sequencial de uma situação.

Para melhor compreendermos essa hipótese, imaginemos que esse político que escreveu o artigo está ali se situando decididamente na oposição ao presidente eleito. A necessidade de publicar esse posicionamento o mais rapidamente possível pode, eventualmente, ser uma maneira de *relatabilidade* de sua indisponibilidade para ser seduzido com cargos no futuro governo – já que uma hesitação do político em se categorizar como oposição poderia ser interpretada como parte de uma barganha entre ele e o presidente eleito.

O fato de sequências interacionais desse tipo serem ainda pouco observadas pelo ponto de vista etnometodológico não deve ser motivo de desestímulo à exploração dos processos de solidariedade interacional entre participantes desses tipos de situação. Essas sequências de turnos expressivos não dialogais podem ser entendidas como aquilo que compõe o que José Luiz Braga tem chamado de circuito:

À diferença das interações conversacionais, o fluxo interacional abrangente em uma sociedade não se manifesta como ida-e-volta entre participantes. Na conversação (e seus variados dispositivos), o que se entende por “resposta” é uma fala que o receptor “devolve” ao emissor inicial, na forma de retorno. É frequente que se enfatize, na internet, essa capacidade de viabilizar retornos imediatos e pontuais sobre uma “fala inicial” – adota-se a expressão “interatividade” para expressar essa possibilidade. Embora esse processo efetivamente possa ocorrer, como componente relevante, entendemos que a circulação midiaticizada articula, ainda, processos relevantes de outras ordens – tanto na internet como nos meios de massa.

Percebemos, então, um fluxo comunicacional *contínuo e adiante* que dinamiza passagens de resultados entre dispositivos interacionais de ação frequente. Após a apropriação dos sentidos de uma mensagem originada em qualquer ponto da sociedade, seus captadores/apropriadores podem sempre pôr em circulação no espaço social sua resposta. Essa resposta, independente de um retorno imediato, segue adiante, em processos diferidos e difusos. Eventualmente, no conjunto da circulação e pelo embaralhamento cultural dos múltiplos circuitos, as ideias, proposições, imagens, posições polêmicas e tendências expressas se reforçam, se contrapõem, desaparecem ou retornam. O “retorno” que consideramos relevante nesse nível é aquele, difuso, do circuito ampliado e não a volta imediata ao ponto de partida.

Não devemos assumir a interação *conversacional* (ida-e-volta) como modelo geral para a comunicação social. Não cabe, por

outro lado, excluir os dispositivos interacionais que correspondem a esse modelo, como potencialidade significativa para diferentes circuitos. Quando se enfatiza a observação de produtos nomeáveis tende-se a reforçar uma percepção restrita ao ambiente midiático (indústria cultural). Nosso objeto de reflexão e observação, em perspectiva comunicacional, é entretanto bem mais vasto e diversificado.

Embora a mediação social tenha trazido uma acuidade perceptiva e uma intensidade operacional aos circuitos de comunicação, estes não se restringem nem aos produtos que circulam, nem aos momentos diretamente midiáticos. Na verdade, é importante, para uma compreensão aprofundada da comunicação social, observar os dispositivos interacionais não midiáticos que se interpolam nos circuitos, capilarizando a geração e a circulação de idéias, opiniões, atitudes, perspectivas sociais, propagação de códigos em compartilhamento – e tudo o que possa interessar, de perto ou de longe, à sociedade e seus participantes.

Assim, é interessante não descurar dos momentos em que os dispositivos criadores e repassadores dos processos em circulação sejam de ordem conversacional, presencial ou a distância, públicos ou privados, que justamente, hoje, têm condições de não ficarem acantonados no vasto espaço “mudo” da recepção. Diversamente, podem interpolar sua fala no fluxo aparentemente mais vistoso e acelerado da mídia (2017, pág. 46, 47 e 48)

Se comunicação é a instauração de uma intersubjetividade, uma análise comunicacional se valerá da noção de circuito para a percepção de uma estilística comunicacional que explicita a intersubjetividade situada instaurada por um processo comunicacional de natureza diferida e difusa.

Por estilística comunicacional compreendemos a capacidade de variação do uso da linguagem em sua dimensão interacional. É na utilização local dos métodos de solidariedade interacional – os etnométodos – de determinado dispositivo comunicacional que se dão a ver as variações situacionais que aquele tipo de dispositivo disponibiliza. Uma *estilística comunicacional*, portanto, seria o processo de variação nos **parâmetros interacionais** da linguagem – e, como tal, é o que permite aos participantes-em-interação a construção conjunta de uma ordem interacional – um contexto, enfim – para compreensão mútua. Segundo Guessier, “os etnometodólogos não estão preocupados em apenas descrever as ações sociais a partir dos relatos fornecidos pelos atores, mas procuram compreender como os atores reconstituem permanentemente uma ordem social frágil e precária, afim de compreenderem e serem compreendidos” (2003, pág.163).

Assim, pensar o estilo como variação da ordem social realizada através dos recursos interacionais da linguagem, nos remete à definição de Norma Discini:

Pensamos no estilo como o modo próprio de dizer de uma enunciação, única, depreensível de uma totalidade enunciada. Essa perspectiva faz com que as relações de sentido convirjam recorrentemente para um centro que, longe de mostrar um sujeito empírico, cria o próprio sujeito. Por isso afirmamos que o ato singular de dizer emerge do dito, também em se tratando de totalidade. O centro, o referencial interno, remete, porém à exterioridade do próprio estilo, pois só por oposição ao externo, o interno significa. O que é, por sinal, a exterioridade do estilo, senão o outro, pelo qual se constitui o um? **Esse outro, além do tu instituído intersubjetivamente, o que é, senão a própria situação de comunicação?** (2003, pág. 17 e 18, grifo nosso).

Não é raro que os pesquisadores do campo da comunicação utilizem a noção de *estilo* fornecida pela *Análise do Discurso*, cujo instrumental se refere, essencialmente, às dimensões alocutivas e interlocutivas da linguagem e não à sua dimensão propriamente interativa. Geralmente, para a Análise do Discurso, o estilo é pensado como uma variação das características de um gênero discursivo – notadamente uma variação de seus aspectos composicionais e de seus aspectos temáticos³³. Para muitos analistas do discurso, a noção de gênero seria algo que, por evidenciar aspectos dialógicos de um enunciado, levaria inevitavelmente ao vislumbre do que é e o que ocorre numa interação. Mas, como fica evidente na citação de Mikhail Bakhtin sobre o estilo de um gênero, o que se mobiliza aí não pode ser encarado como o vislumbre de uma situação concreta, mas apenas uma projeção apriorística do locutor sobre ela:

“O estilo é o homem”, dizem; mas poderíamos dizer: o estilo é pelo menos duas pessoas ou, mais precisamente, uma pessoa mais seu grupo social na forma do seu representante autorizado, o ouvinte – o participante constante na fala interior e exterior de uma pessoa. (BAKHTIN, 1976, pág.16)

³³ “O estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais” (BAKHTIN, 1992, p. 284)

Como as características de um gênero discursivo e suas variações estilísticas estão centradas apenas nas dimensões alocutivas e interlocutivas da linguagem, elas não contemplam a concretude de uma interação particular. A noção de gênero discursivo (e suas variações estilísticas) pode ser um excelente instrumento para se perceber **propostas** de interação. Mas, em relação à dimensão efetivamente interacional da linguagem, essa noção se mostra insuficiente para revelar a situação social que é concretamente inaugurada pelos interagentes: não é possível descobrir, olhando apenas para as dimensões alocutiva e interlocutiva da linguagem, quais as condições relevantes de enunciação que as marcas composicionais e temáticas do discurso constroem. Se a situação social é fruto de uma relação reflexiva entre os enunciados, por um lado, e a constelação de condições de enunciação candidatas a ganhar relevância, por outro, como seria possível perceber essa reflexividade, a partir de um ponto de vista êmico, se não temos a leitura feita pelo alocutário ao qual se destinou o enunciado construído pelas regras de um gênero? O gênero de um enunciado, embora instrumento potente para se perceber uma série de coisas, é insuficiente para que percebamos a situação social que se instaura numa interação concreta.

Como afirma Robin Wooffitt, numa comparação entre a Análise do Discurso e a Análise da Conversa:

Conversation analytic research examines how participants manage interaction as it proceeds: how they make sense of the moment-by-moment unfolding of interaction; it describes the highly patterned sequential structures through which particular activities are accomplished; and it discovers the methods used to effect turn-transfer, or to identify and address troubles, such as misunderstandings, errors and corrections, and so on. CA has revealed that verbal activities are coordinated at an extremely fine level of detail: it is therefore argued that it is incumbent upon analysts who are interested in studying interaction, or who use interactional material as data, to analyse their data at the same level of detail and organization as was demonstrably relevant to the participants in the recording [...]

In discourse analytic research, however, the action orientation of language is located at a broader level, and, traditionally, empirical analysis of the organization of talk (and texts) has focused on the wider interpersonal or social functions served by a passage of talk [...]. **And although interactional materials are often used as data in discourse analytic studies, the management of interaction *per se* is rarely the focus of research [...]** The broader analytic focus of DA is reflected in its main conceptual tool, the linguistic

repertoire. Linguistic repertoires are related or themed terms, such as metaphors or figures of speech, used in particular kinds of ways. The linguistic repertoire, then, offers considerably less descriptive precision than, say, 'first pair parts' and 'second pair parts' of 'paired action sequence', 'turn construction units' or 'transfer relevance places'. (2005, posição 1155, grifo nosso)

Se encararmos de maneira mais alargada a proposição de Erving Goffman sobre a ideia de situação social – um ambiente que possibilita monitoramento entre as pessoas – olhando para o espaço mais vasto das interações de natureza diferida e difusa, será uma estilística da comunicação (portanto, aquela que incide sobre a dimensão interacional da linguagem) e não uma estilística do gênero discursivo (como aquela habitualmente utilizada pela Análise do Discurso na observação deste tipo de material) que possibilitará que enxerguemos esses outros tipos de situação social e, conseqüentemente, suas condições relevantes de enunciação.

Acreditamos que o ponto de vista êmico só é totalmente atendido quando essa estilística – a da comunicação – não é obscurecida.

A estilística produzida pelos participantes da interação dialogal no Roda Viva

Nesta pesquisa, pudemos compreender como se organizam categorial-sequencialmente alguns dos sistemas interacionais da fala-em-interação no programa *Roda Viva*. Especificamente, pudemos compreender sua *organização estrutural global* (OEG); a *organização de seu sistema de tomada de turnos*; e a *organização de suas seqüências de elocução*.

Além das fases interacionais que compõem a OEG da fala-em-interação no RV, pudemos compreender o funcionamento do sistema de tomada de turnos na fase principal ('entrevista/debate') – por meio das regras de restrição que a interação conversacional do RV apresenta em relação à conversa informal – e o *design* específico da seqüência interacional observada nas falas dos participantes.

O *design* da seqüência interacional no RV pode ser expresso pela fórmula (PPPs-SPPs)ⁿ-[IM] – em que o par adjacente entre parênteses refere que há troca de

fala por n vezes (uma macro sequência) entre um *mesmo* ‘entrevistador’ (responsável pela produção de PPPs) e o ‘entrevistado’ (responsável pela produção de SPPs); e IM, entre colchetes, significa *intervenção do mediador* – sendo ela: opcional (mas prioritária) quando da passagem de um ‘entrevistador’ a outro; ou obrigatória, quando da mudança de fase interacional do programa.

Este *design* específico das sequências de fala na fase principal do RV decorre das restrições que o sistema de tomada de turnos do RV apresenta em relação ao sistema de tomada de turnos das conversas informais. As restrições são expressas por quatro regras:

1-) Regras de restrição da técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’:

(a) de modo geral, o incumbente da categoria ‘entrevistador’, no RV, só seleciona como próximo falante o incumbente da categoria ‘entrevistado’.

(b) geralmente, o incumbente da categoria ‘entrevistado’ não seleciona o próximo falante, a não ser quando esse é o mesmo ‘entrevistador’ que o havia selecionado anteriormente. Ou seja, o ‘entrevistado’ não seleciona um *próximo* ‘entrevistador’ diferente daquele já corrente.

2-) Regras de restrição da técnica de auto-seleção:

(a) A prioridade para tomada de turno por auto-seleção é do ‘mediador’ e ela é exercida para: selecionar um próximo ‘entrevistador’ (que pode ser ele mesmo); iniciar ou finalizar o programa; suspender e reiniciar o programa atendendo aos intervalos da emissão; e iniciar a fase principal da interação.

(b) Durante o turno de fala do ‘entrevistado’, o ‘entrevistador’ que for o participante corrente da macro-sequência conversacional em curso tem prioridade na auto-seleção para tomada de turno em relação a outros ‘entrevistadores’ (com exceção do ‘mediador’).

Essas regras, como vimos, explicitam os direitos e obrigações interacionais dos participantes do RV. Entre esses direitos e obrigações vemos o poder do ‘mediador’ na distribuição dos turnos e na condução da temática; seu papel de gerenciamento da organização das fases interacionais ; sua incumbência de dosar a interação de modo a garantir fluência televisiva. Além disso, mostra a prioridade do

‘mediador’ na tomada de turnos e a obrigação do ‘entrevistado’ em aceitar a agenda dos entrevistadores, “respondendo” às “perguntas” e impossibilitando-o de fazê-las, assim como seu direito de usufruir por mais tempo da palavra em relação aos ‘entrevistadores’.

O que é importante ressaltar é que, tanto o sistema de tomada de turnos do RV como o *design* específico das sequências de fala permitem algum tipo de variação – como ficou explícito em nossas análises. É precisamente nos parâmetros em que os sistemas interacionais permitem variação que o uso local dos recursos interacionais da linguagem irá estabelecer uma estilística comunicacional.

Além disso, as regras que compõem esses sistemas não são algo a ser seguido cegamente pelos participantes. Eventualmente, eles podem quebrá-las, deliberada ou inconscientemente, ou cumprí-las de modo parcial – sempre, é claro, com as devidas justificativas – possibilitando, desse modo, ainda mais variações estilísticas.

É por meio da maquinaria explicitada pelo conjunto dos etnométodos do RV, com suas conseqüentes possibilidades de ação que, estilisticamente, os participantes fazem emergir sua intersubjetividade situada – mostrando, uns aos outros, as condições relevantes de enunciação (tanto as micro condições – vistas nos exemplos da primeira parte da análise – como as macro condições relevantes de enunciação – vistas na segunda parte). É na orientação concreta dos interagentes para os etnométodos do RV que eles mobilizarão a dimensão interacional da linguagem, produzindo variação nesse dispositivo interacional particular.

Assim, tanto poderão modular localmente o quadro interacional primário ‘entrevista com debate’, como será por meio dessa maquinaria que os interagentes poderão, também, construir um quadro inferencial mais alargado sobre a dimensão sociocultural da vida social. Tudo isso, sempre de modo *sui-generis* a cada emissão, instaurando uma situação social particular, por definição, sempre irrepetível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atkinson, J. e Heritage, J., (1984). Introduction. In: Atkinson, J. e Heritage, J., (orgs.), *Structures of social action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-16.
- Austin, J. (1962). *How to Do Things with Words*. Gloucestershire: Clarendon Press.
- Austin, J. (1979). Performative utterances. In: Urmson, J. e Warnock, G. (orgs.), *Philosophical Papers*. Gloucestershire: Clarendon Press, 233-252.
- Baker, C. (1997). Membership categorization and interview accounts. In: Silverman, D. (org.), *Qualitative research: Theory, method and practice*, 162-176.
- Bakhtin, M. (1976). Discurso na vida e discurso na arte. In: *Sobre poética sociológica*. Tradução para uso didático feita por Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza.
- Bakhtin, M. M. (1992). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Binet, M. (2012). *Microanálise etnográfica de interações conversacionais: atendimentos em serviço de ação social*. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Binet, M. (2012b). A transcrição como teoria-em-reconstrução: a indução como prática metodológica. *Documento de Trabalho do GIID*, (37).
- Binet, M., e Monteiro, D. (2012). Ordem da interação e corpora de gravações: a análise da conversação como paradigma teórico-metodológico. In *VII Congresso Português de Sociologia (Sociedade, crise e reconfigurações | Universidade do Porto | 19-22 Junho 2012)* (pp. 5-15).
- Boden, D. e Zimmerman, D. H. (1991). Structure in action: an introduction. In: Boden, D. e Zimmerman, D. H (orgs.), *Talk and social structure: Studies in ethnomethodology and conversation analysis*. Cambridge: Polity Press, 3-21.
- Bonu, B., Mondada, L., & Relieu, M. (1994). Catégorisation: l'approche de Sacks. In: Fradin, B., Quéré, L. e Widmer, J. (orgs.), *L'enquête sur les catégories: de Durkheim à Sacks*. Paris: EHESS, 129-148.
- Bovet, A. (2009). Configuring a television debate: categorisation, questions and answers. In: Housley, W. E Fitzgerald, R. (orgs.), *Media, policy and interaction*. Nova Iorque: Ashgate Publishing, 27-48.

Braga, J. L. (2006). Roda Viva: uma encenação da esfera pública. *Texto apresentado no Encontro Anual de Núcleos de Pesquisa da Intercom, PJO–Núcleo de Jornalismo*, 4-9.

Braga, J. L. (2008). Comunicação, disciplina indiciária. In: *Matrizes*, vol.1, n.2, 73-88.

Braga, J. L. (2010). Nem rara nem ausente – tentativa. In. *Matrizes*, vol.4, n.1, 65-81.

Braga, J. L. (2017). Circuitos de comunicação. In: Braga, J. L. e Calazans, R. (orgs.), *Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade*. Campina Grande: Eduepb, 43-64.

Braga, A.; Gastaldo, É e Guimarães, J. (2016). Análise de categorização de pertencimento nos estudos de comunicação: um ensaio de metodologia aplicada. In: *Brazilian Journalism Research*, vol. 12, n.2, 212-227.

Calegari, G. (2016). O efeito Kuleshov e a consciência intencional. In: *Revista Moviment*. Disponível em: <https://revistamoviment.net/o-efeito-kuleshov-e-a-consciencia-intencional-c2bf78ca52bd> . Acessado em: 23 out 2016.

Clark, H. H. e Wilkes-Gibbs, D. (1986). Referring as a collaborative process. In: *Cognition*, vol. 22, n.1, 1-39.

Clayman, S. e Heritage, J. (2004). *The news interview: Journalists and public figures on the air*. Cambridge: Cambridge University Press.

Clayman, S. e Heritage, J. (2010). *Talk in action: Interactions, identities, and institutions*. West Sussex: John Wiley & Sons.

Clift, Rebecca (2016). *Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press

Clifton, J. (2009). A Membership Categorization Analysis of the Waco Siege: Perpetrator-Victim Identity as a Moral Discrepancy Device for 'Doing' Subversion. In: *Sociological Research Online*, vol. 14, n.5, 1-11.

Collins, R. (1981). On the microfoundations of macrosociology. *American journal of sociology*, vol. 86, n.5, 984-1014.

Coulon, A. (1995). *Etnometodologia*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Coulon, A. (2014). *L'ethnométhodologie: «Que sais-je?»*. Paris: Presses universitaires de France.

Crespi, F. (1997). *Manual de sociologia da cultura*. Lisboa: Editorial Estampa.

Cuff, E. C. (1993). *Problems of versions in everyday situations*. Lanham: University Press of America.

De Fornel, M. (1999). Indexicalité, dépendance contextuelle et situations. In: De Fornel, M. E Quéré, L. (orgs.), *La logique des situations: nouveaux regards sur l'écologie des activités sociales*, 119-128.

Discini, N. (2003). *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto.

Drew, P. e Heritage, J. (1992). *Talk at work: Interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press

Duranti, A., e Goodwin, C. (1997). Rethinking context: an introduction. In: Duranti, A., e Goodwin, C. (orgs.), *Rethinking context: Language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-42.

Elias, N. (1990). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar.

Elias, N. (2015). *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições, 70.

Erickson, F., & Shultz, J. (2013). "O quando" de um contexto: questões e métodos na análise da competência social. In: Ribeiro, B.T. e Garcez, P. (orgs), *Sociolinguística internacional*, São Paulo: Ed. Loyola, 215-234.

Foppa, K. (1995). On mutual understanding and agreement in dialogues. In: I. Marková, C. Graumann e K. Foppa (orgs.), *Mutualities in dialogue*, Cambridge: University Press, 149-175.

Fitzgerald, R., e Housley, W. (2002). Identity, categorization and sequential organization: the sequential and categorial flow of identity in a radio phone-in. In: *Discourse & Society*, vol. 13, n.5, 579-602.

Fitzgerald, R.; Housley, W. e Butler, C. (2009). Omnirelevance and interactional context. In: *Australian Journal of Communication*, vol. 36, n.3, 45-64.

França, V. (2018). Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: França, V. E Simões, P. (orgs), *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação*, Porto Alegre: Ed. Sulina, 89-118.

Francis, D. e Hester, S. (2004). *An invitation to ethnomethodology: Language, society and interaction*. Londres: Sage.

Garcez, P. M. (2008). A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: Loder, L. e Jung, N. (orgs.), *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado das Letras, 17-38.

- Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press.
- Garfinkel, H. (2002). *Ethnomethodology's program: Working out Durkheim's aphorism*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers.
- Garfinkel, H. (2009). O que é etnometodologia?. In: *Teoria e Cultura*, v.4, n.1 e 2, Juiz de Fora, 113-131.
- Garfinkel, H. e Sacks, H. (2012). Sobre estruturas formais de ações práticas. In: *Veredas online*, Juiz de Fora, 220-256.
- Garfinkel, H. (2015). *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press
- Garfinkel, H. (2018). *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Gastaldo, É. (2008). Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, n.68.
- Gastaldo, É. e Watson, R. (2015). *Etnometodologia e análise da conversa*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press.
- Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social: um perspectiva de análise*. São Paulo: Ed. Vozes.
- Goffman, E. (2013a). A situação negligenciada. In: Ribeiro, B.T. e Garcez, P. (orgs), *Sociolinguística internacional*, São Paulo: Ed. Loyola, 13-20.
- Goffman, E. (2013b). Footing. In: Ribeiro, B.T. e Garcez, P. (orgs), *Sociolinguística internacional*, São Paulo: Ed. Loyola, 107-148.
- Gonos, G. (1977). "Situation" versus "Frame": "the Interactionist" and the "Structuralist" Analyses of Everyday Life. *American Sociological Review*, 854-867.
- Giddens, A. (2013). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Graumann, C. ; Marková, I. e Foppa, K. Preface. In: I. Marková, C. Graumann e K. Foppa (orgs.), *Mutualities in Dialogue*, Cambridge: University Press
- Grice, H. P. (1975). Logic and conversation. In: *Syntax and semantics*, vol.3, Nova Iorque: Academic Press, 41-58.
- Guesser, A. H. (2003). A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. In: *Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC*, vol.1, n.1, 149-168.

Heritage, J. (1998). Conversation Analysis and Institutional Talk: Analysing Distinctive Turn-Taking Systems. In: S. Cmejrková et al. (orgs.), *Proceedings of the 6th International Congress of International Association for Dialog Analysis, Niemeyer, Tübingen*, 1-21.

Heritage, J. (2005). Conversation analysis and institutional talk. In: Fitch, K e Sanders, R. (orgs.), *Handbook of language and social interaction*, 103-147.

Heritage, J. (2007). *Garfinkel and ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press

Heritage, J (2011). Conversation Analysis: practices and methods. In: Silverman, D. (org.), *Qualitative Research*. Londres: Sage, 207-226.

Hester, S. e Hester, S. (2012). Categorical occasionality and transformation: Analyzing culture in action. In: *Human Studies*, n.4, 1-19.

Hester, S. e Eglin, P. (1997). Membership categorisation analysis: an introduction. In: Hester, S. e Eglin, P. (orgs.), *Culture in action: Studies in membership categorization analysis*. Lanham: University Press of America.

Housley, W. e Fitzgerald, R. (2002). The reconsidered model of membership categorization analysis. In: *Qualitative research*, vol. 2 n.1, 59-83.

Hutchby, I. (2006). *Media talk: Conversation analysis and the study of broadcasting*. Nova Iorque: Open University Press.

Jayyusi, L. (1984). *Categories and the moral order*. Londres: Routledge.

Jefferson, G. (2004). Glossary of transcript symbols with an introduction. In: Lerner, G. (org.), *Conversation Analysis: studies from the first generation*. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 13-34.

Labov, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.

Lepper, G. (2000). *Categories in text and talk: A practical introduction to categorization analysis*. Londres: Sage.

Levinson, S (2013). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press

Lieberman, K. (2013). *More studies in ethnomethodology*. Nova Iorque: State University of New York Press.

Lieberman, K. (2015). *Turn-taking in the surfer's lineup*. In: SurferToday.com. Disponível em: <https://www.surfertoday.com/surfing/12275-turn-taking-in-the-surfers-lineup-an-academic-analysis-by-kenneth-liberman> . Acesso em: 12 fev. 2017

- Linell, P. (1995). Troubles with mutualities: towards a dialogical theory of misunderstanding and miscommunication. In: Marková, I., Graumann, C. e Foppa, K. (orgs.), *Mutualities in Dialogue*, Cambridge: University Press, 176-213.
- Loder, L. L., Salimen, P. G., & Muller, M. (2008). Noções fundamentais: sequencialidade, adjacência e preferência. In: LODER, L. e JUNG, M. (orgs.), *Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica*. Campinas: Mercado das Letras, 39-58.
- Machado, A. (2001). *A televisão levada a sério*. São Paulo: Ed. Senac.
- Maynard, D. (2006). What is the context of an utterance? In: Hesse-Biber, S. e Leavy, P. (orgs.), *Emergent methods in social research*. Londres: Sage, 55-94
- Maynard, D. (2013). Everyone and no one to turn to: Intellectual roots and contexts for conversation analysis. In: Sidnell, J. e Stivers, T. (orgs.), *The handbook of conversation analysis*, Oxford: Blackwell Publishing, 9-31.
- Molénat, X. (2009), Etnometodologia: a sociedade em prática. In: Molénat, X. (org.), *Sociologia: história, ideias, correntes*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 93-101.
- Mondada, L. Dubois, D. (2015). Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: Cavalcante, M; Rodrigues, B. e Ciulla, A. (orgs.), *Referenciação*. São Paulo: Ed. Contexto, 17-52.
- Ortiz, R. (2011). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Ostermann, A. C. e Sell, M (2009). Análise de Categorias de Pertença (ACP) em estudos de linguagem e gênero: A (des) construção discursiva do homogêneo masculino. In: *ALFA: Revista de Linguística*, vol. 53, n.1, 11-34.
- Pallotti, G. (2007). Conversation analysis: Methodology, machinery and application to specific settings. In: Bowles, H. E Seedhouse, P., *Conversation analysis and language for specific purposes*. Oxford: Peter Lang Publishing.
- Pomerantz, A. (1984). Agreeing and disagreeing with assessments: Some features of preferred/dispreferred turn shaped. In: Atkinson, J. e Heritage, J., (orgs.), *Structures of social action*. Cambridge: Cambridge University Press, 57-101.
- Psathas, G. (2015). Ethnomethods and phenomenology. *Social Research*, 500-520.
- Quéré, L. (2018). De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. In: França, V. E Simões, P. (orgs), *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação*, Porto Alegre: Ed. Sulina, 15-48.
- Raymond, G. e Sidnell, J. (2014). Conversation analysis. In: Jaworski, A., & Coupland, N. (orgs.), *The Discourse Reader*, Londres: Routledge, 249-263.

Robinson, J. (2013). Overall structural organization. In: Sidnell, J. e Stivers, T. (orgs.). (2013) *The handbook of conversation analysis*. Oxford: Blackwell Publishing, 257-280.

Rodrigues, A. D. (2005). *A partitura invisível: para uma abordagem interactiva da linguagem*. Lisboa: Colibri.

Rodrigues, A. D. (2007). Processos cognitivos e Estratégias de comunicação, *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, n. 7. Disponível em: <http://www2.fctsh.unl.pt/giid-clunl/civ/D.T.27.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015

Rodrigues, A. D. (2011). *O paradigma comunicacional: história e teorias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Rodrigues, A. D. (2015). Princípios reguladores da experiência e da sociabilidade: regras, normas e constrangimentos. In: Sàágua, J. e Rui Cádima, F. (orgs.), *Comunicação e linguagem: novas convergências*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 405-423.

Rodrigues, A. D., (2016). A natureza pragmática da comunicação. In: Morigi, V; Jacks, N. e Colin, C. (orgs.), *Epistemologias, comunicação e informação*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 23-43.

Rodrigues, A. e Binet, M. (2015). Não se importa que eu grave?: Questões éticas e paradoxo do observador nos atendimentos de ação social. In: *Análise Social*, n. 215, 278-303.

Sacks, H. (1974). On the analyzability of stories by children. In: Turner, R. (org.), *Ethnomethodology*. Middlesex: Penguin Education, 216-232.

Sacks, H. (1995). *Lectures on conversation*. Cambridge: Blackwell

Sacks, H., Schegloff, E. e Jefferson, G. (2003). Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. In: *Revista Veredas*, vol. 7, n.1 e 2, 11-73.

Sacks, H. (2003). Notes on methodology. In: Atkinson, M e Heritage, J., *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 21-27.

Schegloff, E. A. (1968). Sequencing in conversational openings. In: *American anthropologist*, vol. 70, 1075-1095.

Schegloff, E. A. (1987). Between micro and macro: Contexts and other connections. In: Alexander, J. C. (org.), *The micro-macro link*, Berkeley: University of California Press, 207-234.

Schegloff, E. A. (1992). On talk and its institutional occasions. In: Drew, P. e Heritage, J. (orgs.), *Talk at work: Interaction in institutional settings*, 101-134.

Schegloff, E. A. (1992). Repair after next turn: The last structurally provided defense of intersubjectivity in conversation. In: *American journal of sociology*, vol. 97, n.5, 1295-1345.

Schegloff, E. A. (1992). In another context. In: Duranti, A., e Goodwin, C. (orgs.), *Rethinking context: Language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 191-228.

Schegloff, E. A. (2006). Interaction: The infrastructure for social institutions, the natural ecological niche for language, and the arena in which culture is enacted. In: Tomasello, M., Enfield, N. e Levinson, S. C. (orgs.) *Roots of human sociality: Culture, cognition and interaction*. Oxford: Berg Publishers, 70-96.

Schegloff, E. (2007). *Sequence organization in interaction: A primer in conversation analysis* (Vol. 1). Cambridge: Cambridge University Press.

Sharrock, W. e Anderson, B. (2011). *The Ethnomethodologists*. Nova Iorque: Routledge.

Sidnell, J. (2010). *Conversation analysis: an introduction*. Oxford: Blackwell Publishing

Sidnell, J. (2010b). Conversation Analysis. In: Heine, B. e Narrog, H. (orgs.), *The Oxford handbook of linguistic analysis*. Oxford: Oxford University Press, 167-191.

Sidnell, J. (2013). Basic conversation analytic methods. In: Sidnell, J. e Stivers, T. (orgs.), *The handbook of conversation analysis*. Oxford: Blackwell Publishing 77-101

Sidnell, J. e Stivers, T. (orgs.). (2013) *The handbook of conversation analysis*. Oxford: Blackwell Publishing.

Silva, C., Andrade, D. e Ostermann, A. C. (2009). Análise da Conversa: uma breve introdução. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, vol. 7, n.13, 1-21.

Slenes, R. W. (2004). Senhores e subalternos no oeste paulista. In: Novais, F. e Alencastro, L. F. (orgs.), *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 233-290.

Tannen, D.; Wallat, C. (2013). Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: exemplos de um exame/consulta médica. In: Ribeiro, B.T. e Garcez, P. (orgs.), *Sociolinguística internacional*, São Paulo: Ed. Loyola, 183-214.

Ten Have, P. (1990). Methodological issues in conversation analysis. In: *Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique*, vol. 27. N.1, 23-51.

Ten Have, P. (2004). *Understanding qualitative research and ethnomethodology*. Londres: Sage.

Ten Have, P. (2007). *Doing conversation analysis*. Londres: Sage.

Van Dijk, T. (2011). *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Ed. Contexto.

Watson, R. (1994). Catégorie, séquentialité et ordre social. In: Fradin, B., Quéré, L. e Widmer, J. (orgs.), *L'enquête sur les catégories: de Durkheim à Sacks*. Paris: EHESS, 151-184.

Watson, R. (1997). Some general reflections on 'categorization' and 'sequence' in the analysis of conversation. In: Hester, S. e Eglin, P. (orgs.), *Culture in action: Studies in membership categorization analysis*. Lanham: University Press of America, 49-76.

Watson, R. (2015). De-reifying categories. In: Fitzgerald, R. e Housley, W. (orgs.), *Advances in membership categorisation analysis*. Londres: Sage, pos.585-1259

Wilson, T. P. (1993). Social structure and the sequential organization of interaction. In: Boden, D. e Zimmerman, D. H (orgs.), *Talk and social structure: Studies in ethnomethodology and conversation analysis*. Cambridge: Polity Press, 22-43.

Wilson, D. e Sperber, D. (2005). Teoria da relevância. In: *Linguagem em (Dis)curso*, vol. 5, 221-268.

Wooffitt, R. (2005). *Conversation analysis and discourse analysis: A comparative and critical introduction*. Londres: Sage.

ANEXO

Resumo das convenções de transcrição de Jefferson

(extraído de Loder, L. e Jung, N. (orgs.), *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*)

Aspectos de produção de fala

.	entonação descendente
?	entonação ascendente
,	entonação intermediária
:	prolongamento do som
↑	som mais agudo do que os do entorno
↓	som mais grave do que os do entorno
-	corte abrupto na produção vocal
fala	ênfase em som
FAla	som em volume mais alto do que os do entorno
°fala°	som em volume mais baixo do que os do entorno
°°fala°°	som em volume destacadamente mais baixo do que os do entorno
>fala<	fala acelerada
<fala>	fala desacelerada
[]	fala sobreposta

Inspirações/expirações/risos

.hh	inspiração audível
hh	expiração ou riso

Lapsos de tempo

(2,4)	medida de silêncio (em segundos e décimos de segundo)
(.)	silêncio de menos de dois décimos de segundo

Formatação, comentários, dúvidas

=	elocuições contíguas
()	segmento de fala que não pode ser transcrito
(fala)	transcrição duvidosa
((levanta da cadeira))	descrição de atividade não vocal

